



maia
CÂMARA MUNICIPAL

RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL



CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA,

António Domingos da Silva Tiago

VEREADOR

José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho

VEREADORA

Emilia de Fátima Moreira dos Santos

VEREADORA

Sandra Raquel de Vasconcelos Lamelras

VEREADORA

Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho

VEREADOR

José António Andrade Ferreira

VEREADOR

Mário Nuno Alves de Sousa Neves

VEREADOR

Jaime Manuel da Silva Pinho

VEREADOR

Raul Fernando Sousa Ramalho

VEREADORA

Paula Cristina Romão Pereira

VEREADORA

Marta Moreira de Sá Peneda



maia
CÂMARA MUNICIPAL

RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS

Mensagem do Presidente,

Através do relatório de gestão e contas relativas ao ano de 2019 fica bem espelhada a atividade e a situação económico-financeira da Câmara Municipal referida ao final desse período, uma situação sólida, robusta e bem estruturada.

Inúmeras foram as realizações que levámos a efeito incidindo em todas as áreas em que atuamos e onde a nossa intervenção mais é requerida e mais é aguardada. Umas de maior expressão pecuniária outras mais modestas mas sempre realizações e intervenções onde o nosso espírito de entrega e de serviço fica bem patente.

A nossa gestão é caracterizada pelo arrojo na ação mas com prudência e equilíbrio quanto ao uso de meios financeiros. O nosso caminho, quanto a dívida de longo prazo, é o do endividamento zero estando este desiderado bem demonstrado pela “dívida de natureza orçamental” – que é, de facto, a nossa verdadeira dívida – se situar nos 18,4 M€, apresentando neste exercício uma diminuição de 5,7 M€, o que significa uma descida de 23,5 % em relação ao ano anterior. O esforço e o empenho que temos dedicado à racionalização e controlo de custos ficam bem evidenciados pela “poupança corrente bruta” que se situa, neste ano de 2019, acima dos 22 M€. Esta “poupança” ao permitir libertar meios financeiros destinados a suportar o investimento municipal é, em si, deveras salutar.

Julgo dever deixar uma pequena nota para realçar a resolução da dívida histórica que o Município mantinha com a EDP que foi possível levar a efeito neste exercício, em que através de um pagamento de 11,8 M€ liquidámos a dívida que se situava em 17,1 M€. Este foi um ato corajoso, que teve um percurso longo, mas que, e com a perseverança com que atuamos no dia a dia, foi possível atingir.

É esta situação financeira consistente que nos vai permitir fazer face, com alguma tranquilidade (no aspeto financeiro), aos graves acontecimentos de saúde pública com que, e já após o encerramento do exercício, nos viemos a deparar.

Saberemos atuar com prontidão e estar à altura do que nos é solicitado.

António Domingos da Silva Tiago



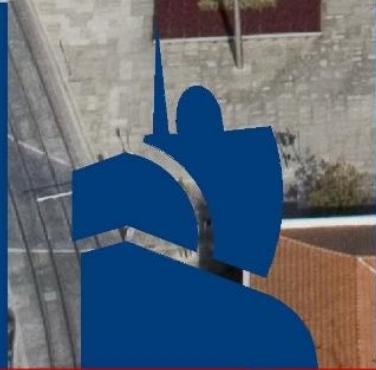
maia
CÂMARA MUNICIPAL

ÍNDICE

ANÁLISE ORÇAMENTAL.....	17
EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO.....	19
ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL	21
MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS	23
RELAÇÃO ENTRE RECEITA E DESPESA	29
Evolução dos Fluxos Monetários	29
Poupança Corrente	30
Equilíbrio Orçamental em Sentido Substancial	32
Fontes de Financiamento do Investimento	33
FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM.....	34
Fluxos de Caixa	35
Contas de Ordem	38
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA	41
ANÁLISE GLOBAL DA RECEITA.....	43
RECEITAS PRÓPRIAS	44
Impostos Diretos.....	46
Impostos Indiretos e Taxas, Multas e Outras Penalidades.....	49
Venda de Bens e Prestações de Serviços Correntes	50
Receitas Liquidadas e Não Cobradas.....	52
TRANSFERÊNCIAS.....	55
Fundos Municipais.....	60
Resumo das Transferências de Contratos Programa e Projetos Cofinanciados	62
PASSIVOS FINANCEIROS	68
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA.....	69
ANÁLISE GLOBAL DA DESPESA	71
DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	74
Despesas com Pessoal	76
Limitações às Despesas com Pessoal	80
Estrutura Orgânica	81
Aquisição de Serviços a Particulares	81
Despesas com Aquisição de Bens e Serviços	82
Aquisição de Bens	83
Aquisição de Serviços por Económica	85
Aquisição de Serviços por Orgânica	88
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES.....	89
INVESTIMENTO GLOBAL.....	92
Investimento Direto	94
Transferências de Capital.....	108
Ativos Financeiros.....	112

GRANDES OPÇÕES DO PLANO	112
Funções Gerais.....	116
Funções Sociais.....	118
Funções Económicas	124
Outras Funções	127
ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO.....	129
ENQUADRAMENTO.....	131
ENDIVIDAMENTO <i>STRICTO SENSU</i>	132
DÍVIDA TOTAL	132
DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	134
SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	139
COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DA GERÊNCIA.....	143
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	145
ENDIVIDAMENTO – <i>LATO SENSU</i>	148
LIMITE DA DIVIDA TOTAL DO GRUPO MUNICIPAL.....	150
APURAMENTO DA DIVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO GRUPO MUNICIPAL	155
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	161
BALANÇO.....	165
ATIVO	169
Imobilizado.....	169
Circulante.....	173
Acréscimos e Diferimentos Ativos	175
PASSIVO	176
Dívidas a Terceiros.....	177
Acréscimos e Diferimentos Passivos.....	179
FUNDOS PRÓPRIOS	180
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	183
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS	193
INDICADORES DE GESTÃO.....	197
INDICADORES ORÇAMENTAIS	199
INDICADORES ECONOMICO PATRIMONIAIS.....	203
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	205
INTRODUÇÃO	207
8.1 – CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE	207
8.1.1. Identificação.....	207
8.1.2. Legislação.....	208
8.1.3. Estrutura Organizacional Efetiva.....	208

8.1.4. Descrição Sumária das Atividades.....	208
8.1.5. Recursos Humanos.....	208
8.1.6. Organização Contabilística	209
8.1.7. Outras Informações Relevantes.....	209
NOTAS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	211
8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	213
Nota 8.2.1 – Derrogação das disposições do POCAL.....	213
Nota 8.2.2 – Valores Comparativos	213
Nota 8.2.3 – Critérios valorimétricos	213
Nota 8.2.6 – Comentário às contas 43.1 «Despesas de Instalação» e 43.2 «Despesas de Investigação e Desenvolvimento»	214
Nota 8.2.7 – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado e nas respetivas amortizações e provisões.....	214
Nota 8.2.8 – Desagregação de cada uma das rubricas dos mapas antecedentes	214
Nota 8.2.14 – Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade	214
Nota 8.2.15 – Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões.....	214
Nota 8.2.16 – Identificação das Entidades Participadas	215
Nota 8.2.18 – Discriminação da Conta «Outras aplicações financeiras»	216
Nota 8.2.22 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.....	217
Nota 8.2.26 – Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o mapa respetivo.	217
Nota 8.2.27 – Desdobramento das contas de provisões acumuladas.....	217
Nota 8.2.28 – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 – Fundo Patrimonial	220
Nota 8.2.29 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	221
Nota 8.2.31 – Demonstração dos resultados financeiros	221
Nota 8.2.32 – Demonstração dos resultados extraordinários	222
Nota 8.2.33 – Outra Informação Relevante	223
NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPETIVA EXECUÇÃO	225
8.3 – NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPETIVA EXECUÇÃO	227
Nota 8.3.1 – Modificações ao orçamento	227
Nota 8.3.2 – Modificações ao plano plurianual de investimentos.....	227
Nota 8.3.6 – Endividamento	227
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS INDIVIDUAIS.....	229



maia
CÂMARA MUNICIPAL

INTRODUÇÃO

Prestar contas, o exercício de um verdadeiro Estado de Direito Democrático.

A Administração Pública, considerada como o conjunto de órgãos de governo, que exercem função política e os órgãos que exercem função meramente administrativa, é guiada pelos princípios norteadores do Estado de Direito Democrático. Os dois pilares da Administração são a indisponibilidade do interesse público e a supremacia do interesse público. Destes decorrem os demais princípios que pautam a atividade pública.

A Constituição da República Portuguesa elenca alguns desses princípios no seu artigo 266.º, ao prever no n.º 1 que “*A Administração Pública visa a prossecução do interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos*”. Adita o seu n.º 2 que “*Os órgãos e agentes administrativos estão subordinados à Constituição e à lei e devem atuar, no exercício das suas funções, com respeito pelos princípios da igualdade, da proporcionalidade, da justiça, da imparcialidade e da boa-fé*”. A observância destes princípios possibilita a existência de um Estado legítimo, democrático, com participação popular. Ademais, viabiliza o melhor uso dos recursos públicos, destinados a uma finalidade nobre, a promoção do interesse público, o bem-estar da coletividade.

O dever de prestar contas advém diretamente da indisponibilidade do interesse público, sendo obrigatório ao administrador público, mero gestor de bens e de interesse alheios, de titularidade do povo. É um dever indissociável da função pública, imposto a qualquer agente ou órgão que utilize, administre, guarde, ou seja responsável pela preservação de bens ou contas públicas.

Na prossecução deste fim e em cumprimento da sua missão o órgão executivo de um município tem assim de prestar contas em momentos diversos e a diferentes destinatários, como sejam:

- Aos eleitores, sobre o cumprimento dos compromissos assumidos previamente no programa eleitoral;
- Ao Tribunal de Contas, a quem presta jurisdicionalmente contas da sua atividade financeira;
- Ao Ministério da Administração Interna (DGAL, e CCDR) e outros órgãos de controlo externo (DGO e IGF), a quem presta contas do ponto de vista da legalidade administrativa;
- Ao órgão deliberativo, Assembleia Municipal, a quem presta verdadeiramente contas para que este as aprecie em sessão ordinária a ocorrer durante o mês de abril.

Na linha de orientação destes princípios, o regime de contabilidade autárquica legalmente estabelecido (POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na sua redação atual) determina a elaboração dos documentos de prestação de contas, dos quais deve fazer parte integrante o relatório de gestão.

A indispensável sistematização dos diferentes dados do universo financeiro e contabilístico dita que no presente relatório de gestão seja adotada a seguinte estrutura analítica dividida em cinco capítulos.

O primeiro recai sobre o processo orçamental, inicialmente centrado na análise na execução global do orçamento, seguida de uma abordagem individual às componentes da Receita e da Despesa Municipal, finalizando com a respetiva articulação entre ambas, designadamente ao nível da evolução da poupança corrente, fluxos monetários e das fontes de financiamento do investimento.

O segundo capítulo incide sobre a temática do endividamento autárquico, sempre de primordial importância no contexto global da administração pública.

No capítulo seguinte inserem-se as demonstrações financeiras e respetiva análise económico-financeira, traduzida pelas considerações de cariz patrimonial, ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.

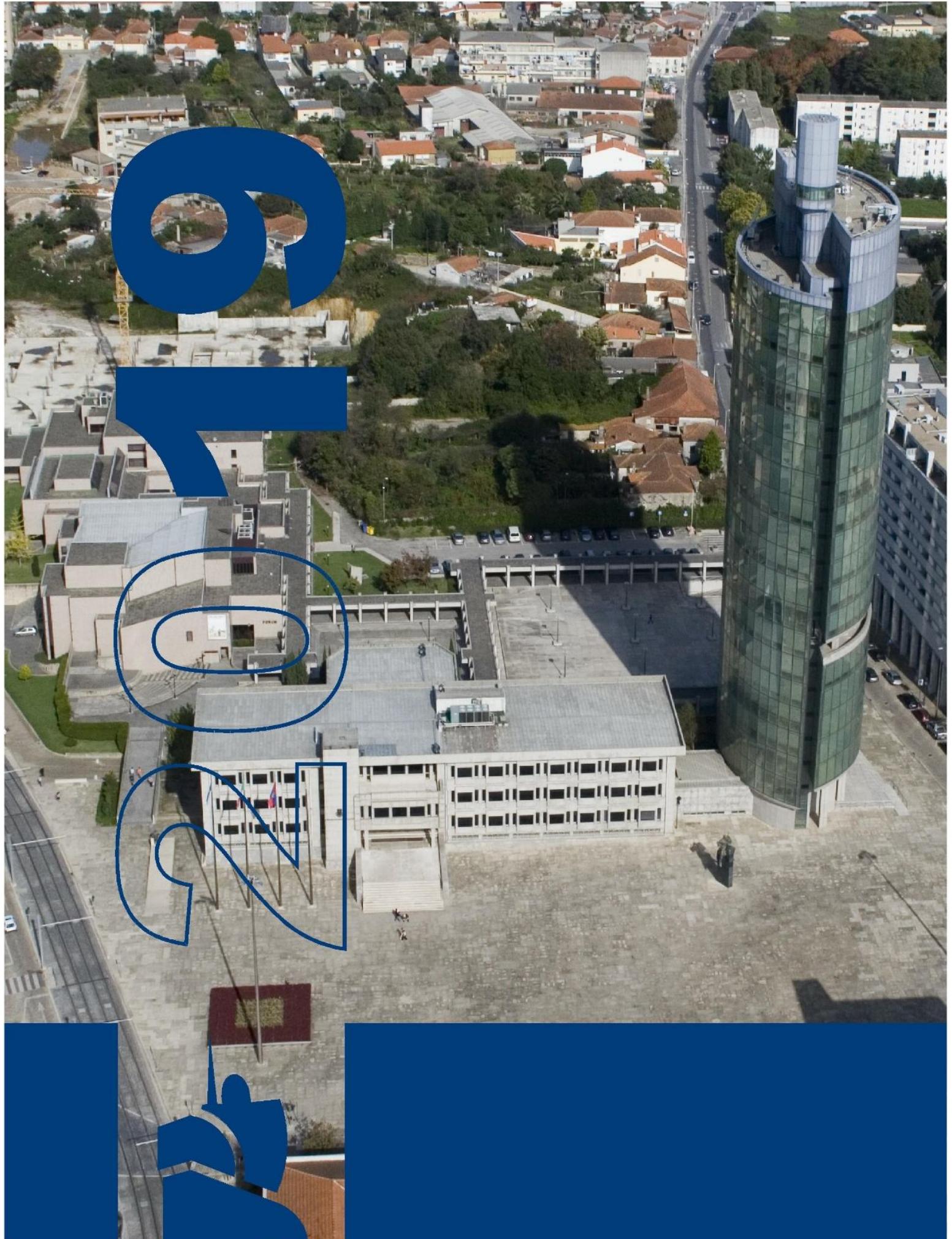
O capítulo quarto é dedicado ao conjunto dos indicadores considerados mais relevantes no âmbito das finanças municipais, de natureza orçamental e patrimonial.

Do quinto capítulo - como suporte fundamental de toda a análise -, constam os anexos às demonstrações financeiras, nos quais se agregam informações indispensáveis à correta avaliação e interpretação das contas prestadas.

A apreciação das contas individuais é concluída com a certificação legal das contas individuais, emitida por Revisor Oficial de Contas externo ao Município, nos termos da legislação aplicável.

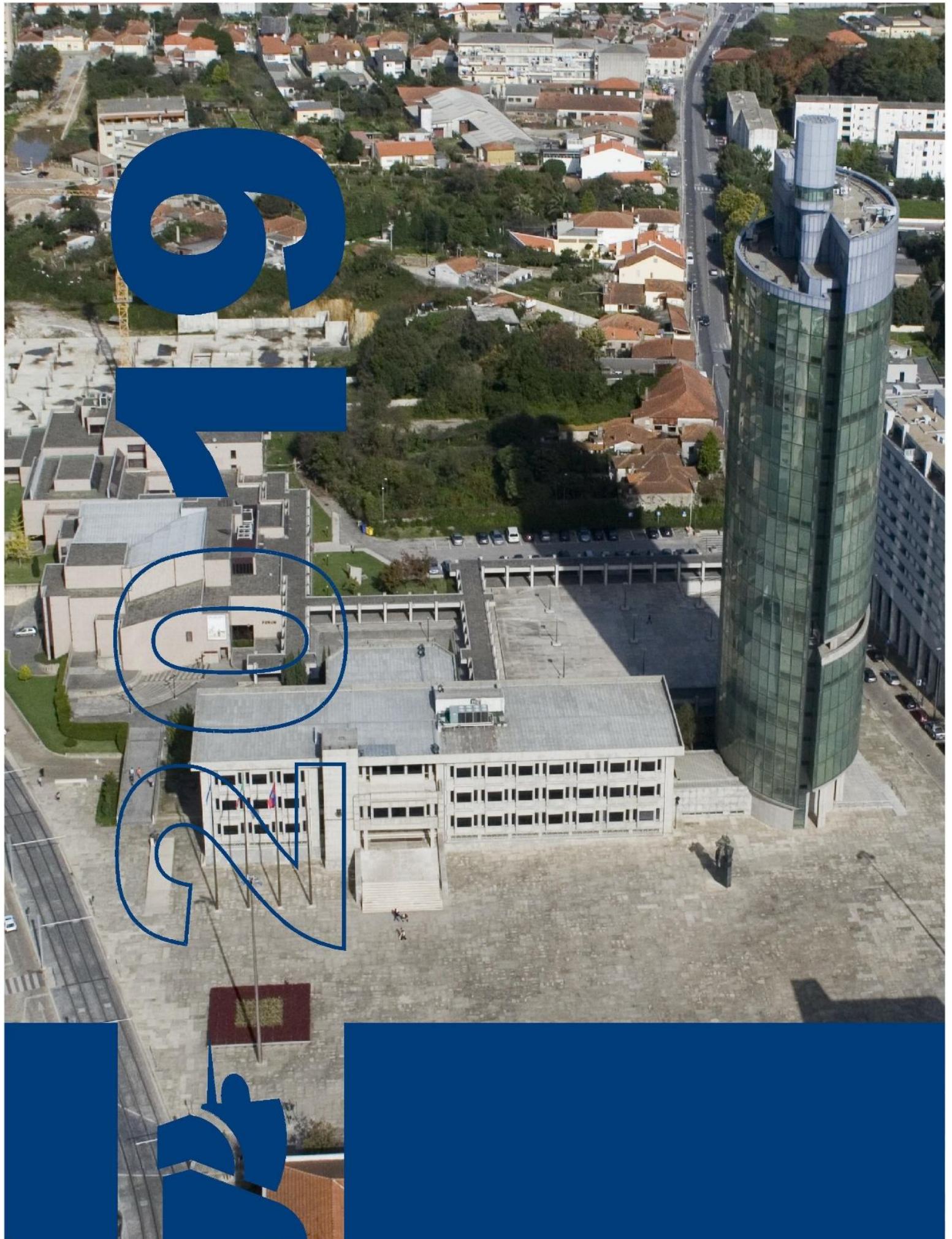
No que concerne às contas consolidadas do exercício económico de 2019, o respetivo reporte financeiro será submetido ao órgão deliberativo durante a sessão ordinária do próximo mês de junho, nos termos previstos no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual, no n.º 2 do seu artigo 76.º.

Releva ainda, como nota final, informar que, pela última vez, presta-se contas ao abrigo do normativo contabilístico previsto no POCAL, tendo em conta a sua revogação em consequência da recente reforma da contabilidade na administração pública, com a aprovação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), que, após sucessivos adiamentos, finalmente entrou em vigor no dia 01 de janeiro de 2020.



maia
CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ORÇAMENTAL



maia
CÂMARA MUNICIPAL

EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO

ANÁLISE ORÇAMENTAL

Com o objetivo de avaliar a capacidade de concretização dos projetos planeados, nomeadamente a capacidade de gestão dos recursos da autarquia face às múltiplas necessidades existentes num cenário macroeconómico em que os recursos financeiros são cada vez mais escassos, promove-se uma breve comparação entre orçamento inicial, final e o executado que será apreciado com maior detalhe ao longo do presente documento.

A estrutura orçamental assenta em receitas correntes e receitas de capital, que suportam as despesas correntes e as despesas de capital, respeitando o princípio do equilíbrio orçamental e sempre numa perspetiva de otimização dos recursos recebidos, face às necessidades de despesa existentes.

Em alinhamento com gerências anteriores a taxa de execução da receita reporta-se à taxa de cobrança efetiva, e à taxa de execução da despesa, respeita a obrigações efetivamente pagas e não à despesa realizada.

ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL

Quadro 1

ORÇAMENTO DO ANO DE 2019						
ANO DE 2019						
	Previsão			Execução		
	Inicial	Final	Desvio	Valor	Desvio	Taxa de Execução %
Receitas Correntes	66 544 548	65 779 632	-764 916	70 355 525	4 575 893	106,96%
Receitas de Capital	21 537 590	6 871 304	-14 666 287	5 007 551	-1 863 752	72,88%
Outras Receitas	282	282	0	2 826	2 544	100,196%
Saldo da gerência anterior	0	20 601 236	20 601 236	20 601 236	0	100,00%
Total	88 082 420	93 252 453	5 170 033	95 967 138	2 714 685	102,91%
Despesas Correntes	51 807 261	54 478 227	2 670 966	47 681 200	-6 797 027	87,52%
Despesas de Capital	36 275 159	38 774 226	2 499 067	24 915 297	-13 858 929	64,26%
Total	88 082 420	93 252 453	5 170 033	72 596 497	-20 655 956	77,85%

Un: Euros

Inicialmente o orçamento do município para o exercício de 2019 foi aprovado pelo valor de 88.082.420 €, tendo-se estimado para as receitas correntes 66.544.548 € e para as despesas correntes a dotação inicial de 51.807.261 €.

Quanto às rubricas de capital, o orçamento inicial das despesas foi fixado em 36.275.159 € e o da receita em 21.537.590€, o que de igual modo determina que se estimou que parte das despesas de investimento fosse financiada por receitas de carácter corrente, previsão de financiamento que se tem efetivamente verificado, como atestam os documentos de prestações de contas das anteriores gerências.

Aprovado o orçamento inicial nestes termos, na sequência das trinta e quatro modificações realizadas ao orçamento, sustentadas em trinta e uma Alterações e três Revisões, que no seu conjunto determinaram

um acréscimo de (+) 5.170.033 € no orçamento inicial, a dotação final do Orçamento Municipal posicionou-se em 93.252.453 €, distribuídos nos seguintes termos:

- Em matéria de natureza corrente, a dotação final das receitas registou uma variação de (-) 764.917 €, o que determinou uma dotação final de 65.779.632 €, comportamento inverso registou as despesas correntes com uma variação positiva de (+) 2.670.966 €, o que determinou uma dotação final de 54.478.227 €
- Quanto às rubricas de natureza de capital, a dotação final das despesas de capital ascendeu a 38.774.226 €, (+) 2.499.067 € que a inicial, enquanto as receitas de capital, comportaram uma variação negativa de (-) 14.666.287 €, o que determinou uma dotação final de 6.871.304 €

A variação registada na dotação global do Orçamento Municipal em (+) 5.170.033 €, teve por suporte:

- A integração de parte do saldo da gerência anterior, no montante de 8.887.335,90 €, tendo em vista a reafectação de “dotação não definida” para “dotação definida” de vários projetos financiados no âmbito do PEDU, os quais estavam pendentes da aprovação das candidaturas, bem como reforço de projetos cujos processos de contratação pública tinham impacto financeiro no exercício em análise.
- A diminuição no montante de (-) 3.717.302,79€, em consequência da recalendariação financeira da despesa indexada a vários projetos cofinanciados inscritos no Plano Plurianal de Investimentos, por contrapartida da diminuição da receita de natureza consignada.

No que respeita à execução orçamental verifica-se que a taxa de execução das receitas correntes permaneceu em níveis elevados, 106,96%, o que significa que do total de 65.779.632 € previstos arrecadar foram cobrados 70.355.525 € originando um acréscimo de (+) 4.575.893 €

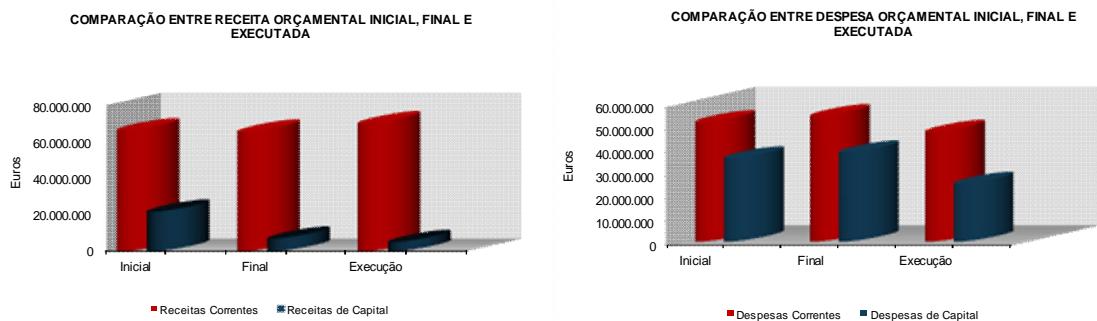
Quanto às receitas de capital, estas continuam a ficar muito aquém do previsto, uma vez que para uma previsão inicial de 21.537.590 € apenas se arrecadou 5.007.551 €, em consequência da não concretização de um conjunto de expectativas de venda de bens de investimento inicialmente previstas.

No grupo das despesas, a taxa de execução das despesas correntes confluí para 87,52%, e as despesas de capital para 64,26%, o que determina que sejam as despesas correntes que mais concorrem para a execução orçamental.

Perante a dotação final orçada, o total da despesa executada ascende a 72.596.497 € e o total da receita cobrada a 95.967.138 €, o que reflete taxas de execução na ordem dos 77,85% e 102,91%, respetivamente.

O gráfico seguinte é ilustrativo dos desvios anotados.

Gráfico 1



No que respeita ao cumprimento da regra do equilíbrio orçamental consagrada no Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, refira-se, desde logo, por um lado, que, independentemente da terminologia adotada nas normas citadas, o cumprimento da mencionada regra de equilíbrio orçamental deve ser garantido, relativamente a cada ano económico, no momento, da elaboração do orçamento, das respetivas modificações e em termos de execução orçamental.

Por outro lado, que o controlo e a demonstração do cumprimento da referida regra não decorrem, atendendo aos seus pressupostos, diretamente dos documentos consagrados no do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais ao nível da contabilidade orçamental, como acontecia outrora.

Importa, por fim, realçar que esta norma revoga, ainda que tacitamente, o princípio do equilíbrio orçamental consagrado no ponto 3.1.1., al. e), do POCAL.

Assim, atendendo às fases subjacentes a cada ciclo orçamental, para efeitos de demonstração do cumprimento desta regra remete-se para o capítulo seguinte.

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS

ALTERAÇÕES E REVISÕES

Durante os exercícios económicos são por regra realizadas modificações orçamentais, que originam acertos aos valores inicialmente previstos, por via do reforço e/ou anulação das respetivas dotações.

Interessa, por isso, proceder à apreciação detalhada dos ajustamentos desta natureza que se realizaram durante o período em apreço por via de trinta e uma Alterações e três Revisões, cujas tipologias se identificam no quadro resumo que se insere.

Quadro 2

NATUREZA DAS MODIFICAÇÕES		
ANO 2019		
	Alterações	Revisões
Orçamento da Despesa	31	3
Plano Plurianual de Investimentos	29	2
Plano de Atividades Mais Relevantes	31	3
Orçamento da Receita	4	1

Un: Número

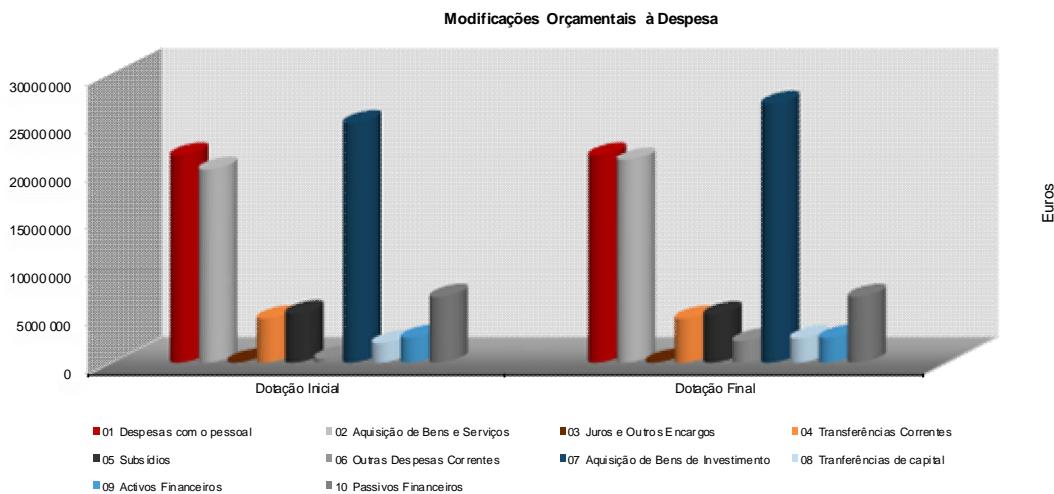
Estruturando a informação referente às modificações orçamentais realizadas em grupos em que se agregam tanto as inscrições/reforços como as diminuições/anulações a que foram sujeitos os diferentes capítulos económicos da despesa e da receita autárquica, avalia-se de seguida o comportamento das respetivas dotações orçamentais ao longo do ano 2019, face aos consecutivos ajustamentos das previsões às realizações então executadas.

Quadro 3

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS À DESPESA								
ANO DE 2019								
Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	51 807 261	58,82%	11 977 101	9 306 135	54 478 227	58,42%	2 670 966	5,16%
01 Despesas com o pessoal	21 579 750	24,50%	14 155 71	14 155 71	21 579 750	23,14%	0	0,00%
02 Aquisição de Bens e Serviços	20 024 321	22,73%	7 264 690	6 237 15	21 051 897	22,58%	1027 576	5,13%
03 Juros e Outros Encargos	13 182 4	0,15%	0	14 200	17 624	0,13%	-14 200	-10,77%
04 Transferências Correntes	4 536 386	5,15%	938 204	946 250	4 528 340	4,86%	-8 046	-0,18%
05 Subsídios	5 084 280	5,77%	27 090	130 000	4 981 370	5,34%	-102 910	-2,02%
06 Outras Despesas Correntes	450 700	0,51%	2 331 546	563 000	2 219 246	2,38%	1768 546	392,40%
Despesas Capital	36 275 159	41,18%	11 088 560	8 589 492	38 774 226	41,58%	2 499 067	6,89%
07 Aquisição de Bens de Investimento	24 933 443	28,31%	10 257 642	8 264 562	26 926 523	28,87%	1993 080	7,99%
08 Transferências de capital	2 006 500	2,28%	828 692	324 930	2 510 261	2,69%	503 761	25,11%
09 Ativos Financeiros	2 568 600	2,92%	2 226	0	2 570 826	2,76%	2 226	0,09%
10 Passivos Financeiros	6 766 616	7,68%	0	0	6 766 616	7,26%	0	0,00%
TOTAL	88 082 420	100,00%	23 065 661	17 895 628	93 252 453	100,00%	5 170 033	5,87%

Un: Euros

Gráfico 2



Da análise geral do Quadro 3 e em consequência das trinta e uma Alterações e três Revisões realizadas ao orçamento da despesa, apresentam-se reforços no valor global de 23.065.661 €, traduzidos da seguinte forma:

- 5.170.033 € que originaram um aumento na dotação global do orçamento da despesa, que teve como contrapartida o aumento da dotação global do orçamento da receita de igual montante, em resultado da integração do saldo da gerência anterior, para fazer face à recalculação da despesa associada a projetos cofinanciados inscritos no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e no Plano de atividades Mais Relevantes (PAM), no âmbito do PEDU e outras Candidaturas.
- 17.895.628 € que tiveram como única contrapartida a diminuição de dotações em diversas rubricas que se encontravam excessivamente dotadas, não dando origem a qualquer alteração na dotação global do orçamento.

O aumento da dotação global do orçamento da despesa reparte-se de forma quase equivalente entre componente Corrente e de Capital, cabendo-lhes respetivamente (+) 2.670.966 € e (+) 2.499.067 €

A modificação positiva com maior expressão ocorreu nas Despesas de Capital, no grupo das “Aquisições de Bens de Investimento”, com um acréscimo de 1.993.080 €, derivada sobretudo da necessidade de reforçar as componentes, “Viadutos, arruamentos e obras complementares” e “Terrenos”, a fim de permitir a concretização de vários projetos cofinanciados no âmbito do PEDU, os quais estavam pendentes da aprovação das candidaturas.

Seguidamente posicionam-se as modificações positivas na rubrica de “Outras Despesas Correntes”, no montante de 1.768.546 €, necessidade decorrente de imposições legais levadas ao nosso conhecimento no decurso do ano, impossíveis de prever aquando da elaboração do Orçamento inicial, sobretudo as restituições de impostos e taxas.

A acompanhar o aumento segue-se a componente de “Aquisição de Bens e Serviços”, no montante de (+) 1.027.575,68 €, tendo por finalidade:

-
- O reforço da “Iluminação Pública”, no valor de (+) 581.000 €, em consequência do contrato celebrado de fornecimento de energia em mercado liberalizado.
 - O reforço dos “Encargos de cobrança de receita”, no montante de 113.749 €, necessidade decorrente de imposições legais levadas ao nosso conhecimento no decurso do ano, também impossíveis de prever no momento da elaboração do Orçamento inicial.
 - O reforço de vários projetos iniciados ou a iniciar, incluindo os inscritos com dotação não definida, com impacto financeiro no exercício de 2019;
 - O ajustamento orçamental indexado a projetos cofinanciados, por força da necessidade de recalendariação da respetiva despesa;

Também no grupo das despesas de capital, verifica-se uma variação positiva de (+) 503.761 € nas “*Transferências de Capital*” que foi definida pela necessidade de reforçar as seguintes classificações económicas:

- 08.01.01.01 - Empresas públicas municipais e intermunicipais, no montante de 25.000 €
- 08.05.01.02 – Freguesias, no montante de 344.485 €
- 08.07.01 – Instituições sem Fins Lucrativos, no montante de 134.276 €

Por último e com menor materialidade, apresenta-se o reforço (+) 2.226 € na rubrica “*Ativos Financeiros*” incluído nas despesas de capital.

Em matéria de modificações negativas, apenas se apuraram no Capítulo das “Despesas Correntes” nas rubricas “*Subsídios*”, “*Juros e Outros Encargos*” e “*Transferências Correntes*”, com pouca expressividade no orçamento global, atingindo apenas variações de (-) 102.910 €, (-) 14.200 € e (-) 8.046 € respetivamente.

Interessa de igual modo registar que, para além das possíveis implicações que as diferentes inscrições/reforços e as diminuições/anulações contêm no orçamento da despesa, têm de ter obrigatoriamente reflexos no Plano Plurianual de Investimentos e ou Plano de Atividades Mais Relevantes, determinando por isso alterações ou até mesmo revisões naqueles documentos.

Na alçada do Plano Plurianual de Investimentos concretizaram-se, vinte e nove alterações e duas revisões, quanto ao Plano das Atividades Mais Relevantes realizaram-se trinta e uma alterações e três revisões, as quais provocaram um impacto nas dotações globais, no montante de (+) 5.170.033 €, em consequência das razões anteriormente expostas.

No âmbito do Orçamento da Receita foram executadas quatro alterações e uma revisão, que conjuntamente implicaram um aumento da dotação global do orçamento de 5.170.033 €, fundamentadas nos seguintes termos:

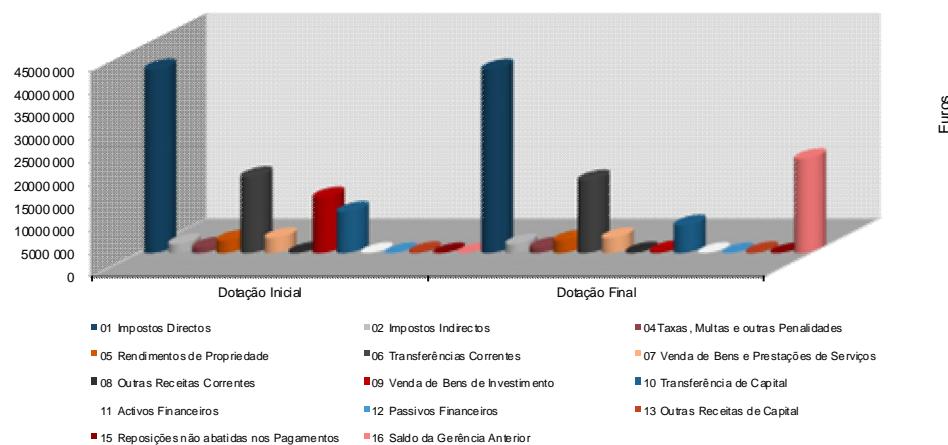
Quadro 4

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS À RECEITA								
ANO DE 2019								
Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes	66 544 548	75,55%	17 1500	936 416	65 779 632	70,54%	-764 916	-1,15%
01 Impostos Diretos	40 354 800	45,81%	0	0	40 354 800	43,27%	0	0,00%
02 Impostos Indiretos	1966 800	2,23%	0	0	1966 800	2,11%	0	0,00%
04 Taxas, Multas e outras Penalidades	1263 100	1,43%	0	30 000	1233 100	1,32%	-30 000	-2,38%
05 Rendimentos de Propriedade	2 798 300	3,18%	0	0	2 798 300	3,00%	0	0,00%
06 Transferências Correntes	16 651 948	18,90%	17 1500	906 416	15 917 032	17,07%	-734 916	-4,41%
07 Venda de Bens e Prestações de Serviços	3 308 400	3,76%	0	0	3 308 400	3,55%	0	0,00%
08 Outras Receitas Correntes	201200	0,23%	0	0	201200	0,22%	0	0,00%
Receitas Capital	21 537 590	24,45%	365 892	15 032 179	6 871 304	7,37%	-14 666 287	-68,10%
09 Venda de Bens de Investimento	12 195 400	13,85%	0	11 713 900	481500	0,52%	-11 713 900	-96,05%
10 Transferência de Capital	9 036 190	10,26%	365 892	3 303 279	6 098 804	6,54%	-2 937 387	-32,5%
11 Ativos Financeiros	60 900	0,07%	0	0	60 900	0,07%	0	0,00%
12 Passivos Financeiros	0	0,00%	0	0	0	0,00%	0	-
13 Outras Receitas de Capital	245 100	0,28%	0	6 000	230 100	0,25%	-15 000	-6,12%
Outras Receitas	282	0,00%	20 601 236	0	20 601 518	22,09%	20 601 236	7305402,80%
15 Reposições não abatidas nos Pagamentos	282	0,00%	0	0	282	0,00%	0	0,00%
16 Saldo da Gerência Anterior	0	0,00%	20 601 236	0	20 601 236	22,09%	20 601 236	-
TOTAL	88 082 420	100,00%	21 138 628	15 968 595	93 252 453	100,00%	5 170 033	5,87%

Un: Euros

Gráfico 3

Modificações Orçamentais à Receita



- A primeira alteração a ser elaborada teve como finalidade, a inscrição da classificação económica 10.03.01.05 – Transferências de Capital – Administração Central – Estado - Artº 35.º, n.º 3 da Lei 73/2013, com o montante de 350.892,00€, a fim de permitir a arrecadação das transferências do OE/2019 - Estado - Artº 35.º, n.º 3 da Lei 73/2013.

Para o efeito, a referida inscrição teve como contrapartida a diminuição na rubrica 06.03.01.99 – Estado – Outros, não originando por isso um aumento da dotação global do orçamento da receita.

-
- A segunda a ser elaborada, teve como finalidade, o ajustamento de receita orçamental indexada a projetos cofinanciados, da seguinte forma:

- Recalendário da despesa associada a vários projetos financiados, inscritos no Plano Plurianual de Investimentos e no Plano das Atividades Mais Relevantes, por contrapartida da diminuição das dotações orçamentais previstas no Plano Plurianual Investimento e no Plano das Atividades Mais Relevantes para 2019, de diversos projetos, dada a natureza consignada da receita em causa, consequente da respetiva recalendário financeira.
- Reforço da dotação da rubrica de receita “10.03.07 – Estado – Participação comunitária em projetos cofinanciados” no montante de (+) 75.150,43 €, correspondente a 85% do financiamento na proporção do investimento elegível, do projeto N.º 7/I/2016 – “Reperfilamento da Avenida de D. Mendo (ex- EN 13) entre a designada Rotunda da "SONAE" e o limite Sul do Concelho.
- Diminuição da dotação da rubrica da receita “10.03.07 – Estado – Participação comunitária em projetos cofinanciados” no montante de (-) 3.378.428,93 €
- Diminuição da dotação da rubrica da receita “06.03.06 - Estado - Participação comunitária em projetos cofinanciados”, no montante de (-) 414.024,29 €

Para o efeito, o montante global do orçamento da receita foi diminuído em (-) 3.717.302,79 €, nas rubricas das receitas “10.03.07” e “06.03.06” – Estado – Participação comunitária em projetos cofinanciados”, tendo como contrapartida a diminuição no orçamento da despesa de igual montante.

- A terceira a ser elaborada, teve como finalidade, a inscrição da classificação económica 06.09.01 – Transferências Correntes – Resto do Mundo – União Europeia - Instituições, com o montante de 141.500€, a fim de permitir a arrecadação da receita de projetos financiados. A referida inscrição teve como contrapartida a diminuição na rubrica 06.03.01.99 – Estado – Outros, não originando por isso um aumento da dotação global do orçamento da receita.
- A quarta a ser elaborada, teve como finalidade a inscrição de duas classificações económicas a seguir identificadas, a fim de permitir a arrecadação da respetiva receita, associada a projetos financiados.
 - 06.07.01 – Transferências Correntes – Instituições sem fins lucrativos, com o montante de 30.000 €
 - 10.07.01 - Transferências de Capital - Instituições sem fins lucrativos, com o montante de 15.000 €

Estas inscrições tiveram como contrapartida a diminuição na rubrica 04.01.23.02 – Loteamento e Obras, não originando um aumento da dotação global do orçamento da receita.

- No que toca à única revisão, teve por finalidade a integração do saldo da gerência anterior no montante de 20.601.235,90 €, com a seguinte aplicação:
- 11.713.900,00 €, com contrapartida na diminuição da rubrica “09 - Venda de Bens de Investimento”, que se encontrava excessivamente dotada.
- 8.887.335,90 € para aumento global do Orçamento da Receita, como contrapartida do aumento global do Orçamento da Despesa, em igual montante.

RELAÇÃO ENTRE RECEITA E DESPESA

EVOLUÇÃO DOS FLUXOS MONETÁRIOS

De seguida desenvolve-se uma análise, numa ótica orçamental, à evolução da variação de ativos com reflexos no saldo final da gerência. Pretende-se relacionar a evolução das despesas e receitas efetivas e confrontá-las com o desenvolvimento, quer do saldo corrente do exercício (receita corrente – despesa corrente), quer do de capital (receita de capital – despesas de capital), aferindo em que medida contribuem para financiar a gerência do exercício seguinte e simultaneamente avaliar as fontes de financiamento.

Quadro 5

EVOLUÇÃO DOS FLUXOS MONETÁRIOS									
	2017			2018			2019		
	Receita Cobrada	Despesas Executada	Diferença	Receita Cobrada	Despesas Executada	Diferença	Receita Cobrada	Despesas Executada	Diferença
Saldo da gerência anterior	16.405.049		16.405.049	15.495.844		15.495.844	20.601.236		20.601.236
Corrente	65.095.370	43.013.714	22.081.656	67.960.872	43.186.897	24.773.974	70.355.525	47.681.200	22.674.325
Capital	1.678.431	24.675.192	-22.996.762	6.311.000	26.009.735	-19.698.735	5.007.551	24.915.297	-19.907.746
Outras	5.901		5.901	30.153		30.153	2.826		2.826
TOTAL	83.184.750	67.688.906	15.495.844	89.797.868	69.196.632	20.601.236	95.967.138	72.596.497	23.370.641

Un.€uros

Como já vem sendo recorrente, a Evolução dos Fluxos Monetários apresenta expressivas poupanças correntes brutas acima dos 22 M€

No exercício de 2019, a receita corrente cobrada atingiu a considerável importância de 70.355.525 € e a despesa corrente paga situou-se nos 47.681.200 €, assinalando-se uma poupança corrente bruta de 22.674.325 €, que comportou não só défice alcançado na componente de capital, uma vez que a receita cobrada foi inferior à despesa paga, mas também libertou fluxos monetários para a gerência seguinte, apresentando-se uma vez mais como principal fonte de financiamento do investimento.

No que respeita às componentes de capital, verifica-se que a receita cobrada tem sido inferior à despesa paga, fomentando sucessivos saldos negativos de capital, sustentados pela poupança corrente bruta e

pelo saldo da gerência anterior. Em 2019, uma vez mais, o saldo negativo de capital foi inteiramente absorvido pela poupança corrente.

A receita cobrada bruta total atingiu 95.967.138 € e a despesa total paga 72.596.497 € gerando um saldo para a gerência seguinte de 23.370.671 €, superior ao transitado da gerência de 2018, como se poderá aferir no Gráfico 4.

Gráfico 4
EVOLUÇÃO DOS FLUXOS MONETÁRIOS



POUPANÇA CORRENTE

O Princípio do Equilíbrio Orçamental, na redação prevista no regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, estabelece que os orçamentos preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas e que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Tais condições devem ser observadas no momento da elaboração do orçamento, das respetivas modificações e na execução orçamental. Funcionam como forma de contenção do *deficit* orçamental e de formação da poupança corrente, tendo em vista a sua aplicação na despesa de investimento.

Para verificar o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental nas diferentes fases do ciclo orçamental, insere-se o quadro seguinte:

Quadro 6

PRINCÍPIO DO EQUILÍBIO ORÇAMENTAL				
Ano 2019				
		Dotação inicial	Dotação final	Execução orçamental
(1)	Receita Corrente	66.544.548	65.779.632	70.355.525
(2)	Despesa Corrente	51.807.261	54.478.227	47.681.200
(3)=(1)-(2)	Poupança corrente	14.737.287	11.301.405	22.674.325
(4)	Amortizações médias empréstimos de MLP	10.937.130	8.134.986	8.134.986
		(a)	(a)	
(5)=(3)-(4)		3.800.157	3.166.419	14.539.339

Un:Euros

a) No final do exercício de 2018 foram integralmente amortizados dois empréstimos [BTA - nº 3012/00 (6.000.000-29.927.873,82 €) e BPI (2002-20.000.000,00 €)] razão pela qual se verifica a diferença assinalada no valor das amortizações médias identificadas nas colunas na dotação inicial e final.

Da observação do Quadro 6 é possível concluir que nas três fases do ciclo orçamental o município cumpriu integralmente o princípio do equilíbrio orçamental, verificando-se uma cobertura das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo pela poupança corrente, culminando, em matéria de execução orçamental, com a libertação de 14.539.339 € para financiamento de investimento.

Contudo, o conceito de poupança corrente não pode ser descontextualizado nem das dívidas correntes transitadas, nem das receitas correntes liquidadas e não cobradas do exercício, pelo que importa avaliar também a designada Poupança Líquida Corrente do Exercício, que compreende estas duas variáveis.

Quadro 7

EVOLUÇÃO DA POUPANÇA CORRENTE DO EXERCÍCIO			
	2017	2018	2019
Receita Corrente Executada	65.095.370	67.960.872	70.355.525
Despesa Corrente Executada	43.013.714	43.186.897	47.681.200
Poupança Corrente Bruta (1)	22.081.656	24.773.974	22.674.325
Variação	-7,09%	12,19%	-8,48%
Dívida Corrente Transitada (2)	206.053	-334.991	97.353
Da Gerência Anterior	309.624	515.677	180.686
Para a Gerência Seguinte	515.677	180.686	278.040
Receita Corrente Liquidadas e não cobrada do pp exercício (3)	1.539.232	-944.409	782.903
Da Gerência Anterior	3.387.199	4.926.431	3.982.022
Para a Gerência Seguinte	4.926.431	3.982.022	4.764.925
Poupança Corrente Líquida do Exercício (4)=(1)-(2)+(3)	23.414.836	24.164.556	23.359.875
Variação	1,82%	3,20%	-3,33%

Un:Euros

Em face do exposto, ao integrar na análise as dívidas transitadas e a receita liquidada e não cobrada, assiste-se a consecutivas poupanças correntes líquidas, atingindo-se em 2019, 23.359.875€, valor ligeiramente inferior aos anos anteriores.

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL EM SENTIDO SUBSTANCIAL

O Princípio do Equilíbrio em Sentido Substancial pode ser aferido numa ótica de *Execução Autónoma do Ano*, em que se avalia a taxa de cobertura das despesas orçamentais realizadas e pagas no ano pelas receitas disponíveis do ano ou, pode ser aferido numa ótica de *Execução Global* através da taxa de cobertura das despesas orçamentais totais (pagas e a transitar para o ano seguinte) pelas receitas disponíveis no ano.

Neste contexto, apresenta-se o Quadro 8 que pretende demonstrar o grau de execução do princípio mencionado.

Quadro 8

CONTROLO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL EM SENTIDO SUBSTANCIAL			
	2017	2018	2019
Receita Cobrada	66.779.702	74.302.024	75.365.902
Corrente	65.095.370	67.960.872	70.355.525
Capital	1.678.431	6.311.000	5.007.551
Outras Receitas	5.901	30.153	2.826
Despesa Paga	67.688.906	69.196.632	72.596.497
Corrente	43.013.714	43.186.897	47.681.200
Capital	24.675.192	26.009.735	24.915.297
Saldo Final de Operações Orçamentais	15.495.844	20.601.236	23.370.641
Divida Total Transitada			
Da Gerência Anterior	336.726	650.217	190.991
Para a Gerência Seguinte	650.217	190.991	339.293
Equilíbrio Orçamental Substancial (Execução Autónoma do ano)	122,33%	130,64%	131,92%
Equilíbrio Orçamental Substancial (Execução Global do ano)	121,72%	129,41%	131,58%

Un:Euros

Em 2019, o Princípio do Equilíbrio Orçamental em Sentido Substancial foi uma vez mais cumprido, quer no que respeita à execução autónoma do ano (131,92%) quer no que respeita à execução global do ano (131,58%), disposição que se tem mantido ao longo dos últimos três anos representados no quadro anterior.

O desenvolvimento positivo destes rácios encontra-se influenciado, inequivocamente, quer pelo comportamento da dívida transitada, quer pelos salutares níveis de execução orçamental da receita.

FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO

A análise que se segue às fontes de financiamento do investimento tem como objetivo aferir de que forma as diversas receitas municipais cobradas no exercício de 2019 contribuem para financiar o investimento realizado pela autarquia, não deixando de ressalvar que de acordo com o princípio da não consignação, em regra, o produto de quaisquer receitas não pode ser afeto à cobertura de determinadas despesas, salvo quando essa afetação for permitida por lei, como é o caso específico de alguns investimentos que têm subjacentes a comparticipação de fundos comunitários e/ou a cooperação técnica e financeira do Estado.

Neste pressuposto, as receitas municipais foram agregadas em função da sua importância em dois grandes grupos, as de carácter corrente que aparecem associadas à poupança corrente gerada no exercício, deduzida que seja das amortizações de capital e de outras despesas de capital de carácter residual e não reprodutivo, e as de natureza de capital que em função da sua tipicidade aparecem mais desagregadas, incluindo-se por último o contributo do saldo da gerência anterior.

Quadro 9

FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO		Valor	FF / DI
2019			
Receitas Capital (1)		5.007.551	27,6%
Venda de Bens de Investimento		769.374	4,2%
FEF Capital		363.890	2,0%
Art.º 35.º, n.º 3 da Lei 73/2013		350.892	1,9%
Fundos comunitários		3.134.320	17,3%
Outras Trans Capital		336.729	1,9%
Passivos Financeiros		0	0,0%
Ativos Financeiros		0	0,0%
Outras receitas de Capital		52.347	0,3%
Poupança Corrente Disponível para Financiar Investimento (2) = (3)-(4)-(5)		15.913.457	87,7%
Poupança Corrente (3)		22.674.325	124,9%
Amortizações de Capital (4)		6.760.868	37,2%
Outras Despesas Capital (5)		0	0,0%
Reposiçãoes não abatidas nos pagamentos (6)		2.826	0,0%
Total Receita Gerada no Exercício Disponível para Financiar Investimento (7)=(1)+(2)+(6)		20.923.834	115,3%
Saldo gerência anterior (8)		20.601.236	113,5%
TOTAL (9) = (7)+(8)		41.525.070	228,7%
 Despesas de Investimento pagas (10)		 18.154.429	
 Despesas de Investimento (10) / Fontes Financiamento (9)		 43,72%	
 Saldo para a Gerência Seguinte = (9)-(10)		 23.370.641	

Un: Euros

Notas:
FF - Fonte de Financiamento
DI - Despesas de Investimento

A receita gerada no exercício de 2019 disponível para financiar investimento totaliza 20.923.834 €, permitindo acomodar a plenitude do investimento pago no montante de 18.154.429 €, assim como gerar, adicionado que seja o saldo da gerência anterior, um significativo saldo para a gerência seguinte de 23.370.641 €.

De igual modo, o “Saldo da gerência anterior”, quando analisado isoladamente e ao compreender 113,5% do Investimento, também permite absorver a totalidade do investimento e ainda libertar fluxos monetários.

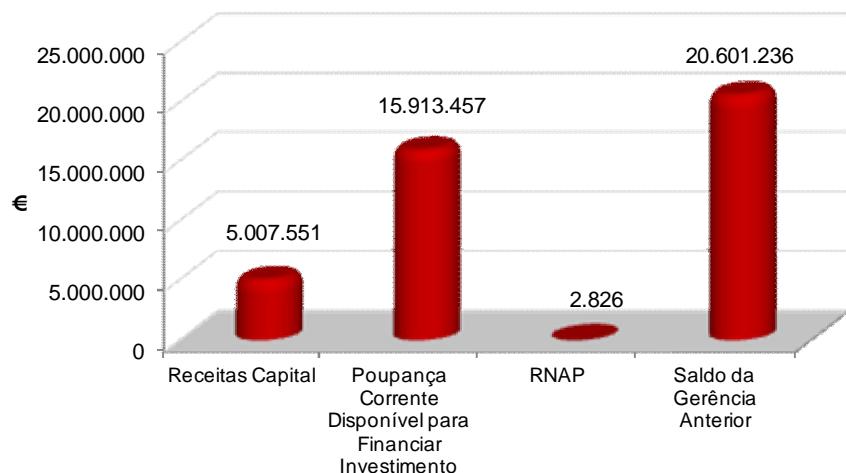
Por sua vez, a “Poupança Corrente”, deduzidas que sejam as amortizações de capital e outras despesas de capital não reproduutivo, apresenta-se como a segunda maior fonte de financiamento de investimento, contribuindo, por si só, para suportar 87,7% do investimento.

Com menor representatividade o agregado das Receitas de Capital foi responsável por 5.007.551 € da receita disponível gerada, destacando-se a componente de “Fundos Comunitários” com 3.134.320 € seguidos de 769.374 €, da “Venda de Bens de Investimentos”, 363.890 € do “FEF Capital”, 350.982 € provenientes do “Art.º 35.º, n.º 3 da Lei 73/2013”, 336.729 € das “Outras Transferências de Capital” e 52.347 das “Outras receitas de Capital”.

O Gráfico 5 representa a importância das diversas fontes de financiamento já enunciadas.

Gráfico 5

FONTES DE FINACIAMENTO DO INVESTIMENTO



FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM

Na sequência de uma recomendação do Tribunal de Contas e apesar do que está vertido no ponto 7.6 do POCAL, o movimento das cauções em dinheiro está repercutido no “Mapa de Fluxos de Caixa”, uma vez que estas são objeto de tratamento contabilístico no sistema de contabilidade patrimonial e estão corretamente refletidas no saldo das dotações não orçamentais, bem como, na conta de disponibilidades constante do balanço da autarquia.

Deste modo, só estão refletidas no Mapa das Contas de Ordem as cauções e depósitos de garantia que revestem a forma de seguro caução, garantia bancária ou outra forma idêntica registada por um documento.

FLUXOS DE CAIXA

O mapa de fluxos de caixa reflete os recebimentos e pagamentos resultantes do exercício ficando associados à execução do orçamento e às operações não orçamentais, tituladas de operações de tesouraria e cauções em dinheiro, neste documento são apontados os respetivos saldos, da gerência anterior e para a gerência seguinte, decompostos conforme a sua origem.

As operações de tesouraria e as cauções em dinheiro são operações de entrada e saída de fundos sem implicações orçamentais, que os serviços autárquicos realizam para terceiros, sendo meramente objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

O Quadro 10 revela, de forma sucinta os movimentos dos fluxos de caixa ocorridos no exercício de 2019.

Quadro 10

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA ANO 2019				
Recebimentos		Pagamentos		
Saldo da gerência anterior	24.938.361	Despesas Orçamentais		72.596.497
Execução Orçamental	20.601.236	Correntes	47.681.200	
Operações de Tesouraria	261.278	Capital	24.915.297	
Cauções em dinheiro	4.075.847			
Receitas Orçamentais	75.365.902	Dotações não Orçamentais		4.192.575
Correntes	70.355.525	Operações de Tesouraria	3.883.092	
Capital	5.007.551	Cauções em dinheiro	309.482	
Outras	2.826			
Dotações não orçamentais	4.276.466	Saldo para a gerência seguinte		27.791.657
Operações de Tesouraria	3.645.603	Execução Orçamental	23.370.641	
Cauções em dinheiro	630.863	Operações de Tesouraria	23.788	
		Cauções em dinheiro	4.397.228	
Total	104.580.729			104.580.729

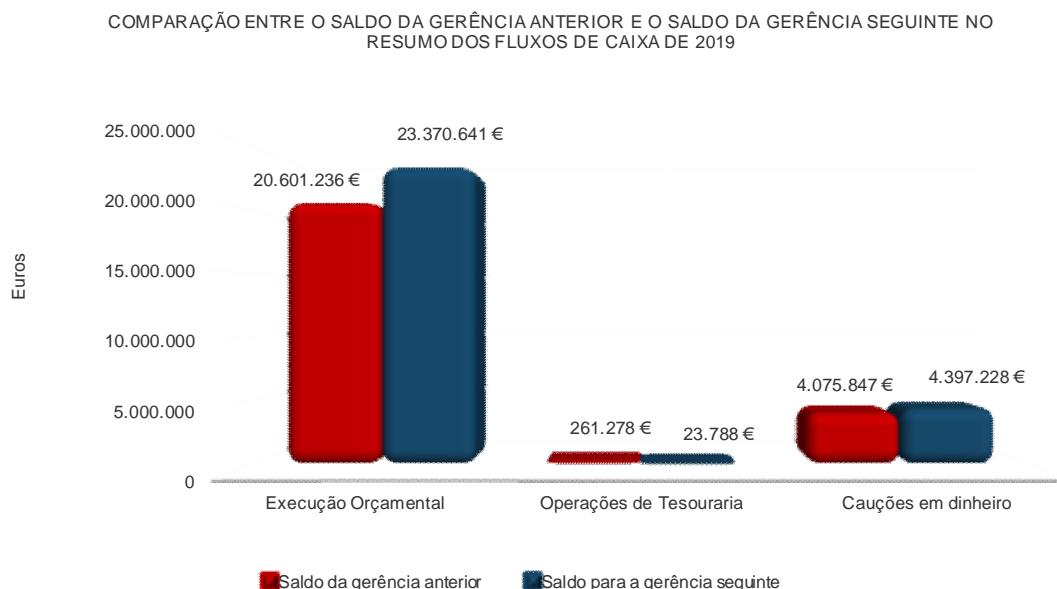
Un: Euros

Da análise efetuada aos movimentos financeiros durante a gerência de 2019 constata-se que:

- Os recebimentos no exercício de 2019 ascendem ao montante de 79.642.368 €, sendo atribuído às receitas orçamentais a quantia de 75.365.902 € e o diferencial a dotações não orçamentais, que são as operações de tesouraria e cauções em dinheiro cujos montantes são respetivamente 3.645.603€ e 630.863 €
- Os pagamentos no ano de 2019 apresentam um montante de 76.789.072 €, dos quais 72.596.497 € correspondem a despesas orçamentais (correntes e de capital) e os restantes 4.192.575 €, a despesas não orçamentais, dos quais 3.883.092 € correspondem a operações de tesouraria e os restantes 309.482 € a cauções em dinheiro.

- O saldo que transita para o ano de 2020 é de 27.791.657 €, fruto dos movimentos ocorridos entre recebimentos e pagamentos.

Gráfico 6



No contexto das *Operações Não Orçamentais*, as operações de tesouraria são as cobranças que os serviços do Município realizam para terceiros, ou seja, são operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial, e as cauções em dinheiro resultam de operações que não produzem alterações no património da entidade, mas representam possibilidade de futuras alterações.

Sendo de natureza não orçamental, os fluxos de entrada e de saída de fundos, bem como, as operações de carácter orçamental, são sempre comprovados com guia de recebimento e ordem de pagamento.

O Quadro 11 retrata a repartição destes encargos de acordo com a sua natureza.

Quadro 11

RESUMO DAS OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS (Operações de tesouraria e cauções em dinheiro)						
Ano 2019						
	Designação das contas	Saldo de gerência anterior		Movimento anual		Saldo para a gerência seguinte
		Devedor	Credor	Débito	Crédito	
21	CLIENTES/CONTRIBUINTES/UTENTES	0	2.270.230	61.462	359.489	0 2.568.257
21.7	Clientes e Utentes com Cauções					
21.7.1	De Execução de Obras (Loteamentos,...)	0	2.123.588	61462	346.713	0 2.408.839
21.7.3	Cientes e utentes c/ cauções LO até 31/12/2001	0	16.829			0 16.829
21.7.9	Outras	0	129.812		12.775	0 142.588
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	0	185.424	3.657.619	3.473.200	0 1.005
24.2	Retenção de impostos sobre rendimentos					
24.2.1	Trabalho dependente	0	101434	1.545.747	1.444.313	0 0
24.2.2	Trabalho independente	0	10.167	116.802	106.635	0 0
24.2.4	Prediais	0	64	110	1046	0 0
24.2.5	Pensões	0	0	75	75	0 0
24.4	Restantes impostos					
24.4.2	Imposto de selo - outros	0	0	1.346	1.346	0 0
24.5	Contribuições para a Segurança Social					
24.5.1	Caixa Geral de Aposentações	0	73.277	118.747	1045.470	0 0
24.5.2	ADSE	0	34	439.217	439.183	0 0
24.5.3	Instituto Gestão Financeira Segurança Social	0	0	428.131	428.131	0 0
24.9	Outras Contribuições					
24.9.2	Multas e coimas	0	449	6.345	6.901	1.005
26	OUTROS DEVEDORES E CREDORES	0	1.881.471	473.494	443.778	1.851.754
26.1	Fornecedores de Imobilizado					
26.1.21	Fornecedores de Imobilizado c/ cauções - individual	0	937.949	246.624	271.374	0 962.700
26.2	Pessoal					
26.2.29	Outras operações com o pessoal	0	126	516	419	0 29
26.3	Sindicatos					
26.3.1	Sindicatos Trabalhadores Administração Local	0	335	4.245	3.910	0 0
26.3.2	Sindicato Trabalhadores Administração Pública	0	756	10.081	9.325	0 0
26.3.5	Sindicato Trabalhadores Função Pública Norte	0	86	1.082	996	0 0
26.3.7	Sindicato Nacional dos Polícias Municipais	0	52	597	545	0 0
26.3.9	Sindicato dos Trabalhadores do Estado e de entidades Setor Público	0	7	86	80	0 0
26.8	Devedores e credores diversos					
26.8.8	Credores diversos de cauções até 31/12/2001	0	867.668	1397	0	0 866.272
26.8.9	Credores diversos - outros	0	74.491	208.866	157.129	0 22.754
	Totais	0	4.337.125	4.192.575	4.276.466	0 4.421.016

Un: Euros

De acordo com a análise do quadro supracitado, verifica-se que no exercício de 2019 os fluxos financeiros de entradas em cofre e destinados a outras entidades fixaram-se em 4.276.466 €, enquanto os movimentos de saída ascenderam ao montante de 4.192.575 €. O maior volume de movimentos são de natureza fiscal destinados a ser entregues ao Estado, nomeadamente em matéria de retenção de impostos sobre rendimento e contribuições para a Segurança Social, logo, o tempo que permanecem nos cofres da autarquia é diminuto uma vez cumpridos os prazos de entrega legalmente impostos.

No final do exercício, as cauções em dinheiro assumem maior relevo no total das operações não orçamentais existentes em cofre, cerca de 99%, resultado dos saldos que transitaram de gerências anteriores.

CONTAS DE ORDEM

O objetivo das contas de ordem é contabilizar factos ou circunstâncias que não geram modificações no património da autarquia, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo. É importante esclarecer, que apenas se faz referência à movimentação de garantias e cauções tituladas por papel, uma vez que as garantias prestadas em numerário, estão vertidas no mapa de operações não orçamentais já aludido, por terem dado origem a registos na contabilidade patrimonial.

Atenta à sua particularidade, a informação foi reproduzida em três quadros distintos, para “Garantias e Cauções Rececionadas”, para “Garantias a Favor de Terceiros”, e por último, para “Recibos para Cobrança”.

Quadro 12

GARANTIAS E CAUÇÕES RECECIONADAS						
Excluindo Cauções em Dinheiro						
Designação das contas		Saldo de gerência anterior	Movimento anual das garantias e cauções			Saldo para a gerência seguinte
		(A)	(B)	(C)	(D)	(E)=(A)+(B)-(C)-(D)
09.2	Garantias					
09.2.1	De empreitadas e fornecimentos	5.735.137		973.909	423.820	6.285.225
09.2.2	Para execução de obras	13.787.704		500.003	343.708	13.944.000
09.2.3	Outras Garantias	35.863				35.863
09.2.4	Garantias até 31.12.2001					0
09.2.5	Hipotecas	3.719.140			156.789	3.562.351
09.2.6.01	Seguros-Caução - empreitadas e fornecimentos	434.784		133.533	33.603	534.714
09.2.6.02	Seguros-Caução - execução de obras	129.687		336.690		466.377
	Total	23.842.315	1.944.135	957.920	0	24.828.530

Un.: Euros

A rubrica com maior impacto é a de garantias prestadas “para execução de obras” originando um saldo para a gerência seguinte de 13.944.000 €, pese embora no exercício de 2019 as garantias prestadas “de empreitadas e fornecimentos” apresentem o valor mais expressivo, 973.909 €

Em 2019 foram prestadas a favor da autarquia garantias no valor de 1.944.135 € e devolvidas 957.920 €, tendo transitado para a gerência seguinte um saldo de 24.828.530 €.

Quadro 13

GARANTIAS E CAUÇÕES A FAVOR DE TERCEIROS						
Designação das contas		Saldo de gerência anterior	Movimento anual das garantias e cauções			Saldo para a gerência seguinte
		(A)	(B)	(C)	(D)	(E)=(A)+(B)-(C)-(D)
09.4	Cauções a favor de terceiros					
09.4.1	Vasilhames					0
09.5	Garantias a favor de terceiros					
09.5.1	Empreitadas e fornecimentos	102.500				102.500
09.5.2	Hipoteca a favor de terceiros	5.175.787				5.175.787
09.5.3	Outras garantias a favor de terceiros	13.083.252		1.555.935		11.527.318
	Total	18.361.540	0	1.555.935	0	16.805.605

Un.: Euros

Mantêm-se registadas a favor de terceiros:

- A hipoteca sobre o Fórum no montante de 5.175.787 € registada a favor do Ministério das Finanças em 2007, tendo em vista a suspensão do processo de execução fiscal existente, em

consequência do município ter contestado a decisão da cobrança do IVA associada ao processo de antecipação das rendas habitacionais realizado em 2004 a favor de terceiros;

- Três garantias prestadas pelo município em 2005 a favor da ARHNORTE, IP – Administração da Região Hidrográfica do Norte, IP, duas de 25.000 € e uma de 50.000 €;
- Uma garantia prestada em 2005 a favor do IEP – Instituto de Estradas de Portugal, na importância de 2.500 €;
- Duas garantias, cada uma no valor unitário de 5.763.659 €, indexadas aos Bancos BPI e Santander Totta, na sequência do contrato de cessão de créditos pela antecipação de rendas dos empreendimentos de habitação social, celebrado em 2004 pela Espaço Municipal, que no seu computo global refletem a libertação de 1.555.935 € em relação ao saldo existente no final da gerência de 2018, justificando na íntegra a diminuição assinalada nas garantias prestadas.
- Pese embora a sua não referência em relatos anteriores a 2015, considerando que o Município da Maia não foi a entidade cedente na respetiva operação de cessão de créditos, intercede contudo como garante perante eventual incumprimento por parte dos devedores, motivo pelo qual se entendeu prudente a sua inclusão a partir do exercício económico de 2015, apesar de, desde 2004 e até à presente data, ainda não terem sido acionadas as respetivas garantias dado o cumprimento regular dos arrendatários.

Quadro 14

RECIBOS PARA COBRANÇA					
Designação das contas	Saldo de gerência anterior	Movimento anual			Saldo para a gerência seguinte (D)=(A)-(B)+(C)
		(A)	(B)	(C)	
09.3 Receita Virtual	1.568.217				
09.3.1 Receita Virtual de Anos Anteriores	1.568.217		1.568.217		0
09.3.2 Receita Virtual do Próprio Ano					0
Total	1.568.217			Total	0

Un: Euros

Com a entrada em vigor do novo normativo contabilístico (Sistema de Normalização Contabilístico-Administração Pública), cessa o conceito de receita virtual, o que determinou a anulação dos documentos que estiveram à guarda do Tesoureiro Municipal para a cobrança virtual, no período compreendido entre 2002 e 2006, espelhadas nas contas de ordem.

Importa todavia assinalar que, à exceção do valor dos documentos que se referem às licenças e cartões de uso e porte de arma, na quantia de 100,45 €, que se refletiu na anulação da receita, o diferencial permanece em dívida nas respetivas contas de terceiros, com o inerente reflexo do ponto de vista patrimonial.



maia
CÂMARA MUNICIPAL

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

ANÁLISE GLOBAL DA RECEITA

Quadro 15

	Estrutura Geral da Receita								
	2017		2018		2019		Peso	Variação 2018/ 2019	Taxa de Execução
	Execução	Variação 2016/ 2017	Execução	Variação 2017/ 2018	Previsão	Execução			
Receitas Correntes	65.095.370	-1,8%	67.960.872	4,4%	65.779.632	70.355.525	93,4%	3,5%	107,0%
Impostos Diretos	39.469.454	-6,5%	43.960.222	11,4%	40.354.800	44.588.939	59,2%	1,4%	110,5%
Impostos Indiretos, Tx Multas e Out. Penalidades	3.957.049	44,3%	3.202.433	-19,1%	3.199.900	2.737.340	3,6%	-14,5%	85,5%
Rendimentos de Propriedade	2.823.607	0,9%	2.649.082	-6,2%	2.798.300	2.627.158	3,5%	-0,8%	93,9%
Transferências Correntes	15.347.594	2,8%	14.379.075	-6,3%	15.917.032	15.918.100	21,1%	10,7%	100,0%
Venda de Bens e Serviços Correntes	3.172.268	-6,7%	3.564.011	12,3%	3.308.400	3.457.689	4,6%	-3,0%	104,5%
Outras Receitas Correntes	325.398	37,4%	206.049	-36,7%	201.200	1.026.299	1,4%	398,1%	510,1%
Receitas de Capital	1.678.431	51,8%	6.311.000	276,0%	6.871.304	5.007.551	6,6%	-20,7%	72,9%
Venda de Bens de Investimento	1.501	-98,8%	46.145	2973,0%	481.500	769.374	1,0%	1567,3%	159,8%
Transferências de Capital	1.400.433	152,7%	2.269.132	62,0%	6.098.804	4.185.831	5,6%	84,5%	68,6%
Ativos Financeiros	3.330	-35,3%	7.283	118,7%	60.900	0	0,0%	-100,0%	0,0%
Passivos Financeiros	0	0,0%	3.988.440	0,0%	0	0	0,0%	-100,0%	-
Outras Receitas de Capital	273.167	-35,0%	0	-100,0%	230.100	52.347	0,1%	-	22,7%
Outras Receitas	5.901	-89,2%	30.153	411,0%	282	2.826	0,0%	-90,6%	1002,0%
Total das Receitas	66.779.702	-1,0%	74.302.024	11,3%	72.651.217	75.365.902	100,0%	1,4%	103,7%
Integração do saldo da gerência	16.405.049		15.495.844			20.601.236			
Total	83.184.750		89.797.868			95.967.138			

Un. Euros

Numa apreciação do espectro temporal que decorre entre 2017 e 2019, verifica-se um aumento em contínuo da receita municipal arrecadada globalmente considerada.

Em 2019 a receita total alcança o montante de 75.365.902 € (excluído o saldo da gerência anterior) o que traduz um aumento de (+) 1.063.878 € comparativamente com a execução de 2018. A evolução que assim se observa resulta da consolidação de variações de sentido contrário ocorrida no seio das duas parcelas maiores que a compõem, verificando-se que aumentam, por um lado e em maior valor absoluto, as receitas correntes, enquanto simultaneamente diminuem, porém com menor expressão, as receitas de capital. Em termos relativos, reveste-se de maior significado a perda registada ao nível das receitas de capital, que se traduz numa cobrança de (-) 20,7% do que em 2018.

De novo se confirma a preponderância das receitas correntes no desempenho orçamental do exercício, respondendo estas por 93,4% das receitas totais arrecadadas.

As receitas correntes, que totalizam 70.355.525 €, registam um aumento de (+) 2.394.654 € face à execução do exercício anterior, ficando esta oscilação a dever-se principalmente à evolução registada nas componentes de *Transferências Correntes*, *Outras Receitas Correntes* e *Impostos Diretos*, cujas variações ascendem respetivamente a (+) 1.539.025 €, (+) 820.250 € e (+) 628.718 €. Com esta evolução assegura-se uma taxa de execução de 107%, excedendo-se assim as expectativas formuladas para o exercício, em sede de elaboração do Orçamento Municipal. De sinal contrário e esbatendo parte do feito alcançado pelas rubricas referidas anteriormente, observa variação negativa com maior expressão a rubrica de *Impostos Indiretos, Taxas, Multas e Outras Penalidades*, que reduz (-) 465.093 € e a *Venda de Bens e Serviços Correntes*, (-) 106.322 €.

Sem prejuízo de que se proceda a uma análise mais detalhada adiante neste relatório, é possível desde já anotar que a perda registada ao nível das receitas de capital fica a dever-se, em grande parte, ao facto de não terem sido assumidos, no exercício, novos empréstimos bancários por parte do Município, o que explica a variação de (-) 3.988.440 €.

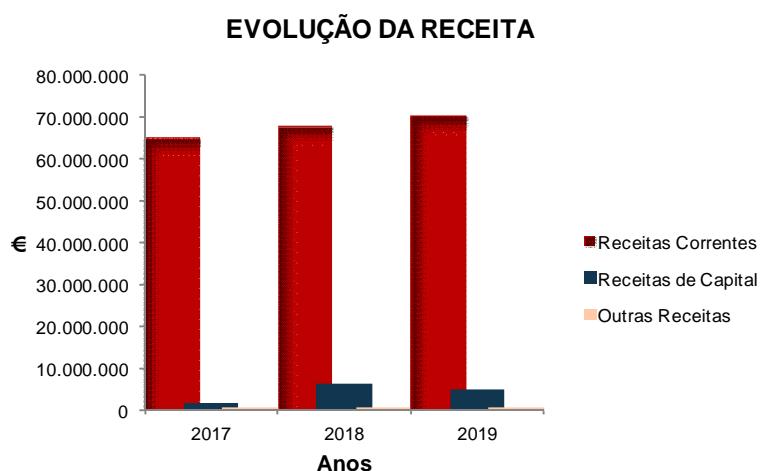
Em sentido inverso, apresentam-se reforçadas as *Transferências de Capital*, (+) 1.916.698 €, a *Venda de Bens de Investimento*, (+) 723.229 €, e as *Outras Receitas de Capital*, (+) 52.347 €.

Residualmente, a rubrica de *Outras Receitas* permanece sem expressão digna de registo no total da receita, reportando apenas, e à semelhança do que tem sido observado em anos anteriores, a reposições não abatidas nos pagamentos.

Por fim, conclui-se que as receitas correntes são, uma vez mais, a parcela que dita o comportamento das receitas totais, assumindo-se novamente como a principal fonte de financiamento da atividade municipal.

Através da ilustração gráfica que se insere de seguida são bem evidentes as conclusões apresentadas anteriormente.

Gráfico 7



Adiante versará o presente relatório, como tem sido prática, a análise da evolução da composição das Receitas Municipais alinhada pelos critérios habituais: Receitas Próprias, Receita liquidada e não cobrada, Transferências e Passivos Financeiros.

RECEITAS PRÓPRIAS

As receitas próprias mais não são do que as receitas de que o Município pode dispor, na prossecução das suas competências, sem depender de fontes de financiamento alheias. É por essa razão um conceito que, sendo intrínseco a uma ótica de análise rigorosamente orçamental, se correlaciona de modo fortíssimo com o de autonomia financeira, este já próprio de uma ótica de análise patrimonial.

Atenta a importância e materialidade das Receitas Próprias, é a esta componente que primeiramente se dedica a presente análise, salientando-se o facto de aqui se incluírem as receitas cobradas, excluídas de transferências e empréstimos contraídos, e subdivididas uma vez mais em grupos de natureza corrente e de capital.

Quadro 16

	RECEITAS PRÓPRIAS											
	2017		2018		2019		Previsão	Execução	Variação 2018/2019	% Receitas Próprias	% Receitas Correntes	% Receitas Totais
	Valor	Variação 2016/2017	Valor	Variação 2017/2018	Previsão	Execução						
Receitas Correntes												
Impostos Diretos	39.469.454	-6,5%	43.960.222	11,4%	40.354.800	44.588.939	1,4%	80,7%	63,4%	59,2%		
Impostos Indiretos, Tx Multas e Out Penalidades	3.957.049	44,3%	3.202.433	-19,1%	3.199.900	2.737.340	-14,5%	5,0%	3,9%	3,6%		
Rendimentos de Propriedade	2.823.607	0,9%	2.649.082	-6,2%	2.798.300	2.627.158	-0,8%	4,8%	3,7%	3,5%		
Venda de Bens e Prestação de Serviços	3.172.268	-6,7%	3.564.011	12,3%	3.308.400	3.457.689	-3,0%	6,3%	4,9%	4,6%		
Outras Receitas Correntes	325.398	37,4%	206.049	-36,7%	201.200	1.026.299	398,1%	1,9%	1,5%	1,4%		
Sub Total	49.747.776	-3,2%	53.581.797	7,7%	49.862.600	54.437.425	1,6%	98,5%	77,4%	72,2%		
Receitas Capital												
Venda de Bens de Investimento	1.501	-98,8%	46.145	2974,9%	481.500	769.374	1567,3%	1,4%		1,0%		
Ativos Financeiros	3.330	-35,3%	7.283	118,7%	60.900	0	-100,0%	0,0%		0,0%		
Outras Receitas de Capital	273.167	-35,0%	0	-100,0%	230.100	52.347	-	0,1%		0,1%		
Sub Total	277.997	-49,6%	53.427	-80,8%	772.500	821.721	1438,0%	1,5%		1,1%		
Total das Receitas Próprias	50.025.773	-3,7%	53.635.224	7,2%	50.635.100	55.259.145	3,0%	100,0%		73,3%		
Total das Receitas Correntes	65.095.370	-1,8%	67.960.872	4,4%	70.355.525	75.365.902	3,5%		100,0%	93,4%		
Total das Receitas	66.779.702	-1,0%	74.302.024	11,3%			1,4%			100,0%		

Un: Euros

Em termos práticos e comparativamente com o quadro analisado anteriormente, apreciar as receitas próprias é sinónimo de considerar todas as parcelas que compõem as receitas totais excluídas das componentes de transferências (correntes e de capital) e de outras receitas.

Constata-se, desde logo, uma idêntica consistência observada na evolução das receitas próprias, comparativamente com o que já foi anotado relativamente ao sucedido com as receitas totais: no período que decorre de 2017 a 2019, as últimas conhecem também sucessivos aumentos, passando de 50.025.773€ para 55.259.145 € respetivamente no primeiro e no último ano, registando aumentos de (+) 7,2% entre os dois primeiros anos e (+) 3,0% entre os dois últimos. Traduz-se, este desempenho, num acréscimo da receita cobrada bruta, entre 2017 e 2019, que se quantifica em (+) 5.233.372 €.

A componente de natureza corrente afirma-se uma vez mais no exercício em presença como parcela determinante, ao absorver quase a totalidade de receita própria cobrada (98,5%). Reforça-se a capitalização de recursos próprios de natureza corrente ao alcançar a receita desta natureza aumentos sucessivos de (+) 3.834.021 € entre 2017 e 2018 e, de novo (+) 855.628 € entre 2018 e 2019, alcançando neste exercício o montante total de 54.437.425 €, (+) 1,6% do que no período homólogo.

Contribuem para esta performance as rubricas de *Outras Receitas Correntes* e *Impostos Diretos*, que conhecem variações positivas no período com maior expressão (de (+) 820.250 € e (+) 628.718 € respetivamente), capazes de superar as demais - com comportamento simétrico, porém de menor impacto. A esbater o aumento das receitas próprias (correntes) apresentam-se assim as rubricas de *Impostos Indiretos, Taxas, Multas e Outras Penalidades* (que diminui (-) 465.093 €), *Venda de Bens e Prestação de Serviços* (com (-) 106.322 €) e *Rendimentos de Propriedade* (que perde (-) 21.924 € no exercício).

O acréscimo assinalado nas *Outras Receitas Correntes* é sobretudo explicado pela devolução da Autoridade Tributária de parte da dívida fiscal da Tecmaia, no valor de 814.857,20 €, na sequência da anulação parcial da dívida fiscal por referência ao valor global pago pelo município à autoridade tributária em consequência da reversão fiscal dos seus responsáveis subsidiários a exercer mandato em nome e

por conta da autarquia. (deliberação do órgão executivo de 2018/12/06 e deliberação da Assembleia de 2018/12/20).

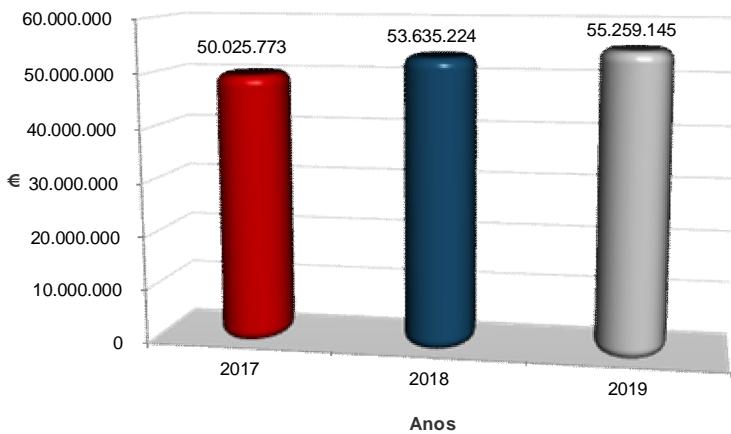
Reporta-se assim ao consequente reflexo contabilístico da devolução do imposto pago nas contas do Município da Maia relativas ao exercício económico de 2019, na ótica orçamental com observância das regras e dos princípios legais aplicáveis.

No que respeita às receitas (próprias) de capital, verifica-se que as mesmas permanecem com um contributo relativamente reduzido (1,5%), alcançando no exercício o montante de 821.721 €, (+) 768.294 € do que no período homólogo. Fica esta evolução a dever-se ao progresso da rubrica de Venda de Bens de Investimento em especial às provenientes da alienação em Hasta Pública de parcela de terreno na Rua do Xisto à Comunidade Israelita do Porto e do recebimento dos Irmãos Borges das prestações relativas à sentença homologatória do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto.

Melhor ilustrando o que se procurou relatar, exibe-se seguidamente um gráfico que procura proporcionar uma leitura mais rápida da evolução e composição das receitas próprias arrecadadas pelo Município em 2019.

Gráfico 8

EVOLUÇÃO DA RECEITA PRÓPRIA



Considerada a relevância do financiamento por via de receitas próprias da atividade municipal, dedicam-se, seguidamente alguns considerandos em torno da evolução ocorrida nas componentes que mais contribuem para a performance destas receitas, no exercício de 2019.

IMPOSTOS DIRETOS

Os Impostos Diretos em particular têm uma materialidade incontornável na abordagem às formas de financiamento das atividades empreendidas pelo Município, consolidando-se nas gerências mais recentes como fonte de receita bruta global mais relevante.

Quadro 17

	IMPOSTOS DIRETOS			Variação 2018 /19		
	2017	2018	2019	Peso	Valor	%
Impostos diretos	39.384.017	43.899.362	44.570.784			
Imposto Municipal s/ Imóveis	21.165.338	22.050.127	21.987.522	49,3%	-62.605	-0,3%
Imposto Único de Circulação	3.400.111	3.561.939	3.690.270	8,3%	128.331	3,6%
Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis	6.804.491	10.119.668	10.614.517	23,8%	494.850	4,9%
Derrama	8.014.078	8.167.628	8.278.475	18,6%	110.847	1,4%
Impostos abolidos	76.062	53.637	18.156	0,0%	-35.481	-66,2%
Contribuição Especial	9.375	7.223	0	0,0%	-7.223	-100,0%
Total	39.469.454	43.960.222	44.588.939	100,0%	628.718	1,4%

Un:Euros

Ao longo de 2019 foram arrecadados, a título de *Impostos Diretos* e em termos de receita cobrada bruta, 44.588.939 € - mais 628.718 € do que em 2018 e mais 5.119.485 € do que em 2017. Correspondeu, o acréscimo ocorrido no último exercício, a um crescimento sobretudo do *Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis* (IMT), que conhece uma variação no exercício de (+) 494.850 €.

Em termos de ponderação na receita municipal arrecadada, permanece destacada a parcela relativa ao *Imposto Municipal Sobre Imóveis* (IMI) que, à semelhança do sucedido em exercícios anteriores, se mantém dominante: alcançando em 2019 o montante de 21.987.522 €, representa 49,3% dos Impostos Diretos, 40% das receitas próprias. Contrariamente ao sentido do coletivo, esta componente reduz no exercício, face ao montante arrecadado em 2018, numa variação quantificada em (-) 62.605 € (traduzida numa redução relativamente insignificante de (-) 0,3%).

No que diz respeito ao IMT, ascende no exercício a receita arrecadada por conta deste imposto ao total de 10.614.517 €, crescendo (+) 4,9% face ao atingido na execução orçamental de 2018. Recorda-se aqui que este imposto é o segundo com maior relevância no cômputo dos *Impostos Diretos*, respondendo ainda por 19% das receitas próprias, 15% das receitas correntes e 14% da receita total do exercício. Atenta a sua origem, parece indicar o comportamento observado desde 2017 (de aumento consecutivo nos dois exercícios decorridos) uma conjuntura favorável à realização do tipo de transações que lhe subjaz.

A terceira componente dos *Impostos Diretos* com maior materialidade, a *Derrama*, permite acomodar nos cofres do Município, no exercício em presença, a quantia de 8.278.475 €, registando um aumento ligeiro face ao período homólogo de (+) 1,4% numa parcela cuja contribuição para o total dos *Impostos Diretos* cobrados se cifra em (+) 18,6%. Complementarmente, anota-se que a taxa de derrama municipal aprovada para o exercício (em reunião do Executivo de 3 de dezembro de 2018) permaneceu inalterada face ao exercício anterior, mantendo-se assim igualmente inalterados os critérios subjacentes aos

apuramentos dos dois exercícios em comparação: taxa de 1,5% para sujeitos passivos com volume de negócios apurado em 2018 superior a 150.000 € (artigo 18.º n.º1 do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais) e taxa reduzida de 0,6% para sujeitos passivos com volume de negócios interior a 150.000€ em 2018 (artigo 18.º n.º12 do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais).

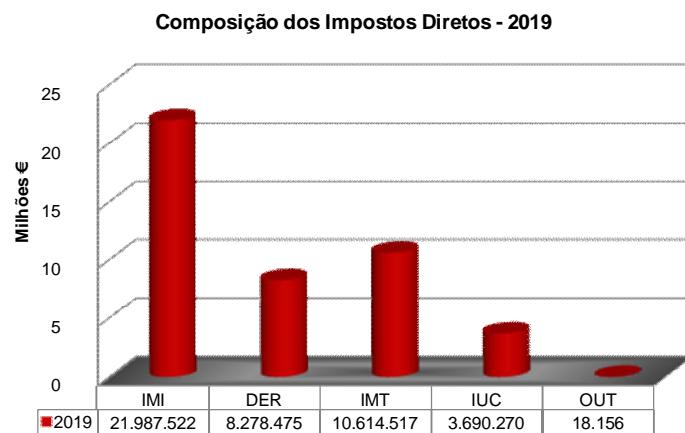
O *Imposto Único de Circulação*, pese embora com contributo relativamente menor (8,3% dos *Impostos Diretos*) proporcionou ainda assim a cobrança de 3.690.270 € no exercício, mais (+) 128.331 € do que havia sido conseguido em 2018.

Estas quatro componentes explicam a quase totalidade dos *Impostos Diretos*, relegando os *Impostos abolidos* (Contribuição Autárquica e SISA) para uma posição de total irrelevância material.

O alcance e ponderação da componente de impostos de índole municipal é de tal ordem elevado no contexto global de desempenho orçamental da receita que se torna evidente, numa análise de sensibilidade ligeira, a vulnerabilidade e exposição desta ao risco de ocorrerem alterações, com impacto, no contexto das atividades económicas que se encontram na sua origem e/ ou nas normais fiscais que as regulamentam e determinam.

Para melhor compreensão, insere-se de seguida gráfico com ilustração da contribuição relativa de cada uma das componentes dos *Impostos Diretos*.

Gráfico 9



IMPOSTOS INDIRETOS E TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES

Quadro 18

IMPOSTOS INDIRETOS E TAXAS MULTAS E OUTRAS PENALIDADES									
	2017	2018	2019						
	Execução	Variação 2016/ 2017	Execução	Variação 2017/ 2018	Previsão	Execução	Peso	Variação 2018/ 2019	Taxa de Execução
Mercados e Feiras	13.847	-46,1%	13.393	-3,3%	16.300	10.003	0,4%	-25,3%	61,4%
Loteamentos e Obras	1.191.425	18,2%	1.493.992	25,4%	1.276.600	1.120.989	41,0%	-25,0%	87,8%
Particulares	458.849	30,9%	308.563	-32,8%	377.700	366.457	13,4%	18,8%	97,0%
Empresas	732.576	11,4%	1.185.429	61,8%	898.900	754.532	27,6%	-36,3%	83,9%
Ocupação da Via Pública	1.121.876	3,6%	1.145.171	2,1%	839.300	1.146.769	41,9%	0,1%	136,6%
Publicidade	116.645	1,7%	69.270	-40,6%	73.700	97.599	3,6%	40,9%	132,4%
Outros	190.463	-17,9%	174.277	-8,5%	193.400	179.350	6,6%	2,9%	92,7%
Caça, uso e porte de arma	0	-	0		100	0	0,0%	-	0,0%
Multas e Outras Penalidades	1.322.794	374,4%	306.329	-76,8%	800.500	182.629	6,7%	-40,4%	22,8%
Total	3.957.049	44,3%	3.202.433	-19,1%	3.199.900	2.737.340	100,0%	-14,5%	85,5%

Un. Euros

A rubrica de *Impostos Indiretos, Taxas, Multas e Outras Penalidades* apura em 2019 um total de receita cobrada bruta que ascende a 2.737.340 €, correspondendo esta a 5% das receitas próprias do Município e 3,9% de todas as suas receitas correntes. No cômputo do grupo, os *Impostos Indiretos* respondem por aproximadamente 78% do montante total apurado, sendo apenas os restantes 22% atribuíveis à componente de *Taxas, Multas e Outras Penalidades*.

Globalmente, apresentam no exercício uma quebra face ao que o antecedeu, no montante de (-) 465.093 € (redução que já havia ocorrido, até com maior expressão, entre 2017 e 2018), ficando esta evolução a dever-se, em 2019, às variações observadas nas rubricas de *Multas e Outras Penalidades* e, principalmente, de *Loteamentos e Obras* (na componente relativa às empresas) que apresentam, no exercício, diminuições respetivamente de (-) 123.700 € e (-) 430.897 €. Relativamente a esta última, uma análise de maior detalhe permite conferir que a variação observada em 2019, relativamente a 2018, é induzida pelo aumento verdadeiramente atípico que havia ocorrido nesse exercício (os valores cobrados em 2019 aproximam-se bastante dos de 2017, excedendo-os até em (+) 21.956 €).

Dentro da rubrica de *Loteamentos e Obras* uma nota adicional ainda para o facto de a componente de taxas pagas por particulares ter esbatido parte do efeito ocorrido do lado das empresas, registando um aumento na cobrança do exercício face ao homólogo de (+) 57.894 € e totalizando, no ano em apreço, o montante de 366.457 €.

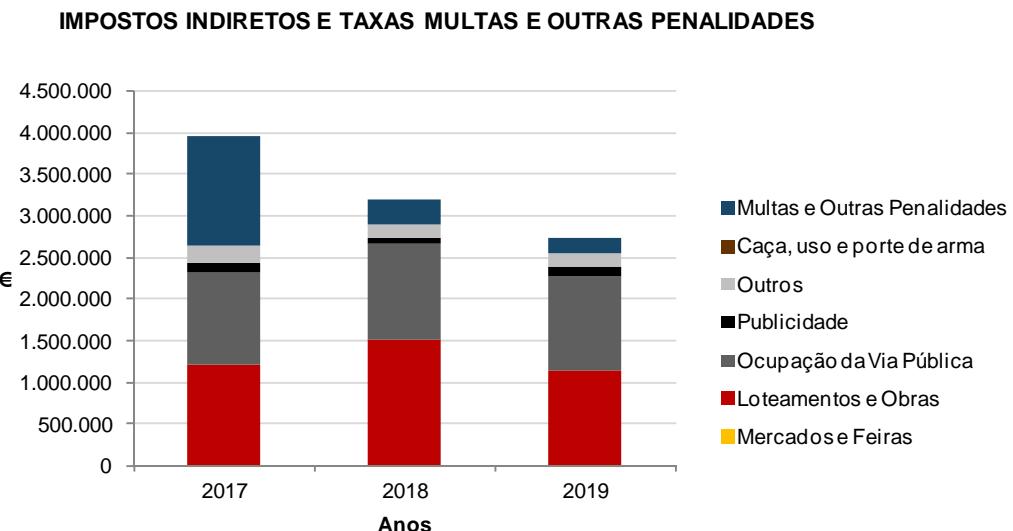
Alcançando no exercício uma representatividade idêntica à componente de *Loteamentos e Obras*, a rubrica de *Ocupação da Via Pública* regista um aumento residual de (+) 0,1% face ao arrecadado em 2018, correspondendo-lhe o montante anual de 1.146.769 €, representativo de aproximadamente 42% do total apurado.

As componentes de *Outros* e *Publicidade* dão um contributo para as receitas entradas nos cofres municipais de, respetivamente, 179.350 € e 97.559 €, registando ambas aumentos face aos valores executados no exercício anterior e encerrando o exercício com uma ponderação conjunta que excede

ligeiramente 10% dos montantes totais cobrados a título de *Impostos Indiretos e Taxas, Multas e Outras Penalidades*.

Para uma ilustração mais imediata do que se escreveu, segue incluso o Gráfico 10 que espelha a evolução deste tipo de receita no horizonte temporal que decorre entre 2017 e 2019.

Gráfico 10



VENDA DE BENS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS CORRENTES

Quadro 19

VENDA DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRENTES								
	2017	2018		2019			Variação 2018/19	Taxa de Execução
	Execução	Variação 2016/17	Execução	Variação 2017/18	Previsão	Execução	Peso	
Venda de Bens	14 709	0,3%	32 447	120,6%	23 600	17 891	0,5%	-44,9%
Prestação Serviços Diversos:	3 155 440	-4,2%	3 163 598	0,3%	3 189 500	3 276 184	94,8%	3,6%
S. Sociais, recr., cult. desportivos	2 912 873	-5,0%	2 930 817	0,6%	2 953 200	3 044 729	88,1%	3,9%
Serv. Específicos autarq. locais	186 695	12,9%	181 967	-2,5%	180 700	185 779	5,4%	2,1%
Aluguer espaços e equip.	41 804	-4,6%	36 045	-13,8%	40 700	34 587	1,0%	-4,0%
Vistorias e ensaios	13 117	-21,7%	13 775	5,0%	13 600	10 040	0,3%	-27,1%
Outros	951	-35,8%	995	4,6%	1 300	1 048	0,0%	5,3%
Rendas e Alugueres:	2 119	-97,7%	367 966		95 300	163 614	4,7%	-55,5%
Habitação e edifícios	2 119	-97,7%	367 966	17266,7%	95 200	163 614	4,7%	-55,5%
Outros- Rendas e alugueres	0	-	0		100	0	0,0%	0,0%
Total	3 172 268	-6,7%	3 564 011	12,3%	3 308 400	3 457 689	100,0%	-3,0%

Un:Euros

Comparativamente com o sucedido em 2018, verifica-se que reduziram os montantes arrecadados a título de *Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes*, totalizando 3.457.689 € (-) 106.322 € do que em 2018, em resultado da redução dos montantes captados a título de *Rendas e Alugueres*, como se verá de seguida.

Desdobrando-se em três componentes principais (*Venda de Bens, Prestação de Serviços Diversos e Rendas e Alugueres*), constata-se que aquela que mais pondera nos valores totais cobrados, *Prestação de Serviços Diversos*, regista até uma variação positiva em 2019, alcançando o total de 3.276.184 €, (+) 112.586 € do que em 2018. Este reforço não é, contudo, suficiente para cobrir a redução ocorrida nas demais, que se reveste de particular materialidade ao nível das *Rendas e Alugueres*, conhecendo uma variação de (-) 204.352 €, que adiante se apreciará em maior pormenor.

Prossegue-se, pois, numa análise detalhada à rubrica de *Prestação de Serviços Diversos* (atenta a sua ponderação nas receitas totais aqui consideradas próxima de 95%), dando nota desde logo que o aumento sucedido fica a dever-se sobretudo à subcomponente de *Serviços, sociais, recreativos, culturais e desportivos*. É também nesta componente de receita que se encontram contemplados o desporto e a educação, esta última incluída na rubrica dos serviços sociais, onde se inserem as verbas recebidas como contrapartida dos SAF - serviços de apoio à família, CAF – componente de apoio à família, bem assim como as senhas de refeições escolares.

Exibindo um crescimento de (+) 3,9% na receita cobrada comparativamente com a do ano anterior, observa-se que esta resulta mais da evolução dos designados *Serviços Sociais* do que das restantes componentes que nela se encerram:

- Os *Serviços Desportivos*, por conta dos quais foram arrecadados 1.517.643 €, traduzem uma redução de (-) 2.014 € face a igual período do ano transato;
- Os *Serviços Sociais*, responsáveis pela cobrança de 1.441.032 €, referem-se apenas a verbas recebidas como contrapartida dos serviços de educação, refletindo um acréscimo de (+) 115.260 € face a 2018;
- Os *Serviços Culturais*, com uma contribuição bastante menos expressiva, patrocinam 86.054 €, o que representa uma variação de (+) 666 €

Ainda incluídas nas *Prestações de Serviços Diversos*, é possível encontrar os designados *Serviços Específicos das Autarquias Locais*, que contribuem para a receita cobrada no exercício com 185.779 €, (+) 2,1% do que em 2018.

Conjuntamente, as rubricas de *Aluguer de Espaços e Equipamentos* (contendo a cedência de equipamentos pertencentes ao património do município, para utilização de terceiros), *Vistorias e Ensaios* e *Outros* são responsáveis por 1,3% da receita total arrecadada a título de *Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes*, totalizam no exercício 45.675 €.

Retomando a análise aos volumes de *Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes*, a componente que se apresenta em segunda posição, atenta a relevância dos valores importados, é a de *Rendas e Alugueres*, que correspondendo a 4,7% do total cobrado em 2019 totaliza nesse ano 163.614 €. Recorda-se a este respeito que, em 2018 esta rubrica exibiu uma execução muito acima do seu habitual, em virtude de ter sido recuperada parte significativa de uma dívida para com o Município, na sequência de uma decisão do tribunal arbitral.

No exercício cuja gestão agora se relata registam-se aqui maioritariamente o pagamento de rendas (pela Maiambiente - Empresa Municipal Ambiente, EM), associadas à utilização das instalações do antigo matadouro municipal.

A título de *Venda de Bens*, foram registadas receitas no exercício de 17.891 €, com um contributo que não vai além de uns modestos 0,5% dos totais de *Vendas de Bens e Prestação de Serviços Correntes*, evidenciando um decréscimo de (-) 14.556 € face à execução obtida em 2018.

Por último, fica o registo para o facto de novamente as receitas a título de *Venda de Bens, Prestação de Serviços Correntes e de Rendas Alugueres* terem excedido conjuntamente o montante orçamentado para o exercício, alcançando uma taxa de execução global que se conclui por 104,5%.

RECEITAS LIQUIDADAS E NÃO COBRADAS

A análise produzida até ao momento (versando sobre a receita cobrada bruta no exercício) é, contudo, omissa quanto à capacidade revelada pelo Município para proceder a uma cobrança efetiva de toda a receita liquidada, deduzida de anulações e reembolsos. Seguidamente, procura dotar-se o presente relatório de informação complementar que permita aferir acerca da eficácia alcançada no sentido de recuperar dívida titulada por terceiros, a favor do Município.

É possível dar nota, desde já, que o montante de receitas por cobrar no final de 2019 era superior ao que existia no início do ano: (+) 284.448 € traduzindo um crescimento dos saldos por cobrar de (+) 5,4%, que assim totaliza 5.510.349 € em 31 de dezembro último.

Quadro 20

	MAPA DE CONTROLO DA RECEITA									
	Receitas Liquidadas	Liquidações Anuladas	Receitas Cobradas Brutas	Reembolsos/ Restituições		Receita Cobrada Líquida	Receitas por cobrar no final		Variação 2018 / 2019	
				Emitidos	Pagos		2018	2019		
Receitas Correntes	73 620 733	2 482 305	70 355 525	1 900 776	1 900 776	68 454 749	3 982 022	4 764 925	19,7%	
Impostos Diretos	44 598 298	9 359	44 588 939	1 900 776	1 900 776	42 688 163				
Impostos Indiretos, Taxas, Multas e Outras Penalidades	2 879 912	152 995	2 737 340			2 737 340	2 277 217	2 266 795	-0,5%	
Rendimentos de Propriedade	2 627 258		2 627 158			2 627 158	5 282	5 382	1,9%	
Transferências Correntes	15 959 800		15 918 100			15 918 100		41 700	-	
Venda de Bens e Serviços Corrente	3 571 722	30 205	3 457 689			3 457 689	805 321	889 149	10,4%	
Outras Receitas Correntes	3 983 743	2 289 746	1 026 299			1 026 299	894 202	1 561 900	74,7%	
Receitas de Capital	4 505 205		5 007 551			5 007 551	1 222 727	720 381	-41,1%	
Vendas de Bens de Investimento	319 374		769 374			769 374	977 248	527 248	-46,0%	
Transferências de Capital	4 185 831		4 185 831			4 185 831				
Ativos Financeiros										
Passivos Financeiros										
Outras Receitas de Capital			52 347			52 347	245 480	193 133	-21,3%	
Outras Receitas	22 082	15 365	2 826			2 826	21 152	25 043	18,4%	
Total	78 148 020	2 497 669	75 365 902	1 900 776	1 900 776	73 465 126	5 225 901	5 510 349	5,4%	

Un: Euros

Numa apreciação mais detalhada, é possível concluir que a maior parte dos valores liquidados e não cobrados no final de 2019 tem proveniência em *Impostos Indiretos, Taxas Multas e Outras Penalidades* (41,1%), *Outras Receitas Correntes* (28,3%) e *Venda de Bens e Serviços Correntes* (16,1%).

No que respeita à rubrica de *Impostos Indiretos, Taxas Multas e Outras Penalidades* que totaliza 2.266.795€, sobressai o tributo dos *Loteamentos e Obras*, que de per si representam 1.381.224 € (aqui se incluindo as receitas por arrecadar das taxas de urbanização e das taxas de não cedência de área), seguindo-se as componentes de *Juros de Mora e Publicidade*, respetivamente com contribuições de 453.350 € e 262.094 €.

Relativamente às *Outras Receitas Correntes*, permanece à semelhança do sucedido em exercícios anteriores aqui contido o pedido de reembolso à Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A. E.M. - Em Liquidação relativo ao pagamento de dívidas fiscais da empresa efetuado pelo Município à Autoridade Tributária, no valor de 1.292.354 €, em consequência da reversão fiscal dos seus responsáveis subsidiários a exercer mandato em nome da autarquia.

Por último, na análise das três componentes com maior influência da receita líquida não cobrada em 2019, figura a rubrica de *Venda de Bens e Serviços Correntes*, alcançando um montante de 889.149 €, refletindo um aumento de (+) 83.828 € com origem sobretudo no aumento registado ao nível dos *Serviços Sociais*.

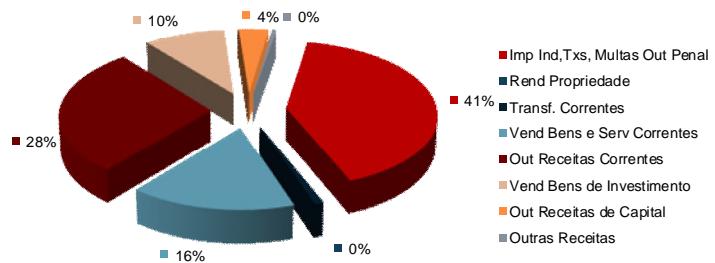
Destacando-se a parte destes saldos resultante de *Serviços Sociais, Serviços Desportivos e Serviços Específicos das Autarquias Locais*, eis o que de mais importante poderá dizer-se acerca do que aqui se encerra:

- Os *Serviços Sociais* alcançam um total de receita líquida não cobrada no termo do exercício de 678.497 € (incluindo montantes correspondentes ao setor da educação, designadamente Componente de Apoio à Família (CAF), Serviço de Apoio à Família (SAF) e Refeições Escolares), dos quais se encontram em execução fiscal 465.156 €
- Os *Serviços Desportivos*, cujo saldo em idêntica situação ascende a 84.747 € (inclui montantes relativos à utilização de instalações desportivas), dos quais permanecem em execução fiscal 74.770 €
- Os *Serviços Específicos das Autarquias Locais* cujos saldos por cobrar ascendem a 82.490 € (compostos essencialmente de Trabalhos por conta de particulares e Mercados e feiras, respetivamente com 43.107 € e 35.402 €), de que se encontram em execução fiscal 62.346 €

Globalmente, encontram-se em sede de execução fiscal 3.305.255 €, isto é, cerca de 60% do valor global de receitas por cobrar no final do exercício.

Gráfico 11

RECEITA LIQUIDADA E NÃO COBRADA



Reservam-se estes últimos parágrafos apenas para referir, relativamente às liquidações anuladas, que estas ascendem, no exercício de 2019, a 2.497.669 €, correspondendo a maior porção a *Outras Receitas Correntes* (2.289.746 €), que traduzem essencialmente regularizações contabilísticas internas de guias de receita emitidas, que por limitações da aplicação informática exigem a anulação do documento original e emissão de novo documento, empolando assim o valor real das anulações que totalizam apenas 174.117€.

De igual modo se regista que em sede do novo sistema de normalização contabilística - SNC-AP – está a ser ultimada pela *software house* uma solução para ultrapassar esta limitação.

Dando por terminada esta análise, reitera-se a afirmação já proferida em relatos anteriores acerca do firme e contínuo empenho dedicado à recuperação de créditos – proporcionado o pagamento em prestações, ou, uma vez expirado o prazo de pagamento voluntário, prosseguindo para a cobrança coerciva em sede de execução fiscal.

Na prossecução deste fim, foi aprovada pelos órgãos municipais competentes, órgão executivo e órgão deliberativo, a celebração de um protocolo com a Autoridade Tributária para a cobrança coerciva das dívidas ao município, em sede de execução fiscal, cuja entrada em vigor está prevista para o exercício de 2020.

TRANSFERÊNCIAS

As receitas provenientes de transferências encerram em si determinados objetivos como sejam a produção de melhores serviços e bens públicos. Haverá contudo que ter em consideração que os municípios apesar de funcionarem sob o princípio da autonomia administrativa e financeira, não dispõe de recursos próprios decorrentes da sua atividade que lhes permita enfrentar as suas atribuições e competências sob a égide dessa autonomia.

No contexto das transferências da administração central para a local haverá que fazer a distinção entre fundos municipais e outras transferências, as primeiras são comumente designadas de “*Participação dos Municípios nos Impostos do Estado (PIE)*” e é nesta aceção restrita que a Lei das Finanças Locais prioriza a sua abordagem, configurando estes fundos como propiciadores de eficiência e equidade.

Relativamente às *Outras transferências*, visam da mesma forma reforçar a ideia de descentralização, proporcionando aos municípios no âmbito das suas atribuições e competências o necessário financiamento que permita a materialização da ideia de “descentralização”. A concretização desta ideia está atualmente num processo de evolução, ainda que, sem a concordância expressa de uma grande parte dos municípios portugueses. A descentralização vai propiciar uma alteração na estrutura das transferências e do seu peso na estrutura da receita das autarquias, como consequência de um alargamento das competências municipais.

O total de fundos municipais a transferir pelo orçamento do estado tem sofrido oscilações de valor, tentando de alguma forma adequar os meios financeiros à concretização do princípio da autonomia, apresentando atualmente uma aparente estabilidade e confiança quanto à participação dos municípios nos recursos públicos.

Face ao exposto, estrutura-se a análise deste agrupamento da receita, promovendo primeiro uma abordagem global às transferências obtidas, e só depois analisando de forma detalhada determinados grupos de transferências que pela sua tipologia interessa avaliar conjuntamente, designadamente fundos municipais, transferências correntes e de capital, e por fim um resumo identificativo dos contratos programa e projetos cofinanciados.

No Quadro 21 sistematizam-se as transferências recebidas no último triénio que têm contribuído para a concretização do serviço público prestado, designadamente ao nível de cada subagrupamento económico.

Quadro 21

	TRANSFERÊNCIAS							
	2017		2018		2019		Peso no total das transferências	
	Execução	Execução	Variação 2017/18	Execução	Variação 2018/19	2017	2018	2019
Transferências Correntes	15.347.594	14.379.075	-6,3%	15.918.100	10,7%	91,6%	86,4%	79,2%
Estado	15.089.490	14.250.016	-5,6%	15.392.480	8,0%	90,1%	85,6%	76,6%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.433.828	3.025.607	-11,9%	3.275.006	8,2%	20,5%	18,2%	16,3%
Fundo Social Municipal	1.655.519	1.655.519	0,0%	1.655.519	0,0%	9,9%	9,9%	8,2%
Participação Variável no IRS	7.083.635	7.725.532	9,1%	8.085.563	4,7%	42,3%	46,4%	40,2%
Outros	2.916.508	1.843.358	-36,8%	2.376.392	28,9%	17,4%	11,1%	11,8%
Comparticipação em projetos comunitários	0	7.933	100,0%	229.053	2787,3%	0,0%	0,0%	1,1%
Serviços e Fundos Autónomos	135.436	22.926	-83,1%	87.505	281,7%	0,8%	0,1%	0,4%
Administração Local	0	5.963	100,0%	0	-100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Segurança Social	60.668	56.937	-6,1%	67.612	18,7%	0,4%	0,3%	0,3%
Instituições S/ Fins Lucrativos	62.000	34.000	-45,2%	0	-100,0%	0,4%	0,2%	0,0%
Resto do Mundo	0	1.300	100,0%	141.451	10780,9%	0,0%	0,0%	0,7%
Transferências de Capital	1.400.433	2.269.132	62,0%	4.185.831	84,5%	8,4%	13,6%	20,8%
Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras	10.000	0	-100,0%	0	S/Var.	0,1%	0,0%	0,0%
Estado	421.031	336.178	-20,2%	1.036.511	208,3%	2,5%	2,0%	5,2%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	381.536	336.178	-11,9%	363.890	8,2%	2,3%	2,0%	1,8%
Art.º 35.º, n.º 3 da Lei 73/2013	0	0	S/Var.	350.892	100,0%	0,0%	0,0%	1,7%
Cooperação técnica e financeira	0	0	S/Var.	274.954	100,0%	0,0%	0,0%	1,4%
Outros	39.495	0	-100,0%	46.775	100,0%	0,2%	0,0%	0,2%
Comparticipação em projetos comunitários	944.402	1.915.307	102,8%	3.134.320	63,6%	5,6%	11,5%	15,6%
Serviços e Fundos Autónomos	0	1.148	100,0%	0	-100,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Instituições S/ Fins Lucrativos	25.000	16.500	-34,0%	15.000	-9,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Total	16.748.027	16.648.207	-0,6%	20.103.931	20,8%	100,0%	100,0%	100,0%

Un: Euros

Total da Receita	66.779.702	74.302.024	75.365.902
Peso das Transferências no Total da Receita	25,1%	22,4%	26,7%

Através dos dados inseridos no Quadro 21, verifica-se que no exercício económico de 2019, as transferências totalizaram 20.103.931 € apresentando uma variação positiva de (+) 20,8% o que em termos absolutos totaliza (+) 3.455.724 €, confirmando em certa medida o sentido crescente esperado, conforme abordado na introdução do capítulo.

Com efeito, ao longo do triénio em análise, observam-se variações heterogéneas nas diversas componentes que compõem este agregado de receita. Entre 2017 e 2018 a variação de (-) 968.519 € das transferências de natureza corrente, apesar de balanceadas em parte pelo crescimento de (+) 868.699 € das transferências de capital proporcionaram uma ligeira diminuição de (-) 99.820 €. Por sua vez, no biénio 2018/2019 assiste-se a um forte impulso de cerca de (+) 1,5 M€ no agregado corrente e no de capita em cerca de (+) 1,9 M€, que resulta num expressivo aumento global de (+) 3.455.724 €.

Desta forma, verifica-se em 2019 um incremento na relevância das transferências, as quais adquirem significado expressivo no contexto global das receitas da autarquia, representando em 2019, cerca de 26,7% do total da receita municipal, valor superior ao verificado no ano de 2018 (aproximadamente 22,4%).

Como já vem sendo recorrente, em 2019 permanece a preponderância das transferências correntes sobre as de capital, ao comportarem o valor de 15.918.100 €, ou seja, 79,2% do total, o que espelha um acréscimo significativo em valor absoluto, (+) 1.539.025 €, face ao desempenho do ano de 2018 e de (+) 570.507 € face ao ano de 2017.

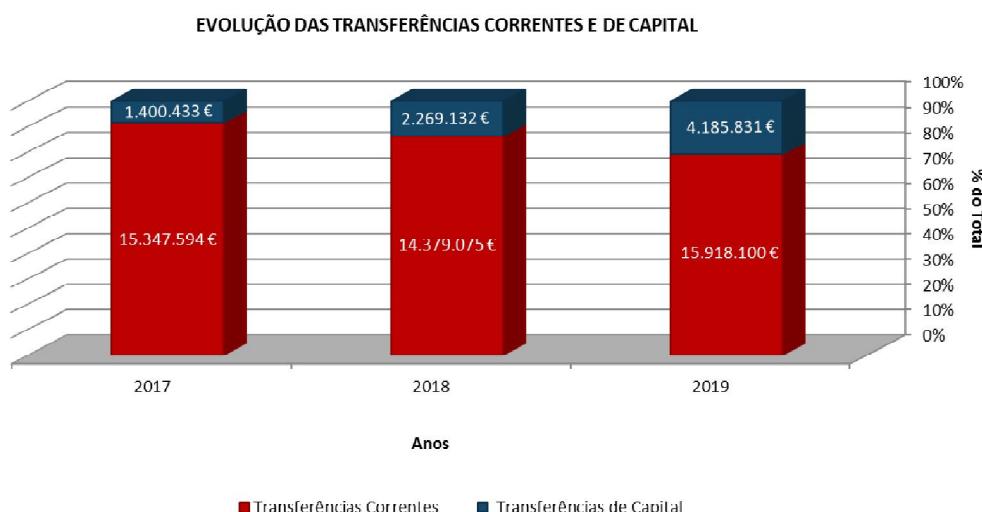
No que toca às transferências de capital, estas somam 4.185.831 € a que corresponde 20,8% do total das transferências, refletindo igualmente um aumento de (+) 1.916.698 €, proveniente sobretudo da rubrica de “*Comparticipação em projetos comunitários*”.

Os fundos municipais correntes com uma representatividade de cerca de 64,7% do total das transferências continuam a ser determinantes no desenvolvimento da atividade autárquica contribuindo com um total de 13.016.088 € e um peso de cerca de 17% no total da receita. O agregado de transferências de capital em representação nos fundos municipais com 714.782 € apresenta da mesma forma um acréscimo expressivo de (+) 378.604 € face a 2018. Constatase contudo que tal variação nos fundos de capital decorre da existência de uma nova componente proveniente da aplicação do artigo 35.º, n.º 3, da Lei 73/2013, ou seja ajustamentos que decorrem da aplicação da regra do excedente das variações máximas e mínimas previstas na referida lei e artigo.

Dos factos relatados resulta que, em 2019, o acréscimo observado no total das transferências importou benefício para o orçamento e para a atividade municipal e teve significado no desempenho global da receita, já que a variação ocorrida de (+) 3.455.724 € pode considerar-se com significado no contexto geral da receita.

O Gráfico 12 permite visualizar a evolução em termos absolutos de cada uma das componentes económicas da rubrica de transferências.

Gráfico 12



Analizando de forma mais detalhada as diversas componentes das transferências correntes é possível concluir que, ao longo do triénio em análise as transferências com origem no *Estado*, são as que assumem maior relevância no contexto global das transferências correntes, assumindo pesos que variam entre os 98% em 2017, os 99% em 2018 e os 97% em 2019.

Em termos absolutos as transferências do *Estado* pautam-se por um acréscimo generalizado em 2019 ao apresentar um valor de (+) 1.142.464 após uma diminuição em 2018 que atingiu (-) 839.474 €

O principal impulsionador das variações registadas é a componente *Outros* com um valor que atinge a marca de (+) 533.034 € na comparação do biénio 2018/2019, após a significativa quebra ocorrida no biénio anterior de (-) 1.073.150 €. É nesta componente que se registam os valores destinados a comparticipar as atividades do pré-escolar, EB1 e outras, como poderemos observar mais à frente através na leitura dos valores expressos no Quadro 23.

A prestação positiva das transferências correntes em 2019 encontra-se inteiramente relacionada com o comportamento das rubricas *Outros*, *Fundo de Equilíbrio Financeiro* e *Participação Variável no IRS* que no seu conjunto contribuem para acréscimo de (+) 1.142.464 € das transferências com origem no *Estado*.

A representatividade dos *Fundos e Serviços Autónomos* ganhou peso em relação ao biénio anterior, apresentando em 2019 face a 2018 um acréscimo de (+) 64.578 €. Este acréscimo ainda que irrelevante no contexto geral da receita e das transferências em particular, está diretamente relacionado com transferências no âmbito de Medidas de Emprego Apoiado e Gabinetes de Inserção Profissional.

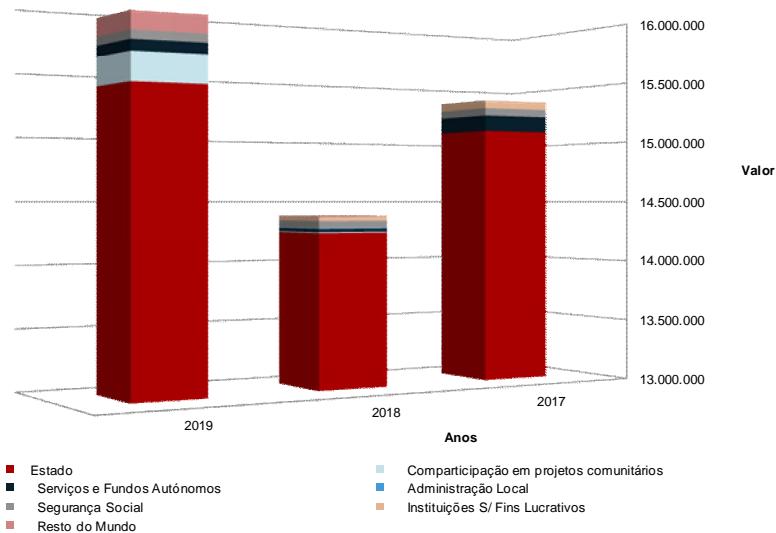
As rubricas *Comparticipação em Projetos Comunitários* e *Resto do Mundo* totalizam, respetivamente, 229.053 € e 141.451 €. A primeira reflete o financiamento comunitário para alguns projetos abrangidos pelo *Portugal 2020* e a segunda compreende a comparticipação para o projeto *Sustainable Energy Positive & Zero Carbon Communities - SPARC'S* da Comissão Europeia.

As rubricas remanescentes, *Segurança social*, *Instituições S/financiadoras lucrativas*, *Administração Local* no seu conjunto apresentam no biénio 2018/2019 um contributo negativo de cerca de (-) 29.288 € e o montante arrecadado é integralmente imputado à rubrica *Segurança Social* destinada ao financiamento do funcionamento da CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

O Gráfico 13 permite avaliar a relevância de cada uma das componentes das transferências correntes, sendo perfeitamente visível o lugar de destaque assumido pelas transferências do *Estado*, visualizando-se a inexpressividade das restantes componentes, com ligeiro destaque já assinalado, para a *Comparticipação em Projetos Comunitários* e *Resto do Mundo*.

Gráfico 13

EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES



As *transferências de capital*, pela sua natureza e rubricas envolvidas, apresentam maior sensibilidade a fatores políticos ou económicos entre outros. No entanto as suas características, independentemente do ciclo a que estejam ligadas, atribuem-lhe um papel de relevo não só nos orçamentos municipais, mas essencialmente nas Grandes Opções do Plano, as quais materializam grande parte da estratégia municipal conferindo-lhe um papel de maior relevo no financiamento dessa estratégia. Não obstante este facto não existe uma relação linear entre o volume de receitas de capital e a despesa de investimento, pelo que o valor verificado nas receitas de capital serve de referencial e não como indicador preciso do investimento realizado.

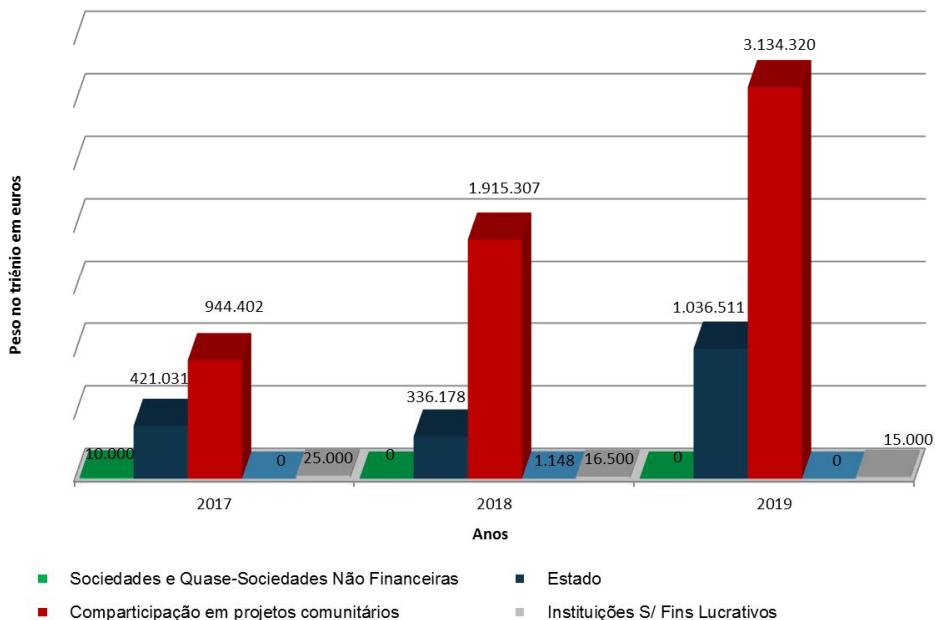
No ano de 2019 as transferências de capital apresentam uma variação de (+) 1.916.698 €, ou seja (+) 84,5%, este percentual deveu-se em larga escala, à rubrica *Comparticipação em projetos comunitários*, que tem origem em fundos como o *Fundo Europeu de Desenvolvimentos Regionais*, o *Fundo Social Europeu* e o *Fundo de Coesão* e que comportou por si só o acréscimo de (+) 1.219.014 € diretamente relacionado com a execução física e financeira de projetos abrangidos pelo programa comunitário *Portugal 2020*.

Em 2019 e pela primeira vez foi atribuída aos municípios uma verba decorrente do artigo 35º da Lei 73/2013. O previsto neste artigo refere-se a compensação por variações máximas e mínimas em matéria de transferência de fundos PIE.

O Gráfico 14 permite avaliar o peso relativo de cada uma das componentes das transferências de capital, verificando-se a heterogeneidade das variações e obter confirmação sobre a maior imprevisibilidade deste tipo de receita.

Gráfico 14

EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL



FUNDOS MUNICIPAIS

No panorama global das transferências, e tendo em consideração a sua importância, justifica-se analisar mais detalhadamente os *Fundos Municipais*, tendo em conta o atual contexto de recorrente alteração da repartição dos recursos públicos entre o estado e os municípios, fruto das maiores exigências por parte dos governos centrais para com os municípios em matéria de finanças locais, exigências essas que tem como objetivo considerar nas GOP princípios como a estabilidade orçamental, o equilíbrio das contas públicas numa perspetiva integrada do setor público mas também planear as finanças autárquicas tendo em conta compromissos intergeracionais.

A tendência descentralizadora de atribuições e competências poderá ter um forte contributo para um maior dinamismo associado às transferências em geral e a estes fundos em particular, já que, para que tal descentralização possa ocorrer dever-lhe-á corresponder um determinado pacote financeiro associado. As expectativas crescentes em relação à descentralização e ao pacote legislativo aprovado permite, desde logo, antecipar que a curto e médio prazo estes agregados possam ser alvo de alterações, não só ao nível dos valores como da sua estrutura e metodologias de cálculo associadas ao seu apuramento. O pacote legislativo aprovado e valores previamente conhecidos, continuam a não gerar um consenso geral sobre a matéria, espera-se contudo que a breve prazo possa existir convergência de interesses.

Quadro 22

	TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO						
	2017	2018	Variação 2016/2017	2019	Variação 2017/2018	2020	Variação 2018/2019
Transferências Correntes - Estado	12.172.982	12.406.658	1,9%	13.016.088	4,9%	14.753.226	13,3%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.433.828	3.025.607	-11,9%	3.275.006	8,2%	3.834.484	17,1%
Fundo Social Municipal	1.655.519	1.655.519	0,0%	1.655.519	0,0%	1.655.519	0,0%
Participação Variável no IRS	7.083.635	7.725.532	9,1%	8.085.563	4,7%	8.501.357	5,1%
Participação no IVA	0	0	S/Var.	0	S/Var.	761.866	100,0%
Transferências Capital - Estado	381.536	336.178	-11,9%	714.782	112,6%	877.481	22,8%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	381.536	336.178	-11,9%	363.890	8,2%	426.054	17,1%
N.º 3 art.º 35.º Lei n.º 73/2013	0	0	S/Var.	350.892	100,0%	451.427	28,7%
	12.554.518	12.742.836	1,5%	13.730.870	7,8%	15.630.707	13,8%
Un: Euros							
Total de Transferências	16.748.027	16.648.207		20.103.931			
Total de Receita	66.779.702	74.302.024		75.365.902			
Peso dos Fundos PIE no total das transferências	75,0%	76,5%		68,3%			
Peso dos Fundos PIE no total da receita	18,8%	17,2%		18,2%			

Pela observação do Quadro 22, é possível aferir uma evolução crescente dos valores transferidos pelo Estado a título de Fundos Municipais durante o ultimo triénio. Os acréscimos verificados têm causas distintas entre os biénios em comparação e não obstante existir oscilações de valor e rubricas na receita destes fundos, permanece em tendência crescente.

O *Fundo Social Municipal*, cuja verba tem sido constantemente consignada à função “Educação”, e que, desde logo assume grande importância estratégica para o município, permaneceu inalterado no valor de 1.655.519 €, perspetivando-se igual montante para 2020 de acordo com o previsto na Lei de Orçamento do Estado para este ano.

No que se refere ao *Fundo de Equilíbrio Financeiro*, que ao longo dos últimos exercícios tem vindo a apresentar uma tendência instável, em 2018 verificou-se uma diminuição de (-) 453.579 €, com especial foco na componente corrente. Uma vez mais este agregado balanceia entre acréscimos e decréscimos permitindo concluir da sua relativa instabilidade na estrutura dos Fundos PIE, sendo frequentemente utilizado como elemento de estabilização do crescimento das transferências, aumentando em períodos em que a *Participação Variável no IRS* diminui e com direção inversa quando este último agregado aumenta. Todavia, em 2019 o agregado sofre uma vez mais uma movimentação crescente de (+) 277.111 €, neste caso acompanhado de uma variação favorável da *Participação Variável no IRS*.

Quanto à *Participação Variável no IRS*, apesar de assumir a maior representatividade do agrupamento, apresenta ao mesmo tempo uma característica de maior volatilidade, dado que depende dos rendimentos gerados na área geográfica do município em sede de IRS, pelo que as variações conjunturais podem ter uma forte influência no resultado final deste agregado. O acréscimo verificado neste agregado transmite a salutar ideia da melhoria das condições de rendimento da população do concelho, sintomáticas do evoluir favorável das condições económicas do país. Em 2019 segue a tendência de 2018 ao apresentar um aumento de (+) 360.031 €. Para 2020, perspetiva-se um novo acréscimo que ascende a (+) 415.794 €, sinal de que permanece o bom desempenho do nível de rendimentos no concelho.

As transferências decorrentes da aplicação do artigo 35.º da Lei 73/2013 adquirem uma nova posição no contexto das transferências ao assumir pela primeira vez em 2019 o valor de 350.892 € perspetivando-se que o seu valor mais do que duplique em 2020, subindo o valor para 781.876 €.

Cumprindo o disposto no artigo 25.º, n.º 1, alínea d) da Lei das Finanças Locais, a proposta do Orçamento de Estado para 2020 prevê que a repartição dos recursos públicos entre o Estado e os municípios ao abrigo da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, inclua uma *participação de 7,5% na receita no IVA*, fixada no valor global de 62.158.066 €. A participação referida na legislação apontada é distribuída aos municípios proporcionalmente por referência ao IVA liquidado na respetiva circunscrição territorial relativo às atividades económicas de alojamento, restauração, comunicações, eletricidade, água e gás.

O município da Maia tem contemplado em sede de mapa XIX do Orçamento do Estado para 2020, uma previsão de 761.866 € referente à participação na receita do IVA, vendo assim reforçada a sua posição financeira em mais de 1 milhões de euros, quando se juntam as duas rubricas económicas referidas anteriormente e quando comparamos com a execução de 2019.

No ano económico de 2019, assiste-se a um decréscimo de (-) 8,2 pontos percentuais do peso relativo dos Fundos PIE, quando comparados com o total das transferências. Já no que se refere ao peso no total da receita apresenta um acréscimo na ordem de (+) 1,1 pontos percentuais face a 2018. Ao observar o orçamento da autarquia e sua execução, durante o triénio em análise, verifica-se que esta tipologia de receitas tem conseguido manter-se entre os 17,2% e os 18,8% do total da receita cobrada.

Em concordância com o exposto, é visível que os Fundos (PIE) são aqueles que adquirem maior expressividade no contexto das transferências, mantendo-se a um nível elevado nos sucessivos exercícios económicos, atingindo cerca de 75% em 2017, 76,5% em 2018 e 68,3% em 2019.

RESUMO DAS TRANSFERÊNCIAS DE CONTRATOS PROGRAMA E PROJETOS COFINANCIADOS

Para finalizar a análise, inserem-se três mapas que destacam determinada orientação estratégica da atividade municipal.

- Um que permite avaliar a evolução das transferências para diversas atividades com particular incidência nas áreas da educação e ação social, bem como a evolução das transferências para projetos co-financiados, diferenciando os de natureza corrente dos de capital e analisando a sua evolução entre 2017 e 2019;
- Um segundo que permite aferir os fluxos financeiros ocorridos nas transferências para a área da educação por ano letivo;
- O outro que possibilita analisar a execução dos projetos financiados no âmbito do programa comunitário de financiamento Portugal 2020, com ênfase para o grau de execução de cada um destes e montantes envolvidos.

Quadro 23

TRANSFERÊNCIAS PARA FINANCIAMENTO DE ATIVIDADES E INVESTIMENTOS

	2017		2018		2019	
	Execução	Execução	Variação 2017/2018	Execução	Variação 2018/2019	Peso
Transferências Correntes	3.174.612	1.972.417	-37,9%	2.902.013	47,1%	45,5%
Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	0	7.933	100,0%	229.053	2787,3%	3,6%
Portugal 2020 - Valorização dos Caminhos de Santiago	0	7.933	100,0%	0	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar	0	0	S/Var	69.192	100,0%	1,1%
Portugal 2020 - SIG Intermunicipal da Maia	0	0	S/Var	61.388	100,0%	1,0%
Portugal 2020 - Criação de Rede estruturada de infraestruturada de parqueamento para Bicicletas	0	0	S/Var	40.790	100,0%	0,6%
Portugal 2020 - Ações Comunicação, divulgação e sensibilização sobre riscos associados às alterações climáticas	0	0	S/Var	54.575	100,0%	0,9%
POISE - FSE - Projeto de Mediadores Municipais e Interculturais	0	0	S/Var	3.108	100,0%	0,0%
Serviços e Fundos Autónomos	135.436	22.926	-83,1%	87.505	281,7%	1,4%
Instituto Emprego Formação Profissional - Apoio ao Desenvolvimento do Artesanato	8.426	8.426	S/Var	8.578	1,8%	0,1%
Instituto Emprego Formação Profissional - Gabinetes de Inserção Profissional	32.878	5.790	-82,4%	55.873	865,0%	0,9%
Instituto Emprego Formação Profissional - MCEI	12.657	2.801	-77,9%	0	-100,0%	0,0%
IEFP - Emprego e Apoio à Qualificação de Pessoas com Deficiência e Incapacidade	0	5.909	100,0%	23.053	290,2%	0,4%
Instituto Politécnico do Porto - Estágios Profissionais	1.475	0	-100,0%	0	S/Var	0,0%
Fundo Ambiental - Laboratórios Vivos para a Descarbonização	80.000	0	-100,0%	0	S/Var	0,0%
Administração Local	0	5.963	S/Var	0	-100,0%	0,0%
Continente	0	5.963	100,0%	0	-100,0%	0,0%
Segurança Social	60.668	56.937	-6,1%	67.612	18,7%	1,1%
Sistema de Solidariedade e Segurança Social - CPCJR	60.668	56.937	-6,1%	67.612	18,7%	1,1%
Instituições S/ Fins Lucrativos	62.000	34.000	-45,2%	0	-100,0%	0,0%
Fundação do Desporto	62.000	34.000	-45,2%	0	-100,0%	0,0%
Resto do Mundo	0	1.300	100,0%	141.451	10780,9%	2,2%
União Europeia - Comissão Europeia - Sustainable Energy Positive & Zero Carbon Communities - SPARC'S	0	0	S/Var	141.451	100,0%	2,2%
União Europeia - Países-Membros - Projeto Civitas Sumps Up	0	1.300	100,0%	0	-100,0%	0,0%
Outros:	2.916.508	1.843.358	-36,8%	2.376.392	28,9%	37,3%
DGESTE - Programa de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo Ensino Básico	655.020	502.234	-23,3%	411.959	-18,0%	6,5%
DGESTE - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Auxiliares de Ação Educativa	898.089	525.806	-41,5%	915.267	74,1%	14,4%
DGESTE - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Componente Social	857.058	440.111	-48,6%	782.160	77,7%	12,3%
DGESTE - Generalização Refeições Escolares a Alunos do 1.º Ciclo	445.792	346.612	-22,2%	231.398	-33,2%	3,6%
Ministério da Administração Interna - Recenseamento Eleitoral	848	0	-100,0%	1.708	100,0%	0,0%
Ministério da Administração Interna - Comparticipação para Despesas com Actos Eleitorais	28.941	0	-100,0%	29.594	100,0%	0,5%
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP - Funcionamento do Gabinete Técnico Florestal	30.758	27.874	-9,4%	0	-100,0%	0,0%
Direção Geral de Alimentação e Veterinária - Apoio à Esterilização de Animais de Companhia	0	0	S/Var	4.305	100,0%	0,1%
Fundo de Eficiência Energética	0	720	100,0%	0	-100,0%	0,0%
Transferências de Capital	1.018.897	1.932.954	89,7%	3.471.049	79,6%	54,5%
Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras	10.000	0	-100,0%	0	S/Var	0,0%
Protocolo de Apoio Desportivo - Centro de Alto Rendimento Desportivo	10.000	0	-100,0%	0	S/Var	0,0%
Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	944.402	1.915.307	102,8%	3.134.320	63,6%	49,18%
ON 2 - O Novo Norte - Projetos no Âmbito do QREN com Finalização em 2017	944.402	0	-100,0%	0	S/Var	0,0%
Portugal 2020 - Requalificação da Rua Dr. Carlos Pires Felgueiras, implantação de um dispositivo de retorno	0	57.304	100,0%	0	-100,0%	0,00%
Portugal 2020 - Reab. Zonas Verdes e Espaços de Utilização Coletiva na Zona Desportiva do Centro da Maia	0	1.329.417	100,0%	0	-100,0%	0,00%
Portugal 2020 - Prolongamento do Ecocaminho da Maia	0	451.512	100,0%	126.553	-72,0%	1,99%
Portugal 2020 - Perc. Pedonal e Ciclável na Av. D. Manuel II, entre, R. José R.S. Júnior e Mon. Triunfo Gentes Maia	0	77.074	100,0%	19.101	-75,2%	0,30%
Portugal 2020 - Ampliação/Requalificação da Escola EB 2,3 de Gueifães	0	0	S/Var	1.185.484	100,0%	18,60%
Portugal 2020 - Grande Remodelação da Escola EB 2,3 Maia	0	0	S/Var	949.890	100,0%	14,90%
Portugal 2020 - SIG Intermunicipal da Maia	0	0	S/Var	209.985	100,0%	3,29%
Portugal 2020 - Reabilitação Urbana da Praça 5 de Outubro e Arruamentos Convergentes	0	0	S/Var	221.817	100,0%	3,48%
Portugal 2020 - Reabilitação dos espaços públicos e infraestruturas do Bairro do sobreiro - áreas vedes de fruição e enquadramento paisagístico	0	0	S/Var	127.598	100,0%	2,00%
Portugal 2020 - Reabilitação da Rua Central do Sobreiro, incluindo renovação parcial de infraestruturas, passeios acessíveis e percursos cicláveis	0	0	S/Var	22.583	100,0%	0,35%
Portugal 2020 - Criação de Rede estruturada de infraestruturada de parqueamento para Bicicletas	0	0	S/Var	38.781	100,0%	0,61%
Portugal 2020 - Reabilitação do espaço urbano no setor norte do Bairro do Sobreiro	0	0	S/Var	9.410	100,0%	0,15%
Portugal 2020 - Criação de Percurso Pedonal Acessível e Integração de Percurso Ciclável na Rua Altino Coelho na Cidade da Maia	0	0	S/Var	3.936	100,0%	0,06%
Portugal 2020 - Reabilitação do Espaço Público Correspondente à Rua Dona Deolinda Duarte dos Santos	0	0	S/Var	63.589	100,0%	1,00%
Portugal 2020 - Reabilitação do Espaço Público Correspondente à Rua Dona Clotilde Ferreira da Cruz	0	0	S/Var	9.154	100,0%	0,14%
Portugal 2020 - Promoção de Segurança e Inclusão nos Circuitos Pedonais no Acesso aos Principais Equipamentos Escolares	0	0	S/Var	86.940	100,0%	1,36%
Portugal 2020 - Ações Comunicação, Divulgação e Sensibilização Sobre Riscos Associados às Alterações Climáticas	0	0	S/Var	59.501	100,0%	0,93%
Estado - Cooperação Técnica e Financeira	0	0	S/Var	274.954	100,0%	4,31%
Protocolo de Cooperação - Escola Básica de Gueifães - EB 2,3 Gueifães	0	0	S/Var	159.260	100,0%	2,50%
Protocolo de Cooperação - Escola Básica da Maia - EB 2,3 Maia	0	0	S/Var	115.694	100,0%	1,82%
Serviços e Fundos Autónomos	0	1.148	100,0%	0	-100,0%	0,00%
Instituto Emprego Formação Profissional - Gabinetes de Inserção Profissional	0	1.148	100,0%	0	-100,0%	0,0%
Instituições em Fins Lucrativos	25.000	16.500	-34,0%	15.000	-9,1%	0,24%
Fundação do Desporto - Protocolo de Apoio Desportivo - Centro de Alto Rendimento Desportivo	25.000	16.500	-34,0%	15.000	-9,1%	0,2%
Outros:	39.495	0	-100,0%	46.775	S/Var	0,73%
DGAL - Contrato de Auxílio Financeiro para Reparação de Infraestruturas Rodoviárias Municipais Danificadas pelas Intempéries Municipais de 2016	39.495	0	-100,0%	0	S/Var	0,00%
Fundo de Eficiência Energética - Iluminação LED no Parque Central	0	0	S/Var	46.775	100,0%	0,73%
	4.193.509	3.905.371	-6,87%	6.373.061	63,19%	100,00%

Un: Euros

O agrupamento das transferências e comparticipações, excluídos os Fundos PIE, apresentou o montante global de 6.373.061 € em 2019, refletindo um acréscimo de cerca de (+) 2.467.690 € face a 2018. As transferências de capital assumem maior preponderância com um valor de 3.471.049 € e refletem um aumento relevante de (+) 1.538.094 €. Já as transferências de natureza corrente apresentam o valor de 2.902.013 € com uma evolução positiva de (+) 929.595 € muito por força do acréscimo verificado na componente *Outros*, nomeadamente aquelas que dão cobertura a despesas na área da educação, podendo ainda destacar-se as transferências provenientes da União Europeia e que dão cobertura financeira a alguns projetos em curso.

A variação global ocorrida neste período tem como principais contribuintes do lado dos acréscimos a *Participação comunitária em projetos cofinanciados*, sobretudo na parte correspondente à receita que financia despesa de capital. Neste caso verifica-se que durante 2019 ocorreram fluxos com alguma relevância, nomeadamente nos projetos:

- Ampliação/Requalificação da Escola EB 2,3 de Gueifães;
- Grande Remodelação da Escola EB 2,3 Maia;
- SIG Intermunicipal da Maia;
- Reabilitação Urbana da Praça 5 de Outubro e Arruamentos Convergentes;
- Reabilitação dos espaços públicos e infraestruturas do Bairro do Sobreiro - áreas verdes de fruição e enquadramento paisagístico;
- Outros, conforme lista acima.

Os projetos listados contribuíram financeiramente com um total de 3.134.320 € para o investimento municipal, assumindo-se como a grande “alavanca” do financiamento deste tipo de despesa, com um acréscimo relevante no biénio 2018/2019 que ascende a 1.219.014 €, na parte referente a transferências de capital, sendo de relevar o acréscimo de (+) 221.120 € na parte de transferências correntes para alguns dos projetos em execução.

Será de destacar na parte de transferências de capital e a acrescer aos projetos de remodelação das escolas EB 2,3 de Gueifães e da Maia, o valor total de 274.954 € proveniente da administração central com base no protocolo de *Cooperação Técnica e Financeira*, assinado entre esta entidade e o município, com a finalidade de comparticipar em partes iguais o remanescente da despesa não financiada por fundos comunitários, com uma expressão de 15% do total a repartir entre as duas entidades.

Na parte capital sinaliza-se ainda a existência na componente *Outros* do projeto financiado pelo Fundo de Eficiência Energética no valor de 46.775 €

A rubrica corrente *Outros* apresenta um acréscimo significativo de (+) 28,9 % no ano económico, ou seja (+) 533.034 €. Verifica-se que a área da educação continua a ser a principal área financiada, ao acomodar 98,5% da receita daquela rubrica. Igualmente se afere o contributo significativo no total das transferências ao representar cerca de 37% do valor total expresso no Quadro 23.

A rubrica *Serviços e Fundos Autónomos* que compreende a importância de 87.505 € e reflete uma variação de (+) 64.579 € em resultado sobretudo, do valor arrecadado para financiamento das despesas

com o funcionamento dos Gabinetes de Inserção Profissional (GIP) e das Medidas de Emprego e Apoio à Qualificação de Pessoas com Deficiência e Incapacidade.

A participação da *Segurança Social* para o funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ), apresenta em 2019 um ligeiro acréscimo em relação a 2018, determinado pela reavaliação dos critérios de cálculo da participação financeira, que passou a incluir critérios mais alargados de análise, nomeadamente que abarquem a dimensão da população jovem do concelho, bem como a vertente logística e a vertente administrativa. Inclui ainda o pagamento da participação financeira correspondente a dois técnicos afetos à atividade da CPCJ, em virtude de protocolo assinado entre o município e a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças. Por estes factos esta participação poderá apresentar pequenas variações entre períodos económicos.

Destaca-se no ano de 2019 as transferências provenientes do *Resto do Mundo*, em particular da Comissão Europeia destinada ao financiamento do projeto *Sustainable Energy Positive & Zero Carbon Communities - SPARCS*, cujo valor ascende a 141.451 €.

Devido à sua relevância no âmbito das transferências realizadas sob a designação *Outros*, consignadas à área da educação, interessa destacar que estas refletem as variações ocorridas no exercício económico e não as variações ocorridas no ano letivo, e é sobre este último que o financiamento anual incide, cruzando-se assim num mesmo ano económico financiamento associado a dois anos letivos distintos. Desta forma, analisando os fluxos financeiros ocorridos nas transferências para a área da educação e comparando as transferências por ano económico, observadas no quadro anterior, com as transferências por ano letivo observadas no quadro seguinte, podem tirar-se algumas conclusões que em alguns casos podem ser divergentes.

Quadro 24

TRANSFERÊNCIAS PARA A ÁREA DA EDUCAÇÃO POR ANO LECTIVO				
	Execução por ano letivo			Variação dos dois últimos anos letivos
	2016/2017	2017/2018	2019/2020	
Outros:	2.311.299	2.400.814	2.219.057	-8%
DGESTE - Programa de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo Ensino Básico	543.639	509.137	420.817	-17%
DGESTE - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Auxiliares de Ação Educativa	682.332	807.430	849.400	5%
DGESTE - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Componente Social	780.959	737.634	782.160	6%
DGESTE - Generalização Refeições Escolares a Alunos do 1º Ciclo	304.368	346.612	166.680	-52%

Un: Euros

Promovendo uma análise aos valores executados por ano letivo e compatibilizando-a com a informação anterior é possível concluir que:

- Para o *Programa de Enriquecimento Curricular*, do conjunto de transferências efetuadas pela DGESTE em 2019 verifica-se que a perspetiva letiva apresenta um valor um pouco maior (420.817 €) do que a componente económica (411.959 €), apresentando nesta comparação certa homogeneidade entre perspetivas. Esta componente é afetada pela procura, tendo em conta a inscrição facultativa nas atividades, podendo oscilar ligeiramente entre ciclos letivos.
- No *Acordo de Cooperação no Pré-Escolar – Auxiliares de Ação Educativa* as conclusões obtidas em sede de ano económico (915.267 €) vão além dos valores letivos (849.400 €). Aponta-se o

timing de processamento dos pagamentos como principal fator explicativo do desajustamento. Salienta-se o crescimento deste financiamento entre os anos letivos 2016/2017, 2017/2018 e 2018/2019, fortemente explicado pelo crescimento do salário mínimo com atuação direta no índice remuneratório destes funcionários.

- No *Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Componente Social* a perspetiva de análise por ano letivo apresenta paridade com a perspetiva de ano económico.
- Ao nível do *Programa de Generalização de Refeições Escolares* existe divergência entre perspetivas, verificando-se que a perspetiva económica (231.398 €) supera a perspetiva letiva (166.680 €), concluindo-se que se cruzaram no ano económico financiamentos de anos letivos distintos.

O quadro seguinte identifica os projetos objeto de financiamento comunitário no âmbito do Portugal 2020, os montantes arrecadados por cada projeto, a despesa associada a esta receita e um indicador que permite aferir a eficácia, ou desempenho em cada projeto, comparando a despesa que foi submetida para aprovação e o financiamento máximo previsto para o projeto, objeto de contratualização.

Existe ainda um conjunto de projetos aprovados não contemplados no quadro, que ainda não foram objeto de qualquer pedido de pagamento ou movimento financeiro, esperando-se que durante o ano de 2020 tais projetos tenham a execução física e financeira esperada. O financiamento previsto para estes projetos ascende a 5.416.344 € com um montante de despesa elegível de 6.326.105 €

Quadro 25

Designação do Projecto	PROJETOS COMPARTICIPADOS POR FUNDOS COMUNITÁRIOS							
	Tipologia	Investimento Elegível	Comparticipação	Despesa Submetida	Recebimentos	Saldo	Eficácia da despesa submetida até final de 2019 face ao valor da com participação prevista	
	Previsões no Final do Projeto	Previsões no Final do Projeto	%	Valor	Valor	Valor		
Valorização dos Caminhos de Santiago - Caminho Português da Costa	Norte 2020 - Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos - Património Natural e Cultural	69.505	59.079	85%	27.176	27.176	0	46%
Criação de Rede Estruturada de Infraestruturas de Parqueamento para Bicletas	Norte 2020 - Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos - Mobilidade Urbana Sustentável	154.990	131.741	85%	102.518	102.518	0	78%
SIG Intermunicipal da Maia	Norte 2020 - Competitividade e Internacionalização - Promoção das TIC na Administração e Serviços Públicos	451.765	384.000	85%	343.023	326.517	16.506	89%
Reabilitação Urbana da Praça 5 de Outubro e Arruamentos Convergentes - Castelo da Maia	Norte 2020 - Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos - Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano	410.369	348.814	85%	221.817	221.817	0	64%
Requalificação do troço da Rua Dr. Carlos Pires Felgueiras, contíguo ao canal de metro ligeiro - implantação de um dispositivo de retorno	Norte 2020 - Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos - Reabilitação Urbana	71.004	60.353	85%	60.320	57.304	3.016	100%
Reforço e reabilitação das zonas verdes e dos espaços de utilização coletiva e respetiva valorização paisagística no quartierão afeto à Zona Desportiva do Centro da Maia	Norte 2020 - Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos - Planos estratégicos de Desenvolvimento Urbano	1.646.337	1.399.386	85%	1.399.386	1.329.417	69.969	100%
Grande Remodelação da Escola EB,2,3 da Maia	Norte 2020 - Infraestruturas do Ensino Básico e Secundário	2.000.000	1.700.000	85%	949.890	949.890	0	56%
Ampliação/Requalificação da Escola EB,2,3 de Guelfões	Norte 2020 - Infraestruturas do Ensino Básico e Secundário	2.500.000	2.125.000	85%	1.185.484	1.185.484	0	56%
Ampliação/Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Vieira de Carvalho	Norte 2020 - Infraestruturas do Ensino Básico e Secundário	2.500.000	2.125.000	85%	77.367	0	77.367	4%
Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar - Projetos (INEDIT)	Norte 2020 - Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida	832.734	707.348	85%	69.192	69.192	0	10%
Prolongamento do Ecocaminho da Maia	Norte 2020 - Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano	887.950	754.758	85%	608.490	578.065	30.424	81%
Reabilitação da Rua Central do Sobreiro, incluindo renovação parcial de infraestruturas, passeios acessíveis e percursos cicláveis.	Norte 2020 - Reabilitação do Espaço Público	1.848.622	1.571.329	85%	33.602	22.583	11.020	2%
Reabilitação dos espaços públicos e infraestruturas do Bairro do sobreiro - áreas verdes de fruição e enquadramento paisagístico, incluindo o Parque Urbano do Sobreiro - Fase 1 e Fase 2 e ligação de via nova entre a Rua Central do Sobreiro e a Rua Padre Luís Campos - 1.ª fase	Norte 2020 - Regeneração Socioeconómica e Física de Comunidades e Zonas Desfavorecidas	2.200.000	1.870.000	85%	127.598	127.598	0	7%
Ações de comunicação, divulgação e sensibilização sobre riscos associados às alterações climáticas	POSEUR - Promover a adaptação às alterações Climáticas e a prevenção e gestão de riscos	186.689	140.017	75%	114.076	114.076	0	81%
Percorso pedonal acessível e integração de percurso ciclável na Av. D. Manuel II, Freguesia Cidade da Maia, desde a R. José Rodrigues da Silva Júnior até à rotunda do Monumento Triunfo Gentes da Maia	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	426.590	362.602	85%	96.175	96.175	0	27%
Reabilitação do espaço urbano no setor norte do Bairro do Sobreiro, correspondente às obras de urbanização do lotamento de iniciativa municipal UI-1/Praça do Oxigénio - 1.ª fase	NORTE 2020 - Reabilitação Urbana	845.138	718.367	85%	9.410	9.410	0	1%
Criação de percurso pedonal acessível e integração de percurso ciclável na Rua Altino Coelho na cidade da Maia, entre a Rotunda do Monumento ao Triunfo das Gentes da Maia e a área de intervenção do projeto Praça do Oxigénio.	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	211.744	179.983	85%	3.936	3.936	0	2%
Melhoria das condições de acolhimento nas paragens de transporte coletivo rodoviário	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	447.481	380.359	85%	0	0	0	0%
Melhoria das condições de coexistência dos modos suaves, podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes entre peões e ciclistas, no núcleo urbano do Castelo da Maia	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	1.183.893	1.006.309	85%	43.381	43.381	0	4%
Plano de Comunicação e Participação ARU do Centro da Maia	NORTE 2020 - Desenvolvimento de ações com vista à gestão e animação da área urbana	321.645	273.398	85%	53.451	53.451	0	20%
Promoção de Segurança e Inclusão nos Circuitos pedestres no acesso aos principais equipamentos escolares	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	116.238	98.802	85%	91.516	86.940	4.576	93%
Reabilitação do espaço público correspondente à Rua Dona Clotilde Ferreira da Cruz, entre a Rua do Barão de S. Januário e a Rua Eng.º Duarte Pacheco	NORTE 2020 - Reabilitação do espaço público, desde que associada a ações de reabilitação do conjunto edificado envolvente	156.978	133.432	85%	9.154	9.154	0	7%
Reabilitação do espaço público correspondente à Rua Dona Deolinda Duarte dos Santos, entre a Rua Eng.º duarte Pacheco e a Rua do Barão de São Januário	NORTE 2020 - Reabilitação do espaço público, desde que associada a ações de reabilitação do conjunto edificado envolvente	156.654	133.156	85%	63.589	63.589	0	48%
Projeto de Mediadores Municipais e Interculturais	POISE - FSE - Mediadores Municipais e Interculturais	292.472	248.601	85%	3.108	3.108	0	1%
		19.918.800	16.911.835		5.693.655	5.480.778	212.878	34%

PASSIVOS FINANCEIROS

A existência de capítulo próprio em matéria de análise do endividamento municipal, justifica que neste item apenas se refira que no exercício em apreço, pese embora o Município tenha adjudicado a contratação de um empréstimo bancário de médio e longo prazo, no montante de 10.254.645,79 €, ao Banco Português de Investimento (BPI), na sequência da operação de substituição da dívida do Município (SMEAS) à EDP Distribuição Energia, S.A., assumida no âmbito do Protocolo celebrado em 2005, os reflexos contabilísticos dessa operação constam da esfera da prestação de contas individual dos SMEAS, como se impõe.

No domínio da autonomia financeira, tema de particular relevância em qualquer organização, grandemente influenciada pelas sucessivas medidas de contenção orçamental existente, também se reporta para capítulo próprio um conjunto de indicadores de gestão que permitem avaliar o posicionamento do Município neste domínio.



maia
CÂMARA MUNICIPAL

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

ANÁLISE GLOBAL DA DESPESA

As autarquias orientam-se no sentido de prestar melhores serviços públicos aos cidadãos, pautando a sua ação por princípios de qualidade, transparência e eficiência, intervindo em matérias como a educação, o desporto, a cultura, a ação social, o desenvolvimento regional e o ordenamento territorial.

Neste capítulo, para avaliar a dinâmica da realização da despesa sob a perspetiva económica, será efetuada uma análise da execução orçamental da despesa – corrente e de capital, quer em termos de pagamento, quer em termos de despesa faturada (transitada e nova) em matéria de *despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços e transferências*.

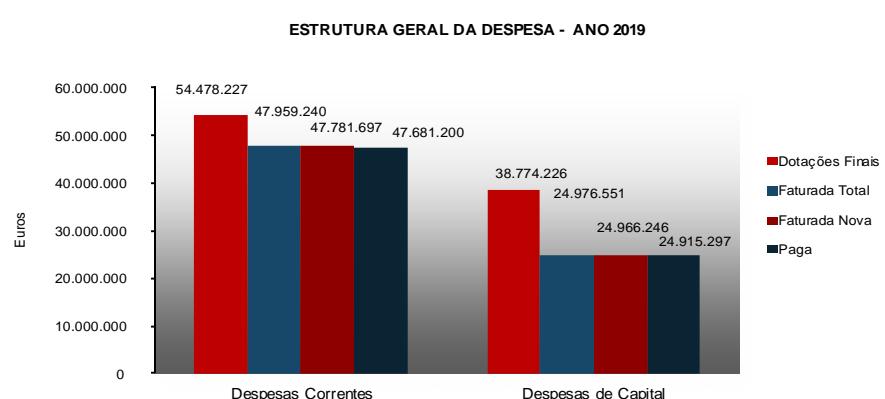
Quadro 26

ESTRUTURA GERAL DA DESPESA												
	2018				2019				Despesa Paga			Taxa de Execução
	Despesa Faturada				Despesa Faturada				Despesa Paga			
	Nova	Dotações Finais	Transitada		Nova	Total	Peso Faturada Nova	Variação 2018/2019 Fact Nova	Total	Peso	Desp Faturada (e)/(b)	Desp Paga (f)/(e)
Despesas Correntes	42.938.427	54.478.227	177.542	47.781.697	47.959.240	65,7%	11,3%	47.681.200	65,7%	88,0%	99,4%	
Pessoal	19.154.529	21.579.750	0	20.183.049	20.183.049	27,7%	5,4%	20.183.049	27,8%	93,5%	100,0%	
Aquisição de Bens e Serviços	15.319.825	21.051.897	174.051	16.897.939	17.071.991	23,2%	10,3%	16.794.143	23,1%	81,1%	98,4%	
Juros e Outros Encargos	147.447	117.624	0	83.647	83.647	0,1%	-43,3%	83.647	0,1%	71,1%	100,0%	
Transferências Correntes	3.759.000	4.528.340	3.299	4.055.179	4.058.478	5,6%	7,9%	4.058.478	5,6%	89,6%	100,0%	
Subsídios	3.428.660	4.981.370	0	4.457.321	4.457.321	6,1%	30,0%	4.457.321	6,1%	89,5%	100,0%	
Outras Despesas Correntes	1.128.966	2.219.246	192	2.104.563	2.104.755	2,9%	86,4%	2.104.563	2,9%	94,8%	100,0%	
Despesas de Capital	25.887.652	38.774.226	10.305	24.966.246	24.976.551	34,3%	-3,6%	24.915.297	34,3%	64,4%	99,8%	
Aquisição de Bens de Capital	18.079.340	26.926.523	10.305	13.579.841	13.590.146	18,7%	-24,9%	13.528.893	18,6%	50,5%	99,5%	
Transferências de Capital	1.895.863	2.510.261	0	2.056.943	2.056.943	2,8%	8,5%	2.056.943	2,8%	81,9%	100,0%	
Activos Financeiros	345.390	2.570.826	0	2.568.593	2.568.593	3,5%	643,7%	2.568.593	3,5%	99,9%	100,0%	
Passivos Financeiros	5.567.059	6.766.616	0	6.760.868	6.760.868	9,3%	21,4%	6.760.868	9,3%	99,9%	100,0%	
Outras Despesas de Capital	0	0	0	0	0	0,0%		0	0,0%			
Total Geral Despesas	68.826.079	93.252.453	187.847	72.747.943	72.935.790	100,0%	5,7%	72.596.497	100,0%	78,2%	99,5%	

Un:Euros

(c) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2019, e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

Gráfico 15



A despesa total faturada no exercício de 2019 ascendeu a 72.935.790 €, sendo de referir que 187.847 € respeitam a despesa transitada do exercício anterior e 72.747.943 € à nova faturação de 2019.

Ao nível da despesa realizada, verificou-se uma taxa de execução de 78,2%, sendo mais expressivo o rigor da previsão orçamental no caso das despesas correntes em contraposição com as despesas de capital, sobressaindo também nesta análise, o predomínio da faturação das despesas correntes, que representam 65,7% do montante global da nova despesa faturada.

Avaliando o comportamento da nova despesa faturada entre o ano de 2018 e 2019, constatou-se um acréscimo de (+) 3.921.864 €, (+) 5,7%, justificado na íntegra pela variação das despesas de natureza corrente, (+) 11,3%, uma vez que as despesas de capital apresentam um decréscimo de (-) 3,6%.

Em matéria de despesas correntes, o acréscimo de (+) 4.843.271 €, justifica-se pela variação positiva ocorrida em quase todas as suas componentes: *Aquisição de bens e serviços*, (+) 1.578.114 €, *Subsídios*, (+) 1.028.661 €, *Pessoal*, (+) 1.028.520 €, *Outras despesas correntes*, (+) 975.597 €, e as *Transferências correntes* com (+) 296.179 €

A variação assinalada na rubrica os *Subsídios* é explicada, na sua maioria, pelo aumento da faturação do subsídio atribuído à empresa Espaço Municipal Renovação Urbana e Gestão Património, no âmbito do contrato programa celebrado para a conclusão da reabilitação de empreendimentos habitacionais propriedade do Município, bem como pela variação menos acentuada, da faturação no âmbito do contrato interadministrativo com STCP.

O acréscimo registado na componente de *Pessoal*, decorre das atualizações salariais que por força da lei têm vindo a ser implementadas, nomeadamente atualização do valor da retribuição mínima mensal garantida, descongelamento de carreiras, reposições salariais e alterações de posicionamento remuneratório decorrentes da aplicação do processo de avaliação do desempenho do biénio 2018/2019, originando por sua vez, um aumento das remunerações, dos encargos sociais e contribuições para a Segurança Social.

O incremento verificado na rubrica de *Outras despesas correntes*, a qual agrupa um conjunto diversificado de despesas, sendo uma variável que não é controlável pela gestão municipal, deriva de um maior incremento no item de Impostos e taxas, incluindo-se aqui quer os encargos com liquidação e cobrança de impostos para o Município debitados pela Autoridade Tributária, quer as restituições e reembolsos processados pela mesma entidade.

No âmbito das *Transferências correntes*, a variação sinalizada, decorre essencialmente de um aumento das transferências para as freguesias e para Instituições sem Fins Lucrativos, consubstanciando-se em apoios concedidos pela autarquia no âmbito das atividades desportivas, sociais, culturais, humanitárias e educacionais.

Em contraciclo e a refletir um decréscimo no agrupamento das despesas correntes, surge a rubrica dos *Juros e Outros Encargos* com uma variação negativa de (-) 63.801 €, associada a um menor serviço da dívida.

Relativamente às despesas de capital, o decréscimo evidenciado de (-) 921.406 €, encontra-se totalmente justificado pela variação negativa ocorrida na componente de *Aquisição de bens de capital* que ascendeu a (-) 4.499.499 €, que deriva essencialmente da aquisição dos terrenos que integravam o Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maia Golfe em consequência da concretização do seu processo de dissolução e liquidação, no montante de 8.876.880,48 €, facto que ocorreu em 2018 sem a correspondente contrapartida em 2019. Adicionalmente a contribuir para a descida nesta componente, temos o decréscimo da rubrica de Construções diversas e parques e jardins – domínio privado, Instalações desportivas e recreativas - Edifícios.

Com comportamento inverso, verifica-se do lado das despesas de capital, um acréscimo da rubrica dos *Ativos Financeiros* no valor de (+) 2.223.204 €, justificado pelo registo contabilístico no período, do aumento de capital estatutário da Empresa Espaço Municipal no montante de 3.450.000 € aprovado (em reunião de Câmara de 11 de junho de 2018 e posteriormente em sessão da Assembleia Municipal decorrida em 28 de junho do mesmo ano) decorrendo no exercício económico em análise a primeira transferência no montante de 2.330.000 €, seguindo-se o aumento da componente dos *Passivos Financeiros*, de (+) 1.193.809 €, explicado pela amortização do empréstimo transmitido para o Município aquando da dissolução e liquidação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maia Golfe e da cessão da posição contratual deste junto da Caixa Geral de Depósitos e a variação menos significativa da rubrica das *Transferências de capital* de (+) 161.080 €, que decorre de um maior volume de transferências para as Freguesias e para as Empresas Públicas Municipais, não obstante a diminuição ocorrida na rubrica das Instituições Sem Fins Lucrativos.

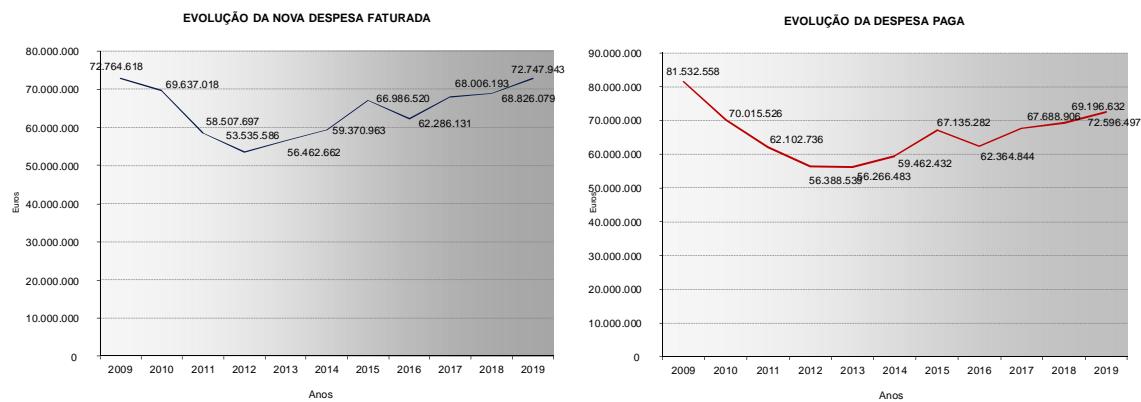
Ao nível de despesa paga, o ano económico de 2019 exibe o montante de 72.596.497 €, atingindo em termos de taxas de execução dos pagamentos em relação à faturação neste período 99%, apurando-se que apenas 339.293 € do total faturado se encontra por pagar.

Assinala-se que o total que se encontra por pagar se reporta a faturação emitida em datas próximas do final do mês de dezembro, encontrando-se uma grande parte em conferência e, por maioria de razão, não vencida, pelo que, a sua materialidade não oferece qualquer preocupação em matéria de gestão da dívida de curto prazo.

Registe-se que, sob o ponto de vista financeiro, o maior volume de pagamentos foi canalizado para as despesas de carácter corrente (65,7% do total geral da despesa paga), onde se relevam os pagamentos imputáveis às rubricas de despesas com *Pessoal* e *Aquisição de bens e serviços*, enquanto o pagamento das despesas de capital teve menor materialidade (34,3%).

Para uma melhor apreciação da evolução da nova despesa faturada e despesa paga desta edilidade, insere-se o Gráfico 16.

Gráfico 16



Dada a importância que ocupam no contexto geral da estrutura da despesa, justifica-se necessário proceder a uma análise mais detalhada às seguintes componentes, como sejam:

- Despesas de Funcionamento
- Transferências Correntes
- Investimento Global
- Análise da Dívida

DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

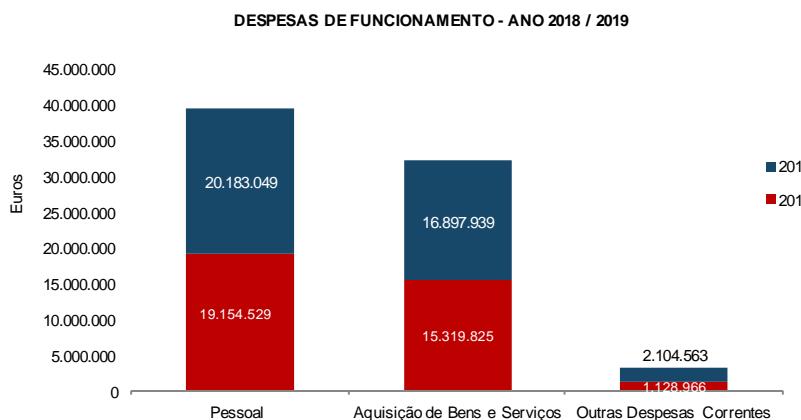
O conceito de despesas de funcionamento traduz as despesas consideradas essenciais para assegurar o funcionamento de um Município, coincidindo em grande parte com a despesa corrente. São um importante indicador da dinâmica da atuação da Autarquia, na medida em que traduzem o montante de encargos fixos e obrigatórios, reunindo no seu conjunto as despesas com *Pessoal*, com *Aquisição de bens e serviços* e com *Outras despesas correntes*, cuja repartição nos últimos dois anos é visível no quadro subsequente.

Quadro 27

	ESTRUTURA GERAL DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO												
	2018			2019			Despesa Faturada			Despesa Faturada			Despesa Faturada Nova
	Transitada	Nova	Total	%Desp Func	%Desp corrente	%Desp Total	Transitada	Nova	Total	%Desp Func	%Desp corrente	%Desp Total	Despesa Faturada Nova
	(a)	(b)	(c)=(a)+(b)				(d)	(e)	(f)=(d)+(e)				Tx Variação
Pessoal	0	19.154.529	19.154.529	53,8%	44,6%	27,8%	0	20.183.049	20.183.049	51,5%	42,2%	27,7%	5,4%
Aquisição de Bens e Serviços	428.965	15.319.825	15.748.790	43,0%	35,7%	22,3%	174.051	16.897.939	17.071.991	43,1%	35,4%	23,2%	10,3%
Outras Despesas Correntes	192	1.128.966	1.129.158	3,2%	2,6%	1,6%	192	2.104.563	2.104.755	5,4%	4,4%	2,9%	86,4%
Total Desp Funcionamento	429.157	35.603.319	36.032.476	100,0%	82,9%	51,7%	174.244	39.185.550	39.359.794	100,0%	82,0%	53,9%	10,1%
Total Despesas Correntes	429.157	42.938.427	43.367.584		100,0%	62,4%	177.542	47.781.697	47.959.240		100,0%	65,7%	11,3%
Total Geral Despesas	561.544	68.826.079	69.387.623			100,0%	187.847	72.747.943	72.935.790		100,0%	5,7%	

Un.Euros
(a) e (d)Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estoque que se efetuaram em 2018 e 2019, e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

Gráfico 17



As despesas de funcionamento, no que respeita à nova despesa faturada, atingiram no exercício em análise o valor de 39.185.550 €, verificando-se um acréscimo de (+) 10,1% em relação ao ano anterior, concorrendo para tal variação, o aumento das rubricas de *Aquisição de bens e serviços*, (+) 1.578.714 € despesas com *Pessoal*, (+) 1.028.520 € e das *Outras despesas correntes*, (+) 975.597 €.

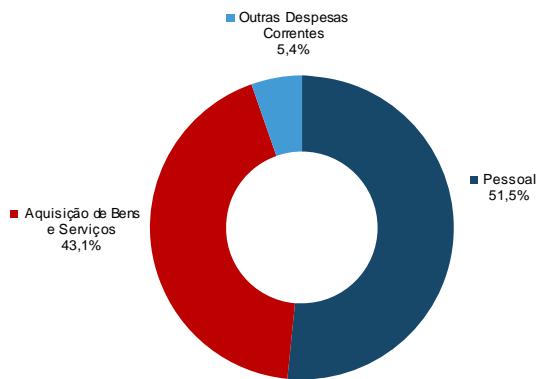
Como é dado a observar pela análise do quadro, conclui-se que no exercício económico em apreço a rubrica de despesas com *Pessoal* (como já era expectável) constitui a componente mais expressiva dos encargos de funcionamento, representando 51,5% do total, não obstante esta proporção ser inferior à apurada em 2018 (53,8%). O contrário verificou-se com as rubricas de *Aquisição de bens e serviços*, cuja proporção aumentou em 2019 para 43,1%, e com as *Outras despesas correntes* cujo peso passou para 5,4%, em resultado do aumento dos seus níveis de despesa nova faturada.

Considerando o nível de desenvolvimento do Município, associado às competências que lhe são intrínsecas, as despesas de funcionamento realizadas têm uma influência determinante quer no total das despesas correntes, quer no conjunto geral da despesa, ao representarem 82% e 53,9% de cada um dos totais respetivamente, o que traduz um elevado volume de encargos suportado por esta edilidade em despesas associadas ao seu regular funcionamento.

O Gráfico 18 é ilustrativo do peso destes encargos de funcionamento no exercício de 2019.

Gráfico 18

PESO DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO - ANO 2019



Dada a importância que as despesas de funcionamento têm, na medida em que traduzem um indicador da dinâmica da atuação da Autarquia, procede-se a uma avaliação individual e mais detalhada da área das despesas com *Pessoal* e da *Aquisição de bens e serviços*.

DESPESAS COM PESSOAL

Neste agrupamento devem considerar-se todas as espécies de remunerações principais, com os membros dos órgãos autárquicos, com o pessoal dos quadros, contratado a termo, em regime de tarefa ou avença e em qualquer outra situação. Engloba também os abonos acessórios e compensações, como sejam despesas correlacionadas com o pessoal, designadamente: deslocações e ajudas de custo, trabalho extraordinário e em regime de turnos, abono para falhas, subsídio de refeição, alimentação, alojamento e abonos diversos. Incluem-se ainda, no âmbito deste agrupamento, outro tipo de prestações sociais diretas, designadamente: subsídio familiar a crianças e jovens, pensões, seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais, despesas de saúde e as despesas que a autarquia local, como entidade patronal, suporta com o regime de segurança social dos seus funcionários.

Por força da abrangência do conceito de despesas com pessoal exigido em sede do controlo às mesmas, nos termos em que este foi superiormente instituído, a este montante acrescem ainda as *despesas com Aquisição de serviços a particulares*, informação que o Município tem o dever de reportar trimestralmente à Direção Geral das Autarquias Locais, contudo, perante a sua especificidade, tais valores serão objeto de tratamento autónomo no fim do presente capítulo, centrando-se numa primeira fase a análise no conceito formalmente mais restrito de despesas com *Pessoal*.

Anote-se também, ainda neste âmbito, que os Municípios têm a obrigatoriedade de prestar informação à Direção Geral das Autarquias, relativa a *Pessoal ao serviço* e a despesas com *Pessoal*.

No Quadro 28 apresenta-se a estrutura de encargos detalhada das despesas com *Pessoal* da autarquia nos dois últimos exercícios.

Quadro 28

DESPESAS COM PESSOAL							
	2018		2019				
	Despesa Faturada		Despesa Faturada		Nova Despesa Faturada		
	Nova	Transitada	Nova	Total	Peso	Variação	Tx Cresc
	(a)	(b)	(c)	(d)=(b)+(c)			
Remunerações Certas e Permanentes							
Titulares de órgãos soberania e membros órgãos autárquicos	2 13.115		222.394	222.394	1,1%	9.278	4,4%
Pessoal dos quadros - Regime contrato individual trabalho	9.032.634		9.455.505	9.455.505	46,8%	422.871	4,7%
TPQ RCIT - Pessoal em funções	8.747.076		9.223.510	9.223.510	45,7%	476.433	5,4%
PQ RCIT - Alterações obrigatorias de posicionamento remuneratório	113.144		205.333	205.333	10%	92.189	81,5%
PQ RCIT - Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	172.414		26.662	26.662	0,1%	-145.752	-84,5%
Pessoal para além dos quadros	0		0	0	0,0%	0	
Pessoal contratado a termo	706.582		766.687	766.687	3,8%	60.105	8,5%
PCT - Pessoal em funções	448.536		491.132	491.132	2,4%	42.597	9,5%
PCT - Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	258.046		275.554	275.554	1,4%	17.508	6,8%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	908.975		855.111	855.111	4,2%	-53.864	-5,9%
Pessoal aguardando aposentação	10.088		6.854	6.854	0,0%	-3.234	-32,1%
Pessoal em qualquer outra situação	143.285		164.906	164.906	0,8%	21.621	15,1%
Representação	93.701		106.881	106.881	0,5%	13.180	14,1%
Subsídio de refeição	893.165		912.325	912.325	4,5%	19.160	2,1%
Subsídios de férias e de Natal	1.715.795		1820.597	1820.597	9,0%	104.802	6,1%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade (pessoal quadro CGA)	443.215		412.880	412.880	2,0%	-30.335	-6,8%
Subtotal	14.160.555	0	14.724.140	14.724.140	73,0%	563.584	4,0%
Abonos Variáveis ou Eventuais							
Horas extraordinárias	72.987		99.322	99.322	0,5%	26.336	36,1%
Ajudas de custo	1.899		2.594	2.594	0,0%	695	36,6%
Abono para faltas	3.201		3.438	3.438	0,0%	236	7,4%
Formação	0		0	0	0,0%	0	
Subsídio de trabalho nocturno	1.188		1.536	1.536	0,0%	348	29,2%
Subsídio de turno	327.399		341.663	341.663	1,7%	14.264	4,4%
Indemnizações por cessação de funções	38.806		42.258	42.258	0,2%	3.452	8,9%
Outros suplementos e prémios	88.453		83.132	83.132	0,4%	-5.321	-6,0%
Subtotal	533.933	0	573.943	573.943	2,8%	40.010	7,5%
Segurança Social							
Encargos com a saúde	779.357		948.942	948.942	4,7%	169.585	218%
Outros encargos com a saúde	174.071		169.691	169.691	0,8%	-4.380	-2,5%
Subsídio familiar a crianças e jovens	94.442		93.896	93.896	0,5%	-546	-0,6%
Outras prestações familiares	8.673		6.908	6.908	0,0%	-1.765	-20,4%
Contribuições para a segurança social	3.126.633		3.390.984	3.390.984	16,8%	267.350	8,6%
Segurança social do pessoal em RCTFP - Caixa Geral de Aposentações	2.215.628		2.442.272	2.442.272	12,1%	226.644	10,2%
Segurança social do pessoal em RCTFP - Segurança Social - Regime Geral	896.431		923.822	923.822	4,6%	27.391	3,1%
Outros	11574		24.890	24.890	0,1%	13.315	15,0%
Acidentes em serviço e doenças profissionais	0		0	0	0,0%	0	
Seguros	245.896		233.032	233.032	1,2%	-12.864	-5,2%
Outras despesas de segurança social	33.968		41.513	41.513	0,2%	7.545	22,2%
Subtotal	4.460.041	0	4.884.966	4.884.966	24,2%	424.926	9,5%
TOTAL	19.154.529	0	20.183.049	20.183.049	100,0%	1.028.520	5,4%

Un:Euros

(b) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estoque que se efetuaram em 2019 e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

Da apreciação do Quadro 28 conclui-se que as despesas com pessoal no exercício de 2019 totalizaram 20.183.049 €, assinalando um acréscimo de (+) 1.028.520 €, (+) 5,4% face ao ano anterior, tendo contribuído para este cenário o aumento das despesas com *Remunerações Certas e Permanentes*, das despesas com *Abonos Variáveis ou Eventuais* e das despesas com a *Segurança Social*.

Este acréscimo das despesas com pessoal é explicado pelas atualizações salariais que por força da lei têm vindo a ser implementadas, nomeadamente atualização do valor da retribuição mínima mensal garantida, descongelamento de carreiras, reposições salariais e alterações de posicionamento remuneratório decorrentes da aplicação do processo de avaliação do desempenho do biénio 2018/2019.

Tais alterações ditam um aumento das remunerações, dos encargos sociais e consequentemente um aumento das contribuições para a *Segurança Social*.

Neste exercício económico, a rubrica de *Remunerações Certas e Permanentes* representa 73% do total das despesas com pessoal, perfazendo 14.724.140 €, e evidencia um acréscimo de (+) 563.584 € em relação ao ano anterior, (+) 4%, em consequência do aumento de algumas das rubricas que a compõem, destacando-se:

- O aumento das despesas com *Pessoal dos Quadros em regime de contrato individual de trabalho* em (+) 422.871 €, influenciado pelo aumento da rubrica de *Pessoal dos Quadros – pessoal em funções*, em (+) 476.433 €, e consequentemente da diminuição da rubrica de pessoal para novos postos de trabalho, resultantes da concretização de mobilidades ocorridas no período, nomeação de dirigentes e ainda no âmbito do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na administração pública (PREVPAP), a que acrescem as *Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório*, no montante de (+) 92.189 €, decorrentes do descongelamento de carreiras e alterações remuneratórias resultantes da aplicação do processo de avaliação do desempenho dos funcionários municipais;
- O acréscimo da rubrica de *Subsídio de Férias e de Natal*, que perfaz (+) 104.802 €;
- O incremento das despesas com *Pessoal contratado a termo*, no valor de (+) 60.105 €, cuja variação está indexada ao aumento da carga horária dos professores afetos às Atividades de Enriquecimento Extra Curriculares;
- A variação das despesas com *Pessoal em qualquer outra situação* em (+) 21.621 € justificada pela nomeação do coordenador municipal da Proteção Civil;
- O aumento da rubrica de *Subsídio de refeição* a registar uma variação positiva de (+) 19.160 €;
- O crescimento das *Despesas de Representação* em (+) 13.180 €, determinado pela nomeação de novos dirigentes;
- O incremento dos Titulares de órgãos de soberania e membros dos órgãos autárquicos com um aumento de (+) 9.278 €, decorrente da alteração do estatuto de um eleito local que passou a exercer funções em regime de permanência a tempo inteiro;

Em sentido inverso, e não obstante o incremento global deste agregado económico, surgem decréscimos em algumas das suas componentes, a saber:

- *Pessoal em regime de tarefa ou avença* a assinalar uma diminuição de (-) 53.864 €, determinada pela regularização de prestadores de serviços, de três técnicos superiores no âmbito do PREVPAP, bem como a contratação de nadadores salvadores para os complexos municipais de piscinas que passou a ser efetuada através da empresa Safety Perspective;
- *Remunerações por doença* com um decréscimo de (-) 30.335 €, em consequência da diminuição dos custos suportados com as ausências ao serviço de pessoal do quadro vinculado à CGA de (-) 6,8%;
- *Pessoal aguardando aposentação* com uma redução de (-) 3.234 €

Em matéria de *Abonos variáveis ou eventuais*, estes consomem 2,8% do total das despesas com pessoal, cabendo-lhes o valor de 573.943 €, apresentando um acréscimo de (+) 40.010 € face ao ano transato, (+) 7,5%, justificado pelo aumento verificado nas seguintes rubricas:

- *Horas extraordinárias*, com um incremento de (+) 26.336 €, justificado pela necessidade de colmatar a falta de recursos humanos inerentes à saída de trabalhadores por motivos de aposentação, bem como advindo do incremento do valor pago por hora extraordinária, alterações de posicionamento remuneratório e atualização do valor da retribuição mínima mensal garantida;
- *Subsídio de turno*, com um aumento de (+) 14.264 €, decorrente das alterações de posicionamento remuneratório;
- *Indemnizações por cessação de funções*, com uma variação de (+) 3.452 €, reportando-se sobretudo ao valor pago ao pessoal afeto às Atividades de Enriquecimento Extra Curriculares por cessação do contrato de trabalho;
- *Ajudas de custo* com um acréscimo de (+) 695 €;
- *Subsídio de trabalho noturno*, com um aumento no montante de (+) 348 €;
- *Abono para falhas* com um acréscimo de (+) 236 €

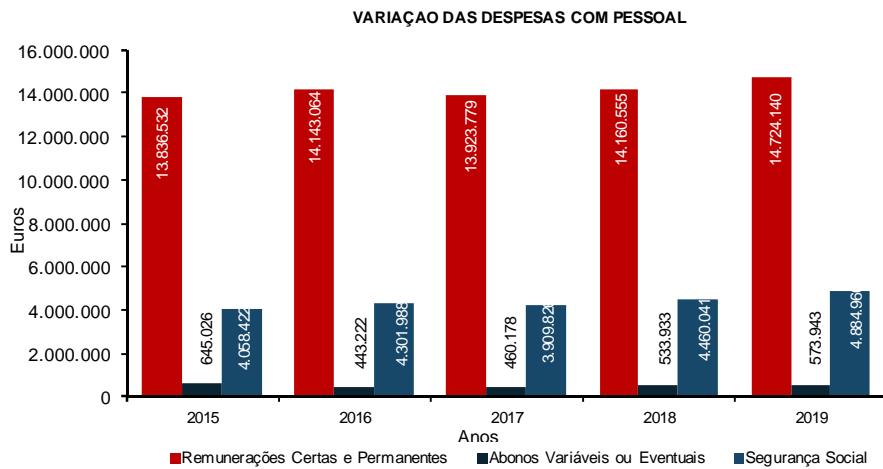
A *Segurança Social* absorve 24,2% do total das despesas com pessoal, alcançando a importância de 4.884.966 € e evidenciando um acréscimo de (+) 424.926 € em relação ao ano anterior, (+) 9,5%. Para tal contribuiu principalmente o aumento das *contribuições para a Segurança Social* em (+) 267.350 €, quase todo imputável à componente do pessoal da Caixa Geral de Aposentações, que se justifica pelo descongelamento de carreiras, reposições salariais, alterações de posicionamento remuneratório e atualização do valor da retribuição mínima mensal garantida.

Anote-se igualmente os acréscimos das rubricas dos *Encargos com a saúde* em (+) 169.585 €, em consequência do aumento das despesas com a faturação da ADSE e com um valor mais residual das *Outras despesas de Segurança Social* em (+) 7.545 €

Por último, é de realçar o facto da rubrica de *Despesas com Pessoal* assumir um grande peso na globalidade das despesas municipais, representando na gerência em apreciação 51% das despesas de funcionamento, 42% das despesas correntes e 27% das despesas totais.

Para uma melhor percepção da variação das rubricas *Despesas com Pessoal* desta edilidade, no último quinquénio, elaborou-se o gráfico seguinte.

Gráfico 19



LIMITAÇÕES ÀS DESPESAS COM PESSOAL

Relativamente a esta matéria, impõe-se avaliar o cumprimento dos requisitos legalmente aplicáveis neste âmbito por parte do município, designadamente quanto ao preceituado no artigo n.º 55 da Lei do Orçamento de Estado de 2019 e aferir o posicionamento do município a 31 de dezembro de 2019, como se demonstra no quadro seguinte.

Quadro 29

VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS ALINEAS A) E B) DO N.º1 DO ART.º 58 DA RFALE		Ano 2019	
		01-01-2019	4.Trim 2019
Alinea a)			
Dívida total orçamental do Grupo Municipal (1)		65.078.288	50.928.527
Limite da dívida total (2)		123.122.786	
POSICIONAMENTO DO MUNICÍPIO FACE AO LIMITE (3)=(1)-(2)		-58.044.498	-72.194.259
 Margem utilizável (alínea b) n.º 3 art.º 52 RFALE			
Margem disponível para utilizar		11.608.900	25.758.661
 Alinea b)			
Dívida total excluindo empréstimos* (4)=(1)-(5)		23.796.347	9.661.042
Total de Empréstimos (5)=(6)+(7)+(8)+(9)+(10)		41.281.942	41.267.485
Município (6)		31.081.105	33.283.650
Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais (7)		4.642.564	3.671.079
Empresas locais e participadas que violam a regra do equilíbrio (8)			
Cooperativas e Fundações (9)		100.544	105.026
Entidades de outra natureza (10)		5.457.729	4.207.729
Média da Receita Corrente Líquida cobrada nos últimos três exercícios x 0,75 (11)		61.561.393	
POSICIONAMENTO DO MUNICÍPIO (12)=(4)-(11)		-37.765.046	-51.900.351

Un: Euro

(* Exclui Operações não orçamentais

Da análise dos resultados obtidos sistematizados no quadro supra, demonstra-se que no final da gerência de 2019, o Município da Maia não se encontrava em situação de saneamento financeiro, isto é, em qualquer das situações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 58.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual à data dos factos.

ESTRUTURA ORGÂNICA

Face à importância da rubrica despesas com *Pessoal*, conclui-se a apreciação deste agrupamento de despesa com a inserção do Quadro 5, demonstrativo da execução e do seu peso por capítulo orgânico no período em referência.

Quadro 30

DESPESAS COM PESSOAL									
2019									
	Despesa Faturada				Despesa Faturada Nova	Despesa Paga	Taxa de Execução		
	Dotações Finais	Transitada	Nova	Total			Desp Faturada (d)/(a)	Desp Paga (e)/(d)	
	(a)	(b)	(c)	(d)=(b)+(c)	%	(e)			
Classes Inativas	25.000	0	6.854	6.854	0,0%	6.854	27,4%	100,0%	
Órgãos de Autarquia	3.691.597	0	3.351.832	3.351.832	16,6%	3.351.832	90,8%	100,0%	
Assembleia Municipal	118.100	0	101.776	101.776	0,5%	101.776	86,2%	100,0%	
Dept.º de Finanças e Patromónio	963.241	0	847.716	847.716	4,2%	847.716	88,0%	100,0%	
Dept.º de Recursos Humanos e Administração Geral	1014.647	0	943.332	943.332	4,7%	943.332	93,0%	100,0%	
Dept.º de Educação Ciência e Cultura	5.105.288	0	4.821.561	4.821.561	23,9%	4.821.561	94,4%	100,0%	
Dept.º de Desenvolvimento Social, Desporto e Juventude	4.084.488	0	3.763.287	3.763.287	18,6%	3.763.287	92,1%	100,0%	
Dept.º de Sustentabilidade Territorial	2.662.713	0	2.562.292	2.562.292	12,7%	2.562.292	96,2%	100,0%	
Dept.º de Construção, Manutenção, Energia e Mobilidade	2.920.826	0	2.835.456	2.835.456	14,0%	2.835.456	97,1%	100,0%	
Sub Total (1)	20.585.900	0	19.234.107	19.234.107	95,3%	19.234.107	93,4%	100,0%	
Encargos com a saúde (2)	993.850	0	948.942	948.942	4,7%	948.942	95,5%	100,0%	
TOTAL (1) + (2)	21.579.750	0	20.183.049	20.183.049	100,0%	20.183.049	93,5%	100,0%	

Un.Euros

(b) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2019 e que respeitavam a faturação de anos anteriores

No âmbito da análise das despesas com *Pessoal* na nova estrutura orgânica existente no Município, cuja alteração à macroestrutura ocorreu a meio da gerência de 2018, sobressai a preponderância do Departamento de Educação, Ciência e Cultura, com (23,9%), seguida do Departamento de Desenvolvimento Social, Desporto e Juventude, com (18,6%), e dos Órgãos de Autarquia, com (16,6%).

Em matéria de orçamentação das despesas com *Pessoal*, anotam-se as elevadas taxas de execução das despesas realizadas, quase todas acima dos 90%, assim como da despesa paga – cujos níveis de execução atingem os 100% em todas as orgânicas.

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS A PARTICULARS

Para além das despesas com *Pessoal* incluídas nas rubricas alvo da análise antecedente, importa ainda dar especial destaque à componente relativa à *Aquisição de Serviços a Particulares*, sendo que, por conta desta rubrica, são contabilizadas as aquisições de serviços que são faturadas pelos contribuintes em nome individual.

Por imperativo legal, esta informação é trimestralmente enviada pelo Município à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) via SIAL, para efeitos de controlo das despesas com pessoal.

Quadro 31

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS A PARTICULARS						TAXA VARIAÇÃO 2018/2019
	2015	2016	2017	2018	2019	
Despesa Paga						
Despesas com Aquisição de Serviços a Particulares	91.358	67.194	86.705	109.254	160.210	46,6%
Un: Euros						

Da análise do Quadro 31, retira-se que em 2019 as despesas com a *Aquisição de Serviços a Particulares*, assumiram o montante de 160.210 €, apresentando um acréscimo relativamente ao ano transato na ordem dos (+) 46%, substancialmente proveniente da aquisição de serviços de curadoria no âmbito da “Comemoração dos 500 anos do Foral da Maia” – projeto que em 2018 não teve paralelo –, bem como da aquisição de serviços de animação, som e luz para a Feira de Artesanato da Maia – projeto que em 2018 teve idêntica aquisição, não junto de uma entidade particular, mas sim de uma entidade coletiva.

Releva ainda para o aumento verificado no ano de reporte, a aquisição de serviços correntes na área da manutenção e conservação das instalações municipais, e, bem assim, a aquisição de serviços a peritos de avaliação imobiliária.

DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Este grupo contempla as despesas com a aquisição de serviços a terceiros por parte da Autarquia, assim como as despesas com a aquisição de bens de consumo. Face à sua estrutura, é em primeiro lugar efetuada uma apreciação geral, para, de seguida, se avaliar com mais detalhe cada uma das suas componentes e as variações mais expressivas.

Quadro 32

ESTRUTURA GERAL DA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS												
	2018			2019			Taxa de Execução	Peso na nova Despesa Faturada			Despesa Faturada Nova	
	Despesa Faturada		Despesa Faturada	Despesa Paga	Desp Paga	Desp Faturada		%Desp Func	%Desp corrente	%Desp Total	Tx Variação	
	Nova	Dotações Finais										
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)= (c)+(d)	(f)	(f)/(e)	(e)/(b)				
Aquisição de Bens	2.508.350	3.361.702	23.045	2.808.556	2.831.601	2.812.041	99,3%	84,2%	7,2%	5,9%	3,9%	12,0%
Aquisição de Serviços	12.811.475	17.690.195	151.007	14.089.383	14.240.390	13.982.102	98,2%	80,5%	36,0%	29,5%	19,4%	10,0%
TOTAL AQUIS.BENS E SERVIÇOS	15.319.825	21.051.897	174.051	16.897.939	17.071.991	16.794.143	98,4%	81,1%	43,1%	35,4%	23,2%	10,3%
TOTAL DESP FUNCIONAMENTO	35.603.319	44.850.893	174.244	39.185.550	39.359.794	39.081.754	99,3%	87,8%	100,0%	82,0%	53,9%	10,1%
TOTAL DESPESAS CORRENTES	42.938.427	54.478.227	177.542	47.781.697	47.959.240	47.681.200	99,4%	88,0%	100,0%	65,7%		11,3%
TOTAL GERAL DESPESAS	68.826.079	93.252.453	187.847	72.747.943	72.935.790	72.596.497	99,5%	78,2%		100,0%		5,7%

Un: Euros
(c) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2019, e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

Em matéria de *Aquisição de Bens e Serviços*, a nova despesa faturada em 2019 totalizou 16.897.939 €, evidenciando um acréscimo de (+) 1.578.114 € em relação ao exercício económico anterior, refletindo taxas de 81,1% e 98,4%, da despesa executada e da despesa paga, respetivamente.

O acréscimo supracitado é predominantemente originário da *Aquisição de Serviços*, em (+) 1.277.908 €, a que equivale uma variação de (+) 10% face ao ano precedente, já que na componente de *Aquisição de Bens* o aumento foi de (+) 300.206 €

Em termos de rácios, é pertinente referir que a *Aquisição de Bens e Serviços* representa 43% das despesas de funcionamento e 35% do total das despesas correntes, assumindo a rubrica dos *Serviços* no contexto global desta tipologia de despesa a maior preponderância, ao exibir um peso de 36%, no total das despesas de funcionamento, em contraposição com o peso da rubrica de *Bens*, que apenas se situou em 7%.

Dada a relevância que a rubrica de *Aquisição de Bens e Serviços* tem no cômputo global da nova despesa faturada, justifica-se uma análise particularizada por agregado económico, *Bens e Serviços*.

AQUISIÇÃO DE BENS

Este agregado comprehende as despesas com a aquisição de bens de consumo (duráveis ou não) a que não possa reconhecer-se a natureza de despesas de capital, abrangendo, designadamente, *matérias-primas e subsidiárias, combustíveis e lubrificantes, alimentação-refeições confeccionadas, material de escritório, limpeza e higiene, prémios condecorações e ofertas, material de educação cultura e recreio*, entre outras rubricas.

Quadro 33

AQUISIÇÃO DE BENS														
	2018		2019		Despesa Paga	Variação	Tx de Cresc.	% no Total Aq Bens	Tx Execução					
	Despesa Faturada		Despesa Faturada											
	Nova	Transitada	Nova	Total										
	(a)	(b)	(c)	(d)=(b)+(c)	(e)	(c)-(a)	[(c)-(a)]/(a)	(c)/Total (c)	(e)/(d)					
Aquisição de Bens														
Materias primas e subsidiárias	125.231	489	151.469	161.958	146.526	26.238	21,0%	5,4%	96,4%					
Combustíveis e lubrificantes	292.337	2.391	268.120	270.511	265.184	-24.217	-8,3%	9,5%	98,0%					
Munições, explosivos e artifícios	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0%					
Limpeza e higiene	57.937	0	69.129	69.129	66.807	11.192	19,3%	2,5%	96,6%					
Alimentação - refeições confeccionadas	1.438.807	0	1.396.807	1.396.807	1.396.807	-42.000	-2,9%	49,7%	100,0%					
Alimentação - géneros para confeccionar	5.661	0	7.395	7.395	7.395	1.734	30,6%	0,3%	100,0%					
Vestuário e artigos pessoais	19.308	0	52.909	52.909	52.909	33.601	174,0%	19%	100,0%					
Material de escritório	45.978	18	47.321	47.340	47.340	1.343	2,9%	17%	100,0%					
Produtos químicos e farmacêuticos	16.238	0	43.327	43.327	43.327	27.089	166,8%	15%	100,0%					
Produtos vendidos nas farmácias	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0%					
Material de consumo clínico	6.751	0	636	636	636	-6.115	-90,6%	0,0%	100,0%					
Material de transporte	14.191	0	17.759	17.759	17.759	3.567	25,1%	0,6%	100,0%					
Material de consumo hoteleiro	7.982	0	11.318	11.318	11.318	3.337	41,8%	0,4%	100,0%					
Outro material peças	1996	0	4.157	4.157	4.157	2.161	108,3%	0,1%	100,0%					
Prémios condecorações e ofertas	180.796	66	339.812	339.878	338.639	159.017	88,0%	12,1%	99,6%					
Mercadorias para venda	0	0	13.684	13.684	13.684	13.684	0,5%	100,0%	100,0%					
Ferramentas e utensílios	5.301	0	5.387	5.387	5.061	10.086	190,3%	0,5%	97,9%					
Livros e documentação técnica	605	0	903	903	903	298	49,3%	0,0%	100,0%					
Artigos honoríficos e de decoração	0	0	98	98	98	98	0,0%	100,0%	100,0%					
Material de educação cultura e recreio	41.756	3.617	70.995	74.612	74.612	29.239	70,0%	2,5%	100,0%					
Outros bens	247.476	16.464	297.331	313.795	308.882	49.854	20,1%	10,6%	98,4%					
Total Aquisição de Bens	2.508.350	23.045	2.808.556	2.831.601	2.812.041	300.206	12,0%	100,0%	99,3%					

UnEuros

(b) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estoque que se efetuaram em 2019 e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

No exercício económico de 2019, o valor da nova despesa faturada com a *Aquisição de Bens* fixou-se em 2.808.556 €, enquanto a despesa paga totalizou 2.812.041 €, cuja dinâmica, comparativamente à nova despesa faturada em 2018, traduz um acréscimo de (+) 300.206 €, espelhado no percentual de (+) 12%. Esta cifra resulta da diferença entre as rubricas que registaram aumento, (+) 372.539 €, e aquelas que registaram redução, (-) 72.333 €

Assinala-se, ainda, o excelente nível de execução de pagamentos, na ordem dos 99%.

Em termos de preponderância das rubricas que concorrem para o agrupamento dos *Bens*, a componente da *Alimentação - refeições confeccionadas* é sem dúvida aquela que assume maior expressividade, ao totalizar 1.396.807 €, representando cerca de 50% do valor total da aquisição de bens, onde se inclui o fornecimento de refeições nas escolas do Ensino Básico e Pré-Escolar da rede pública do Concelho da Maia.

Segue-se o montante de 339.812 € referente a *Prémios Condecorações e Ofertas*, com um peso de 12% e os Outros Bens, com 297.331 €, responsáveis por cerca de 11%, incluindo-se neste último grupo todas as aquisições de caráter regular nos diferentes serviços municipais, realçando especialmente a área da conservação e reparação das instalações e equipamentos municipais.

Por ordem decrescente, listam-se as rubricas de *Aquisição de Bens* que acusaram incrementos de despesa no período económico em apreciação: *Prémios Condecorações e Ofertas*, (+) 159.017 €, *Outros bens*, (+) 49.854 €, *Vestuário e artigos pessoais*, (+) 33.601 €, *Material de educação cultura e recreio*, (+) 29.239 €, *Produtos químicos e farmacêuticos*, (+) 27.089 €, *Matérias-primas e subsidiárias* (+) 26.238 €, *Mercadorias para vendas*, (+) 13.684 €, *Limpeza e higiene*, (+) 11.192 €, *Ferramentas e utensílios*, (+) 10.086 €

As demais componentes da *Aquisição de Bens* com aumentos (Material de transporte, Material de consumo hoteleiro, Outro material – Peças; *Alimentação – Géneros para confeccionar*, Material de escritório, Livros e documentação técnica, e Artigos honoríficos e de decoração), contribuíram conjuntamente com (+) 12.538€.

Dada a materialidade, quer no cômputo geral do aumento da despesa com a *Aquisição de Bens* (49%), quer do aumento de (+) 159.017 € verificado na rubrica *Prémios Condecorações e Ofertas* (92%), destacam-se as aquisições efetuadas no âmbito das "Comemoração dos 500 anos do Foral da Maia", na ordem dos 146.000 €

Na generalidade da *Aquisição de Bens*, os restantes incrementos aqui mencionados estão indexados ao regular funcionamento dos diversos serviços municipais, distribuídos por múltiplas compras que, individualmente, não carecem de especial referência.

Variações de sentido contrário, porém com expressão insuficiente para contrariar o sentido da variação global (aumento do volume de faturação relativa a aquisição de bens), surgem as rubricas de *Alimentação – refeições confeccionadas*, *Combustíveis e Lubrificantes*, e *Material de consumo clínico*, com reduções de (-) 42.000 €, (-) 24.217 €, e (-) 6.115 €, respetivamente.

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR ECONÓMICA

Este agrupamento respeita a despesas com a aquisição de serviços a terceiros por parte da autarquia, admitindo, nomeadamente, as despesas relativas aos *Encargos das instalações, Iluminação pública, Vigilância e segurança, Comunicações, Locação de bens, Publicidade, Estudos pareceres e projetos, Outros trabalhos especializados e Encargos de cobrança de receitas*, entre outras rubricas.

Quadro 34

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR ECONÓMICA										
	2018		2019			Variação	Taxa de Cresc.	% Total Aq Serviços	Tx Execução	
	Despesa Faturada Nova	Despesa Faturada Transitada	Despesa Faturada Nova	Despesa Faturada Total	Despesa Paga					
	(a)	(b)	(c)	(d)=(b)+(c)	(e)	(c)-(a)	[(c)-(a)]/(a)	(c)/Total (c)	(e)/(d)	
Aquisição de Serviços										
Encargos de instalações	2.543.490	16.768	2.375.511	2.392.279	2.375.082	-167.979	-6,6%	16,9%	99,3%	
Limpeza e higiene	203.362	2.577	260.374	262.951	261.156	57.012	28,0%	18%	99,3%	
Conservação de bens	3.119,64	8.768	40.810	41.957,8	375.434	98.847	317%	2,9%	89,5%	
Locação de edifícios	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0%	
Locação de material de transporte	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0%	
Locação de outros bens	620.816	7.993	637.922	645.915	526.888	17.106	2,8%	4,5%	81,6%	
Comunicações	250.796	2.124	266.484	268.609	263.297	15.688	6,3%	1,9%	98,0%	
Transportes	310.405	3.457	316.549	320.006	315.136	6.144	2,0%	2,2%	98,5%	
Representação dos serviços	23.316	0	18.723	18.723	18.723	-4.593	-19,7%	0,1%	100,0%	
Seguros	206.773	0	16.017	16.017	16.017	-40.756	-13,7%	12%	100,0%	
Deslocações e estadas	32.660	1254	29.338	30.592	30.592	-3.322	-10,2%	0,2%	100,0%	
Estudos, pareceres, projectos	379.941	1.894	697.427	699.321	699.321	317.486	83,6%	5,0%	100,0%	
Formação	16.687	0	28.200	28.200	28.200	11513	69,0%	0,2%	100,0%	
Seminários, exposições e similares	87.259	0	66.074	66.074	66.074	-21.185	-24,3%	0,5%	100,0%	
Publicidade	165.875	4.139	285.366	289.506	288.341	119.491	72,0%	2,0%	99,6%	
Vigilância e segurança	830.210	4.440	819.519	823.960	823.960	-10.691	-13%	5,8%	100,0%	
Assistência técnica	533.334	39.618	560.849	600.467	578.997	27.515	5,2%	4,0%	96,4%	
Outros trabalhos especializados	2.200.055	16.401	3.281.050	3.297.451	3.273.707	1080.995	49,1%	23,3%	99,3%	
Utilização de infraestruturas	0	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0%	
Serviços de saúde	26.194	0	27.225	27.225	27.225	1030	3,9%	0,2%	100,0%	
Encargos de cobrança de receitas	889.977	0	863.722	863.722	863.722	-26.254	-3,0%	6,1%	100,0%	
Iluminação pública	2.710.445	34.895	2.492.671	2.527.566	2.515.125	-217.774	-8,0%	17,7%	99,5%	
Outros serviços	467.915	6.679	485.550	492.229	485.106	17.635	3,8%	3,4%	98,6%	
Total Aquisição Serviços	12.811.475	151.007	14.089.383	14.240.390	13.982.102	1.277.908	10,0%	100,0%	98,2%	

Un:Euros

(b) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2019 e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

Não obstante a diminuição evidenciada em algumas das suas componentes, que no seu conjunto perfaz (-) 492.554 €, em 2019 a nova despesa faturada com a *Aquisição de Serviços*, no total de 14.089.383 €, apresenta globalmente um acréscimo de (+) 1.277.908 €, traduzido numa taxa de crescimento de (+) 10%. O volume de despesa paga ascendeu a 13.982.102 €, refletindo uma taxa de execução de pagamentos de 98%.

Dentro do conjunto que compõe os serviços, destacam-se pela sua expressividade os *Outros trabalhos especializados*, a *Iluminação pública*, e os *Encargos de instalações*, que respondem, respetivamente, por 23,3%, 17,7% e 16,9%, do total da nova despesa faturada no exercício económico em reporte, que em termos agregados representam 58% e somam 8.149.232 €

Com valores compreendidos entre meio milhão e um milhão de euros, aparecem os agrupamentos referentes a *Encargos de Cobrança de Receitas, Vigilância e Segurança, Estudos, Pareceres e Consultadoria, Locação de Outros Bens e Assistência Técnica*, associadamente responsáveis por 12% do total da nova despesa faturada, equivalendo-lhes um agregado de 3.579.440 €

As demais rubricas de serviços apresentam valores diferenciados de nova faturação, todas elas inferiores a meio milhão de euros, salientando-se apenas os Outros Serviços e a Conservação de Bens, com 485.550 €, € e 410.810 €, respetivamente.

Remetendo de seguida a apreciação para a taxa de crescimento da *Aquisição de Serviços*, de (+) 10% face ao período antecedente, regista-se, de forma isolada, o incremento verificado na rubrica de *Outros Trabalhos Especializados*, de 1.080.995 €, a que respeita a percentagem de (+) 49%. Com muito menor contributo para o total do aumento da *Aquisição de Serviços*, comparecem os *Estudos, pareceres, projetos e consultadoria*, com (+) 317.486 €, e a *Publicidade*, com (+) 119.491 €.

Os acréscimos registados nos três agregados antes referidos somam 1.517.972 €, representando cerca de 86% do total das rubricas de serviços que exibem aumentos. Justificam, por isso, maior pormenor de análise.

Desta forma, para o avanço da despesa com a aquisição de serviços por conta de *Outros Trabalhos Especializados* concorreram variações relativamente dispersas por diversos projetos, registando encargos com inúmeras atividades municipais, algumas das quais sem comparativo no exercício anterior:

- Programação de Animação de Natal: (+) 211.745 €
- Bienal da Maia: (+) 110.241 €
- Marketing estratégico e promoção da marca “Maia”: (+) 102.130 €
- 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal da Maia: (+) 81.531 €
- Limpeza de terrenos florestais e não florestais: (+) 72.901 €
- MaiaFest Music Meeting: (+) 52.300 €
- Comemorações dos 500 anos do “Foral da Maia”: (+) 49.574 €
- Maia Desporto para Todos. (+) 48.891 €
- Realização de espetáculos e concertos: (+) 27.343 €
- Monografia “Trinta e Cinco Anos de Ordenamento Territorial”: (+) 27.158 €
- Mês da Arquitetura: (+) 24.600 €
- Fins de Semana Gastronómicos: (+) 17.405 €

A estes valores juntam-se os montantes, de (+) 128.157 € referentes a múltiplas aquisições de serviços de caráter corrente para os departamentos municipais, no âmbito das tuas atribuições e competências, e de (+) 112.325 € referentes a serviços de manutenção no âmbito de programas informáticos, sobrelevando nestes últimos os encargos imputáveis a serviços de licenciamento e migração da solução *Sophos*, incluindo a atualização do sistema operativo das *Firewall*, que totalizam 81.118 €. Ainda que de baixo valor, (+) 37.822 €, mencionam-se os serviços de assistência técnica, manutenção e inspeção, nas áreas dos elevadores, sistemas de segurança contra incêndios, sistemas de gás, controlo águas, e similares.

Na rubrica de *Estudos, pareceres, projetos e consultadoria*, no aumento total de (+) 317.486 € sobressaem os encargos com o projeto INEDIT.MAIA – Inclusão pela Educação - financiado pelo Fundo Social Europeu -, que em relação ano anterior registam um acréscimo de 180.848 €, tendo em conta que

em 2018 a execução dos contratos teve início no final do ano, não tendo, por isso, grande repercussão financeira nesse período.

Convergem ainda para o aumento da despesa registada nesta rubrica os serviços técnicos especializados de apoio à atividade autárquica, com um incremento de 137.034 €, que se distribui por diversas áreas de especialização de consultadoria e assessoria: marketing, jurídica, cibersegurança com vista à garantia de proteção de dados e implementação do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) no Município, assessoria Portugal 2020, empreendedorismo e fomento do investimento do Município (Maia-Go).

Embora com menor relevo, concorrem também para o acréscimo da despesa com *Estudos, pareceres, projetos e consultadoria*, os serviços de assessoria e curadoria no âmbito da comemoração dos 500 anos do “Foral da Maia”, e de consultadoria externa no âmbito do projeto financiado *Living Lab*, respetivamente.

O último dos três agregados alvo de análise mais aprofundada – Publicidade – registou um acréscimo de (+) 119.491 €, que se dispersa por vários projetos, sem que assumam individualmente materialidade de destaque: Plano de Comunicação e Participação da ARU da Maia, Publicidade institucional, Bienal da Maia, Comemoração dos 500 anos do “Foral da Maia, Mês da Arquitetura e Maia Desporto para Todos.

Afluem de forma menos significativa para o aumento total da nova faturação de Aquisição de Serviços, um conjunto de rubricas diretamente relacionadas com as despesas de funcionamento nas mais diversas áreas de atividade municipal que, não tendo cada uma delas grandeza que careça de detalhe discriminativo, cumulativamente apresentam uma variação positiva de (+) 252.490 €. Lidera este conjunto a *Conservação de Bens*, com um aumento de (+) 98.847 €, seguindo-se, com valores significativamente menores, *Limpeza e higiene, Assistência técnica, Outros serviços, Locação de outros bens, Comunicações, Formação, Transportes, e Serviços de saúde*, cujo somatório ascende a (+) 153.643 €.

Esbate o aumento total da Aquisição de Serviços, a redução da faturação com *Iluminação pública, (-) 217.774 €, Encargos de instalações, (-) 167.979 €, Seguros, (-) 40.756 €, Encargos de cobrança de receitas, (-) 26.254 €, Seminários, exposições e similares, (-) 21.185 €, Vigilância e segurança (-) 10.691 €* que conjuntamente conferem uma diminuição nos níveis de despesa de (-) 484.639. Acrescem ainda as reduções menos significativas apuradas nas rubricas da *Representação dos Serviços, (-) 4.593 € e das Deslocações e estadas, (-) 3.322 €*

Relativamente à rubrica da *Iluminação Pública*, o decréscimo no volume de faturação é resultado da transição para o mercado liberalizado, a par da introdução de medidas de eficiência energética promovidas pelo Município, tendo como objetivo a redução dos consumos desta natureza.

Importa sinalizar que a contratação de serviços em 2019 observou o disposto no artigo 63.º da Lei do Orçamento do Estado para 2019, aprovado pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro.

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR ORGÂNICA

Quadro 35

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR ORGÂNICA									
	2019						Taxa de Execução		
	Despesa Faturada			Total	%	Desp Paga	%	Desp Faturada	Desp Paga
	(a)	(b)	(c)						
Órgãos de Autarquia	7.565.568	81.326,03	6.263.468	6.344.794	44,5%	6.302.766	45,1%	83,9%	99,3%
Assembleia Municipal	81.850	0,00	14.872	14.872	0,1%	14.872	0,1%	18,2%	100,0%
Dept.º de Finanças e Patromónio	29.580	0,00	15.418	15.418	0,1%	15.418	0,1%	52,1%	100,0%
Dep.º de Recursos Humanos e Administração Geral	73.290	0,00	58.109	58.109	0,4%	58.109	0,4%	79,3%	100,0%
Dept.º de Educação Ciência e Cultura	3.244.991	13.535,00	2.706.580	2.720.115	19,2%	2.699.910	19,3%	83,8%	99,3%
Dep.º de Desenvolvimento Social, Desporto e Juventude	2.031.778	17.689,56	1.701.272	1.718.961	12,1%	1.715.237	12,3%	84,6%	99,8%
Dep.º de Sustentabilidade Territorial	2.989.697	11.809,57	2.053.886	2.065.696	14,6%	2.024.856	14,5%	69,1%	98,0%
Dep.º de Construção, Manutenção, Energia e Mobilidade	1.673.441	26.646,76	1.275.778	1.302.425	9,1%	1.150.934	8,2%	77,8%	88,4%
TOTAL	17.690.195	151.007	14.089.383	14.240.390	100,0%	13.982.102	100,0%	80,5%	98,2%

Un. Euros

(b) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efetuaram em 2019 e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

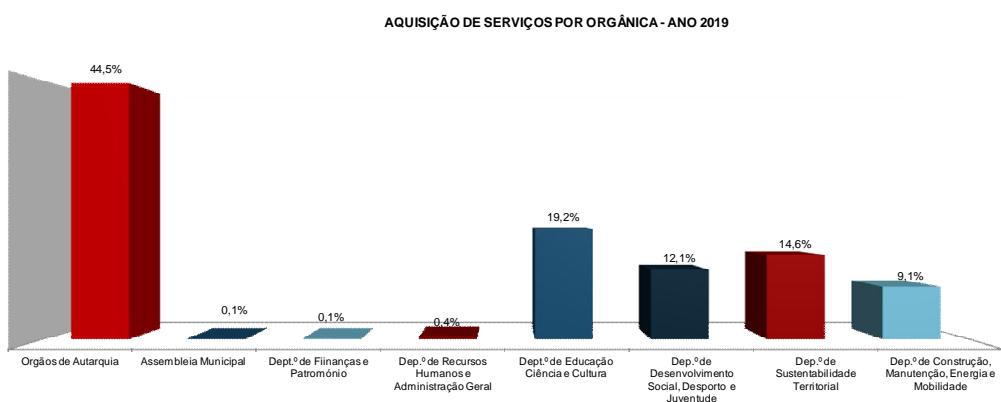
Em matéria de redistribuição da aquisição de serviços por unidade orgânica e de acordo com a nova macroestrutura orgânica existente no município, constata-se que, em termos de nova despesa faturada, são os Órgãos de Autarquia que efetivam o maior volume desta tipologia de despesa, ao serem responsáveis por 44,5% do total da rubrica, sucedendo-se o Departamento de Educação, Ciência e Cultura, com um peso de 19,2 % e o Departamento de Sustentabilidade Territorial e o Departamento de Desenvolvimento Social, Desporto e Juventude que atingiram 14,6% e 12,1% respetivamente.

Importa todavia assinalar que a preponderância da aquisição de serviços afetos aos Órgãos de Autarquia está fundamentalmente associada ao facto de incorporar uma parte das despesas comuns a todas as unidades orgânicas do município, nomeadamente encargos de instalações, vigilância e segurança, assistência técnica e iluminação pública.

Quanto às taxas de execução das despesas realizadas e pagas, são visíveis os elevados níveis de execução nas diferentes unidades orgânicas, que rondam globalmente os 80% e 98%.

Finaliza-se a apreciação da aquisição de serviços por orgânica, com a apresentação do Gráfico 18, que retrata a distribuição do peso deste tipo de despesa pelas diferentes unidades orgânicas.

Gráfico 20



TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Na esfera das atribuições que são conferidas ao Município em vários campos de ação que vão desde a educação, ação social, desporto, património e cultura, o Município conferiu ao longo deste exercício económico, determinados subsídios a organismos e entidades, com intenção de financiar as suas despesas correntes, demonstrando um claro intervencionismo no processo de desenvolvimento urbano com a finalidade de proporcionar condições de desenvolvimento dos setores cultural, desportivo, educacional e de ação social.

Esta cooperação financeira entre o Município, organismos e entidades representa uma importante fonte de despesa autárquica, responsável em 2019 por 11,7% do total da nova despesa realizada, sendo o sistema de atribuição destes apoios matéria de enquadramento normativo interno, através de legislação própria de base e de criação de procedimentos de verificação e controlo, de forma a garantir mais justiça, equidade e rigor aos subsídios e transferências que são atribuídos.

Numa ótica financeira, as transferências efetuadas pelos Municípios, estão divididas segundo o classificador económico em três agrupamentos, como sejam: *Transferências correntes*, *Transferências de capital* e *Subsídios*.

Seguidamente insere-se o Quadro 36, que ilustra o montante e a natureza das *Transferências correntes* e *Subsídios* atribuídos pela Autarquia.

Quadro 36

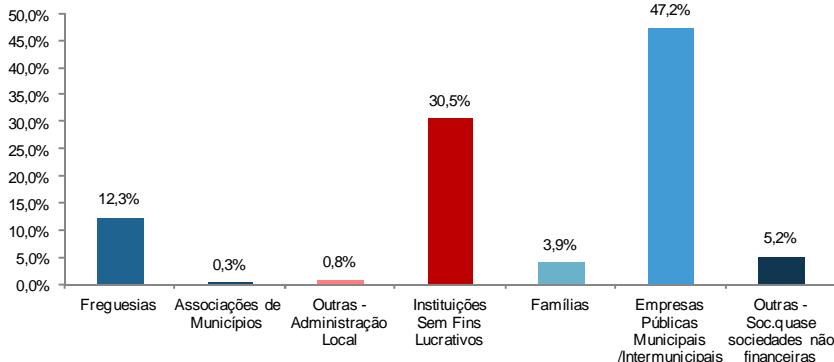
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS													
	2018						2019						Taxa de Execução
	Despesa Faturada			Despesa a Faturada			Desp Paga	Peso na nova Desp Faturada	Taxa Variação %	Desp Paga	Desp Faturada		
	Transitada	Nova	Total	Dotações Finais	Transitada	Nova	Total				(f)/Total(f)	(f)/(b)	
	(a)	(b)	(c)=(a)+(b)	(d)	(e)	(f)	(g)=(e)+(f)	(h)		(h)/(g)	(g)/(d)		
Transferências Correntes													
Administração Local													
Municípios	0	10.279	10.279	0	0	0	0	0	0,0%	-100,0%			
Freguesias	0	823.798	823.798	1.045.900	0	1.045.830	1.045.830	1.045.830	12,3%	27,0%	100,0%		100,0%
Serviços Autónomos da AdmLocal	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%				
Associações de Municípios	0	0	0	53.100	0	22.180	22.180	22.180	0,3%		100,0%		41,8%
Assembleias Distritais	0	0	0	7.000	0	0	0	0	0,0%				0,0%
Outras	0	71.493	71.493	75.000	0	64.056	64.056	64.056	0,8%	-10,4%	100,0%		85,4%
Instituições sem Fins Lucrativos	0	2.470.959	2.470.959	2.802.831	3.299	2.593.226	2.596.524	2.596.524	30,5%	4,9%	100,0%		92,6%
Famílias	0	382.471	382.471	544.009	0	329.446	329.446	329.446	3,9%	-13,9%	100,0%		60,6%
Resto do Mundo - Países	0	0	0	500	0	442	442	442	0,0%		100,0%		88,4%
Subtotal	0	3.759.000	3.759.000	4.528.340	3.299	4.055.179	4.058.478	4.058.478	47,6%	7,9%	100,0%		89,6%
Subsídios													
Soc. e quase sociedades não financeiras													
Empresas Públicas	0	3.087.238	3.087.238	4.476.080	0	4.014.038	4.014.038	4.014.038	47,2%	30,0%	100,0%		89,7%
Municipais/Intermunicipais													
Outras	0	341.421	341.421	505.290	0	443.283	443.283	443.283	5,2%	29,8%	100,0%		87,7%
Subtotal	0	3.428.660	3.428.660	4.981.370	0	4.457.321	4.457.321	4.457.321	52,4%	30,0%	100,0%		89,5%
TOTAL	0	7.187.660	7.187.660	9.509.710	3.299	8.512.500	8.515.799	8.515.799	100,0%	18,4%	100,0%		89,5%

Un. Euros

(a) e (e) Faturada transitada atualizada tendo em conta movimentos de estoque que se efetuaram em 2018 e 2019 e que respeitavam a faturação de anos anteriores.

Gráfico 21

DISTRIBUIÇÃO TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS - ANO 2019



O montante dos apoios atribuídos pela autarquia durante o exercício de 2019, ascendeu a 8.512.500 €, representando um aumento de (+) 18,4% face ao ano anterior, que teve como destino o financiamento de *Transferências correntes* no valor de 4.055.179 €, e dos *Subsídios* no montante de 4.457.321 €

No cômputo geral deste agregado económico, os *subsídios concedidos às Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais*, no montante de 4.014.038 €, assumem o maior peso, seguindo-se os apoios concedidos às *Instituições Sem Fins Lucrativos* no valor de 2.593.226 € e as verbas transferidas para as *Juntas de Freguesia* na quantia de 1.045.830 €

Sucedem-se os subsídios concedidos a *Outras entidades* no montante de 443.283 € e os apoios para as *Famílias* no valor de 329.446 €

Por último, apresentam-se as rubricas de *Outras transferências* a totalizar 64.056 €, a par das transferências para as *Associações de municípios*, no valor de 22.180 €

O aumento globalmente registado nesta área, na quantia de (+) 1.324.840 €, consubstancia-se num acréscimo das *Transferências correntes* de (+) 296.179 € (+) 7,9%, e num aumento dos *Subsídios* quantificado em (+) 1.028.661 €, (+) 30%.

Quanto ao incremento de (+) 296.179 € assinalado na componente de *Transferências correntes*, é principalmente imputável ao acréscimo das transferências para as *Freguesias*, (+) 222.032 €, seguindo-se a participação a *Instituições sem fins lucrativos*, (+) 122.267 €, que se prende com os apoios concedidos pela autarquia no âmbito das atividades desportivas, sociais, humanitárias, culturais e educacionais. Com menor significado segue-se o aumento das transferências para as *Associações de municípios* e *Resto do mundo*, que no seu conjunto totaliza um acréscimo de (+) 22.622 €

Com tendência inversa, registou-se neste agrupamento de despesa um decréscimo de (-) 53.025 € na rubrica das *Famílias*, que se prende com apoios financeiros concedidos, excepcionais e temporários, a agregados familiares carenciados residentes na área do respetivo concelho e com a inserção de pessoal requisitado ao centro de emprego para exercer funções na Câmara Municipal e nas escolas de Concelho e uma diminuição residual nas transferências para entidades da *Administração local - Municípios e Outras*, que conjuntamente perfazem (-) 17.716 €

O agregado dos subsídios apresenta um acréscimo de (+) 1.028.661 €, justificado pelo aumento da faturação do subsídio atribuído à Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de Património, E.M no âmbito do contrato programa celebrado para a conclusão da reabilitação de empreendimentos habitacionais propriedade do Município,

Sem o mesmo impacto, apresenta-se ainda o acréscimo da faturação do subsídio atribuído aos STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto respeitante à compensação financeira devida pelo cumprimento da obrigação de serviço público operada pela STCP, de acordo com o contrato interadministrativo de constituição da UTS e de delegação de competências, que aumenta (+) 101.862 €

No domínio da execução é de realçar as elevadas taxas de execução ao nível da despesa paga, que atingem os 100% na componente das *Transferências correntes* e dos *Subsídios*.

Finaliza-se a apreciação desta matéria com a apresentação do Quadro 37, que ilustra a distribuição das *Transferências correntes* e *Subsídios* atribuídos.

Quadro 37

DISTRIBUIÇÃO TRANSFERÉNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS	
A no 2019	
TRANSFERÉNCIAS CORRENTES	4.058.478
ADMINISTRAÇÃO LOCAL - FREGUESIAS	
Transferências Correntes - Despesas Correntes e de Funcionamento	1045.830
ADMINISTRAÇÃO LOCAL - ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS	
Comparticipação no programa de apoio à redução do tarifário dos transportes públicos.	22.180
ADMINISTRAÇÃO LOCAL - OUTRAS	
Comparticipação do Município com vista ao funcionamento ordinário da Área Metropolitana do Porto - quota de 2019 e comparticipação financeira ao abrigo do acordo de cooperação e repartição de encargos "serviços de consultadoria jurídica e repartição dos respetivos encargos entre os Municípios servidos pela STCP.	64.056
INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	
Associações Desportivas / Clubes e Grupos Desportivos	1481.143
Associações Culturais, Recreativas e Dramáticas / Grupos Culturais e Recreativos / Bandas de Música e Ranchos / Associações de Moradores / Fábricas da Igreja Paroquial	568.480
Associações Humanitárias dos Bombeiros	200.000
Educação - Agrupamentos de Escolas	145.970
Associações de Carácter Social	127.781
Atribuição de um apoio financeiro para a valencia alimentar desenvolvida pelo Recriar Serviço à Comunidade - no âmbito do Programa Municipal de Emergência Social 2019.	87.709
Subsídio concedido para a Época Desportiva 2018/2019, aprovado na reunião de Câmara de 22-01-2018	1.737
FAMÍLIAS	
Programa Municipal de Emergência Social- Protocolo para apoiar os agregados familiares carenciados, residentes na área do respetivo concelho.	159.360
Valor pago aos MCEI (pessoal requisitado ao centro de emprego), para exercer funções na Câmara da Maia, no Forum da Maia, nas Escolas do Concelho e nas Oficinas gerais.	154.381
Subsídio concedido para a época desportiva 2018/2019	
RESTO DO MUNDO-PAÍSES	
Pagamento anual da Quota da OICI-Organização Iberoamericana de Cooperación Internacional do Ano 2019	442
SUBSÍDIOS	4.457.321
SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS - EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS E OUTRAS	
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão de Património, E.M. - Transferência no âmbito do Contrato-Programa 2018-2020 com a Espaço Municipal, para a conclusão da reabilitação dos Edifícios, empreendimentos municipais.	2.614.358
Maiambiente, E.M. - Empresa Municipal do Ambiente E.M. - Contrato de Gestão delegada a celebrar entre o Município da Maia e a Empresa Municipal Maiambiente.	1.399.680
STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto - Compensação financeira devida pelo cumprimento, obrigação de serviço público operada pela STCP, de acordo com o contrato interadministrativo de constituição da UTS e delegação de competências.	443.283
TOTAL	8.515.799

Un.Euros

INVESTIMENTO GLOBAL

O Investimento Público tem como principal objetivo, dotar o município de infraestruturas essenciais ao bem-estar das populações como por exemplo estradas, rede de saneamento básico, escolas, promoção do património cultural e natural, bem como criar condições para a implantação de empresas através da oferta de áreas industriais atrativas para as mesmas. O investimento em infraestruturas é essencial para o desenvolvimento económico pois permite não só o aumento dos consumos privados, como também incentiva o investimento privado que se traduz num aumento subsequente de emprego e rendimento.

Em face do exposto, o investimento assume para o município, grande relevância no seio da despesa global pois este é o instrumento privilegiado através do qual se garante:

- A construção ou modernização de infraestruturas coletivas;
- A aposta na eficiência energética, na promoção das Tecnologias de Informação e Comunicação nos serviços públicos;
- A reabilitação e mobilidade urbana.

Salienta-se que para além do investimento em novas infraestruturas e equipamentos, existe a necessidade de uma constante manutenção das já existentes o que também absorve uma parte do valor executado no investimento.

Quanto melhor é essa infraestrutura maior é a competitividade do município, face a outros municípios na captação do investimento privado.

Investir, é pois sinónimo de preparar o futuro. Vejamos então qual o comportamento do *Investimento* adentro da Despesa Global do Município no último exercício. Para melhor se entender o comportamento dessa rubrica, dividimo-la em três grandes componentes:

- O *Investimento Direto* (assume habitualmente, a maior parcela do investimento);
- As Transferências de Capital;
- Os Ativos Financeiros.

De referir que a finalidade de cada uma das componentes, assume em si mesmo, a principal diferença entre si.

Numa primeira fase, centra-se a análise na variação destas três componentes, avançando na fase seguinte para a desagregação de cada uma delas, realçando em cada um dos casos, os projetos que contribuíram para a formação dos valores obtidos. Será ainda apresentado comparativo entre os anos de 2018 e 2019.

Considerando a despesa nova realizada, o seu peso nos últimos três anos variou entre os 28,3% registados em 2017 e os 29,5% em 2018. No ano de 2019, o seu peso cifra-se em 25%.

No Quadro 38 obtém-se o peso do investimento no total da despesa, bem como a sua evolução nos últimos três anos (2017-2019). Conforme referido anteriormente, o investimento apresenta-se desagregado pelas suas três componentes, o que permite visualizar a evolução e seu contributo para o montante do Investimento Global.

Quadro 38

INVESTIMENTO GLOBAL										
	2017		2018		2019					Taxa de variação %
	Fat. Transitada	Fat. Nova	Fat. Transitada	Fat. Nova	Fat. Transitada	Fat. Nova	% Investimento global	% despesas capital	% despesa total	
Aquisição de bens de capital	27.101	16.339.395	132.388	18.079.340	10.305	13.579.841	74,6%	54,4%	18,7%	-24,9%
Transferências de capital	0	2.398.690		1.895.863		2.056.943	11,3%	8,2%	2,8%	8,5%
Activos financeiros	0	487.186		345.390		2.568.593	14,1%	10,3%	3,5%	643,7%
Total	27.101	19.225.271	132.388	20.320.593	10.305	18.205.377	100,0%	72,9%	25,0%	-10,4%
Faturada Total	19.252.372		20.452.980		18.215.682					
Un. Euros										
							Despesas de Capital (fat. nova)	24.966.246	100,0%	34,3%
							Despesas Totais (fat. nova)	72.747.943	100,0%	

Nota: Faturada Transitada atualizada tendo em conta os movimentos de estorno efectuados no ano de 2016, 2017, 2018 e 2019, que na sua génese respeitam a faturação de anos anteriores

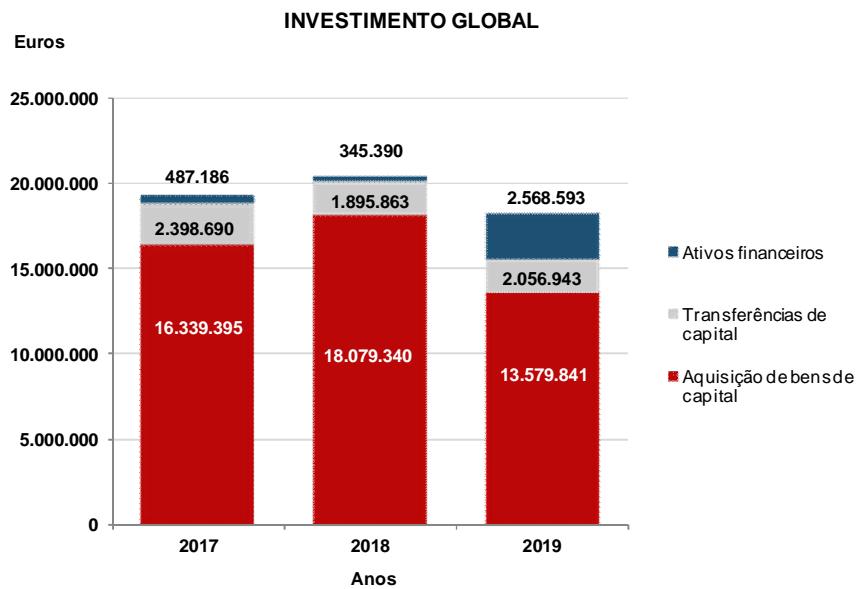
Através da informação do Quadro 38, verifica-se que no ano de 2019 o Investimento Global totalizou 18.205.377 € e sofreu uma diminuição de (-) 10,4%, passando o seu peso no total da despesa a representar 25%. Analisando os dados fornecidos verifica-se que o decréscimo dos valores alocados à aquisição de bens de capital foi responsável pela variação ocorrida no *Investimento Global* de (-) 24,9%, uma vez que nas duas restantes componentes se registaram aumentos, (+) 8,5% nas *Transferências de Capital* e (+) 643,7% nos *Activos Financeiros*. Estes aumentos impediram uma maior queda no *Investimento*, apesar da componente da *Aquisição de Bens de Capital* continuar a ser largamente aquela que assume a maior fatia do peso na rubrica do *Investimento Global* (74,6%).

Em 2018 a liquidação do fundo de investimento imobiliário fechado e cessão de posição contratual em contrato de abertura de crédito, no montante de 8.876.880 €, implicou que os montantes de investimento se mantivessem, a par de 2017, ou seja, em níveis superiores aos verificados habitualmente nesta componente. Ora em 2019, não se efetivou nenhuma operação desta monta, o que fez com que o valor do Investimento Global esteja mais em linha com os apresentados nos anos anteriores, (comparar com exercícios anteriores a 2017 tendo-se fixado nos 18.205.377 €. Para atenuar a diferença entre os anos de 2018 e 2019, em muito contribuíram os Investimentos concretizados na *Aquisição de Bens de Capital* por um lado e, em *Activos Financeiros* por outro, conforme referido nas secções seguintes deste relatório.

Do Quadro 38, conclui-se ainda que a realização de novo investimento representa 72,9% do total das despesas de capital e que estas representam 34,3% do total das despesas de 2019.

No seguimento do já referido, o gráfico que se segue permite uma leitura mais clara sobre a forma como de decompõe o *Investimento Global* entre 2017 e 2019, considerando as 3 componentes em análise. Neste particular, comparativamente ao ano de 2018, se por um lado há a destacar a diminuição no valor do gasto em *Aquisição de Bens de Capital*, por outro lado há também que destacar o aumento do valor gasto em *Activos Financeiros*.

Gráfico 22



INVESTIMENTO DIRETO

O *Investimento Direto* representa a componente mais relevante no Investimento Global pois integra a despesa com a aquisição de bens duráveis como sejam os terrenos, edifícios, viaturas e equipamentos, bem como as modificações relevantes nesses mesmos bens que visem prolongar a sua duração no tempo.

No Quadro 39 procura-se efetuar uma comparação entre a nova faturação registada os últimos dois anos, desagregando o Investimento Direto pelas partes que o compõem, e avaliar as respetivas taxas de execução em matéria de faturação e pagamentos.

Quadro 39

	INVESTIMENTO DIRETO								Variação	
	2018		2019							
	Fat. Nova (a)	Dotações Finais (b)	Fat. Transitada (c)	Fat. Nova (d)	% no Total PPI	Pago (e)	Taxa de Execução [(e)/(c)+(d)]	Valor (d)-(a)		
Terrenos e Recursos Naturais	9.776.880	1.636.457	0	940.373	6,9%	940.373	57,5%	100,0%	-8.836.507 -90,4%	
Habitação	0	0	0	0	0,0%	0			0	
Construção	0	0	0	0	0,0%	0			0	
Aquisição	0	0	0	0	0,0%	0			0	
Reparação e Beneficiação	0	0	0	0	0,0%	0			0	
Edifícios	2.867.568	8.969.911	2.974	5.848.135	43,1%	5.851.110	65,2%	100,0%	2.980.568 103,9%	
Instalações de serviços	160.443	562.977	0	165.366	1,2%	165.366	29,4%	100,0%	4.923 3,1%	
Instalações desport. e recreat.	1.303.331	1.578.893	0	435.827	3,2%	435.827	27,6%	100,0%	-867.504 -66,6%	
Escolas	1.362.263	6.380.998	2.974	4.976.514	36,6%	4.979.488	78,0%	100,0%	3.614.250 265,3%	
Outros	41.530	447.043	0	270.429	2,0%	270.429	60,5%	100,0%	228.899 551,2%	
Construções Diversas	3.425.325	12.770.339	0	5.076.288	37,4%	5.035.625	39,8%	99,2%	1.650.962 48,2%	
Dominio Privado	1.481.654	1.349.090	0	319.086	2,3%	296.985	23,7%	93,1%	-1.162.569 -78,5%	
Dominio. Público	1.943.671	11.421.249	0	4.757.202	35,0%	4.738.640	41,7%	99,6%	2.813.531 144,8%	
Material de Transporte	0	40.750	0	7.747	0,1%	7.747	19,0%	100,0%	7.747	
Maq. e Equipamento	866.632	1.483.510	0	809.829	6,0%	791.589	54,6%	97,7%	-56.803 -6,6%	
Equipamento Informático	371.421	368.800	0	281.912	2,1%	278.406	76,4%	98,8%	-89.510 -24,1%	
Software Informático	183.318	216.250	0	95.612	0,7%	94.076	44,2%	98,4%	-87.706 -47,8%	
Equipamento Administrativo	31.492	209.490	0	128.305	0,9%	128.305	61,2%	100,0%	96.813 307,4%	
Equipamento Básico	268.991	656.070	0	285.535	2,1%	272.336	43,5%	95,4%	16.544 6,2%	
Ferramentas e Utensílios	11.409	32.900	0	18.465	0,1%	18.465	56,1%	100,0%	7.056 61,8%	
Investimentos Incorpóreos	6.138	185.150	0	0	0,0%	0	0,0%		-6.138 -100,0%	
Outros Investimentos	402.356	1.524.373	7.331	753.770	5,6%	758.751	49,9%	99,7%	351.414 87,3%	
Outros	734.441	316.033	0	143.699	1,1%	143.699	45,5%	100,0%	-590.742 -80,4%	
Artigos e Objectos Valor	18.571	116.300	0	108.110	0,8%	108.110	93,0%	100,0%	89.539 482,2%	
Locação Financeira	0	0	0	0	0,0%	0			0	
Bens Patrimonio Histórico-Cultural	0	25.000	0	0	0,0%	0			0	
Outros Bens Domínio Público	715.870	174.733	0	35.589	0,3%	35.589	20,4%	100,0%	-680.281 -95,0%	
Total	18.079.340	26.926.523	10.305	13.579.841	100,0%	13.528.893	50,5%	99,5%	-4.499.499 -24,9%	

Un.:Euros

a)

Notas:

(a) Faturada Transitada actualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efectuaram em 2018 e 2019, que na sua génese respeitavam a faturação de anos anteriores

Conforme mencionado anteriormente, o *Investimento Direto* ao totalizar 13.579.841 € absorve 74,6% do total do *Investimento Global* realizado, o que representa uma diminuição de (-) 4.499.499 €, (-) 24,9% face ao ano transato. Apesar das componentes que habitualmente assumem contributos mais significativos no *Investimento Direto* observarem aumentos, como são os casos dos *Edifícios* com (+) 2.980.568. €, (+) 103,9%, e *Construções Diversas* com (+) 1.650.962 €, (+) 48,2%, para aquela diminuição em muito contribuiu a variação ocorrida em *Terrenos e Recursos Naturais* no valor de (-) 8.836.507 € e que isoladamente representou uma perda de (-) 90,4% entre 2018 e 2019, fruto da liquidação do Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado (Maia Golfe).

A rubrica *Edifícios* englobou uma parte considerável do investimento efetuado em escolas fazendo jus a isso mesmo a sua subrubrica que apresenta um aumento de (+) 3.614.250 €. No caso das *Construções Diversas* há a destacar as construções no âmbito do *Domínio Público* cujo aumento se cifrou em (+) 2.813.531 €.

Ainda do lado das variações positivas salienta-se também *Outros Investimentos* que comparativamente a 2018 apresenta uma variação de (+) 351.414 €

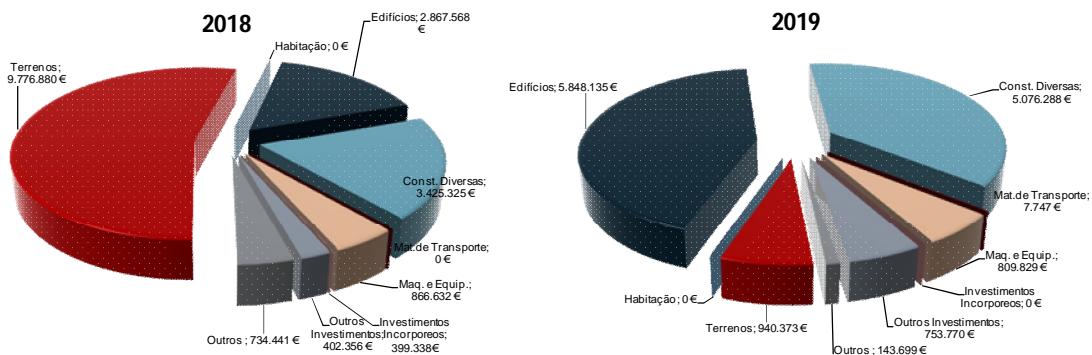
Em sentido contrário, com diminuições apresentam-se as rubricas de:

- Máquinas e Equipamento cuja variação atingiu (-) 6,6% sendo de destacar as subrubricas de *Equipamento e Software Informático* e;
- Outros (-) 80,4% em especial os Outros Bens de Domínio Público.

De notar ainda que, em 2019 o *Material de Transporte* contribui para o Investimento com um valor residual, de 7.747 € e os *Investimentos Incorpóreos* não apresentam qualquer contributo.

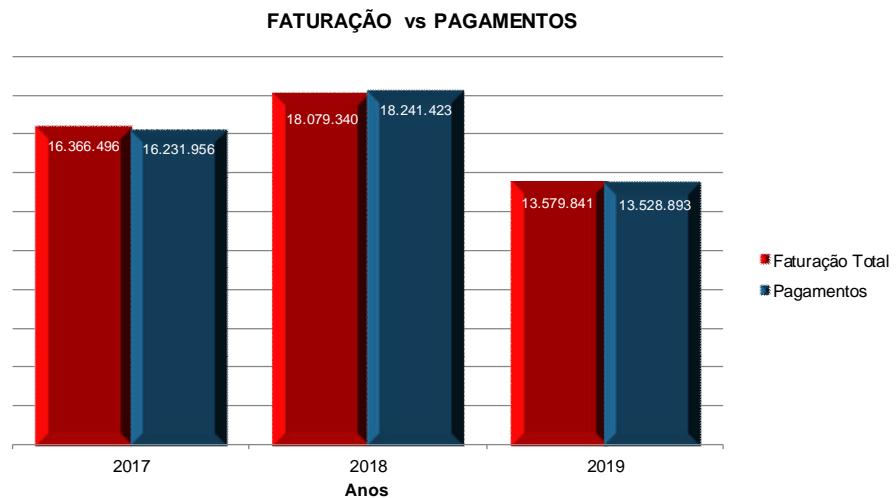
O Gráfico 23 compara a estrutura do *Investimento Direto*, podendo concluir-se através do mesmo que houve uma reafectação dos montantes investidos na rubrica de Terrenos para *Edifícios e Construções Diversas*.

Gráfico 23



Em 2019 permanece a tendência de elevadas taxas de execução no que se refere a pagamentos, com níveis próximos dos 100%, como de resto se pode observar pelo Gráfico 24. Já em relação à taxa de execução ao nível da faturação versus orçado, é visível um agravamento, tendo a taxa passado de 74,9% em 2017 para os 50,5% em 2019.

Gráfico 24



De modo a compreender a proveniência dos valores obtidos em cada uma das rubricas mencionadas que compõem o *Investimento Direto*, apresenta-se de seguida uma análise mais detalhada, com indicação dos projetos que mais contribuíram para a nova faturação obtida em cada uma delas.

Terrenos e Recursos Naturais

No ano de 2019, o investimento em *Terrenos e Recursos Naturais* totalizou 940.375 €, registando um decréscimo de (-) 90,4% explicado pelo facto de no exercício de 2018 se ter efetuado a reversão de fundos imobiliários nomeadamente da liquidação do Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado (Maia Golfe) no valor de 8.876.880 €. Excluído que fosse esta operação observar-se-ia não um decréscimo mas um ligeiro aumento de (+) 40.375 €.

Os investimentos realizados em 2019 destinaram-se às seguintes finalidades:

- Intervenção na Via Periférica Sul Poente da Cidade – Troço entre a Rua do Souto e a Avenida de D. Mendo (EN 13) no Lugar do Espido - 633.628 €
- Aquisição de propriedades para fins urbanísticos e para outros fins diversos – 169.000 €
- Aquisição de terrenos com vista à ampliação de Cemitérios – 137.745 €

Habitação

Em 2019, não se registou qualquer novo investimento nesta rubrica.

Edifícios

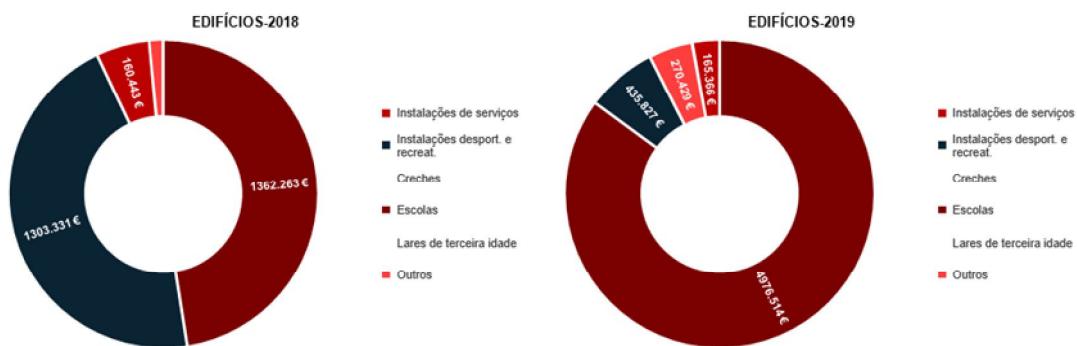
A rubrica *Edifícios* subdivide-se em 4 categorias designadamente:

- *Instalações de Serviços* (que engloba os investimentos em edifícios não adstrito a uma só atividade específica, ex.: edifício Paços do Concelho);
- Instalações Desportivas e Recreativas;
- Edifícios Escolares;
- Outros.

Esta componente, no ano de 2019 foi largamente influenciada pelo investimento com a beneficiação e qualificação do parque escolar do município, tendo registado um volume de nova faturada de 5.848.135 €. Trata-se de um acréscimo de (+) 103.9% face a 2018, que foi fortemente impulsionado por um aumento verificado na sua subrubrica *Escolas* que atingiu um volume de faturação de 4.976.514 € tendo inclusive este valor contribuído favoravelmente para o amortecimento do impacto da diminuição no Investimento em *Instalações Desportivas e Recreativas* de (-) 66,6%.

Para uma melhor percepção do peso de cada uma destas tipologias apresenta-se abaixo o Gráfico 25.

Gráfico 25



Do lado das *Escolas*, os projetos que mais contribuíram para os valores obtidos foram os seguintes:

- Requalificação e modernização da EB2,3 de Gueifães, na Freguesia da Cidade da Maia através do Acordo de Colaboração com o Poder Central – 1.927.646 €;
- Requalificação e modernização da EB2,3 de Gonçalo Mendes da Maia, na Freguesia da Cidade da Maia através do Acordo de Colaboração com o Poder Central – 1.518.237 €;
- Beneficiação da Escola do EB1 de Moutidos, na Freguesia de Águas Santas – 1.010.899 €;
- Beneficiação e requalificação de espaços escolares exteriores – 149.074 €;
- Requalificação e modernização da EB2,3S do Doutor José Vieira de Carvalho, na Freguesia de Moreira através do Acordo de Colaboração com o Poder Central – 148.056 €

Com menor expressividade, concretizaram-se ainda os seguintes projetos em edifícios escolares:

- Recuperação, adaptação e ampliação de edifícios escolares existentes – 54.866 €;
- Obras de conservação do edifício municipal em uso pela "Fundação do Conservatório de Música da Maia" – 48.081 €;
- Beneficiação de áreas exteriores de Edifícios do Pré-escolar – 46.001 €;

-
- Programa de beneficiação energética de estabelecimentos escolares, com especial incidência nas questões de insolação – 38.823 €;
 - Construção de coberturas de espaços exteriores de escolas do EB1 – 21.089 €;
 - Conservação de edifícios escolares – 13.742 €

Por parte das *Instalações Desportivas e Recreativas*, os projetos que assumiram maior preponderância foram:

- Construção da "Casa da Música de Moreira" tendo em vista acolher, em particular, a "Associação Banda de Música de Moreira da Maia", na Freguesia de Moreira – 410.409 €;
- Construção do Pavilhão Gimnodesportivo de Pedrouços, a levar a efeito no Complexo Desportivo de Pedrouços, incluindo a elaboração dos necessários projetos, na Freguesia de Pedrouços – 23.573 €;
- Medidas de eficiência energética no Complexo Municipal de Ginástica – 1.845 €

Por sua vez, do lado da subrubrica *Outros* que totalizou apenas uma nova faturada no valor de 270.429 €, os projetos que contribuíram para a formação do seu valor foram os seguintes:

- Aquisição de edifícios ou parte de edifícios – 114.543 €;
- Beneficiação do "Museu de História e Etnologia da Terra da Maia", na freguesia do Castêlo da Maia – 108.885 €;
- Aquisição de terrenos para integração em zonas desportivas, ou destinadas expressamente a fins desportivos e ou de lazer – 47.000 €

Em *Instalações de Serviços* relevam-se os projetos:

- Obras de remodelação do Edifício dos Paços do Concelho – 89.349 €;
- Conservação de edifícios municipais – 43.197 €;
- Quinta dos Cónegos - Intervenções de adaptação e de requalificação do edificado e dos espaços exteriores – 31.279 €

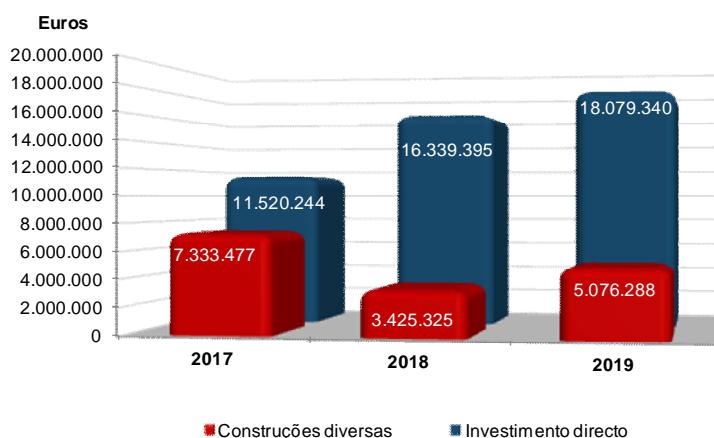
De referir ainda que, em 2019, a rubrica de *Edifícios* assume-se como sendo a que mais se destacou na realização do *Investimento Direto*, assumindo para si uma parcela de 43,1% do seu valor total.

Construções Diversas

As *Construções Diversas* possuem normalmente um peso significativo no Investimento Global, conforme se verifica pelo gráfico imediato – Gráfico 26.

Gráfico 26

CONSTRUÇÕES DIVERSAS / INVESTIMENTO DIRETO



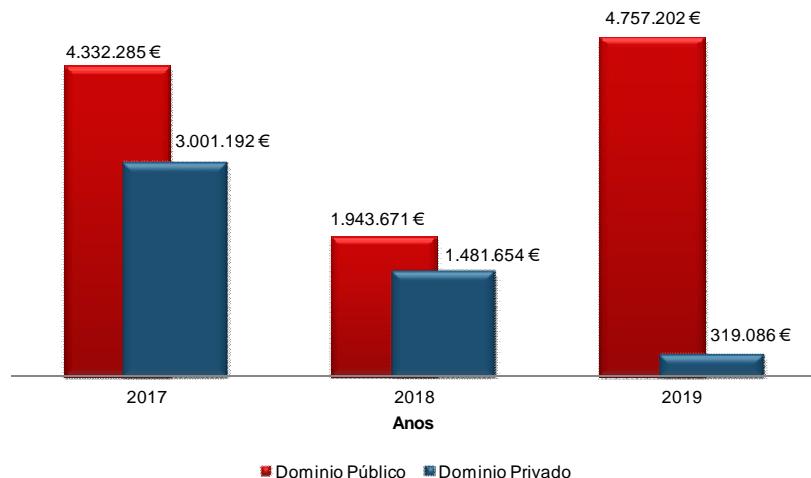
O facto de nesta componente estarem os investimentos realizados com viadutos, arruamentos, estradas, pontes, parques de estacionamento, parques desportivos e instalações de saneamento e água, bem como parques e jardins entre outros, em muito contribui para a sua relevância.

Em 2019, registou um volume de nova faturada de 5.076.288 €, que reflete um aumento de (+) 48.2% face ao ano transato. Esta rubrica divide-se em *Construções Diversas do Domínio Público* e *Construções Diversas do Domínio Privado*, sendo as primeiras mais relevantes para o seu total contribuindo praticamente para a totalidade do peso de 37,4% das *Construções Diversas* do Investimento Global.

No Gráfico 27 permite avaliar a evolução no último triénio do investimento realizado no âmbito da rubrica de *Construções Diversas*, considerando cada uma das suas componentes – *Domínio Privado* e *Domínio Público*.

Gráfico 27

CONSTRUÇÕES DIVERSAS

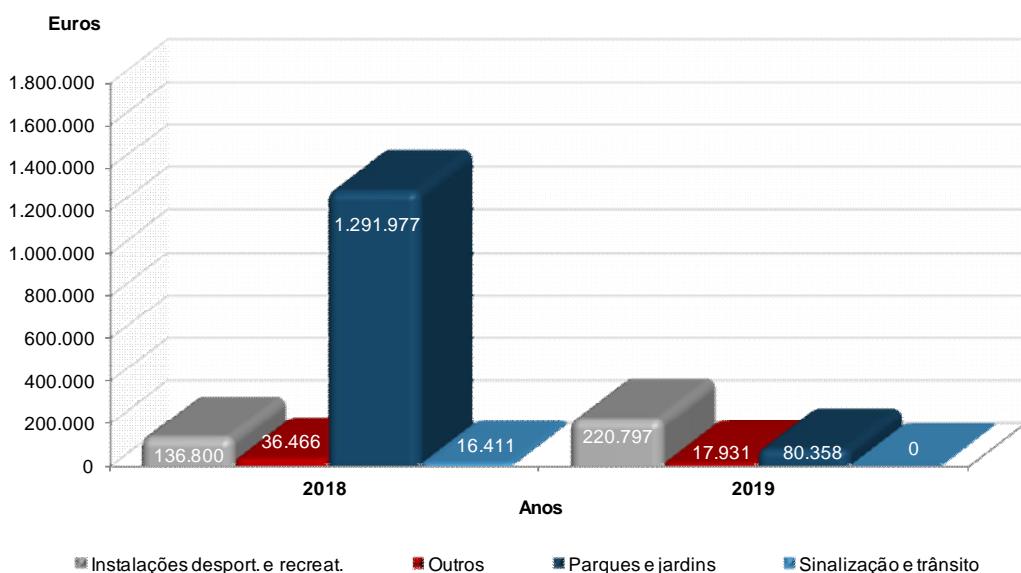


CONSTRUÇÕES DIVERSAS PARA INTEGRAR EM BENS DOMÍNIO PRIVADO DA AUTARQUIA

Com uma descida de (-) 78,5% no investimento realizado nesta rubrica entre 2018 e 2019, o volume de nova faturada cifrou-se em apenas 319.086 €, representando apenas 2,3% do *Investimento Direto*.

Gráfico 28

CONSTRUÇÕES DIVERSAS - DOMÍNIO PRIVADO



Conforme se pode concluir através da visualização do Gráfico 28, esta descida é essencialmente justificada pela redução significativa no investimento realizado em *Parques e Jardins* que, em 2018 assumiu um valor significativo de 1.291.977 €, alocado a um único projeto, denominado “Reforço e reabilitação das zonas verdes e dos espaços de utilização coletiva e respetiva valorização paisagística no quarteirão afeto à zona desportiva do centro da cidade Construção do Parque da Maia”.

Em 2019, relativamente aos *Parques e Jardins*, observa-se um valor diminuto, no valor de 80.358 €, tendo resultado na continuidade do investimento no projeto atrás referido.

Ainda adentro da rubrica de *Construções Diversas de Domínio Privado*, a componente *Instalações Desportivas e Recreativas* foi a única que apresentou uma variação favorável registando o valor de 220.797 €, que alocou a novo investimento essencialmente destinado:

- Conservação de instalações desportivas – 105.991 €
- Aquisição de terrenos para integração em zonas desportivas, ou destinadas expressamente a fins desportivos e ou de lazer – 77.000 €;
- Beneficiação do Complexo Municipal de Ténis – 37.806 €

A componente *Outros* das *Construções Diversas de Domínio Privado* acompanhou a evolução desfavorável da rubrica principal apresentando uma diminuição de (-) 50,8% passando a totalizar 17.931 € de novo investimento, que se destinaram a:

- Parque Central da Cidade Intervenções de beneficiação e de conservação – 14.221 €;
- Conservação de edifícios municipais – 3.710 €.

A subrubrica *Sinalização e Trânsito* em 2019 não foi objeto de investimento.

CONSTRUÇÕES DIVERSAS PARA INTEGRAR EM BENS DOMÍNIO PÚBLICO DA AUTARQUIA

As *Construções Diversas - Domínio Público* - totalizaram 4.757.202 €, traduzindo um aumento de (+) 2.813.531 € face a 2018, representando 35% do *Investimento Direto* total e 93,7 % do total realizado em *Construções Diversas*.

Conforme se pode concluir através da visualização do Gráfico 29, este aumento é justificada pelo volume significativo no investimento realizado em *Viadutos, arruamentos e obras complementares* no ano de 2019 mantendo a predominância dos últimos anos, representando 86,5% da componente em análise, conforme evidencia o gráfico abaixo:

Gráfico 29



Por conta de *Viadutos Arruamentos e Obras Complementares* realizaram-se os seguintes projetos:

- Reabilitação dos espaços públicos e infraestruturas do Bairro do Sobreiro, das áreas verdes de fruição e enquadramento paisagístico, incluindo o Parque Urbano do Sobreiro e ligação de via nova entre a Rua Central do Sobreiro e a Rua Padre Luís Campos – 592.787 €;
- Reabilitação do espaço urbano no setor norte do Bairro do Sobreiro, na zona da Praça do Oxigénio, na Freguesia da Cidade da Maia – 539.889 €;
- Intervenções de caráter urgente em razão de intempéries ou outras situações fortuitas – 497.708 €;
- Retificação, drenagem de águas pluviais, pavimentação e repavimentação de arruamentos diversos em vários locais do Concelho, incluindo a aquisição de betume asfáltico e a respetiva aplicação – 470.287 €;

-
- Recuperação e beneficiação de arruamentos diversos em várias zonas do Concelho, com especial incidência na construção de passeios e seu lancilamento – 323.691 €;
 - Percurso pedonal acessível e integração de percurso ciclável na Avenida de D. Manuel II, na Freguesia da Cidade da Maia, desde a Rua de José Rodrigues da Silva Júnior até à rotunda do Monumento ao Triunfo das Gentes da Maia – 254.540 €;
 - Trabalhos urbanísticos em diversas áreas do Concelho, com vista à sua recuperação urbana – 252.294 €;
 - Reabilitação da Rua Central do Sobreiro, incluindo renovação parcial de infraestruturas, passeios acessíveis e percursos cicláveis, na Freguesia da Cidade da Maia – 160.015 €;
 - Reperfilamento da Avenida de D. Mendo (ex-EN 13) entre a designada Rotunda da "SONAE" e o limite Sul do Concelho – 159.961 €;
 - Reabilitação do espaço público correspondente à Rua de Dona Clotilde Ferreira da Cruz, na Freguesia da Cidade da Maia – 156.978 €;
 - Reabilitação de espaço público da Rua de Dona Deolinda Duarte dos Santos, na Freguesia da Cidade da Maia – 156.654 €;
 - Medidas Promotoras de Segurança, incluindo circuitos pedonais, no acesso a equipamentos escolares – 150.106 €;
 - Intervenções nas infraestruturas da Rua de João Moreira da Costa Maia, na Freguesia de Moreira – 93.947 €;
 - Beneficiação do arruamento entre a Rua das Camélias e a Rua do Maia *shopping* – 93.158 €;
 - Beneficiação do troço nascente da Rua do Mosteiro, na freguesia de Águas Santas – 61.106 €;
 - Beneficiação ou construção de passeios – 31.190 €;
 - Melhoria das condições de coexistência dos modos suaves, requalificação do espaço pedonal e ciclável no núcleo urbano da Cidade da Maia – 28.789 €;
 - Via Periférica SulPoente da Cidade, troço entre a Rua do Souto e a Avenida de D. Mendo (EN 13) no Lugar do Espido – 18.819 €;
 - Percurso pedonal acessível e integração de percurso ciclável na Rua de Altino Coelho, na Freguesia da Cidade da Maia, entre a rotunda do Monumento ao Triunfo das Gentes da Maia e a área de intervenção do projeto Praça do Oxigénio – 8.239 €;

Ainda neste âmbito, mas com pouca expressividade temos a revisão de preços de empreitadas, relativas a terraplenagens, a drenagem de águas pluviais, à construção de muros de vedação, à construção de passeios e à pavimentação de arruamentos diversos do Concelho, e levadas a cabo em anos anteriores, no valor de 165 €

Dos investimentos realizados em *Parques e Jardins* regista-se:

- O Ajardinamento de espaços municipais – 142.673 €
- A Construção do "Parque Urbano de Moreira", na Freguesia de Moreira, incluindo a aquisição de terrenos e a elaboração dos respetivos projetos – 9.077 €,

No que se refere à rubrica *Outros*, assinala-se um forte aumento comparativamente ao ano de 2018 no valor de 483.822 €, ascendendo esta parcela ao total de 492.093 € em 2019. Para este valor, contribuíram as intervenções relacionadas com:

- Reabilitação urbana da Praça do 5 de Outubro, na Freguesia do Castêlo da Maia - 416.135 €
- Regularização do leito da Ribeira de Mogos – 72.180 €
- Construção de Ramais de Baixa Tensão e de Média Tensão – 3.765 €
- Rede estruturada de infraestruturas de parqueamento para bicicletas – 12 €

No que se refere a *Sistema de drenagem de águas residuais e de Iluminação Pública* não se registaram investimentos no ano de 2019.

Material de Transporte

A aquisição de *Material de Transporte* mantém a sua pouca expressividade tendo totalizado em 2019 o valor de 7.747 €, que destinou na íntegra à “Aquisição de bicicletas elétricas no âmbito do Projeto Ciclo Patrulha Municipal”

Maquinaria e Equipamento

Com uma diminuição de (-) 56.803 € o investimento realizado em *Maquinaria e Equipamento* fixou-se nos 809.829 € tendo contribuído com o peso de 6,0% no Investimento Direto de 2019.

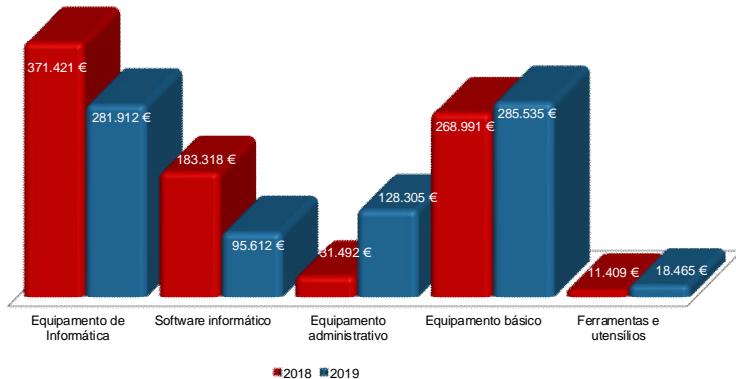
Em virtude de neste agregado estarem contemplados equipamentos para diversas finalidades desagrega-se a análise em *Hardware*, *Software*, *Equipamento Básico*, *Administrativo* e *Ferramentas e Utensílios*.

Apesar da rubrica no seu global ter registado uma quebra, que teve como principal impulsionador as diminuições em *Equipamento Informático (Hardware)*, (-) 89.510 € e em *Software* (-) 87.706 €, verificou-se em sentido inverso variações positivas nos investimentos efetuados em *Equipamento Administrativo* (+) 96.813 €, *Equipamento Básico* (+) 16.544 € e, ainda, de forma menos expressiva *Ferramentas e Utensílios* (+) 7.056 €.

O Gráfico 30 permite uma comparação entre o investimento realizado em 2018 e 2019, concluindo-se que as componentes *Equipamento Básico* e *Equipamento Informático (hardware)* foram as mais relevantes em 2019.

Gráfico 30

MAQUINARIA E EQUIPAMENTO - ESTRUTURA



EQUIPAMENTO INFORMÁTICO

O investimento efetuado com a aquisição de *Equipamento Informático* e *Software*, tendo consumido 2,8% do Investimento Direto, atingiu em 2019 os 377.524 €, que se repartiu entre *Hardware* com 281.912 € e *Software* com 95.612 €

Em termos de *Hardware*, o investimento realizado teve como principal objetivo apetrechar um conjunto de serviços municipais bem como equipar o desenvolvimento de novas e atividades e projetos tais como:

- O Centro de dados informáticos da Câmara – 110.881 €;
- As Diversas Unidades Orgânicas Municipais – 87.796 €;
- O SUPERTABi Maia, para disseminação de ambientes educativos inovadores – 56.227 €;
- A requalificação da rede do Aeródromo de Vilar de Luz – 6.138 €;
- Aquisição de Monitores para as EB1 Municipais – 5.818 €;
- Os Gabinetes de Inserção profissional – 4.059 €;
- O Centro de documentação e interpretação Urbana João Álvaro Rocha – 3.283 €;
- A Quinta dos Cónegos – 3.546 €;
- O Programa Municipal de Saúde Séniors 60+ – 2.509 €

Em relação ao *Software* o montante investido destinou-se à aquisição de licenças e programas informáticos vários

EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO

A aquisição de *Equipamento Administrativo* manifestou maior expressividade em 2019 tendo totalizado 128.305 €, para este valor, contribuíram os seguintes investimentos:

- Obras de remodelação do Edifício dos Paços do Concelho – 58.618 €;
- Aquisição de mobiliário e equipamento diverso – 37.931 €;
- Aquisição de equipamento para a Polícia Municipal – 31.113 €;
- Equipamentação das novas instalações afetas ao Serviço Municipal de Proteção Civil, na freguesia do Castêlo da Maia – 643 €

EQUIPAMENTO BÁSICO

Em 2019, ao totalizar 285.535 €, o *Equipamento Básico* refletiu um aumento de (+) 6,2% justificado pelo impacto resultante do investimento para apetrechar as instalações desportivas, escolas, biblioteca e outros serviços municipais com os equipamentos essenciais ao seu normal funcionamento e que se destinam a várias instalações municipais.

Neste âmbito discriminam-se em seguida as principais áreas intervencionadas:

- Aquisição de equipamentos diversos para instalações desportivas ou para recintos desportivos – 92.767 €;
- Aquisição de mobiliário e equipamento diverso – 92.060 €;
- Beneficiação da Escola do EB1 de Moutidos, na Freguesia de Águas Santas – 30.852 €;
- Aquisição de equipamentos diversos para equipamento das cozinhas, copas e refeitórios de apoio aos edifícios escolares do Ensino Pré-Escolar e do EB1 – 17.705 €;
- Projeto INEDIT.MAIA Inclusão pela educação "Investimos em Ti" – 16.669 €;
- Parques Infantis e "Ginásios ao Ar Livre" – 14.921 €;
- Rede de Bibliotecas Escolares – 8.231 €;
- Obras de remodelação do Edifício dos Paços do Concelho – 4.223 €;
- Aquisição de equipamentos e mobiliário urbano diverso com destino aos jardins e parques municipais. – 3.553 €;
- Aquisição de equipamento pedagógico diverso, didático e tecnológico (novas tecnologias) com destino a equipar edifícios escolares do EB1 – 1.956 €;
- Aquisição de equipamentos de telecomunicações – 1.530 €.

A aquisição de *Equipamento Básico* representou 2,1% do *Investimento Direto* no ano de 2019.

FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS

O investimento em *Ferramentas e Utensílios* variou positivamente em (+) 7.056 € entre os anos de 2018 e 2019, mas ainda assim manteve-se com pouca expressividade como habitualmente fixando-se o seu valor em 18.465 € e representando 0,1% do *Investimento Direto* no ano de 2019.

Investimentos Incorpóreos

Em 2019, não se registou qualquer novo investimento em *Investimentos Incorpóreos*.

Outros investimentos

Os valores executados nesta componente englobam os investimentos que pela sua classificação orçamental não integram as rubricas anteriores ainda que estejam associados a projetos que estão integrados.

O montante realizado em 2019 destacou-se do de 2018, ao totalizar 753.770 €. O seu valor sofreu um aumento significativo de 351.414 € que corresponde a uma variação positiva de (+) de 87,3% entre anos, representando 5,6% do *Investimento Direto* no ano de 2019.

Das intervenções que mais contribuíram para o nível de investimento atingido destacam-se as seguintes:

- Medidas de eficiência energética no Complexo Municipal de Ténis – 122.527 €;
- Medidas de eficiência energética no edifício do Fórum da Maia – 113.859 €;
- Programa de beneficiação energética de estabelecimentos escolares, com especial incidência nas questões de insolação – 66.176 €;
- Medidas de eficiência energética no Complexo Municipal de Ginástica – 61.370 €;
- Plano de comunicação acerca dos riscos associados às alterações climáticas – 48.585 €;
- Quinta dos Cónegos - Intervenções de adaptação e de requalificação do edificado e dos espaços exteriores – 45.778 €;
- Aquisição de mobiliário e equipamento diverso – 42.397 €;
- Aquisição de equipamento diverso – 33.695 €;
- Conservação de instalações desportivas – 33.214 €;
- Aquisição de equipamentos diversos para instalações desportivas ou para recintos desportivos – 29.052 €;
- Aquisição de sinais de trânsito, de orientação e de outros materiais de equipamento afins, com o objetivo de regular, de orientar e de disciplinar o trânsito e, bem assim, de o informar – 18.648 €;
- Semaforização de vias: aquisição, instalação e conservação de equipamentos semafóricos – 17.373 €;
- Conservação de edifícios escolares – 15.049 €;
- Plano de Racionalização de consumo de energia elétrica em edifícios municipais – 14.581 €;

-
- Reformulação do Fórum da Maia – 12.844 €
 - Aquisição e instalação de equipamentos de sinalização de presença de passadeiras de peões - 12.583 €
 - Aquisição de equipamentoário vário tal como tendas de campanha e outros bens de socorro de primeira intervenção – 11.414 €;
 - Aquisição de equipamentos destinados à rede de Iluminação Pública – 8.836 €
 - Aquisição de mobiliário e equipamento diverso - 7.900 €
 - Conservação de edifícios municipais – 7.693 €

Adentro deste item, registamos ainda o valor de 30.197 € que diz respeito a um conjunto de investimentos cujo valor individual se fixa abaixo dos 5.000 € e por isso mesmo assumem pouca expressividade.

Outros

Entre 2018 e 2019, regista-se uma diminuição do investimento nesta área na ordem dos (-) 590.742 € Esta rubrica ascende a 143.699 € e assumiu o peso de 1,1% do Investimento Direto em 2019.

ARTIGOS E OBJETOS DE VALOR

Com vista a enriquecer o património cultural, foram adquiridos mobiliários e equipamentos diversos no valor total de 106.110 € e obras de arte e outro repositório artístico com vista a ampliar o espólio dos Museus no valor total de 2.000 €

O investimento realizado neste âmbito em 2019 ascendeu a 108.110 €

OUTROS BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO

Apesar de ser um bem do domínio público, encontra-se registado neste item o investimento efetuado com a construção do Ecocaminho (dando continuidade ao investimento já realizado em 2018) que totalizou 35.589 € (projeto financiado).

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

São consideradas *Transferências de Capital*, todos os montantes atribuídos com ou sem condições pelo município a entidades diversas com vista a realizar despesas de investimento. Estas entidades englobam um universo de instituições tais como freguesias, empresas municipais e intermunicipais, bem como instituições sem fins lucrativos, visando apoiar e/ou cofinanciar investimentos realizados por estas e que o município considera de interesse para o município e municípios. De salientar que estas transferências poderão ser ou não são reembolsáveis mediante certas condições que têm de ser cumpridas.

De modo a distinguir as entidades alvo de transferências apresenta-se o Quadro 40, que segmenta as transferências segundo a tipologia da entidade beneficiária. Procura-se através do mesmo quadro disponibilizar a possibilidade de efetuar uma comparação com as transferências realizadas no ano transato e verificar a execução em 2019 em matérias de pagamentos e execução em relação ao orçado.

Quadro 40

Sociedades e quase-sociedades não financeiras	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL									
	2018		2019		% Total Transf	Pago (f)	Tx Execução [(d)+(e)]/(c)	Tx de Variação [(f)/(d)+(e)] %		
	Fat Transitada (a)	Fat Nova (b)	Dotações finais (c)	Fat Transitada (d)	Fat Nova (e)					
Empresas Públicas Municipais/Intermunicipais	0	745.835	800.000	0	798.202	38,8%	798.202	99,8%	100,0%	7,0%
Administração Local										
Freguesias	0	189.130	1.044.485	0	648.646	31,5%	648.646	62,1%	100,0%	243,0%
Instituições sem fins Lucrativos										
Famílias	0	960.897	660.776	0	610.095	29,7%	610.095	92,3%	100,0%	-36,5%
Total	0	1.895.863	2.510.261	0	2.056.943	100,0%	2.056.943	81,9%	100,0%	8,5%
Faturada Total	1.895.863		2.056.943							

Un.: Euros

Nota: Faturada Transitada atulizada tendo em conta os movimentos de estorno efectuados no ano de 2018 e 2019, que na sua génese respeitam a faturação de anos anteriores

Pela análise do quadro supra verifica-se que as transferências realizadas atingiram o valor de 2.056.943 €, refletindo um incremento de (+) 161.080 €. Este incremento resulta essencialmente da variação ocorrida nas transferências para as freguesias, que passaram de 189.130 € em 2018 para 648.646 € em 2019. Com a mesma orientação, as transferências para *Empresas públicas municipais/intermunicipais* cresceram (+) 52.367 €. Em sentido inverso, e a atenuar o efeito deste aumento, as transferências para as *Instituições sem fins lucrativos* diminuíram (-) 350.803 €. De salientar ainda a manutenção de uma taxa de 100% em matéria de pagamentos.

As *Transferências de Capital* direcionados às *Empresas Públicas Municipais/Intermunicipais*, com um peso de 38,8%, totalizaram 798.202 €, sendo que se destinou exclusivamente à comparticipação para investimento do município à LIPOR-Serviço Intermunicipalizado de Tratamento de Lixos da Região do Porto.

As transferências para as *Freguesias* revestiram a forma de apoio para a realização de obras de beneficiação em edifícios e aquisição de equipamentos para o desenvolvimento das suas atividades junto dos municíipes.

No âmbito das transferências efetuadas destacam-se os seguintes projetos e entidades beneficiárias:

- Celebração de um contrato programa entre a Câmara Municipal e as várias juntas de freguesia, tendo em vista a comparticipação financeira na despesa com a aquisição de um palco – 172.764€;
- Comparticipação financeira à junta de freguesia de Milheirós, no âmbito do contrato celebrado para a construção de edifício sede da junta e centro social – 171.815 €;
- Contrato Programa entre a Câmara Municipal e a freguesia de Pedrouços, tendo em vista a comparticipação financeira nos encargos com obras de recuperação e conservação do edifício sede da junta de freguesia – 105.735 €;

- Comparticipação financeira à junta de freguesia de Nogueira no âmbito do contrato celebrado para a construção de edifício sede da junta – 88.486 €;
- Atribuição de um subsídio extraordinário à junta de freguesia da Cidade da Maia, tendo em vista a realização de obras de conservação e investimento no parque Zoológico da Maia – 50.000 €;
- Atribuição de um apoio financeiro à junta de freguesia do Castêlo da Maia para as obras de reabilitação urbanística do Largo da Liberdade em Godim – 19.510 €;
- Contrato Programa entre a Câmara Municipal e a freguesia de Vila Nova da Telha tendo em vista a comparticipação financeira do município nos encargos com as obras de recuperação e conservação do edifício sede da junta – 18.826 €;
- Atribuição de um apoio financeiro à junta de freguesia de S. Pedro Fins para a renovação dos espaços exteriores e instalação de parque infantil na sua creche e jardim de infância – 12.163 €;
- Atribuição de uma comparticipação financeira à junta de freguesia de Moreira para apoiar a construção de 80 ossários – 9.347 €

As transferências para as *Instituições Sem Fins Lucrativos* totalizaram 610.095 €. Apesar de representar uma descida acentuada face a 2018, destaca-se que a execução face ao orçado totalizou 92,3% e o seu peso no total das transferências, ainda assim, representa cerca de 29,7%. Englobam-se neste tipo de entidades, diversas associações de carácter recreativo, religioso, desportivo e de outros fins similares que procuram disponibilizar apoio e/ou serviços aos municípios. Enumera-se de seguida os principais apoios concedidos pelo Município e respetivas entidades:

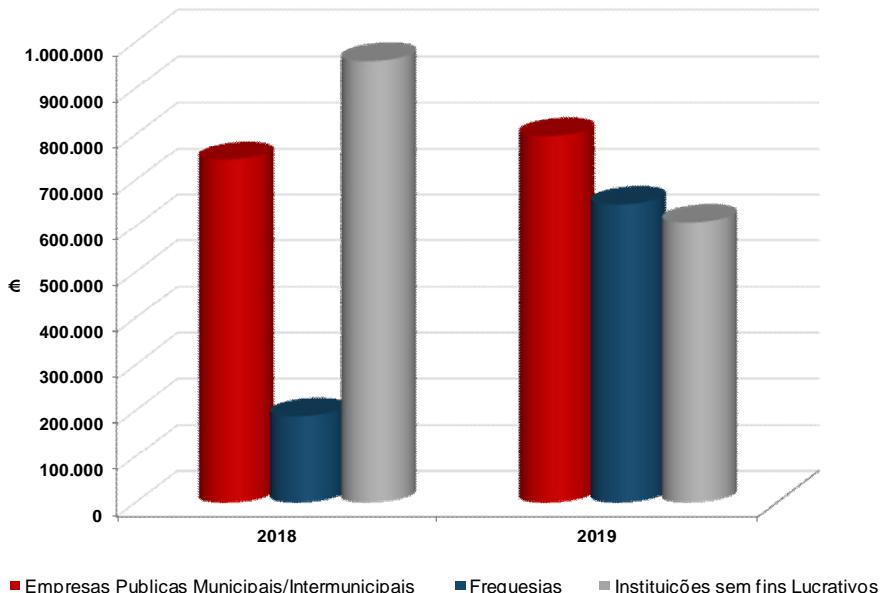
- Atribuição de subsídio à Santa Casa da Misericórdia da Maia para a empreitada de construção da creche Santa Luzia, na freguesia de Moreira da Maia – 150.000 €;
- Apoio financeiro à Fabrica da Igreja Paroquial da freguesia de São Faustino de Gueifães, na freguesia da cidade da Maia, nas obras de valorização do espaço subterrâneo da sua igreja matriz através da sua adaptação a um núcleo de escuteiros – 78.794 €;
- Subsídio atribuído à Associação Humanitária "Bombeiros Voluntários de Pedrouços", tendo em vista a comparticipação nas despesas de elaboração dos projetos de construção do seu novo quartel – 60.712 €;
- Comparticipação à Fabrica Igreja Paroquial Freguesia de S. Miguel de Barreiros na construção e instalação do órgão de tubos na Igreja Nossa Sr.^a da Maia – 50.000 €;
- Comparticipação financeira à Associação de Solidariedade Social "o Amanha da Criança" para aquisição de uma viatura – 48.952 €;
- Comparticipação financeira à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santa Maria de Nogueira para as obras de requalificação da residência paroquial de Nogueira – 33.807 €;
- Subsídio à Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental da Maia para realização de melhorias na empreitada de construção do lar residencial, centro de atividades ocupacionais e serviço de apoio domiciliário, na freguesia de Vila Nova da Telha – 25.000 €;
- Concessão de benefício público à Fábrica de Igreja Paroquial de S. Cosme e Damião de Gemunde para as obras de restauro na Igreja Paroquial de Gemunde – 25.000 €;

- Subsídio à Fábrica de Igreja Paroquial da Freguesia de Santa Maria de Vila Nova da Telha, com o objetivo de auxiliar nas despesas a realizar nos restauros necessários do órgão da sua igreja – 17.700 €;
- Comparticipação financeira à Associação de Solidariedade Mouta Azenha "ASMAN" para aquisição de uma viatura – 17.654 €;
- Subsídio ao Grupo Desportivo e Cultural de Gueifães para aquisição de uma carrinha de 9 lugares – 15.750 €;
- Apoio financeiro à Fabrica da Igreja Paroquial da Freguesia de S. Pedro Fins para a construção de salas para a catequese – 15.478 €;
- Comparticipação financeira à Santa Casa da Misericórdia da Maia, Instituição Privada de Solidariedade Social para aquisição de uma viatura – 14.525 €;
- Comparticipação financeira à Junta de Freguesia de Nogueira e Silva Escura para aquisição de carrinha de passageiros com 9 lugares, adaptada ao transporte e crianças e idosos – 13.085 €;
- Comparticipação financeira à Associação das Obras Sociais de São Vicente de Paulo para aquisição de uma viatura – 10.392 €;

Para se obter uma perspetiva da evolução das *Transferências de Capital* apresenta-se a seguinte ilustração gráfica.

Gráfico 31

EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL



ATIVOS FINANCEIROS

No exercício de 2019, os *Ativos Financeiros* totalizaram 2.568.593 €, correspondendo-lhe 14,1% do Investimento Global da Autarquia. Para esta execução orçamental muito contribuiu o despendido com o aumento do capital estatutário da empresa municipal Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão de Património E.M., S.A., que ascendeu a 2.330.000 €, sendo que o remanescente destinou-se á participação de 213.593 € no Fundo de Apoio Municipal (FAM) e ao pagamento da quota anual à *Fundação de Serralves* na qualidade de fundador no montante de 25.000 €.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

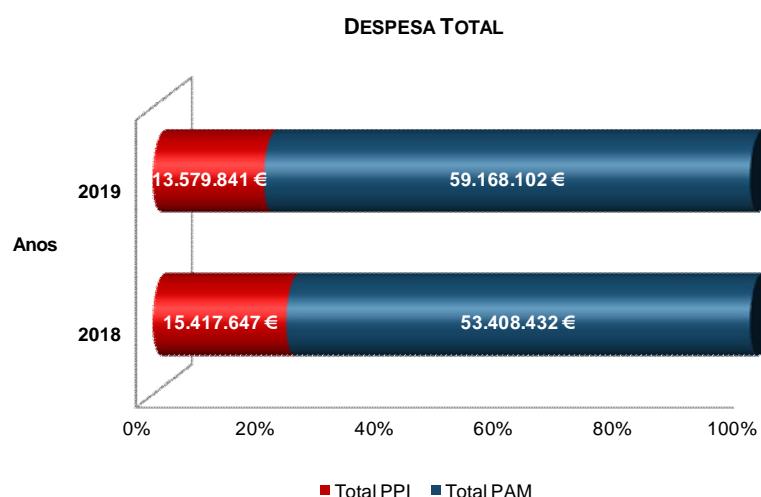
No município todas as despesas, sejam elas, correntes ou capital estão refletidas nas Grandes Opções do Plano (GOP), as quais justificam, segundo uma ótica funcional, a distribuição dos recursos financeiros do município.

As GOP integram dois tipos de planos: o *Plano Plurianual de Investimentos* (PPI), onde se incluem todos os projetos de investimento realizados com a aquisição de bens de capital, e as *Atividades Mais Relevantes* (PAM), que integram todas as restantes despesas correntes, mas também de capital que não estejam inseridas no PPI.

As Grandes Opções do Plano (GOP) constituem assim um documento onde estão vertidas todas as opções e decisões estratégicas do município.

Numa primeira análise e tendo como referência o Gráfico 32, conclui-se que o montante global da despesa aumentou apesar de uma diminuição dos montantes alocados aos projetos de investimento (PPI). Verifica-se assim que o peso do investimento no montante global da despesa realizada teve um decréscimo não só pela sua diminuição, mas também pelo aumento da despesa realizada em termos das *Atividades Mais Relevantes*.

Gráfico 32



Através do Quadro seguinte, procura-se desagregar a informação do gráfico demonstrando quais as funções e subfunções que mais contribuíram para os valores de nova despesa faturada bem como o seu peso no seio das GOP. O referido quadro ainda permite a verificação das taxas de execução em matérias de pagamentos e execução versus orçado.

Quadro 41

Classificação Funcional	GRANDES OPCÕES DO PLANO									
	2018		2019							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	% Total GOPs	Pago	Tx Execução	Tx de Variação %	
Funções Gerais:	195.491	25.374.790	31.827.110	121.351	28.284.697	38,9%	28.198.476	89,3%	99,3%	11,5%
Serviços Gerais de Administração Pública	195.491	25.100.941	31.385.360	121.351	27.949.593	38,4%	27.863.372	89,4%	99,3%	11,3%
Segurança e Ordens Públicas	0	273.849	441.750	0	335.104	0,5%	335.104	75,9%	100,0%	22,4%
Funções Sociais:	137.096	20.105.004	35.358.559	29.141	27.033.537	37,2%	26.950.101	76,5%	99,6%	34,5%
Educação	3.766	6.703.237	12.902.148	6.431	10.779.150	14,8%	10.767.512	83,6%	99,8%	60,8%
Saúde	0	256.886	33.101	0	6.887	0,0%	6.887	20,8%	100,0%	-97,3%
Segurança e Ação Sociais	942	1.537.052	1.958.854	0	1.504.412	2,1%	1.503.059	76,8%	99,9%	-2,1%
Habitação e Serviços Colectivos	132.388	6.536.084	13.570.923	11.306	9.470.757	13,0%	9.402.328	69,9%	99,2%	44,9%
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	0	5.071.743	6.893.533	11.404	5.272.331	7,2%	5.270.315	76,6%	99,7%	4,0%
Funções Económicas:	228.957	16.809.001	18.099.995	37.355	9.539.608	13,1%	9.557.819	52,9%	99,8%	-43,2%
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e	0	0	5.000	0	0	0,0%	0			
Indústria e energia	228.957	2.919.751	4.901.223	34.895	2.837.731	3,9%	2.859.367	58,6%	99,5%	-2,8%
Transportes e Comunicações	0	2.684.752	9.698.073	0	3.472.280	4,8%	3.467.600	35,8%	99,9%	29,3%
Comércio e Turismo	0	383.794	673.873	2.460	529.306	0,7%	530.561	78,9%	99,8%	37,9%
Outras Funções Económicas	0	10.820.704	2.821.826	0	2.700.291	3,7%	2.700.291	95,7%	100,0%	-75,0%
Outras Funções:	0	6.537.284	7.966.790	0	7.890.101	10,8%	7.890.101	99,0%	100,0%	20,7%
Operações da Dívida Autárquica	0	5.713.486	6.875.890	0	6.844.271	9,4%	6.844.271	99,5%	100,0%	19,8%
Transferências entre Administrações	0	823.798	1.045.900	0	1.045.830	1,4%	1.045.830	100,0%	100,0%	27,0%
Outras não especificadas	0	0	45.000	0	0	0,0%	0	0,0%		
TOTAL	561.544	68.826.079	93.252.453	187.847	72.747.943	100,0%	72.596.497	78,2%	99,5%	5,7%
Facturada Total		69.387.623			72.935.790					5,1%

Un. Euros

Nota: Faturada Transitada atualizada tendo em conta os movimentos de estoque efectuados no ano de 2018 e 2019, que na sua génese respeitam a faturação do ano anterior

Examinando a informação constante do quadro anterior conclui-se que o total de nova despesa realizada somou 72.747.943 €, refletindo um aumento de (+) 5,7% em comparação com período homólogo, variação que é ligeiramente superior à registada na faturação total que ao atingir 72.935.790 €, cresceu (+) 5,1 %, consequência direta da faturação transitada ter diminuído para os 187.847 €.

Em linha com exercícios anteriores, permanecem com maior relevo as *Funções Gerais* com 28.284.697 € que abrangem 38,9% da nova despesa faturada. Logo a seguir posicionam-se as *Funções Sociais* com 27.033.537 € e um peso de 37,2%, o que espelha um aumento de (+) 34,5% contra os (+) 11,5% das *Funções Gerais*.

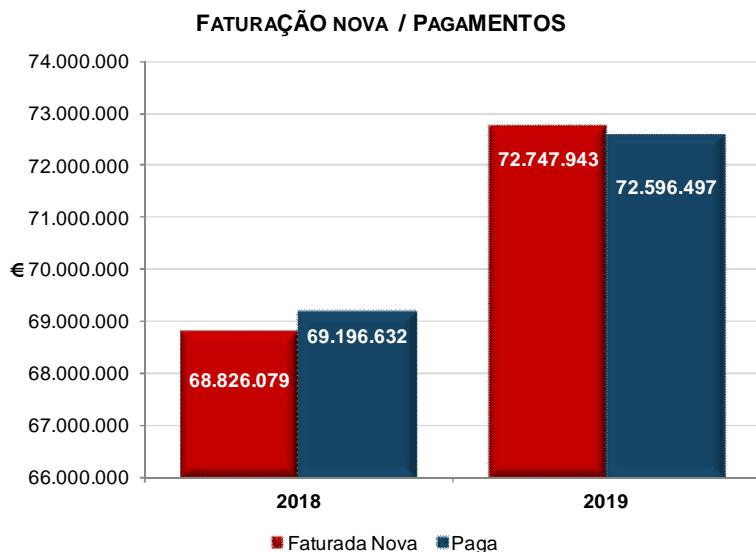
Com a mesma tendência, as *Outras Funções* viram o seu valor de nova despesa faturada passar para os 7.890.101 o que representou um aumento de (+) 20,7%.

Contrariando a tendência das outras funções, as *Funções Económicas* caíram (-) 43,2% e viram o seu peso nas GOP representar apenas 13,1%. Esta diminuição resulta do facto de em 2018 ter sido inserida nesta função a despesa com a reversão do fundo de investimento imobiliário fechado Maia Golfe no valor de 8.876.880 €.

No que concerne ao volume de pagamentos estes acompanharam a evolução da nova despesa faturada, permitindo uma taxa de execução na casa dos 99,5%. O total de pagamentos atingiu um valor de

72.596.497 €, ligeiramente inferior ao volume de nova faturação que atingiu os 72.747.943 € conforme demonstra o Gráfico 33.

Gráfico 33



De modo a demonstrar a proveniência dos valores obtidos e quais as áreas que absorveram os recursos financeiros do município analisar-se-á de seguida as diversas funções e subfunções que compõem as GOP, destacando os projetos realizados. Considerando que área do investimento é analisada em capítulo próprio, a análise seguinte focar-se-á mais nas *Atividades Mais Relevantes* ainda que pontualmente se mencione algumas informações sobre o investimento. É através desta análise que se vai conseguir vislumbrar as áreas que o município considera mais relevantes no seguimento dos seus objetivos e no seguimento das suas linhas orientadoras e estratégicas.

Numa primeira fase apresenta-se o Quadro 42 que não é mais do que um reflexo do total da faturação e pagamentos distribuídos pelas funções e subfunções que compõem as GOP. Deste modo é visível o peso de cada função e subfunção no orçamento municipal diferenciando a nova faturação de faturação transitada bem como os pagamentos associados. Permite ainda demonstrar quais as funções que foram alvo de maior investimento através da separação da faturação referente a cada tipo de plano, PPI ou PAM.

Quadro 42

Classificação Funcional	GRANDES OPÇÕES DO PLANO												% Total GOPs	% Pago/Fat
	PPI				PAM				GOPS					
	Fat Transitada	Fat Nova	TOTAL	PAGO	Fat Transitada	Fat Nova	TOTAL	PAGO	Fat Transitada	Fat Nova	TOTAL	PAGO		
1. Funções Gerais:	0	1.080.431	1.080.431	1.075.389	121.351	27.204.266	27.325.617	27.123.087	121.351	28.284.697	28.406.048	28.198.476	38,9%	99,3%
1.1. Serviços Gerais de Administração Pública	0	1.026.657	1.026.657	1.021.616	121.351	26.922.936	27.044.287	26.841.756	121.351	27.949.593	28.070.945	27.863.372	38,4%	99,3%
1.1.1. Administração Geral	0	1.026.657	1.026.657	1.021.616	121.351	26.922.936	27.044.287	26.841.756	121.351	27.949.593	28.070.945	27.863.372	38,4%	99,3%
1.2. Segurança e Ordens Públicas	0	53.773	53.773	53.773	0	281.330	281.330	281.330	0	335.104	335.104	335.104	0,5%	100,0%
1.2.1. Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	0	13.587	13.587	13.587	0	272.418	272.418	272.418	0	286.006	286.006	286.006	0,4%	100,0%
1.2.2. Polícia Municipal	0	40.186	40.186	40.186	0	8.912	8.912	8.912	0	49.098	49.098	49.098	0,1%	100,0%
2. Funções Sociais	10.305	9.246.500	9.256.805	9.203.926	18.836	17.787.036	17.805.872	17.746.175	29.141	27.033.537	27.062.678	26.950.101	37,2%	99,6%
2.1. Educação	2.974	5.185.658	5.188.633	5.175.434	3.457	5.593.492	5.596.949	5.592.079	6.431	10.779.150	10.785.581	10.767.512	14,8%	99,8%
2.1.1. Ensino não Superior	2.974	5.165.015	5.167.989	5.154.790	3.457	4.199.165	4.202.622	4.197.752	6.431	9.364.181	9.370.612	9.352.543	12,9%	99,8%
2.1.2. Serviços Auxiliares de Ensino	0	20.643	20.643	20.643	0	1.394.326	1.394.326	1.394.326	0	1.414.970	1.414.970	1.414.970	1,9%	100,0%
2.2. Saúde	0	0	0	0	0	6.887	6.887	6.887	0	6.887	6.887	6.887	0,0%	100,0%
2.2.1. Serviços Individuais de saúde	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	100,0%
2.2.2. Saúde Pública	0	0	0	0	0	6.887	6.887	6.887	0	6.887	6.887	6.887	0,0%	100,0%
2.3. Segurança e Ação Sociais	0	0	0	0	0	1.504.412	1.504.412	1.503.059	0	1.504.412	1.504.412	1.503.059	2,1%	99,9%
2.3.2. Ação Social	0	0	0	0	0	1.504.412	1.504.412	1.503.059	0	1.504.412	1.504.412	1.503.059	2,1%	99,9%
2.4. Habitação e Serviços Coletivos	0	3.030.683	3.030.683	2.991.003	11.306	6.440.074	6.451.380	6.411.326	11.306	9.470.757	9.482.063	9.402.328	13,0%	99,2%
2.4.1. Habitação	0	0	0	0	0	2.614.358	2.614.358	2.614.358	0	2.614.358	2.614.358	2.614.358	3,6%	100,0%
2.4.2. Ordenamento do Território	0	2.492.338	2.492.338	2.492.338	0	336.900	336.900	336.900	0	2.829.238	2.829.238	2.829.238	3,9%	100,0%
2.4.5. Resíduos Sólidos	0	0	0	0	0	1.399.680	1.399.680	1.399.680	0	1.399.680	1.399.680	1.399.680	1,9%	100,0%
2.4.6. Proteção do Meio Ambiente e Conserv. da Natureza	0	538.345	538.345	498.665	11.306	2.089.136	2.100.443	2.060.388	11.306	2.627.481	2.638.787	2.559.053	3,6%	97,0%
2.5. Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	7.331	1.030.159	1.037.490	1.037.490	4.073	4.242.172	4.246.245	4.232.825	11.404	5.272.331	5.283.735	5.270.315	7,2%	99,7%
2.5.1. Cultura	0	545.559	545.559	545.559	774	1.198.362	1.199.137	1.187.013	774	1.743.921	1.744.695	1.732.572	2,4%	99,3%
2.5.2. Desporto, Recreio e Lazer	7.331	450.906	458.237	458.237	3.299	2.902.963	2.906.262	2.906.262	10.629	3.353.869	3.364.498	3.364.498	4,6%	100,0%
2.5.3. Outras Actividades Cívicas e Religiosas	0	0	0	0	0	67.700	67.700	67.700	0	67.700	67.700	67.700	0,1%	100,0%
2.5.4. Juventude	0	33.695	33.695	33.695	0	53.811	53.811	53.811	0	87.506	87.506	87.506	0,1%	100,0%
2.5.5. Relações Internacionais	0	0	0	0	0	19.336	19.336	18.039	0	19.336	19.336	18.039	0,0%	93,3%
3. Funções Económicas:	0	3.252.910	3.252.910	3.249.577	37.355	6.286.698	6.324.053	6.308.242	37.355	9.539.608	9.576.963	9.557.819	13,1%	99,8%
3.1. Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	100,0%
3.1.2. Zonas Rurais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	100,0%
3.2. Indústria e energia	0	326.782	326.782	325.964	34.895	2.510.949	2.545.844	2.533.403	34.895	2.837.731	2.872.626	2.859.367	3,9%	99,5%
3.2.1. Indústria	0	8.836	8.836	8.836	34.895	2.492.671	2.527.566	2.515.125	34.895	2.501.507	2.536.402	2.523.961	3,4%	99,5%
3.2.2. Infraestruturas Eléctricas	0	3.765	3.765	2.947	0	0	0	0	0	3.765	2.947	0,0%	78,3%	
3.2.3. Rationalização Energética	0	314.182	314.182	314.182	0	18.278	18.278	18.278	0	332.459	332.459	332.459	0,5%	100,0%
3.3. Transportes e Comunicações	0	2.925.759	2.925.759	2.923.244	0	546.521	546.521	544.356	0	3.472.280	3.472.280	3.467.600	4,8%	99,9%
3.3.1. Transportes rodoviários	0	2.446.485	2.446.485	2.443.970	0	498.722	498.722	496.557	0	2.945.207	2.945.207	2.940.527	4,0%	99,8%
3.3.2. Transportes aéreos	0	1.052	1.052	1.052	0	0	0	0	0	1.052	1.052	1.052	0,0%	100,0%
3.3.4. Mobilidade Sustentável	0	478.222	478.222	478.222	0	47.799	47.799	47.799	0	526.021	526.021	526.021		
3.4. Comércio e Turismo	0	369	369	369	2.460	528.937	531.397	530.192	2.460	529.306	531.766	530.561	0,7%	99,8%
3.4.1. Mercados e Feiras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	100,0%
3.4.2. Turismo	0	369	369	369	2.460	528.937	531.397	530.192	2.460	529.306	531.766	530.561	0,7%	99,8%
3.5. Outras Funções Económicas	0	0	0	0	0	2.700.291	2.700.291	2.700.291	0	2.700.291	2.700.291	2.700.291	3,7%	100,0%
3.5.2. Defesa do Consumidor	0	0	0	0	0	9.555	9.555	9.555	0	9.555	9.555	9.555	0,0%	100,0%
3.5.3. Novas Tecnologias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	
3.5.4. Ativos Financeiros	0	0	0	0	0	2.690.736	2.690.736	2.690.736	0	2.690.736	2.690.736	2.690.736	3,7%	100,0%
3.5.5. Atividades Económicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	
4. Outras Funções:	0	0	0	0	0	7.890.101	7.890.101	7.890.101	0	7.890.101	7.890.101	7.890.101	10,8%	100,0%
4.1. Serviço da dívida autárquica.	0	0	0	0	0	6.844.271	6.844.271	6.844.271	0	6.844.271	6.844.271	6.844.271	9,4%	100,0%
4.2. Transferências entre administrações	0	0	0	0	0	1.045.830	1.045.830	1.045.830	0	1.045.830	1.045.830	1.045.830	1,4%	100,0%
4.3. Diversas não especificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	
4.3.1. Aquisição de propriedades	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	
4.3.2. Propriedades diversas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	
	10.305	13.579.841	13.590.146	13.528.893	177.542	59.168.102	59.345.644	59.067.604	187.847	72.747.943	72.935.790	72.596.497	100,0%	99,5%

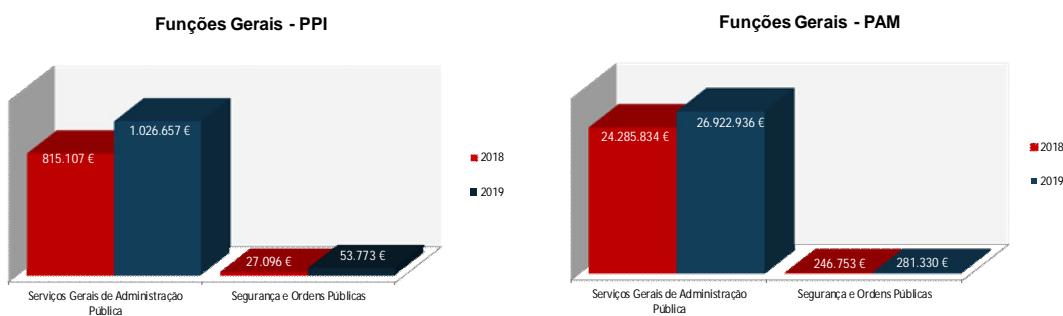
UnEuros

Notas:

(a) Faturada Transitada actualizada tendo em conta movimentos de estorno que se efectuaram em 2019, que na sua génese respeitam a faturação de anos anteriores

FUNÇÕES GERAIS

Gráfico 34



As *Funções Gerais* abrangem uma grande parcela das despesas de funcionamento do município tais como despesas com pessoal (cerca de 60%), energia elétrica, água, gás, entre outras que estão incluídas na subfunção *Serviços Gerais da Administração Pública* e também a despesa realizada com o Serviço Municipal de Policia, Serviço Municipal de Proteção Civil e apoios a entidades com os mesmos fins, englobada na subfunção *Segurança e Ordens Públicas*. Excluem-se, no entanto, as despesas similares, mas que se encontram associados a projetos específicos e que estão inseridas noutras funções.

No ano de 2019 esta função ao totalizar 28.284.697 € representou 38,9 % do total da faturação nova com um incremento de (+) 11,5% face a 2018. Pelas razões óbvias a primeira subfunção possui uma maior predominância ao totalizar em 2019 o valor de 27.949.593 €, dos quais 26.922.936 respeitam às *Atividades Mais Relevantes* e 1.026.657 € a Investimento (PPI). Já na segunda subfunção o valor na nova faturada atingiu um valor de 335.104 €, sendo 281.330 referente às *Atividades Mais Relevantes* (PAM) e 53.773 € referente a investimento (PPI).

O investimento nesta função reporta-se essencialmente a aquisição e ou conservação de equipamentos informáticos, equipamento administrativos bem como a obras de conservação e/ou manutenção de edifícios centrais tais como o edifício dos Paços do Concelho e Torre do Lidor. A análise do investimento encontra-se mais detalhada no capítulo do *Investimento Global*.

Considerando que a maior parte da despesa incluída nesta função encontra-se refletida nas *Atividades Mais Relevantes* e reporta-se a despesas de carácter regular e permanente, insere-se um quadro ilustrativo dos projetos que mais contribuíram para o total de nova despesa realizada.

Quadro 43

Funções Gerais do Plano de Atividades Mais Relevantes Projetos com maior volume de faturação			
	2018	2019	Variação
1 - Despesas com Pessoal das Funções Gerais (a) (b) (c)	14.676.244	15.423.149	746.905
2 - Reembolsos e restituições, encargos de liquidação de cobrança de receita e retenções de fundos municipais.	1.216.332	2.764.499	1.548.167
3 - Consumo de Energia Elétrica.	1.550.519	1.487.354	-63.165
4 - Contratualização de Serviços de Vigilância e Segurança de instalações.	851.612	856.050	4.438
5 - Aquisição de serviços de carácter corrente.	536.835	712.695	175.860
6 - Aquisição de bens de carácter corrente.	548.051	599.183	51.132
7 - Contratos de manutenção e licenças de programas informáticos.	353.261	484.834	131.573
8 - Consumo de Água.	505.680	477.424	-28.256

Un:Euros

(a) engloba as despesas com Orgãos da Autarquia, Departamentos e classes inativas, incluindo despesas de representação, transportes e outras, bem como as despesas com o Gabinete Técnico Florestal.

(b) não engloba as despesas com pessoal que estejam enquadradas em projeto específico (PAM), e que estão refletidas noutras funções..

c) embora enquadradas nas funções gerais não inclui, encargos com seguros e Assembleia municipal

Relevam ainda os seguintes projetos que contribuíram para o valor desta função.

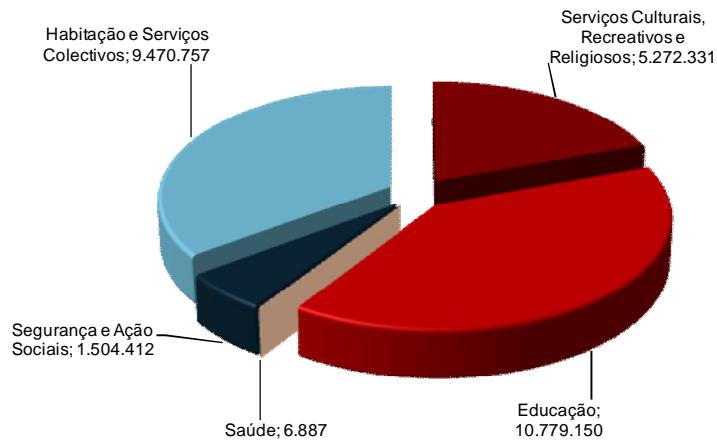
- Serviços técnicos especializados de apoio à atividade autárquica – 459.001€
- Contratualização de Seguros – 411.424 €
- Consumo de Gás Natural e GPL – 403.809 €
- Serviços de Assistência Técnica, Manutenção e Inspeção – 284.478 €
- Contrato de Aluguer Operacional de Viaturas – 277.727 €
- Contratualização de Serviços de Limpeza e Higiene de instalações – 255.959 €
- Aquisição de combustíveis rodoviários – 241.398 €
- Apoios financeiros a conceder à atividade da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moreira da Maia e da Associação Humanitária de Pedrouços – 200.000 €
- Apoios financeiros a conceder às Juntas de Freguesia do Concelho, com vista à aquisição de equipamento ou reequipamento das suas instalações – 172.764 €
- Construção do Edifício Sede da Junta de Freguesia de Milheirós, para sede da Autarquia e para outros serviços de utilização comum, em regime de comparticipação com a Junta de Freguesia referida – 171.815 €
- Serviços de comunicações de dados, circuitos, banda larga e internet – 150.623 €

- Contrato de Prestação de Serviços de Locação Operacional para equipamentos de cópia e impressão – 135.501€;
- Outras despesas correntes – 110.911 €;
- Apoio às obras de beneficiação do edifício sede da junta de freguesia de Pedrouços, que serão levadas a efeito pela respetiva junta de freguesia – 105.735 €;
- Despesas com Pessoal da Assembleia Municipal – 101.776€;
- Contratos de "fornecimento contínuo" de bens e serviços diversos para manutenção do parque de viaturas e máquinas especiais – 95.988 €;
- Construção do Edifício Sede da Junta de Freguesia de Nogueira para sede da Autarquia e para outros serviços de utilização comum, em regime de comparticipação com a Junta de Freguesia referida – 88.486 €;
- Encargos com condomínios, arrendamentos ou retribuições de utilização de edifícios e outros equipamentos – 76.470 €;
- Aquisição de serviços na área de telecomunicações – 75.308 €;

FUNÇÕES SOCIAIS

Gráfico 35

ESTRUTURA DAS FUNÇÕES SOCIAIS 2019



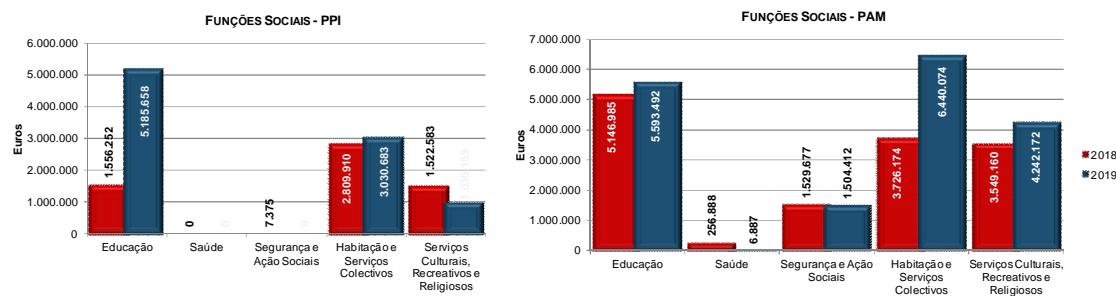
As *Funções Sociais* com um total de nova despesa faturada de 27.033.537 € foi a rubrica que registou o maior aumento, (+) 37,2%. Dentro desta função são as subfunções *Educação* e *Habitação e Serviços Colectivos* que tem maior relevância com um volume de faturação respetivamente de 10.779.150 € e

9.470.757 €. A esta relevância não é alheio o facto de estarem aqui inseridas algumas das mais importantes atividades desenvolvidas pelo município, como, por exemplo, a educação, o ordenamento do território que inclui o saneamento básico e habitação entre outras. De referir que estas subfunções representam respetivamente 14,8% e 13% do total das GOP.

Com um valor de 5.272.331 € de faturação nova, a subfunção *Serviços Culturais Recreativos e Religiosos* apesar de não ser a que mais contribui para esta função, possui ainda assim alguma relevância material, é nesta subfunção que se inserem os mais variados eventos desportivos culturais e recreativos organizados pelo município.

No Gráfico 36 ilustra-se a proveniência dos valores obtidos em termos de faturação no PPI e no PAM.

Gráfico 36



A concorrer para o aumento verificado nas *Funções Sociais*, apresenta-se com maior significado o investimento realizado na subfunção *Educação* que teve um volume de nova despesa faturada de 5.185.658 €. Este investimento foi realizado essencialmente na beneficiação e/ou requalificação e modernização das EB1 e EB2, estando a análise a estes investimentos mais detalhada no capítulo do *Investimento Global* na rubrica *Edifícios*.

Logo a seguir posicionam-se as despesas provenientes das Atividades Mais Relevantes com particular destaque para a *Habitação e Serviços Coletivos* cuja nova despesa faturada quase duplicou ao totalizar 6.440.074 € contra os 3.726.174 € verificados no ano anterior. Com impacto menos significativo, também subiram de valor as subfunções *Educação* e *Serviços Culturais Recreativos e Religiosos* ao registarem nova despesa faturada de 5.593.492€ e 4.242.172 € respetivamente. Já a área de *Segurança e Ação Sociais* manteve praticamente o seu valor com 1.504.412 €, ao contrário da *Saúde* que ao somar 6.887 €, reduz em relação ao ano transato.

Considerando a relevância da subfunção *Educação* apresenta-se o quadro seguinte com os projetos (PAM) que a integram.

Quadro 44

Funções do Plano de Atividades Mais Relevantes Educação				
	2018	2019	variação	
1 -Programa de expansão e desenvolvimento da Educação Pré-Escolar	1.983.978	2.215.952	231.974	
2 - Fornecimento de refeições aos alunos do EB1 e do ensino Pré-escolar	1.444.345	1.394.326	-50.019	
3 - Programa de Enriquecimento Curricular e Serviço de Apoio à Família	1.310.513	1.372.369	61.856	
4 - Projeto INEDIT.MAIA Inclusão pela educação Investimos em Ti.	21.593	204.429	182.836	
5 - Serviço de Transportes Escolares	160.832	147.562	-13.270	
6 - Subsídio para aquisição de material didático, pedagógico, audiovisual e comunicações com vista ao funcionamento da Componente Letiva do EB1	83.265	77.725	-5.540	
7 - Projeto "Maia Crescer com a Ciência": Protocolo de cooperação entre o Município, o "IPATIMUP" e a "BIAL Portela & Cª., S.A".	25.000	50.000	25.000	
8 - Programa de Ação Social Escolar no EB1	64.645	42.698	-21.947	
9 - Subsídio para aquisição de material didático, pedagógico, audio-visual e comunicações com vista ao funcionamento da Componente Letiva do Pré-Escolar.	23.764	23.547	-217	
10 - Programa "Maia: a força da educação está no nosso coração"	18.476	20.070	1.595	
11 - Contrato de consultadoria em Serviços de Educação.		15.840	15.840	
12 - COM SENTIDOS Programa de apoio aos Centros de Apoio à Aprendizagem.		14.670	14.670	
13 - Projeto "À Barca, À Barca".		5.912	5.912	
14 - Realização da QUALIFICA Feira de Educação, Formação, Juventude e Emprego.	295	3.974	3.678	
15 - Programa de Educação Financeira "No Poupar Está o Ganho", a levar a efeito em escolas do EB1 e em parceria com a Fundação Dr. António Cupertino de Miranda.	4.800	2.400	-2.400	
16 - SUPERTABi Encontro de inovação pedagógica.		2.017	2.017	
17 - Contratualização de serviços de manutenção de edifícios escolares.	4.533		-4.533	
18 - Plano Municipal de Prevenção do Absentismo e Abandono Escolar.	946		-946	
Total	5.146.985 €	5.593.492 €	446.507 €	

Un:Euros

No domínio da *Habitação e Serviços Coletivos* que arrecadou um total de 9.470.757 €, surge com maior materialidade a componente da despesa nas Atividades Mais Relevantes com 6.440.074 €, que aumenta em relação a período homólogo (+) 72,83 %, enquanto a parcela do investimento se materializa em 3.030.683 €, ditando uma subida de (+) 7,86%.

Grande parte deste investimento foi direcionado para projetos de reabilitação urbana, que se encontram refletidos na subfunção *Ordenamento do Território* (2.492.338 €).

Por outro lado, o incremento ao nível das Atividades Mais Relevantes foi sobretudo influenciado pela participação à "Espaço Municipal, E.M" em razão de contratos programa celebrados com Município que atingiram 2.614.358 €.

Para além deste projeto destacam-se ainda os seguintes:

- Contrato de gestão delegada celebrado com a "Maiambiente, E.M." – 1.399.680 €
- Comparticipação para investimentos na LIPOR Serviço Intermunicipalizado de Tratamento de Lixos da Região do Porto, conforme o deliberado pela Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios referida – 798.202 €;
- Contratos celebrados ou a celebrar com Empresas da especialidade para a construção e/ou manutenção de diversos espaços ajardinados espalhados pelo Concelho – 665.404 €;
- Programa de redução ou eliminação de combustível vegetal de terrenos florestais e não florestais municipais bem como das faixas laterais da rede viária municipal – 268.364 €;
- Contratos com empresas da especialidade com vista à manutenção de parques infantis e geriátricos – 89.748 €;
- Serviços de Consultadoria na área de Planeamento e Projeto – 85.080 €
- Alteração/Revisão do Plano Diretor Municipal da Maia – 81.531 €
- Realização do "Hortíssima, Sorrir é na Maia" – 72.202 €
- Plano de comunicação acerca dos riscos associados às alterações climáticas – 54.976 €
- Comparticipação no equipamento e em outros trabalhos do Parque Zoológico da Maia, iniciativa da respetiva Junta de Freguesia – 50.000 €
- Plano de Comunicação e participação da ARU da Maia – 42.958 €

A nova despesa adstrita aos *Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos* no exercício de 2019 atingiu 5.272.331 € o que representou um aumento de (+) 4,0%. Deste valor 1.030.159 € reporta-se a novo investimento que se encontra comentado no capítulo do *Investimento Global*, destacando-se aqui apenas o projeto de Construção da "Casa da Música de Moreira" tendo em vista acolher, em particular, a "Associação Banda de Música de Moreira da Maia", na freguesia de Moreira, que representou 410.409 €.

Ao nível das Atividades Mais Relevantes verificou-se um ligeiro aumento totalizando 4.242.172 €, onde se encontram repartidos por duas grandes áreas desporto e cultura. No âmbito da primeira destacam-se os seguintes projetos:

- Maia Desporto para Todos – 1.464.327 €;
- Apoios a Associações e Coletividades com vista ao financiamento de suas atividades – 1.181.535€;
- Encargos com as inscrições de Jovens Praticantes de Associações e Coletividades da Maia Protocolo com as Associações Distritais – 107.155 €;

-
- Comparticipações decorrentes de acordos de cedência de instalações desportivas a Associações suas utilizadoras – 83.161 €;
 - Atividades no Complexo Desportivo Municipal da Quinta da Gruta – 48.035 €

Já na área da cultura os projetos que contribuíram para a nova despesa verificada foram:

- Comemoração dos 500 anos do "Foral da Maia" Cinco Centos – 278.443 €;
- Contrato de Prestação de Serviços a celebrar entre o Município da Maia e a "Fundação do Conservatório de Música da Maia", no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Artístico e Fomento da Cultura Musical para o Concelho da Maia – 184.623 €;
- Bienal da Maia – 146.384 €
- Festival Internacional de Teatro Cómico: "Teatro Cómico Maia" – 130.000 €
- Apoios a Associações e Coletividades Culturais ou Recreativas, com vista ao financiamento de suas atividades – 104.832 €
- Realização do evento Maia Techno Symphonic – 52.275 €;
- MaiaFestMusic Meeting – 52.300€
- Mês da Arquitetura – 32.310 €;
- Feira do Livro da Maia – 28.073 €
- Realização de espetáculos e concertos -27.343 €;
- Atividades do Centro Documental e de Interpretação Urbana Arquiteto João Álvaro Rocha – 23.409€,
- Contratos e parcerias com entidades produtoras de eventos culturais – 21.115 €;
- WordPressPhoto – 20.143 €;
- Aquisição de fundos bibliográficos com destino à Biblioteca Municipal – 16.680 €;
- Edição, produção gráfica e distribuição de materiais de divulgação – 13.812 €
- Atividades a levar a efeito no âmbito do CENTR'ARTE -12.054 €

As restantes rubricas desta subfunção, *Outras Atividades Cívicas e Religiosas, Juventude e Relações Internacionais* representaram um total de 174.542 € de nova despesa faturada.

A subfunção, *Segurança e Ação Sociais*, que engloba um conjunto de atividades de carácter social, manteve a nova despesa faturada, exclusivamente inserida nas Atividades Mais Relevantes, em níveis próximos do ano anterior. Do valor de 1.504.412 € de nova despesa faturada destacam-se os seguintes projetos desenvolvidos:

- Fundo de Solidariedade Municipal Apoio financeiro em situações de exceção ou emergência social – 224.939 €;
- Apoio à realização das Festas em Honra da Nossa Senhora do Bom Despacho – 200.000 €;
- GAIL - Gabinetes de Atendimento Integrado Local – 152.867 €;

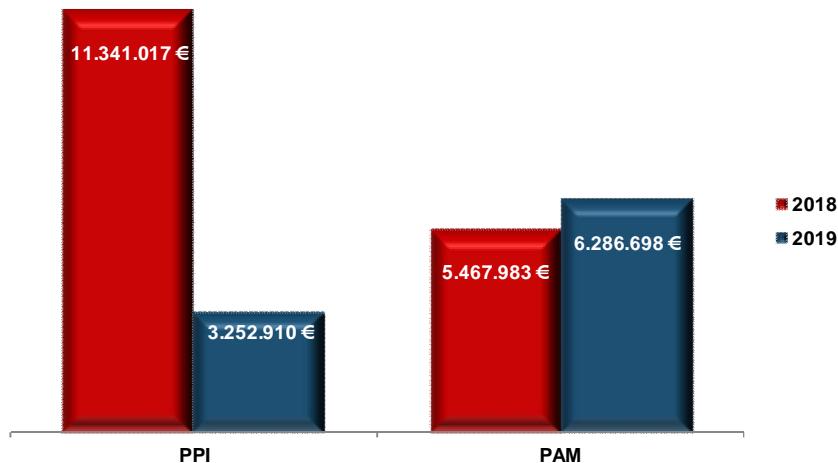
-
- Apoio às obras de adaptação de edifício destinado a Creche a ser levado a efeito pela Santa Casa da Misericórdia da Maia, à Ponte de Moreira, na Freguesia de Moreira – 150.000 €;
 - Apoio a obras de construção, reconstrução, ampliação e ou adaptação de outros edifícios religiosos, obras levadas a cabo pelas Comissões Fabriqueiras das Fábricas das Igrejas Paroquiais respetivas – 132.415 €;
 - Apoio à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco – 130.489 €;
 - Comparticipação na aquisição de viaturas ou outros equipamentos por parte de Instituições sem fins lucrativos – 93.964 €;
 - GIP - Gabinetes de Inserção Profissional – 59.996 €;
 - Apoio à atividade do Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara e Serviços Municipalizados da Maia – 58.141€;
 - Atribuição de Cabaz de Natal a Famílias carenciadas – 50.490 €;
 - Apoios financeiros a conceder a Instituições Sem Fins Lucrativos que prossigam fins sociais – 41.713 €;
 - Apoio a obras de transformação do Lar Residencial da APPACDM, na freguesia de Vila Nova da Telha – 25.000€;
 - Apoio às obras de beneficiação e restauro da Igreja Paroquial de Gemunde – 25.000€;
 - Projeto de mediadores municipais e interculturais – 24.373€;
 - Apoio à atividade das Conferências Vicentinas – 23.324 €;
 - Projeto de Intervenção Comunitária (Re)Criar Centro de Apoio à Comunidade – 20.630 €;
 - Serviço Integrado de Apoio Domiciliário – 18.962 €.

Com um valor meramente residual, a componente da Saúde apresenta despesa nova faturada de 6.887€, destinados quase na íntegra ao projeto designado “*Programa de Saúde Escolar: ações de divulgação e de formação em boas práticas comportamentais junto da comunidade escolar: - Educação alimentar; - Segurança alimentar; Prevenção solar; Saúde e cidadania; Terapia da fala; Educação postural; Gala de saúde escolar*”.

FUNÇÕES ECONÓMICAS

Gráfico 37

FUNÇÕES ECONÓMICAS -EVOLUÇÃO DO PPI E PAM



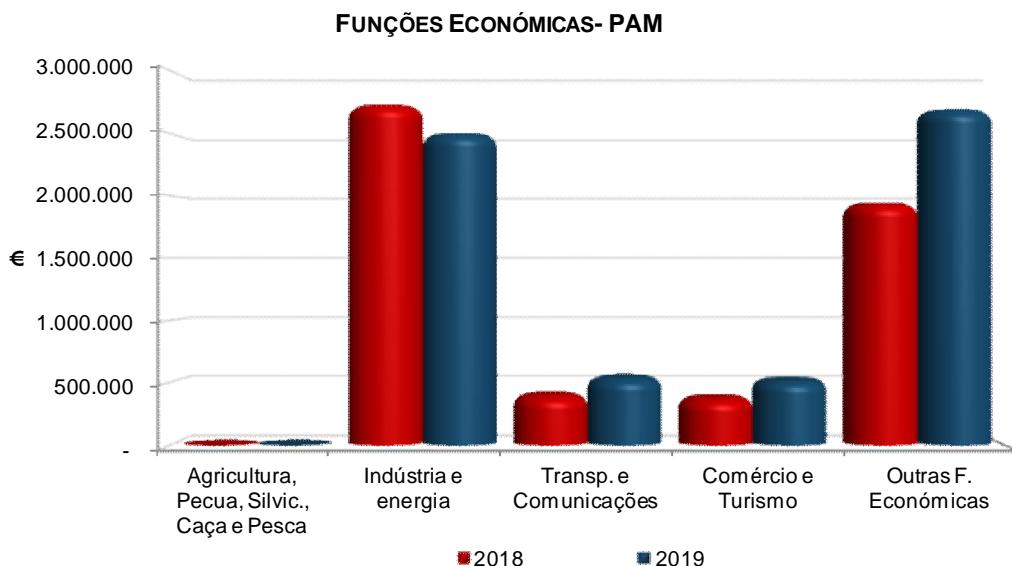
As Funções Económicas no exercício de 2019 atingiram um valor de nova despesa faturada de 9.539.608 €, dos quais 3.252.910 € respeitam a PPI e 6.286.698 € a PAM, o que representa uma diminuição de (-) 43,2% em relação ao ano anterior, consequência do decréscimo do investimento realizado neste âmbito, que deriva do impacto decorrente do facto de em 2018 ter ocorrido a liquidação do fundo de investimento imobiliário fechado (Maia Golfe), no valor de 8.876.880 €, incluída nesta função.

Ao nível do investimento, o valor de 3.252.910 € advém essencialmente da sua subfunção *Transportes e Comunicações* que ascende a 2.925.759 €, onde se encontram os investimentos em infraestruturas rodoviárias e projetos relacionados com a mobilidade sustentável. Estes investimentos são objeto de maior detalhe no capítulo do Investimento Global.

Focando a análise nas *Atividades Mais Relevantes*, verifica-se que as Funções Económicas ao atingirem 6.286.698 € viram o seu valor aumentar (+) 14,97 %. No contexto global desta função assumem maior materialidade as *Outras Funções Económicas* com 2.700.291 € e a *Industria e Energia* com 2.510.949 €, logo seguidas pela nova despesa faturada em *Transportes e Comunicações e Comércio e Turismo*, responsáveis respetivamente por 546.521 € e 528.937 €.

O Gráfico 38 é representativo da evolução destas rubricas.

Gráfico 38



Com maior contributo para o aumento sinalizado no PAM, figuram as *Outras Funções Económicas*, para o que releva o montante desembolsado com o aumento do capital estatutário da empresa municipal Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão de Património E.M., no montante 2.330.000 €. O valor diferencial reporta-se a múltiplos projetos, designadamente:

- Realização do Capital Social do Fundo de Apoio Municipal (FAM) – 213.593 €;
- Encargos com quotizações e outras contribuições relativas a entidades participadas pelo município – 122.143 €
 - Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular;
 - Associação Nacional de Municípios Portugueses;
 - Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R;
 - Área Metropolitana do Porto;
 - Adeporto - Agência de Energia do Porto;
 - Fundação do Desporto;
 - Organização Internacional “Ibero Americana” Coop.Internacional
- Última parcela relativa à adesão à Fundação de Serralves – 25.000 €

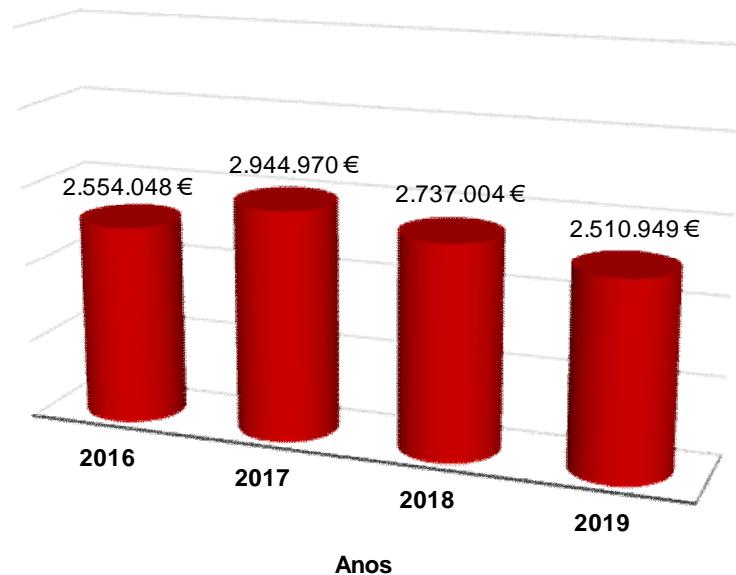
Já ao nível de investimento esta subfunção não registou qualquer montante realizado.

Na alcada da *Indústria e Energia* a nova despesa realizada no âmbito do PAM, no montante de 2.510.949€, é quase na sua totalidade referente à despesa com consumo de energia elétrica nas redes de Iluminação Pública. A este valor soma-se 326.782 € que se reportam a investimento essencialmente realizado com projetos relacionados com medidas de eficiência energética (314.182 €).

Para visualizar a evolução deste encargo com carácter permanente apresenta-se o Gráfico 39.

Gráfico 39

INDÚSTRIA E ENERGIA - PAM



Na componente de *Transportes e Comunicações* para além do valor já mencionado de investimento, incluem-se 546.521 € de despesa corrente que dizem respeito aos seguintes projetos:

- Municipalização dos STCP Sociedade de Transportes Coletivos do Porto – 443.283 €,
- Aquisição de bens e serviços diversos para a manutenção e conservação da sinalização vertical e instalações semafóricas – 33.259 €,
- SEM - Semana Europeia da Mobilidade – 28.570 €,
- Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART) – 22.179 €

Com menos expressividade no cômputo global das GOP, aparece a subfunção *Comércio e Turismo*, cujo valor global em 2019 perfaz 529.306 €, quase todo ele indexado ao PAM, uma vez que registou apenas um valor simbólico em investimento de 369 €. Conforme o nome indica estão aqui englobados os projetos que tem por objetivo dinamizar o turismo e o pequeno comércio local, destacando-se neste âmbito os seguintes projetos:

- Programa de Animação de Natal – 255.956 €,
- Programa "Turismo Séniors": Realização de viagens de convívio dedicadas a pessoas pertencentes à faixa etária da Terceira Idade; viagens a locais nacionais com interesse turístico-cultural – 152.798€,
- Realização da "Feira de Artesanato da Maia" – 84.514 €,
- Realização dos "Fins-de-semana gastronómicos" e eventos de promoção da Gastronomia – 17.405€,
- ANIMAIA - Festival da Criança, no Parque Central da Maia – 10.123€,

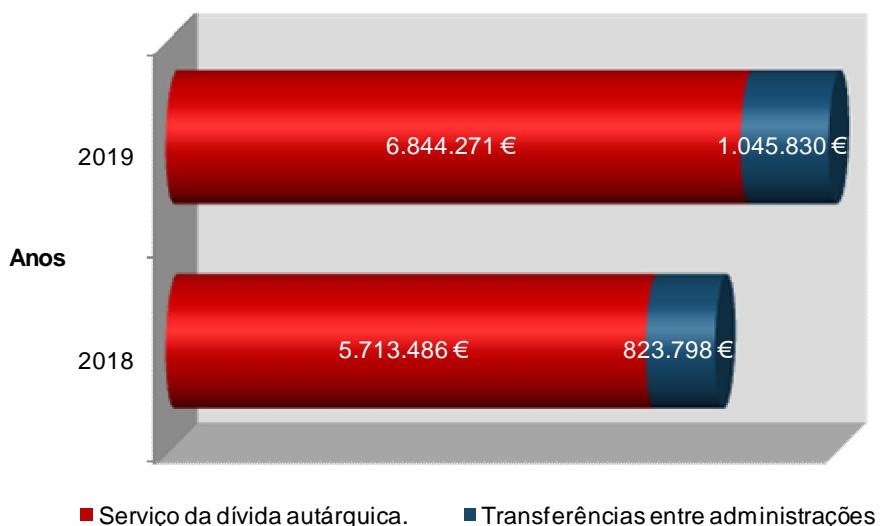
OUTRAS FUNÇÕES

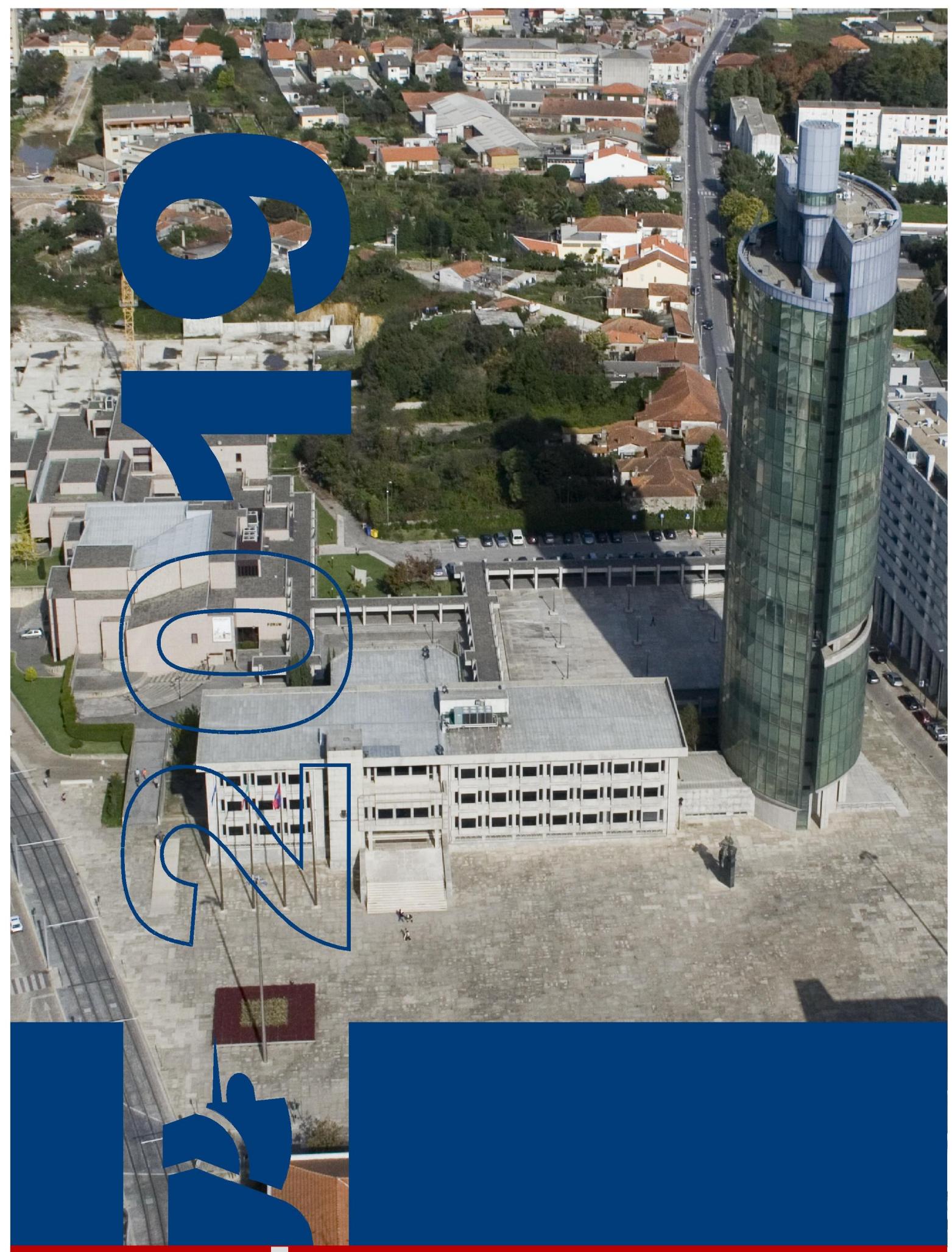
Apesar de representarem apenas 10,8% das GOP, esta função atingiu um volume de nova despesa faturada de 7.890.101 €, o que representou um incremento de (+) 1.352.817 €, onde assume particular relevo o Serviço de Dívida Autárquica que alocou 6.844.271 €. O restante valor 1.045.830 € referente às *Transferências entre Administrações* é claramente dominada pelos acordos de execução realizados as diversas juntas de freguesia.

Estes dois tipos de despesa estão mais detalhadamente analisados nos capítulos destinados ao Endividamento Municipal e Transferências Correntes.

Gráfico 40

OUTRAS FUNÇÕES 2018-2019 - ESTRUTURA PAM





maia
CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO

ENQUADRAMENTO

Na esfera deste capítulo, dedicado à temática do endividamento municipal, a análise apresenta-se estruturada em duas partes distintas mas complementares: endividamento “*Stricto Sensu*” versus “*Lato Sensu*”.

Endividamento - *Stricto Sensu*

Apreciação circunstanciada à evolução do endividamento do município, suportada no seu balanço individual e desconsiderando a influência das entidades participadas pelo Município, em conformidade com os dados constantes nas peças contabilísticas anexas ao presente documento.

Em primeiro lugar é realizada uma abordagem generalizada à evolução da dívida global, procedendo-se ulteriormente a uma avaliação individualizada de cada uma das suas componentes, ao nível de curto e de médio e longo prazo.

Em consequência das implicações decorrentes da recomendação proferida pelo Tribunal de Contas em sede de homologação das contas de gerência dos exercícios de 2004 e 2005, no que diz respeito à operação de antecipação de rendas oportunamente concretizada pela empresa Espaço Municipal, no quadro da evolução da dívida global apresenta-se a análise distribuída em duas etapas, centrada inicialmente nos valores das operações orçamentais retratados na contabilidade patrimonial, a que se segue uma avaliação agregando a dívida de natureza não orçamental procedente da referida operação de antecipação de créditos.

Mantém-se a importância das temáticas em torno da dívida de curto prazo e dos pagamentos em atraso do Município, por força da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, designada como a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), bem como as imposições constantes na Lei do Orçamento de Estado para 2019, e respetivas normas de execução orçamental.

Endividamento - *Lato Sensu*

Conceito orientado para o apuramento do endividamento numa ótica de grupo municipal, de acordo com o previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), na sua redação atual, que é o da dívida total de operações orçamentais do município incluindo os efeitos do endividamento das entidades por si participadas, na proporção da sua participação, observados que sejam os requisitos legalmente fixados

Abrangem-se aqui todas as entidades em que o município participe ou sobre as quais detenha poderes de controlo, independentemente da sua natureza.

Sumariamente, quantifica-se o montante da dívida total de operações orçamentais do Município – grupo municipal – e avalia-se o seu posicionamento face aos limites legais impostos.

ENDIVIDAMENTO *STRICTO SENSU*

Sem prejuízo da estrutura da dívida apresentada no balanço, que atende ao grau de exigibilidade para efeitos de classificação em curto prazo e médio e longo prazo, neste capítulo atendeu-se à sua natureza, isto é, considerou-se como dívida de médio e longo prazo aquela cuja contratação ocorreu para um horizonte temporal superior a um ano.

Com o objetivo de melhorar a leitura dos dados apresentados nos quadros inseridos, confina-se a apresentação do período compreendido entre 2010 e 2015 apenas à sua representação gráfica.

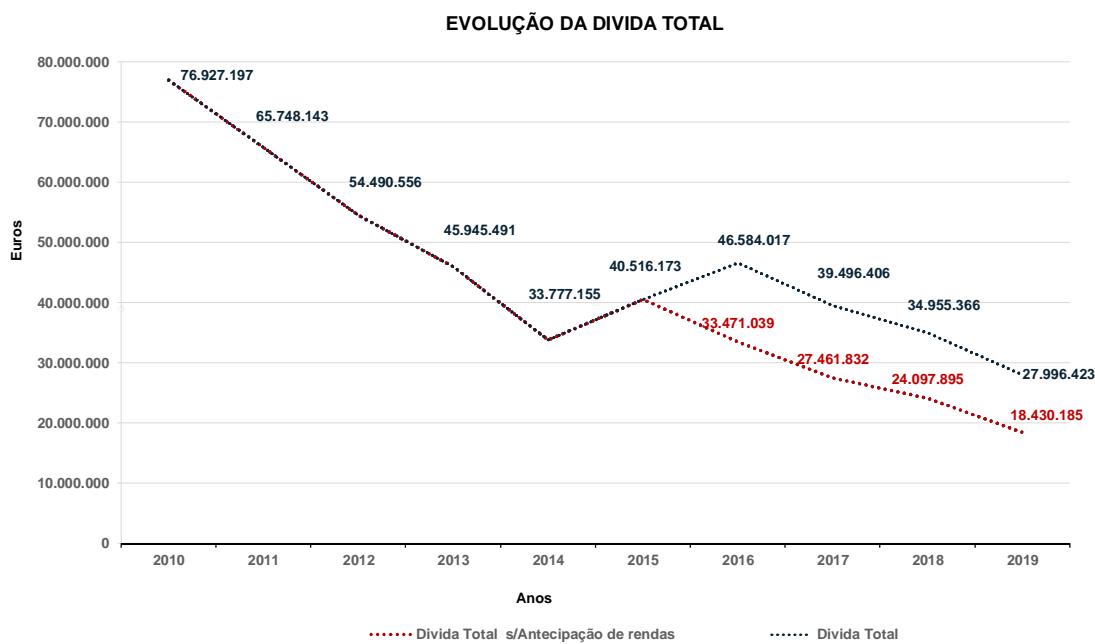
DÍVIDA TOTAL

Quadro 45

	EVOLUÇÃO DA DÍVIDA TOTAL					Variação	
	2015	2016	2017	2018	2019	2019/2018	2019/2010
Dívida de Natureza Orçamental	40.516.173	33.471.039	27.461.832	24.097.895	18.430.185	-5.667.711	-58.497.012
Dívida de Médio e Longo Prazo	36.755.669	29.548.408	23.510.996	20.544.024	14.689.562	-5.854.461	-45.551.934
Dívida de Curto Prazo	3.760.504	3.922.631	3.950.836	3.553.872	3.740.622	186.751	-12.945.078
Dívida de Natureza Não Orçamental	0	13.112.978	12.034.573	10.857.471	9.566.239	-1.291.232	9.566.239
Dívida de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendas	0	13.112.978	12.034.573	10.857.471	9.566.239	-1.291.232	9.566.239
Dívida Total	40.516.173	46.584.017	39.496.406	34.955.366	27.996.423	-6.958.943	-48.930.773
Taxa de crescimento da dívida	20,0%	15,0%	-15,2%	-11,5%	-19,9%		-63,6%
Natureza Orçamental	20,0%	-17,4%	-18,0%	-12,2%	-23,5%		-76,0%
Médio e longo prazo	23,7%	-19,6%	-20,4%	-12,6%	-28,5%		-75,6%
Curto prazo	-7,4%	4,3%	0,7%	-10,0%	5,3%		-77,6%
Natureza Não Orçamental		-	-8,2%	-9,8%	-11,9%		-
Antecipação de Rendas		-	-8,2%	-9,8%	-11,9%		-

Un:Euros

Gráfico 41



Uma breve nota à alteração do registo contabilístico da operação de cessão de créditos das rendas de habitação social celebrada em 2004, reconduzido para o domínio dos empréstimos bancários de médio e longo prazo a partir do exercício de 2016, na sequência do acolhimento da recomendação do Tribunal de Contas, facto amplamente divulgado nos Relatórios de Gestão de anos transatos.

Neste contexto, apresenta-se uma alteração significativa do conteúdo da dívida total de operações orçamentais do município a partir do exercício de 2016, o que fragiliza qualquer análise comparativa que se pretenda coerente, justificando assim uma análise diferenciada à dívida: em primeiro lugar centrada nos valores das operações orçamentais retratados na contabilidade patrimonial, seguindo-se uma avaliação agregando a dívida de natureza não orçamental procedente da dita operação de antecipação de rendas.

Confinando a análise à evolução da dívida do município de natureza orçamental, recorda-se que a diminuição do nível de endividamento do município remonta a 2010, data a partir da qual é visível que a dívida reduz de forma contínua ao longo dos anos, apenas interrompida em 2015, alicerçada num ritmo de reduções anuais significativas num contexto de apertada gestão de disponibilidades, considerando a conjuntura macroeconómica dos últimos anos, que originou quebras de receita significativas.

Alinhado com esta trajetória surge também o fecho de contas de 2019, com a dívida individual do município de natureza orçamental a descer para 18.430.185 €. A este valor corresponde uma redução de (-) 5.667.711€ em relação ao final da gerência de 2018, (-) 23,5%, justificado pelo comportamento da dívida de médio e longo prazo, que reduz (-) 5.854.461 €, parcialmente atenuado pelo aumento de (+) 186.751 € na dívida de curto prazo.

Do total da dívida orçamental do município reportada a 31 de dezembro de 2019, são de natureza de médio e longo prazo 14.689.562 €, e apenas de curto prazo 3.740.622 €, quantias que em relação aos valores apurados no final do ano antecedente, evidenciam, respetivamente, um decréscimo de (-) 28,5% e um aumento de (+) 5,3%, este de somenos importância dada a pouca materialidade da dívida a fornecedores, excluída que seja a dívida de outros credores que está a ser dirimida em sede judicial.

A trajetória de redução mantém-se, ainda que incluído seja o passivo de médio e longo prazo de natureza não orçamental resultante da operação de cessão de créditos das rendas da habitação social (9.566.239€), com a dívida total do município no final de 2019 a diminuir para 27.996.423 €, (-) 6.958.943€ face a 2018, equivalendo-lhe (-) 19,9%.

Sumariamente, os resultados obtidos ao longo destes anos em matéria de endividamento revelam que o Município conseguiu superar com sucesso os desafios impostos pelo contexto macroeconómico de austeridade profunda que caracterizou a última década, como evidenciam os níveis alcançados de redução da dívida na ordem dos (-) 48,9 M€, (-) 64%, passando de 76.927.197 € em 2010 para 27.996.423 € em 31 de dezembro de 2019.

DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

As sucessivas Leis do Orçamento de Estado publicadas desde 2015 preservam a prerrogativa de que o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Ainda pela via das alterações preconizadas pelas Leis do Orçamento de Estado (2016 a 2019) à legislação em vigor, designadamente ao artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, para efeitos do apuramento da dívida total são excluídos determinados tipos de empréstimos em função da sua natureza.

Organiza-se a informação da dívida de médio e longo prazo, diferenciando-se os empréstimos consoante a sua natureza em função do fim a que se destinam, restringindo no decurso da análise a terminologia outrora aplicável neste tipo de relato quanto à sua diferenciação em “releva” ou “não releva” para a capacidade de endividamento municipal.

Quadro 46

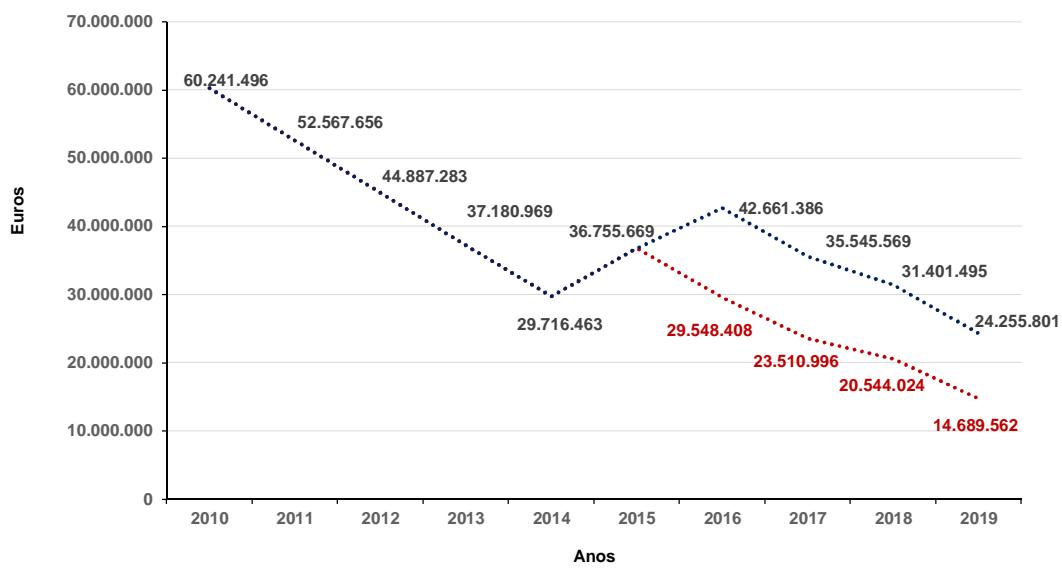
ESTRUTURA DA DIVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO							Variação
	2015	2016	2017	2018	2019	2019/2018	
Divida de Natureza Orçamental	36.755.669	29.548.408	23.510.996	20.544.024	14.689.562	-5.854.461	
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	33.928.222	27.359.613	21.802.253	20.223.634	13.462.766	-6.760.868	
Empréstimos de MLP destinados a fins diversos	19.619.182	14.268.950	9.940.941	9.601.373	4.088.889	-5.512.484	
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 9.200.000 - Aquisição dos Lotes de Terreno n.ºs 1 e 4 à TECMAIA	9.200.000	7.155.556	6.133.333	5.111.111	4.088.889	-1.022.222	
Empréstimo Bancário de M.L. P ao abrigo do PREDE - 12.545.533 Estado	3.512.749	2.509.107	1.505.464	501.821	0	-501.821	
Assunção da posição contratual do Empréstimo Bancário com a CGD no montante de 3.988.440€, no âmbito do processo de dissolução do FIIF Maia Golfe			0	3.988.440	0	-3.988.440	
Empréstimos de MLP destinados à Habitação Social	14.309.041	13.090.663	11.861.312	10.622.262	9.373.877	-1.248.385	
Empréstimo Bancário de M.L. P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	4.678.024	4.359.463	4.033.301	3.699.133	3.356.533	-342.599	
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com a CGD - no montante de 7.481.968,46€	2.616.318	2.339.294	2.061.342	1.782.909	1.504.191	-278.718	
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a CGD - até 21.007.737,65	7.014.698	6.391.906	5.766.669	5.140.220	4.513.153	-627.067	
Outras Dividas de Médio e Longo Prazo	2.827.447	2.188.795	1.708.743	320.390	1.226.797	906.407	
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	264.332	52.866	0	0	0	0	
FAM - Fundo de Apoio Municipal	2.563.115	2.135.929	1.708.743	320.390	106.797	-213.593	
Credores por Investimentos Financeiros					1.120.000	1.120.000	
Divida de Natureza Não Orçamental	0	13.112.978	12.034.573	10.857.471	9.566.239	-1.291.232	
Dividas de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendas	0	13.112.978	12.034.573	10.857.471	9.566.239	-1.291.232	
Banco Santander Totta	0	6.556.489	6.017.287	5.428.736	4.783.119	-645.616	
Banco BPI	0	6.556.489	6.017.287	5.428.736	4.783.119	-645.616	
Total da dívida de médio e longo prazo	36.755.669	42.661.386	35.545.569	31.401.495	24.255.801	-7.145.694	
Taxa de crescimento	23,7%	16,1%	-16,7%	-11,7%	-22,8%		

Un: Euros

Gráfico 42

EVOLUÇÃO DA DIVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

(NATUREZA ORÇAMENTAL E NÃO ORÇAMENTAL)



..... Divida de MLP S/ Antecipação de Rendas Divida de MLP C/ Antecipação de Rendas

Contextualizando a evolução do passivo de médio e longo prazo de natureza orçamental, recorda-se que desde 2002 até 2014 se verifica uma clara tendência de diminuição da dívida de médio e longo prazo, em patamares de redução muito expressivos, em especial no que refere aos empréstimos destinados a finalidades diversas, como se tem vindo a divulgar nas respetivas prestações de contas.

Na gerência de 2015 suspende-se esta tendência com o aumento de (+) 7.039.206 € da dívida de médio e longo prazo do município, devido à concretização de duas novas operações: por um lado, a celebração do Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Português de Investimento, no valor de 9.200.000 €, para aquisição dos lotes de terreno, números 1 e 4, que integravam o Parque de Ciência e Tecnologia da Maia (TECMAIA), cujo impacto foi em parte atenuado pelas amortizações ocorridas nos demais empréstimos existentes em resultado do cumprimento do serviço de dívida negociado, e, por outro, a obrigatoriedade legal de subscrição do Fundo de Apoio Municipal (FAM), no valor total de 2.990.300,97€.

Estas duas operações assumem especial relevo no contexto municipal, tendo sido determinadas por imposições legais que regem a governação local.

A contratação do Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Português de Investimento, no valor de 9.200.000 €, foi determinada pela necessidade de serem cumpridas as obrigações que para a Autarquia derivam da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, tendo em conta as responsabilidades já constituídas para o Município em resultado dos normativos invocados, atenta a sua participação de 51% no capital social da TECMAIA. Razão por que se entendeu conveniente para a salvaguarda do superior interesse público a aquisição pela Autarquia dos lotes de terreno n.ºs 1 e 4, de modo a evitar a resolução dos contratos de empréstimo existentes naquela sociedade pelo Sindicato Bancário e competente venda pela via judicial, que determinariam uma desvalorização dos imóveis, face à baixa do mercado imobiliário à data existente, e consequentemente uma dissolução compulsiva da própria sociedade com grave prejuízo para o interesse público municipal.

Sobre a subscrição do Fundo de Apoio Municipal impõe-se desde logo anotar que foi uma operação que resultou de uma imposição legal, designadamente da entrada em vigor da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que aprovou o regime jurídico da recuperação financeira municipal (RJRFM) e determinou a obrigatoriedade de todos os municípios, sem exceção, contribuírem para este fundo.

O capital social do FAM é representado por unidades de participação a subscrever e realizar pelo Estado e pelos municípios, consubstanciando assim um ativo em investimentos financeiros, tendo o montante imputável ao Município da Maia “*ab initio*” sido fixado em 2.990.300,97 €. A realização do capital iniciou-se em 2015 tendo sido definido um prazo de concretização de 7 anos, através de duas prestações anuais, mediante o pagamento anual de 427.186,00 € até 2020, e de 427.184,97 € em 2021.

Porém, com a entrada em vigor da Lei do Orçamento de Estado para 2018 (que altera entre outros o art.º 19.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto) foi modificada a subscrição do capital social do FAM, por redução dos montantes anuais a realizar pelo Estado e pelos Municípios. Daqui resulta uma redução das prestações anuais a realizar pelo Município da Maia em 2018, 2019, 2020 e 2021, respetivamente, em 25%, 50%, 75% e 100%.

Com esta medida, a parcela da participação no FAM que se encontrava por realizar passou em 2018 de 1.708.743 € (valor registado no fecho de 2017) para 640.779 €, resultando em (-) 1.067.964 € do que o montante da subscrição inicialmente fixado na lei.

Na Lei de Orçamento de Estado para 2019 continua ainda a prever-se que o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal (FAM) não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.

São estas as duas razões que justificam o aumento sinalizado em 2015 na dívida de médio e longo prazo, decorrentes de factos supervenientes à regular gestão municipal.

No exercício de 2016 restabelecem-se os padrões de diminuição do endividamento de médio e longo prazo de natureza orçamental que persistem na gerência em apreço, pese embora a existência de duas novas operações com impacto nesta componente da dívida.

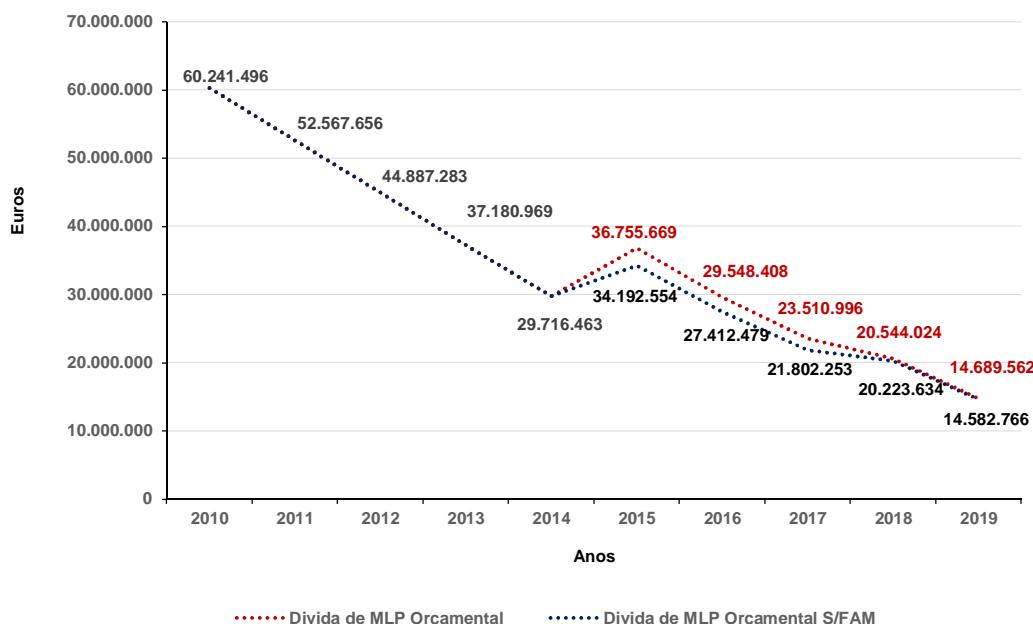
Com efeito, no exercício de 2018 o município assumiu a posição contratual da Sociedade Gestora do Fundo de Investimento Maia Golfe no contrato de empréstimo celebrado com a Caixa Geral de Depósitos, em consequência do processo de dissolução e liquidação do Fundo, cujas condições apontam para um capital em dívida no final de 2018 de apenas 3.988.440 €. Por outro lado, foram integralmente amortizados os dois Empréstimos Bancários de M.L. P de maior relevo: o empréstimo bancário contratado com o BTA, no montante de 29.927.873,82 €, e o empréstimo bancário adjudicado ao BPI, no valor de 20.000.000 €.

Já em 2019 inicia-se a produção dos efeitos financeiros da proposta de aumento de capital da empresa Espaço Municipal EM, no montante global de 3.450.000 €, de forma a permitir conferir à empresa a capacidade financeira para suprir os capitais próprios para desenvolver a atividade no âmbito das candidaturas do Portugal 2020, cujas condições apontam para o pagamento de uma última *tranche* de capital subscrito no valor de 1.120.000 € a realizar apenas no ano de 2020, parcela registada, como se impõe, na rubrica de Credores por Investimentos Financeiros.

Não obstante estas operações, no fim da gerência de 2019 prevalece a tendência decrescente assinalada na dívida de médio e longo prazo de natureza orçamental, a baixar para 14.689.562 €, (-) 5.854.461 € do que no período homólogo, a que corresponde (-) 28,5 %.

Gráfico 43

**EVOLUÇÃO DA DIVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO
(NATUREZA ORÇAMENTAL)**



Desfecho similar estende-se à evolução da dívida imputável à operação de antecipação de rendas – de natureza não orçamental – com o valor total de 9.566.239 €, que se apresenta diminuída em (-) 1.291.232 € em relação ao final do ano de 2018, isto é, (-) 11,9 %.

Apresenta-se assim reforçada a trajetória de redução assinalada, uma vez que, incluído o passivo de natureza não orçamental decorrente exclusivamente da operação de cessão de créditos das rendas da habitação social celebrada em 2004, a dívida de médio e longo prazo, ao totalizar 24.255.801 €, evidencia um decréscimo de (-) 7.145.694 € face ao final do ano transato, percentualmente traduzindo em (-) 22,8%.

No quadro global do decréscimo obtido predomina o contributo das amortizações efetuadas por conta da assunção da posição contratual da Sociedade Gestora do Fundo de Investimento Maia Golfe no contrato de empréstimo celebrado com a Caixa Geral de Depósitos, em consequência do processo de dissolução e liquidação do Fundo, no valor de (-) 3.988.440 €, consubstanciado na integral liquidação do empréstimo.

Com menor expressão, seguem-se as amortizações do empréstimo contratado com o BPI, para a aquisição de dois lotes de terreno à TECMAIA, no montante de 9.200.000 €, a par do empréstimo contratado ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE) (decorrente na íntegra da parte imputável ao Estado) responsáveis, respetivamente, por (-) 1.022.222 € e (-) 501.821 €, materializando esta última parcela a integral liquidação do empréstimo PREDE.

No segmento dos empréstimos destinados à Habitação Social, o maior volume de amortizações está indexado aos empréstimos realizados com a CGD ao abrigo das linhas de crédito bonificado (PER), cujo

valor total ascendeu a (-) 905.785 €, sendo os demais empréstimos denominados de complemento PER, - presentemente contratados com o Banco Bilbao Viscaya em consequência da operação de “Reestruturação do serviço de dívida de médio e longo prazo” levada a cabo em 2007 -, responsáveis por uma redução de (-) 342.599 €

As outras dívidas de médio e longo reportam-se à contribuição para o Fundo de Apoio Municipal, única parcela da dívida desta natureza que não concorre para efeitos de apuramento dos limites de endividamento, e que determinou um corte adicional na dívida de médio e longo prazo de (-) 213.593 €, a que acresce a já referida componente de Credores por Investimentos Financeiros que respeita à última *tranche* de capital subscrito e não realizado aprovado pelos órgãos competentes no âmbito da proposta de aumento de capital social da empresa Espaço Municipal.

SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Numa ótica unicamente orçamental, insere-se um quadro ilustrativo da evolução do serviço de dívida municipal no período compreendido entre 2015 e 2019, tendo como objetivo avaliar o peso dos encargos decorrentes do endividamento de médio e longo prazo, nomeadamente os juros e as respetivas amortizações, no total da despesa e receita municipais.

Quadro 47

EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO					
	2015	2016	2017	2018	2019
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas (1)	3.478.173	5.706.325	4.426.132	4.465.176	5.587.331
Amortizações	3.305.787	5.350.231	4.328.009	4.328.009	5.512.484
Juros	172.386	356.094	98.123	137.168	74.847
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social (2)	1.240.514	1.237.049	1.240.656	1.248.052	1.256.682
Amortizações	1.206.657	1.218.378	1.229.351	1.239.050	1.248.385
Juros	33.857	18.671	11.305	9.002	8.298
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo (3)	639.263	638.693	480.052	320.390	213.593
Amortizações	638.651	638.651	480.052	320.390	213.593
Juros	611	42	0	0	0
Total do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo (1+2+3)	5.357.949	7.582.067	6.146.840	6.033.618	7.057.607
Amortizações	5.151.095	7.207.261	6.037.412	5.887.449	6.974.461
Juros	206.854	374.806	109.428	146.169	83.145
Taxa de Crescimento do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo	-32,6%	41,5%	-18,9%	-1,8%	17,0%
Amortizações	-31,0%	39,9%	-16,2%	-2,5%	18,5%
Juros	-57,2%	81,2%	-70,8%	33,6%	-43,1%
Juros / Receita Total Cobrada	0,3%	0,6%	0,2%	0,2%	0,1%
Juros / Despesa Total Paga	0,3%	0,6%	0,2%	0,2%	0,1%
Juros / Despesa de Capital Paga	0,8%	1,9%	0,4%	0,6%	0,3%
Serviço Dívida / Receita Total Cobrada	7,1%	11,2%	9,2%	8,1%	9,4%
Serviço Dívida / Despesa Total Paga	8,0%	12,2%	9,1%	8,7%	9,7%

Un: Euros

Atendendo a que a apreciação neste âmbito tem como objetivo avaliar a despesa realizada em juros e amortizações ao abrigo do orçamento municipal e o seu peso no total da receita cobrada e no total da despesa paga, matéria de natureza exclusivamente orçamental, os dados constantes no quadro supra não contemplam os juros e amortizações provenientes do empréstimo de médio e longo prazo associado ao processo de antecipação de rendas da habitação social.

Se no período compreendido entre 2015 e 2016 é visível um aumento dos encargos com o serviço de dívida de (+) 2.224.118 €, (+) 41,5%, principalmente devido ao acréscimo das amortizações provenientes dos empréstimos destinados a finalidades diversas, já que nas demais tipologias de endividamento se verifica uma redução dos encargos da dívida pública municipal, inverte-se tal tendência de forma consistente entre 2016 e 2018.

Tal incremento resulta dos encargos, em especial amortizações, decorrentes do empréstimo bancário contratado com o BPI em 2015, no montante de 9.200.000 €, para a aquisição de dois lotes de terreno à TECMAIA, uma vez terminado o seu período de deferimento, significativamente acrescidas devido à realização de uma amortização extraordinária de (+) 1.022.222 €, a par de um maior volume de juros a pagar, concluído que foi um ano inteiro de vigência do respetivo contrato.

Já em 2017, com os encargos do serviço de dívida municipal a totalizarem 6.146.840 €, restaura-se a tendência de redução, em (-) 18,9% face ao ano anterior, devido ao comportamento das suas duas componentes, assumindo evidente preponderância a redução do volume das amortizações realizadas.

Justifica este resultado, a quebra significativa do volume anual de amortizações do empréstimo bancário contratado com BPI, no montante de 9.200.000 € - acrescidas de forma expressiva no exercício de 2016 no seguimento da realização da amortização extraordinária de (+) 1.022.222 €, acima aludida -, e o pagamento da última *tranche* da dívida assumida pelo Município em consequência da sentença homologatória proferida no âmbito do processo de aquisição do Pavilhão Gimnodesportivo de S. Pedro Fins, no valor residual de (-) 52.866 €, em paralelo com o decréscimo do peso dos juros da dívida pública municipal.

Quanto à diminuição dos juros da dívida municipal em 2017, na ordem dos (-) 71%, resulta fundamentalmente da contínua diminuição do capital em dívida dos empréstimos destinados a finalidades diversas, contratados em gerências anteriores, pese embora as taxas de juro se mantenham em níveis reduzidos.

Em 2018 e apesar da existência de um novo contrato de financiamento com a Caixa Geral de Depósitos, em resultado do processo de dissolução e liquidação do Fundo de Investimento Imobiliário Maia Golfe, os encargos decorrentes do serviço de dívida municipal ao totalizarem 6.033.618 €, reduzem (-) 1,8%, corolário da reiterada diminuição do capital em dívida dos empréstimos contratados nos exercícios anteriores.

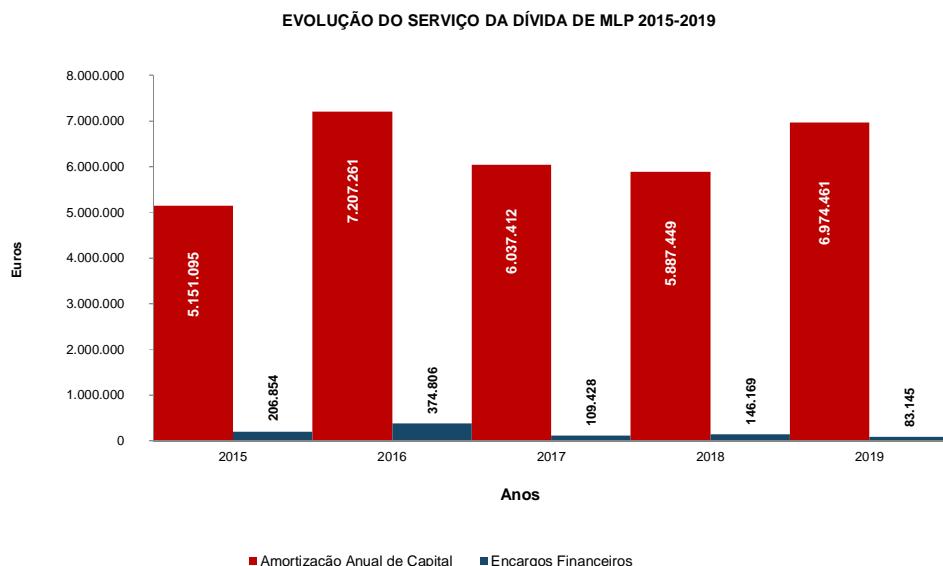
Este ciclo é descontinuado na gerência de 2019, com os encargos do serviço de dívida municipal a totalizarem 7.057.607 €, (+) 1.023.988 € do que no ano antecedente, devido à materialidade das amortizações do contrato de financiamento com a Caixa Geral de Depósitos, em resultado do processo de dissolução e liquidação do Fundo de Investimento Imobiliário Maia Golfe.

De facto, e não obstante a reiterada diminuição do capital em dívida da generalidade dos empréstimos que foram contratualizados antes de 2017, os encargos com o serviço de dívida municipal de natureza orçamental aumentam (+) 17 %, em relação ao fecho de 2018, devido ao volume das amortizações, uma vez que o montante imputável a juros além de ter descido não é significativo.

Tal acréscimo prende-se com as responsabilidades inerentes à assunção da posição contratual da Sociedade Gestora do Fundo de Investimento Maia Golfe no contrato de empréstimo celebrado com Caixa Geral de Depósitos, em consequência do processo de dissolução e liquidação do Fundo, que ditaram amortizações no valor de 3.988.440 €, conducentes à liquidação integral do capital em dívida.

Mantém-se em nível predominante o volume das amortizações, que representa cerca de 99% do valor global do Serviço de Dívida, como se demonstra no Gráfico 44, sendo que o serviço de dívida representa cerca de 10% do total da receita e despesa executadas, percentagens que não são inexpressivas num contexto de apertada gestão de disponibilidades, o que justifica uma análise mais pormenorizada da respetiva rubrica.

Gráfico 44



No Quadro 48 apresenta-se o detalhe do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo com impacto orçamental no ano findo, por tipologia de empréstimo, assim como a respetiva previsão desses encargos para o exercício de 2020, para além da ilustração gráfica do peso de cada uma das suas componentes.

Quadro 48

Descrição do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo						
	Realizado 2019			Previsto 2020		
	Amort	Juros	Total	Amort	Juros	Total
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas						
Empréstimo de MLP com o Estado (DGT) - PREDE de 5.018.213,00 €	501.821	157	501.979	0	0	0
Empréstimo Bancário de MLP com Banco Português de Investimento, de 9.200.000,00 € - Tecmaia	1.022.222	65.859	1.088.081	1.022.222	57.997	1.080.219
Assunção da posição contratual do Empréstimo Bancário com a CGD no montante de 3.988.440€, no âmbito do processo de dissolução do FIF Maia Golfe	3.988.440	8.831	3.997.272	0	0	0
Sub Total	5.512.484	74.847	5.587.331	1.022.222	57.997	1.080.219
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social						
Empréstimo Bancário de MLP com o BBVA - Complemento PER - de 7.169.214,75 €	342.599	0	342.599	351.479	6.703	358.182
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado (PER 1) com a CGD - até 7.481.968,46 €	278.718	2.128	280.846	279.151	1.605	280.756
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado (PER 2) com a CGD - até 21.077.411,44 €	627.067	6.170	633.237	627.998	5.087	633.084
Sub Total	1.248.385	8.298	1.256.682	1.258.628	13.394	1.272.022
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo						
FAM - Fundo de Apoio Municipal	213.593	-	213.593	106.797	-	106.797
Credores por Investimentos Financeiros	-	-	0	1.120.000	-	1.120.000
Sub Total	213.593	0	213.593	1.226.797	0	1.226.797
TOTAL	6.974.461	83.145	7.057.607	3.507.647	71.391	3.579.038

Un: Euros

No domínio do serviço de dívida municipal na gerência de 2020, estima-se uma redução significativa destes encargos unicamente influenciada pelo volume de amortizações, consequência direta da liquidação integral de dois empréstimos bancários que ocorreu na gerência em reporte, o contrato de empréstimo celebrado com Caixa Geral de Depósitos, relativo ao processo de dissolução e liquidação do Fundo de Investimento Maia Golfe, e o empréstimo contratado ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE) - na parte integralmente imputável ao Estado.

Com isto, no que a empréstimos destinados a finalidades diversas diz respeito, apenas permanece por amortizar o empréstimo contratualizado com o BPI para a aquisição dos terrenos à TECMAIA, no valor de 9.200.000€, com uma amortização anual prevista de 1.022.222 €

Para as demais tipologias de dívida, se em relação aos empréstimos destinados à habitação social se estimam encargos com o serviço de dívida próximos do ano anterior, já quanto às Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo está previsto um incremento de 1.120.000 €

Antevendo, no caso da contribuição obrigatória do Município para a realização do Capital Social do Fundo de Apoio Municipal, a sua liquidação integral no exercício de 2020, com o pagamento da última *tranche* no valor de 106.797 €, valor inferior ao do ano transato, tal incremento está assim associado ao pagamento da última parcela do aumento de capital da empresa Espaço Municipal EM, no valor de 1.120.000 €, registada na rubrica de Credores por Investimentos Financeiros.

Gráfico 45



COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DA GERÊNCIA

No Quadro 49 sistematizam-se os empréstimos existentes à data de 31 de dezembro de 2019 e respetivos valores do capital em dívida, diferenciando-os em função da sua natureza e do seu grau de exigibilidade, com o objetivo de obter uma visão mais pormenorizada da estrutura do endividamento municipal de médio e longo prazo, incluindo a proveniente a operação de cessão de créditos.

Quadro 49

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO POR GRAU DE EXIGIBILIDADE				
	2019		2018	
	Valor	Peso	Valor	Peso
EXIGIVEL A MÉDIO E LONGO PRAZO				
Dívida de Natureza Orçamental	19.369.639	79,86%	23.130.054	73,66%
Empréstimos Bancários de MLP	11.181.916	46,10%	13.563.815	43,19%
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas	3.066.667	12,64%	4.088.889	13,02%
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 9.200.000 - Aquisição dos Lotes de Terreno n.ºs 1 e 4 à TECMAIA	3.066.667	12,64%	4.088.889	13,02%
Empréstimo Bancário de M.L. P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	0	0,00%	0	0,00%
Estado	0	0,00%	0	0,00%
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social	8.115.249	33,46%	9.368.130	29,83%
Empréstimo Bancário de M.L. P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	3.005.054	12,39%	3.356.533	10,69%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com a CG D - no montante de 7.481.968,46€	1.225.039	5,05%	1.504.175	4,79%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a CG D - até 21.007.737,65	3.885.155	16,02%	4.507.422	14,35%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	0	0,00%	106.797	0,34%
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	0	0,00%	0	0,00%
FAM - Fundo de Apoio Municipal	0	0,00%	106.797	0,34%
Credores por Investimentos Financeiros				
Dívida de Natureza Não Orçamental	8.187.723	33,76%	9.566.239	30,46%
Dívidas de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendas	8.187.723	33,76%	9.566.239	30,46%
Banco Santander Totta	4.093.861	16,88%	4.783.119	15,23%
Banco BPI	4.093.861	16,88%	4.783.119	15,23%
EXIGIVEL A CURTO PRAZO	4.886.163	20,14%	8.271.441	26,34%
Dívida de Natureza Não Orçamental	3.507.647	14,46%	6.980.208	22,23%
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	2.280.850	9,40%	6.766.615	21,55%
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas	1.022.222	4,21%	5.512.484	17,55%
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 9.200.000 - Assunção da posição contratual do Empréstimo Bancário com a CGD no montante de 3.988.440€ no âmbito do processo de dissolução do	1.022.222	4,21%	1.022.222	3,26%
Empréstimo Bancário de M.L. P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	0	0,00%	3.988.440	12,70%
Estado	0	0,00%	501.821	1,60%
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social	1.258.628	5,19%	1.254.132	3,99%
Empréstimo Bancário de M.L. P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	351.479	1,45%	342.599	1,09%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com a CG D - no montante de 7.481.968,46€	279.151	1,15%	278.734	0,89%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a CG D - até 21.007.737,65	627.998	2,59%	632.798	2,02%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	1.226.797	5,06%	213.593	0,68%
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	0	0,00%	0	0,00%
FAM - Fundo de Apoio Municipal	106.797	0,44%	213.593	0,68%
Credores por Investimentos Financeiros	1.120.000			
Dívida de Natureza Não Orçamental	1.378.516	5,68%	1.291.232	4,11%
Dívidas de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendas	1.378.516	5,68%	1.291.232	4,11%
Banco Santander Totta	689.258	2,84%	645.616	2,06%
Banco BPI	689.258	2,84%	645.616	2,06%
TOTAL DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	24.255.801	100,00%	31.401.495	100,00%

Un: Euros

Avaliada a constituição da dívida de médio e longo prazo verifica-se que cerca de 39% do seu valor resulta de empréstimos destinados à construção de habitação social que foram contratualizados ao abrigo do Programa Especial de Realojamento, na sua grande maioria abrangidos por uma linha de crédito bonificado para um período de 25 anos.

Esta natureza de empréstimos beneficia de uma bonificação do Estado correspondente a 75% da taxa de juro contratual, que no exercício do 2019 garantiu um proveito financeiro de 18.844 €.

Ultima-se com a apresentação do Quadro 50, prospetivo da composição da dívida no final do exercício de 2020.

Quadro 50

PREVISÃO DA ESTRUTURA DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO		
31-12-2020		
	Valor	Peso
Dívida de Natureza Orçamental	11.181.916	58%
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	11.181.916	58%
Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas	3.066.667	16%
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 9.200.000 - Tecmaia	3.066.667	16%
Empréstimos MLP destinados à Habitação Social	8.115.249	42%
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	3.005.054	16%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1- com a C G D - no montante de 7.481.968,46€	1.225.039	6%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65	3.885.155	20%
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	0	0%
FAM - Fundo de Apoio Municipal	0	0%
Credores por Investimentos Financeiros	0	0%
Dívida de Natureza Não Orçamental	8.187.723	42%
Dívidas de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendas	8.187.723	42%
Banco Santander Totta	4.093.861	21%
Banco BPI	4.093.861	21%
TOTAL DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	19.369.639	100%

Un: Euros

Como se encontra patenteado, no final do exercício de 2020 ficará integralmente amortizada a parcela de contribuição para o Fundo de Apoio Municipal, bem como a dívida de Credores por Investimentos Financeiros que respeita à última *tranche* de capital subscrito e não realizado aprovado pelos órgãos competentes no âmbito da proposta de aumento de capital social da empresa Espaço Municipal.

DÍVIDA DE CURTO PRAZO

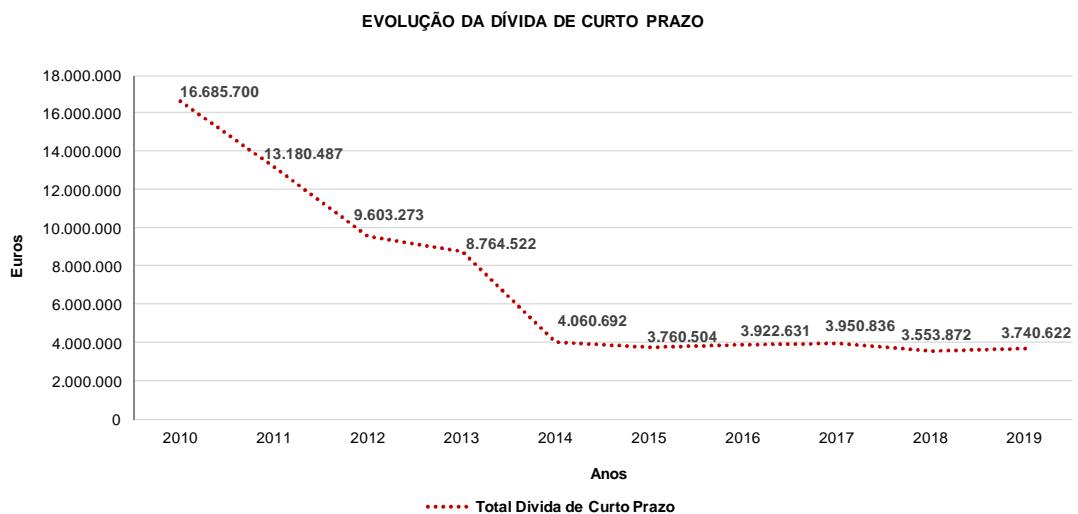
A componente do endividamento de curto prazo incorpora a dívida proveniente, dos fornecedores c/c e de imobilizado, dos credores de transferências para as autarquias locais e credores por investimentos financeiros, e do Estado e Outros Credores, cuja evolução dos últimos anos se retrata no Quadro 51.

Quadro 51

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO							Variação	
	2015	2016	2017	2018	2019	Peso	2019/2018	2019/2010
Fornecedores c/c	372.752	614.798	482.497	262.589	396.344	10,6%	133.754	-2.104.200
Fornecedores imobilizado	16.196	27.101	134.742	18.201	116.932	3,1%	98.731	-9.352.981
Outros credores	3.371.556	3.280.732	3.333.597	3.273.081	3.227.347	86,3%	-45.735	-1.487.897
Total da Dívida de Curto Prazo	3.760.504	3.922.631	3.950.836	3.553.872	3.740.622	100,0%	186.751	-12.945.078
Taxa de Crescimento da Dívida de Curto Prazo	-7,4%	4,3%	0,7%	-10,0%	5,3%			-77,6%
Fornecedores c/c	-39,0%	64,9%	-21,5%	-45,6%	50,9%			-84,1%
Fornecedores imobilizado	-69,7%	67,3%	397,2%	-86,5%	542,5%			-98,8%
Outros credores	-0,7%	-2,7%	1,6%	-1,8%	-1,4%			-31,6%

Un: Euros

Gráfico 46



A evolução da dívida de curto prazo no período compreendido entre 2010 e 2019 evidencia igualmente uma trajetória claramente descendente, ao comportar uma redução na ordem dos (-) 12,95 milhões de euros (de 16.685.700 € para 3.740.622 €, isto é, cerca de (-) 77,6%, pese embora o acréscimo de (+) 5,3% registado no final da gerência de 2019 em relação aos dados apurados no ano transato

Relembra-se que, uma vez estabilizado o nível da dívida inerente à atividade operacional na componente “fornecedores” e posicionado o prazo médio de pagamento muito aquém dos 30 dias, a diminuição dos níveis da dívida de curto prazo a partir do ano de 2015 não assumem, como é natural, a mesma materialidade que tinham até finais de 2014.

Delimitando a análise desta rubrica ao exercício de 2019, verifica-se que a dívida de curto prazo ao totalizar 3.740.622 € anuncia (+) 186.751 € que na gerência anterior, devido à influência do agregado Fornecedores – conta corrente e de imobilizado – que aumentam, respetivamente, (+) 133.754 € e (+) 98.731 € em contraposição com a dívida a “Outros Credores”, que dita um decréscimo de (-) 45.735 €

Com significativa materialidade apresenta-se o débito a “Outros Credores”, no valor de 3.227.347 €, seguindo-se a dívida a Fornecedores – conta corrente e de imobilizado – que se distribui por 396.344 € e 116.932 €, respetivamente.

Isolando as dívidas de “Outros Credores” que estão a ser dirimidas em sede judicial, a dívida de curto prazo no final da gerência de 2019 somaria tão só 569.342 €, quantia cuja ordem de grandeza é muito inferior à cadência mensal de faturação do Município da Maia, o que indica pagamentos dentro de um prazo médio muito reduzido, que atualmente se fixa em 5 dias.

Impõe-se ainda referir que os atuais montantes em dívida, à exceção dos que estão pendentes de resolução forense, reportam-se a faturação emitida no final do ano, encontrando-se àquela data uma grande parte dela em receção e conferência e, por maioria de razão, não vencida, pelo que a sua materialidade não oferece qualquer preocupação em matéria de gestão da dívida de curto prazo, estando o seu valor indexado ao ritmo mensal de faturação do Município da Maia, permitindo a concretização de pagamentos dentro do prazo médio acima referido.

Sobre o débito a “Outros Credores” no valor total de 3.227.347 € reiteram-se as alegações constantes em relatos anteriores quanto à sua componente mais influente, a dos “Credores de Transferências das Autarquias”, designadamente, que o seu maior valor respeita a uma dívida de 3.171.281 €, de comparticipações à LIPOR para investimento, a qual está a ser dirimida em sede de compromisso arbitral com a invocação que também são devidas taxas de construção ao município na sequência do licenciamento da estação de tratamento de resíduos Sólidos (LIPOR II) e do aterro sanitário de apoio àquela estação.

Em sede de redução dos pagamentos em atraso, a Lei do Orçamento de Estado para 2019 (artigo 89.º) mantém em idênticas condições, a obrigação de, até ao final do ano, as entidades incluídas no subsetor da administração local reduzirem no mínimo 10 % dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias, registados no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIAL) à data de setembro de 2018, para além da redução já prevista no Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), criado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, na sua redação atual.

Esta obrigação não se aplica aos municípios que se encontrem vinculados a um programa de ajustamento municipal, nos termos da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto.

No caso de incumprimento da obrigação de redução dos pagamentos em atraso há lugar à retenção da receita proveniente das transferências do Orçamento do Estado, no montante equivalente ao do valor em falta, até ao limite previsto no artigo 39.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.

Tal-qualmente, neste quadro o Município permanece numa posição confortável, isto é, fora das entidades com pagamentos em atraso, cumprindo integral e pontualmente todas as suas obrigações, situação que remonta a maio de 2012.

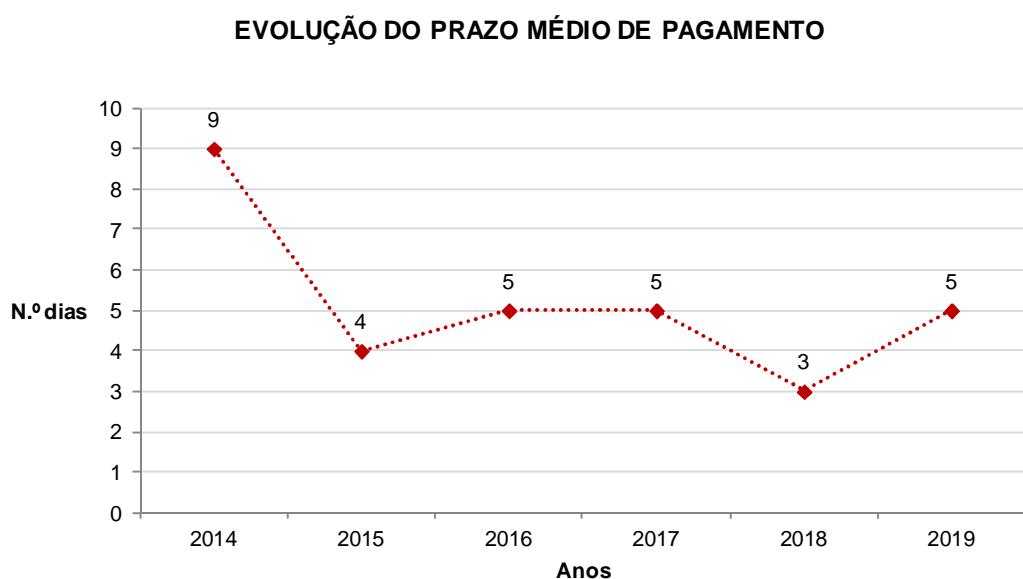
Posicionado em níveis francamente satisfatórios, apresenta-se o prazo médio de pagamento do Município, que à data de 31 de dezembro de 2019 é de apenas 5 dias.

Quadro 52

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO						
	2014	2015	2016	2017	2018	2019
$PMP = \frac{\sum_{t=3}^t DF}{\sum_{t=3}^t A} \times 365$	9	4	5	5	3	5

(*) Cálculo de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, excluindo Fornecedores de Imobilizado de MLP

Gráfico 47



ENDIVIDAMENTO – LATO SENSU

Na esteira do consignado no Regime Financeiro das Autarquias Locais, estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), na sua redação atual, em matéria de endividamento autárquico destaca-se um conjunto de medidas conducentes ao controlo do endividamento municipal, que justificam uma breve nota ao seu enquadramento.

O mencionado diploma legal veio, no seu artigo 52.º, estabelecer um novo conceito no que concerne ao endividamento municipal, que é o de dívida total de operações orçamentais.

A dívida total de operações orçamentais é o valor relevante para efeitos de verificação do cumprimento do limite de endividamento estabelecido no dito artigo 52.º, bem como para aferição dos municípios que se encontram em situação de saneamento financeiro (*vide* art.º 58.º) e em situação de rutura financeira (*vide* art.º 61.º).

Com este conceito do limite da dívida, passa-se a considerar que a dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal –, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. E, sempre que este limite não seja cumprido, deve ser reduzido, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que o referido limite seja cumprido. Por outro lado, se o referido limite for cumprido, pode aumentar 20% da margem disponível no início de cada exercício, o que claramente beneficia as autarquias locais em matéria de endividamento.

Procede-se ainda ao alargamento das entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total do grupo municipal, na medida em que para efeitos do apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, anteriormente referido, passa a ter-se em consideração, como seria desejável, os serviços municipalizados e intermunicipalizados, as entidades intermunicipais e associativas municipais, as empresas locais, exceto se forem empresas abrangidas pelo Sector Empresarial do Estado ou Regional, as cooperativas e fundações e, por fim, as entidades de outra natureza nas quais se verifique um controlo ou presunção de controlo por parte do município.

Ou seja, este regime jurídico vem impor e reforçar a ideia que, em regra, todas as entidades constituídas e participadas por capitais municipais relevam para efeitos de endividamento municipal, cumpridos que sejam determinados requisitos, alargando assim de forma significativa o perímetro de entidades a considerar.

Nos casos em que seja ultrapassado o limite da dívida anteriormente referido, os municípios têm dois mecanismos de recuperação financeira – o saneamento financeiro e a recuperação financeira. No que diz respeito ao saneamento financeiro, entende-se que o município deve contrair empréstimos para a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros. No entanto, estes pedidos de empréstimos têm um prazo máximo de 14 anos e devem ser instruídos com um estudo fundamentado da situação financeira e um plano de saneamento financeiro, elaborados pela câmara municipal e propostos à assembleia municipal, que vigore no período de empréstimo.

Quanto ao mecanismo da recuperação financeira, este é obrigatório sempre que o município se encontre em rutura financeira, isto é, sempre que o limite da dívida referido seja superior a 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios.

Para estes casos foi criado um Fundo de Apoio Municipal que tem por objeto prestar assistência financeira aos municípios que se encontrem nos casos supra referidos. As fontes de financiamento deste fundo, regulamentado em diploma próprio, incluem obrigatoriamente a participação do Estado e de todos os municípios.

As sucessivas Leis do Orçamento do Estado (LOE) têm vindo a introduzir algumas alterações neste âmbito, pelo que importa destacar as contempladas no Orçamento de Estado para 2019, com relevância para a análise da dívida do Município promovida no capítulo em apreço.

Assim, prosseguindo o que se encontrava consignado na LOE para 2018, mantém-se em 2019 a previsão de que o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal (FAM) (artigo 89.º) não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.

De salientar ainda a alteração ao Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, prevista no artigo 341.º da LOE para 2019, em concreto a alteração ao n.º 3 do artigo 51.º, que permite que os municípios cuja dívida total prevista no n.º 1 do artigo seguinte seja inferior a 2,25 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores contraiam empréstimos a médio e longo prazos para exclusiva aplicação na liquidação antecipada de outros empréstimos ou acordos de pagamento que já constem do endividamento global da autarquia, desde que cumpridas determinadas condições. Norma esta que habilitou o Município a adjudicar a contratação do empréstimo bancário de médio e longo prazo no montante de 10.254.645,79 €, ao Banco Português de Investimento (BPI), na sequência da operação de substituição da dívida do Município (SMEAS) à EDP Distribuição Energia, S.A., assumida no âmbito do Protocolo celebrado em 2005.

LIMITE DA DÍVIDA TOTAL DO GRUPO MUNICIPAL

Quadro 53

Receita Corrente Cobrada Líquida dos últimos três anos			
	2016	2017	2018
Município (+)	65.424.408	64.614.800	67.639.157
Receitas correntes líquida cobrada aos SMAS (-)	-486.209	-515.227	-506.240
SMAS (+)	16.368.313	17.250.721	17.963.578
Receitas correntes líquida cobrada ao Município (-)	-486.357	-515.161	-506.211
Total da Receita Cobrada Líquida	80.820.155	80.835.133	84.590.284
Média dos últimos três anos	82.081.857		
Limite da Dívida Total <=	123.122.786		

Un:Euros

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), e de acordo com a norma interpretativa da Direção Geral das Autarquias Locais, o limite acima identificado foi calculado com base nas receitas discriminadas. Deste modo, o limite da dívida total para cada município em 2019, é apurado nos seguintes moldes:

«1 — A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.».

Para efeitos de apuramento da receita corrente líquida do Município cobrada em cada ano, foi somada a receita corrente líquida cobrada pelos Serviços Municipalizados da Maia, deduzindo as operações recíprocas de cobrança de receita entre as duas entidades - dedução da receita corrente líquida cobrada pelos Serviços Municipalizados ao Município e da receita corrente líquida cobrada pelo Município aos Serviços Municipalizados).

O limite identificado corresponde ao limite global previsto no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sendo que para os municípios cujo valor da dívida total em cada exercício seja inferior ao valor aqui apurado, a sua margem de endividamento será determinada de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 3 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, isto é:

«b) (...) só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.».

ENTIDADES RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAIS

Feito o enquadramento legal no artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), as entidades participadas pelo Município que relevam para o apuramento da dívida total de operações orçamentais da autarquia são:

- Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto - estas entidades relevam sempre.
- As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento.
- Estas entidades relevam sempre, designadamente as associações de municípios de direito privado, contrariamente ao que se verificava na Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, para efeitos da contribuição para o endividamento líquido e endividamento de médio e longo prazo.
- As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, com exceção de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, alterado pelas Leis 75-A/2014, de 30 de setembro, e 42/2016 de 28 de dezembro, de forma proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei.
- As cooperativas e as régies cooperativas, de acordo com o disposto no artigo 19.º e no n.º 3 do artigo 58.º do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, proporcionalmente à participação, direta ou indireta, do município, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquele regime.
- As cooperativas não previstas na alínea anterior e as fundações, proporcionalmente à participação, direta ou indireta, do município. Estas entidades relevam sempre.
- As associações participadas não exclusivamente por municípios, desde que tenham por objeto a prossecução das atribuições e competências destes. Estas entidades relevam sempre

-
- As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total. Estas entidades relevam sempre.

Assim, os Fundos de Investimento Imobiliários, 100% detidos, relevam desde 2014 para efeitos de apuramento do endividamento municipal, contrariamente ao que acontecia até 2013, apesar de estarem refletidos no Balanço Municipal, ao justo valor, desde a data da sua constituição.

Regista-se que à data o fecho de contas do exercício de 2019, o Fundo de Investimento Imobiliário designado “FII Maia IMO” é o único ainda detido pelo Município.

O contributo de cada uma das entidades para a dívida do município – grupo municipal – corresponde ao valor da sua dívida apurada multiplicado pelas respetivas percentagens de capital detido pelo Município.

No Quadro 54 sistematiza-se a informação sobre as entidades participadas pelo Município e respetivas parcelas detidas.

Quadro 54

ENTIDADES PARTICIPADAS	
2019	
Identificação	% Participação
Serviços Municipalizados e intermunicipalizados	
SMAS - Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	100%
Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais	
Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	10,55%
Área Metropolitana Porto	5,58%
APCT - Associação Parque de Ciência e Tecnologias do Porto	2,947%
AdePorto - Agência de Energia do Porto	7,43%
CD - ARICD Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento	-
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	6,07%
Litoral Rural - Associação de Desenvolvimento Regional	16,67%
Entidades Regionais	
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R	1,16%
Empresas Locais e Participadas	
Empresas Locais	
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.	100%
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	100%
Espaço Municipal - Renovação Urbana Gestão do Património, E.M.	100%
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M. (2)	51%
Municípia - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	4,64%
Empresas Participadas	
Net - Novas Empresas e Tecnologias, S.A (2)	0,22%
Águas do Norte, S.A. (1)	1,243%
Águas do Douro e Paiva, S.A. (1)	2,71%
Metro do Porto, S.A. (1)	0,00007%
Cooperativas e Fundações	
Cooperzoo - Cooperativa Zoológica da Maia (2)	13,33%
Fundação do Conservatório de Música	100%
Fundação do Desporto	4,093%
Fundação da Juventude	1,42%
Fundação Serralves	0,37830%
Entidades de outras natureza	
FEII Maiaimo	100%

(1) Setor Empresarial do Estado

(2) Entidade que se encontra em processo de dissolução e liquidação

No quadro das entidades participadas pelo Município antes referidas, e contrariamente ao que ocorreu até 2017, em que só as entidades abrangidas pelo Setor Empresarial do Estado, Águas do Norte, S.A., Águas do Douro e Paiva, S.A., Metro do Porto, S.A, e a Turismo Porto Norte, E.R, eram excluídas do apuramento da dívida total, na gerência em apreço passou a incluir-se neste grupo a ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, sendo que todas as demais são suscetíveis de relevar para efeitos

de apuramento da dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal – à no fecho do exercício de 2019.

Esta alteração resulta do entendimento proferido pela DGAL - Direção-Geral das Autarquias Locais, comunicado ao município em setembro de 2018, e que se mantém, segundo o qual, atenta a natureza da entidade ANMP, a mesma não releva para a dívida do Município a que se refere o n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Com base neste entendimento, o montante relativo à dívida da ANMP passou, em 1 de janeiro de 2018, a ser automaticamente subtraído pela DGAL no apuramento da dívida orçamental dos relatórios do SIAL relativos à “Aferição da Dívida Total”.

Todavia, apenas relevam para efeitos dos respetivos limites as entidades que não apresentem resultados anuais equilibrados, cujo enquadramento legal define como sendo o caso dos resultados líquidos antes de impostos se apresentarem negativos, conforme dispõe a alínea c) do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, uma vez articulada com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual.

Atenta a referida regra do equilíbrio anual, da apreciação das contas anuais das entidades que reportaram a informação solicitada, conclui-se que a incumprem as entidades adiante mencionadas no Quadro 55.

Ressalva-se, contudo, que dada a ausência de reporte de informação à data de fecho de contas - apesar dos reiterados pedidos formulados pelo Município -, não foi possível avaliar o contributo atualizado das seguintes entidades: Fundação da Juventude, Fundação Serralves, Cooperzoo e Associação Parque Ciência e Tecnologia do Porto, utilizando-se para este efeito os últimos dados conhecidos.

Mais se ressalva, as entidades que reportaram a informação à data de fecho de contas com base num apuramento provisório, como sejam NET, e a Fundação do Desporto, pelo que, suscetível de eventuais ajustamentos.

A pouca materialidade destas participações detidas pelo Município, e por inerência dos respetivos efeitos no endividamento municipal, determina que não fique prejudicada a fiabilidade da informação financeira produzida neste âmbito.

Quadro 55

ENTIDADES QUE VIOLAM A REGRA DE EQUILÍBIO ANUAL	
EM PRESAS LOCAIS E PARTICIPADAS	
Identificação	%
Empresas locais:	
M aiambiente	100,00%
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M.	51%

APURAMENTO DA DIVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO GRUPO MUNICIPAL

A apreciação deste subcapítulo inicia-se com uma referência sumária à alteração do registo contabilístico da operação de cessão de créditos das rendas de habitação social celebrada em 2004 – reconduzido para o domínio dos empréstimos bancários de médio e longo prazo a partir do exercício de 2016 –, na sequência do acolhimento da recomendação do Tribunal de Contas, facto amplamente divulgado em anteriores relatos.

O conteúdo da dívida total de operações orçamentais do Município apresenta, assim, uma alteração substancial em relação ao utilizado até ao final da gerência de 2015, o que fragiliza qualquer análise comparativa que se pretenda coerente.

Neste enquadramento, no apuramento da dívida total de operações orçamentais do Município – grupo municipal – para além de estarem incluídas todas as dívidas a terceiros refletidas no balanço das entidades, deduzidas dos acréscimos e diferimentos e das generalidade das operações não orçamentais, que mais não são do que cobranças e/ou retenções de valores que se efetuam a favor de uma entidade externa, não constituindo por isso receita do Município, está contemplada a operação de antecipação de rendas de habitação social contabilizada como empréstimo de médio e longo prazo, apesar de não se tratar de dívida de natureza orçamental do Município *“stricto sensu”*.

Quadro 56

APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO MUNICÍPIO		2019
Identificação	Contribuição	
Município (1)	27.889.627	
Dívida bruta sem contrato de antecipação de rendas (**)	18.323.388	
Contrato de antecipação de rendas (cessão de créditos)	9.566.239	
Serviços Municipalizados e intermunicipalizados (2)	10.583.469	
SMAS - Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	10.583.469	
Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais (3)	4.527.552	
Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	4.501.237	
Área Metropolitana Porto	0	
APCT - Assoc Parque de Ciência e Tecnologias do Porto	21668	
AdePorto - Agência de Energia do Porto	1.174	
Rede Intermunicipal de Cooperação e Desenvolvimento		
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	2.911	
Litoral Rural - Associação de Desenvolvimento Regional	563	
Empresas locais e participadas que violam a regra do equilíbrio (4)	3.570.394	
Maiambiente	1626.079	
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M. (*)	1944.315	
Net (*)	0	
Cooperativas e Fundações (5)	139.211	
Cooperzoo - Cooperativa Zoológica da Maia (*)	3.088	
Fundação do Conservatório de Música	97.229	
Fundação do Desporto	1.267	
Fundação da Juventude	29.776	
Fundação Serralves	7.851	
Entidades de outra natureza (6)	4.218.274	
FEII Maiaimo	4.218.274	
TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO PARA DÍVIDA ORÇAMENTAL DO MUNICÍPIO (7) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)	50.928.527	
LIMITE LEGAL (8)	123.122.786	
MARGEM ABSOLUTA (9) = (7) - (8)	-72.194.259	
MARGEM UTILIZÁVEL (alínea b) n.º 3 art.º 52 LFL (10) = (8) * 20%	11.608.900	
TOTAL DÍVIDA ORÇAMENTAL A 31 DEZEMBRO 2018 (11)	65.078.288	
MARGEM DISPONÍVEL PARA UTILIZAR (12) = (10) - [(7)-(11)]	25.758.661	

Un: Euros

(*) Entidade em processo de dissolução e liquidação

(**) Exclui FAM, nos termos legalmente previstos

Avaliados os resultados obtidos conclui-se que no exercício de 2019 a dívida total de operações orçamentais do Município – grupo municipal – desce para 50.928.527 €, o que posiciona o Município abaixo do limite legalmente imposto em (-) 72.194.259 € para além de evidenciar um decréscimo significativo do endividamento em relação ao final da gerência de 2018 na ordem dos (-) 14,15 milhões de euros, (-) 21,7%.

Para esta redução contribui de forma preponderante o nível da dívida dos SMAS que diminui (-) 6.793.894€ e da dívida do Município que, por si só, reduz (-) 6.745.350 €

No decréscimo da dívida dos SMAS teve uma influência determinante a operação de substituição da dívida do Município (SMEAS) à EDP Distribuição Energia, S.A., assumida no âmbito do Protocolo celebrado em 2005, que culminou na adjudicação da contratação do empréstimo bancário de médio e longo prazo no montante de 10.254.645,79€ ao Banco Português de Investimento (BPI), operação que se traduziu numa diminuição no endividamento de médio e longo prazo na ordem de (-) 6,5 milhões de euros.

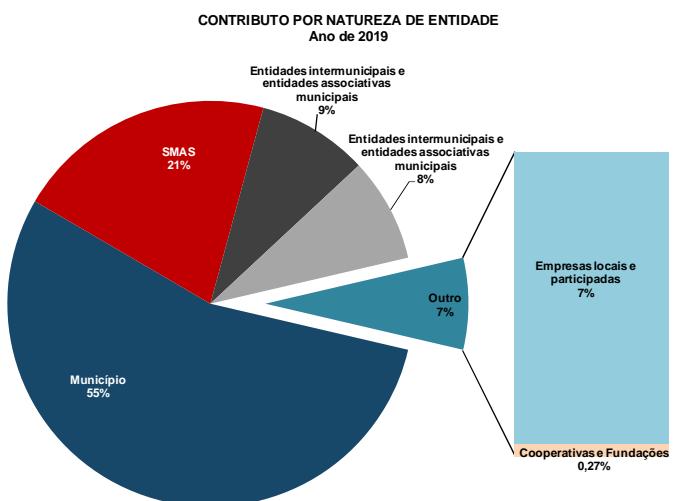
Logo a seguir, surgem as contribuições provenientes do FII Maia Imo e da Lipor que influem na dívida, respetivamente, (-) 1.249.268 € e (-) 936.536 €

Figuram também como contributos positivos para a redução do endividamento do grupo municipal, apesar da menor materialidade, a Tecmaia, (-) 30.464 €, a Fundação de Desporto, (-) 9.252 €, a AdePorto - Agência de Energia do Porto, (-) 7.018 €, a Fundação de Conservatório de Música, (-) 2.897 €, a Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, (-) 621 €, a Litoral Rural, (-) 276 €, a NET, (-) 205 € e a AMP (-) 58 €

Com impacto diverso, apresenta-se a empresa Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.M., que à data de fecho de contas de 2019 apresentava resultados antes de impostos negativos a contrário do ano transato, o que dita uma contribuição para a dívida no montante de 1.626.079 €

As restantes entidades participadas mantêm os seus níveis de dívida.

Gráfico 48



No Quadro 57 sistematiza-se a dívida total de operações orçamentais diferenciando-a em função do seu grau de exigibilidade, tendo em vista obter uma visão mais pormenorizada da estrutura do endividamento do Município numa lógica de grupo municipal.

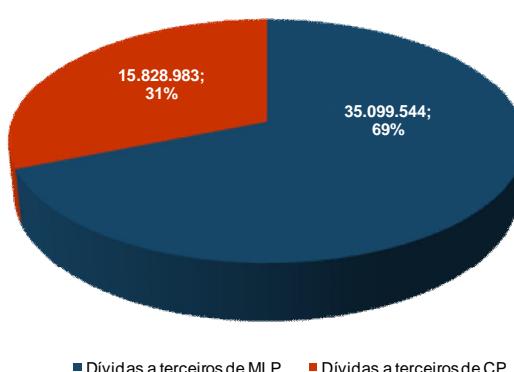
Quadro 57

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO GRUPO MUNICIPAL POR GRAU DE EXIGIBILIDADE				
Ano 2019				
Identificação	% (a)	Dívidas a terceiros de MLP (b)	Dívidas a terceiros de CP (c)	Contribuição (d) = (b)+(c)
Município (1)	100%	19.369.639	8.519.988	27.889.627
Serviços Municipalizados e intermunicipalizados (2)		8.836.293	1.747.176	10.583.469
SMAS - Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	100%	8.836.293	1.747.176	10.583.469
Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais (3)		2.626.968	1.900.584	4.527.552
Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	10,55%	2.616.684	1.884.553	4.501.237
Área Metropolitana Porto	5,58%	0	0	0
APCT - Assoc Parque de Ciência e Tecnologias do Porto	2,947%	10.284	11.384	21.668
AdePorto - Agência de Energia do Porto	7,43%	0	1.174	1.174
Rede Intermunicipal de Cooperação e Desenvolvimento		0	0	0
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	6,07%	0	2.911	2.911
Litoral Rural - Associação de Desenvolvimento Regional	16,67%	0	563	563
Empresas locais e participadas que violam a regra do equilíbrio (4)		0	3.570.394	3.570.394
Miambiente	100,00%	0	1.626.079	1.626.079
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M. (*)	5100%	0	1.944.315	1.944.315
Cooperativas e Fundações (5)		58.916	80.295	139.211
Cooperzoo - Cooperativa Zoológica da Maia (*)	13,33%	0	3.088	3.088
Fundação do Conservatório de Música	100%	39.141	58.087	97.229
Fundação do Desporto	4,093%	0	1.267	1.267
Fundação da Juventude	142%	19.774	10.002	29.776
Fundação de Serralves	0,37830%	0	7.851	7.851
Entidades de outra natureza (6)		4.207.729	10.545	4.218.274
FEIM Maiaimo	100%	4.207.729	10.545	4.218.274
TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO PARA DÍVIDA ORÇAMENTAL DO GRUPO MUNICIPAL		35.099.544	15.828.983	50.928.527
(7) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)				
Un: Euros				

(*) Entidade em processo de dissolução e liquidação

Gráfico 49

PESO DA DÍVIDA POR GRAU DE EXIGIBILIDADE
Ano de 2019



Ilustra-se nos gráficos que seguem, não só o posicionamento da dívida total do Município – grupo municipal – face ao limite legal imposto, mas também o contributo de cada uma das entidades participadas.

Gráfico 50

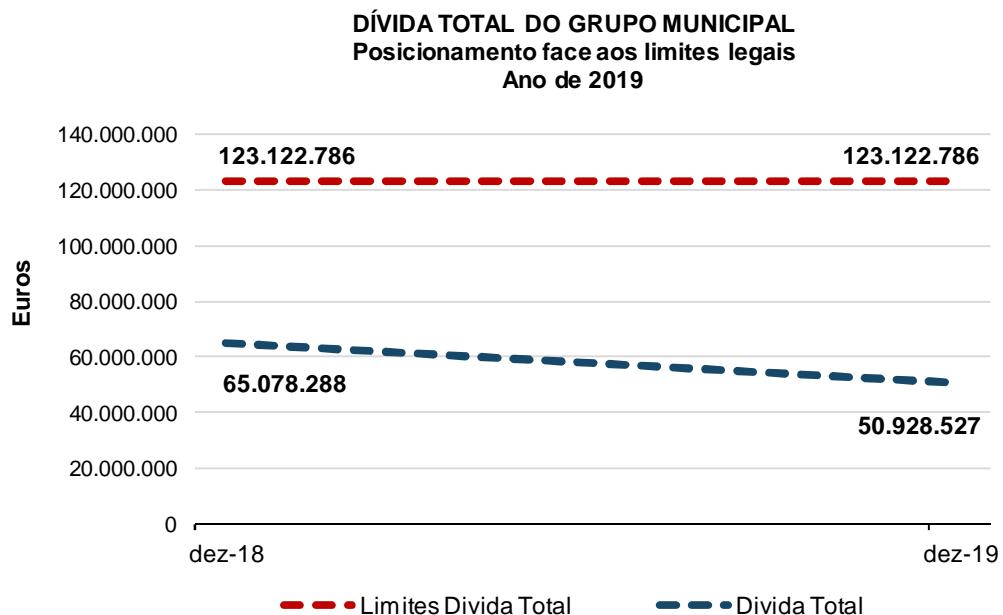
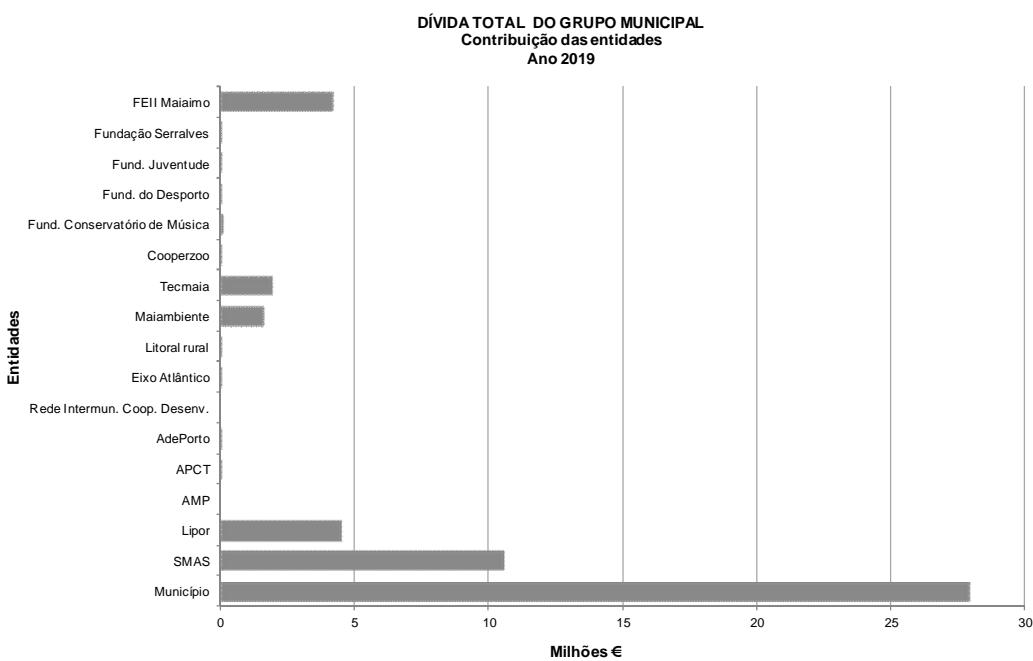


Gráfico 51



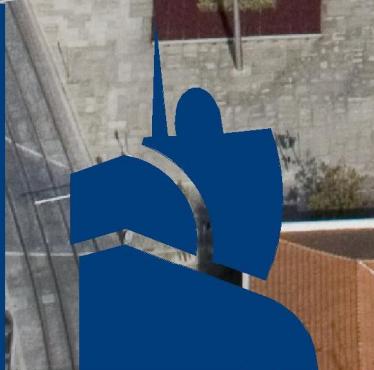


Prossegue, o presente relatório, numa análise de pormenor dedicada à composição dos direitos e deveres passíveis de serem refletidos na posição patrimonial do Município, no final do exercício de 2019 (de acordo com os critérios contabilísticos vigentes), designadamente apreciando em detalhe os Ativos detidos, bem assim como das fontes de financiamento implícitas na capitalização desses mesmos Ativos alcançada ao longo do tempo.

Com impacto direto nessa posição figura, desde logo, a atividade do exercício cuja perspetiva nos é fornecida pela Demonstração de Resultados, proporcionando uma visão de pormenor dos proveitos e custos incorridos no período, assim como do seu balanceamento para o apuramento do resultado líquido. Este, por sua vez, é vertido no Balanço (na componente de Capitais Próprios, que assim acumula a performance do exercício às que paulatinamente se foram somando em todo o histórico de atividade e até ao momento de reporte do relatório em presença).

Em todo o caso, e sempre que se considere oportuna a inclusão de quadros e mapas, optar-se-á pela inclusão dos valores comparativos reportados ao final do exercício antecedente, de forma facilitar a compreensão do sentido das variações ocorridas.

Acrescenta-se ainda uma última nota para recordar que este será também o último relatório de gestão elaborado pelo Município da Maia no paradigma contabilístico vigente, pois que após sucessivos adiamentos o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas entrou definitiva e finalmente em vigor a 1 de janeiro de 2020.



maia
CÂMARA MUNICIPAL

BALANÇO

O Balanço, que não conhece nos critérios que presidem à sua composição e estrutura quaisquer alterações face aos produzidos em exercícios anteriores, continua a ser a ferramenta que, de modo sistemático, melhor fornece informação de rápida compreensão acerca da estrutura económica e financeira do Município – enquanto estrutura produtiva dos bens e serviços que, atento o enquadramento legal a que se encontra obrigado, melhor corporizam o exercício das competências que lhe são próprias.

Neste mapa, que sabemos agora conhecerá algumas alterações a partir do exercício de 2020 (em face do novo normativo contabilístico vigente de 1 de janeiro em diante), não conhece, ainda, contudo em 2019 alterações de conteúdo, permanecendo fiel a estrutura que tem vindo a ser usada desde o início da vigência do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

Assim permanece também assegurada, não só a comparabilidade, como o acesso rápido a informação acerca da natureza das fontes de financiamento subjacentes ao ativo acumulado no final do exercício. Avaliando as ponderações relativas de Passivos e Fundos Próprios, é possível perceber rapidamente a dependência do Município (medida igualmente da sua vulnerabilidade) relativamente aos capitais alheios, capacidade inversamente relacionada com a sua autonomia para, socorrendo-se apenas de capitais próprios, suportar mudanças violentas, e por vezes inesperadas, no contexto em que atua.

Ainda de leitura direta, o Balanço fornece uma quantificação dos investimentos realizados até ao termo do exercício que é objeto do presente relato, do montante (proporção) de ativos com elevado grau de liquidez que permitam fazer face dos montantes em dívida de curto prazo, assim como dos compromissos e pagamentos assumidos pelo próprio Município junto de terceiros.

Os Fundos Próprios, por seu lado, fornecem uma quantificação precisa do valor, em sentido económico, da riqueza criada desde o início da vigência do POCAL e até ao momento de reporte da presente prestação de contas, permitindo ainda a projeção de uma linha de tendência – e, em certa medida partindo dela, antecipar o que se espera poderá vir a ser o futuro próximo da instituição, numa ótica estritamente económica e financeira e na medida em que as variáveis que subjazem a atividade económica municipal sejam, também elas próprias, antecipáveis.

Atenta a diversidade de públicos com legítimo interesse na informação de gestão presentemente divulgada, o esforço que se empreende ao longo deste relatório é de permanentemente assegurar a informação complementar que se entenda necessária à total compreensão e contextualização dos dados numéricos que nele serão inclusos, em mapas e quadros sucessivos, dotando assim os mais diversos tipos de leitores deste documento (Municípios, credores em geral, instituições tutelares) da totalidade da informação tida por relevante para uma correta compreensão da evolução do panorama económico e financeiro do Município da Maia.

Avança-se assim na apreciação das variações ocorridas das diversas componentes que, agregadas, perfazem o património municipal, no decurso de 2019.

Quadro 58

ESTRUTURA E EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DA AUTARQUIA - Balanço Sintético						
Descrição	2019		2018		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativo Líquido	433 786 749	100,00%	429 911 907	100,00%	3 874 842	0,90%
Imobilizado	398 363 416	91,83%	396 713 562	92,28%	1649 854	0,42%
Circulante						
Existências	642 141	0,15%	619 427	0,14%	22 714	3,67%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	2 572 191	0,59%	4 091 361	0,95%	-1519 170	-37,13%
Disponibilidades	27 791 657	6,41%	24 938 361	5,80%	2 853 296	11,44%
Acréscimos e Diferimentos	4 417 344	1,02%	3 549 197	0,83%	868 148	24,46%
Passivo	90 144 089	100,00%	96 949 596	100,00%	-6 805 507	-7,02%
Provisões para riscos e encargos	3 695 022	4,10%	4 967 079	5,12%	-1272 057	-25,61%
Dívidas a Terceiros						
Médio e Longo Prazo	19 369 639	21,49%	23 130 054	23,86%	-3 760 415	-16,26%
Curto Prazo	13 047 801	14,47%	16 162 438	16,67%	-3 114 637	-19,27%
Acréscimos e Diferimentos	54 031 628	59,94%	52 690 025	54,35%	1341602	2,55%
Fundos Próprios	343 642 660	100,00%	332 962 312	100,00%	10 680 348	3,21%
Património	318 442 895	92,67%	307 097 864	92,23%	11345 031	3,69%
Ajustamentos Partes Capital em Empresas	-6 747 732	-1,96%	-10 087 773	-3,03%	3 340 042	-33,11%
Reservas	21064 775	6,13%	20 308 748	6,10%	756 027	3,72%
Resultados Transitados	2 444 154	0,71%	4 139 248	1,24%	-1695 094	-40,95%
Resultado Líquido do Exercício	8 438 568	2,46%	11504 225	3,46%	-3 065 657	-26,65%

Un.: Euros

Numa perspetiva de análise macro do Balanço, é rapidamente conferível o crescimento dos Ativos e, paralelamente, um reforço de autonomia, com o incremento dos Fundos Próprios e a simultânea redução do Passivo.

No final do exercício, o Ativo totaliza 433.786.749 €, mais 3.874.842 € do que na abertura do exercício traduzido num crescimento relativo de (+) 0,9%. Fica esta evolução a dever-se ao aumento de todas as rubricas que compõem o Ativo, com exceção das Dívidas de Terceiros e com ênfase, em particular, na variação ocorrida ao nível das Disponibilidades.

Por seu lado, no seio do Passivo diminuem também todas as rubricas com exceção dos Acréscimos e Diferimentos (Passivos), alcançando no final do exercício o montante de 90.144.089 €, menos (-) 6.805.507 € do que no final de 2018. Exibe uma expressão particularmente assinalável o comportamento das Dívidas a Terceiros, que alcançam no exercício o montante total de 32.417.439 €, (-) 6.875.052 € do que no período homólogo, introduzindo uma contribuição incontornável para a redução globalmente alcançada no cômputo global do Passivo, traduzida numa variação de (-) 7%.

No que respeita aos Fundos Próprios, a maior parte da variação observada no período é explicada pelo resultado líquido do exercício, positivo, apurado no montante de 8.438.568 €, a que se juntam ainda a valorização das participações de capital em empresas, detidas pelo Município (que ascendem, no

exercício, a (+) 3.340.042 €. Ainda no mesmo exercício económico, os Fundos Próprios totalizam 343.642.660 €, (+) 3,2% do que no período homólogo.

Uma vez abordadas genericamente as variações ocorridas nas grandes rubricas do Balanço, procede-se agora para uma apreciação de pormenor, a um nível mais fino de análise.

ATIVO

IMOBILIZADO

O ativo líquido alcança no final de 2019 o montante de 433.786.749 €, (+) 3.874.842 € do que a sua valoração no final do exercício antecedente.

Em termos brutos, o Ativo Imobilizado ascende a 705.306.004 €, a que se deduzem ainda respetivas amortizações e provisões no montante de 306.942.588 €

Na análise às três maiores componentes que o Ativo agrupa (Imobilizado, Circulante e Acréscimos e Diferimentos- Ativos), verifica-se desde logo que permanece inalterada a estrutura de contribuições relativas para os valores globais apurados, mantendo-se o ativo imobilizado como componente predominante – com uma representatividade no total do ativo que ascende a quase 92%.

Respondendo por 398.363.416 € em 31 de dezembro, o Imobilizado cresce face ao saldo inicial do exercício, aumentando em valor absoluto (+) 1.649.854 €. Logo de seguida, o Ativo Circulante totaliza no momento de reporte 31.005.989 €, dos quais 27.791.657 € correspondem a Disponibilidades (caixa e depósitos em instituições financeiras).

Por último, a única componente não exigível do Ativo (Acréscimos de Diferimentos) aumenta também ao longo de 2019, quantificando-se no momento de reporte em 4.417.344 €, (+) 24,5% do que o apurado no final do exercício antecedente.

Atenta a materialidade dos valores envolvidos, dedica-se uma primeira análise, na incursão pelas diversas componentes do Ativo, ao Ativo Imobilizado: sendo responsável pela maior parte do valor do Ativo total, qualquer variação ocorrida nesta componente tem naturalmente grande impacto no ativo total. Composto de Bens de Domínio Público, Imobilizações Incorpóreas, Imobilizações Corpóreas e Investimentos Financeiros (com uma representatividade respetivamente de 18,8%, 0,3%, 75,5% e 5,4%) apresentava-se a 31 de dezembro decomposto da seguinte forma:

Quadro 59

ATIVO LÍQUIDO IMOBILIZADO - Variação 2019/2018						
Rubricas	2019	%	2018	%	Variação %	Variação Absoluta
Bens de Domínio Público	74 800 368	18,78%	78 937 359	19,90%	-5,24%	- 4 136 990
Imobilizações Incorpóreas	1052 194	0,26%	1098 716	0,28%	-4,23%	- 46 522
Imobilizações Corpóreas	300 919 096	75,54%	299 260 413	75,43%	0,55%	1658 683
Investimentos Financeiros	21591757	5,42%	17 417 074	4,39%	23,97%	4 174 683
TOTAL	398 363 416		396 713 562		0,42%	1 649 854

Un.: Euros

Verifica-se que, no exercício, a componente de Investimentos Financeiros é a que mais se valoriza (refletindo uma valoração em alta das participações detidas pelo Município que, em 2019, alcança o montante de 21.591.757 €). Em sentido contrário, diminui o valor dos Bens de Domínio Público, ainda assim permanecendo como segunda parcela do imobilizado com maior materialidade – ascende a 74.800.368 €, (-) 4.136.990 € do que em 2018.

No ranking das quatro parcelas, apresentadas de acordo com as contribuições de cada uma, em valor absoluto, apresenta-se em primeiro lugar a parcela de Imobilizações Corpóreas (com 300.919.096 €, aumentando (+) 1.658.683 € face ao valor registado em 2018), seguida dos Bens de Domínio Público (que alcança no exercício o montante de 74.800.368 €). Em terceiro lugar figuram os Investimentos Financeiros e as Imobilizações Incorpóreas que, conjuntamente não chegam a representar 6% do total do Ativo Imobilizado.

Procurando ilustrar de modo que possibilite uma leitura mais imediata do que atrás se procurou explicar, inserem-se seguidamente um par de gráficos demonstradores da estrutura final do Ativo Líquido Imobilizado à data do reporte e ainda da evolução observada, nas suas componentes, no decurso do exercício:

Gráfico 52

Estrutura do Activo Líquido Imobilizado - Variação 2019/ 2018

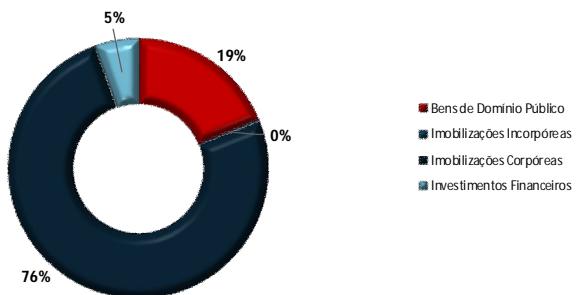
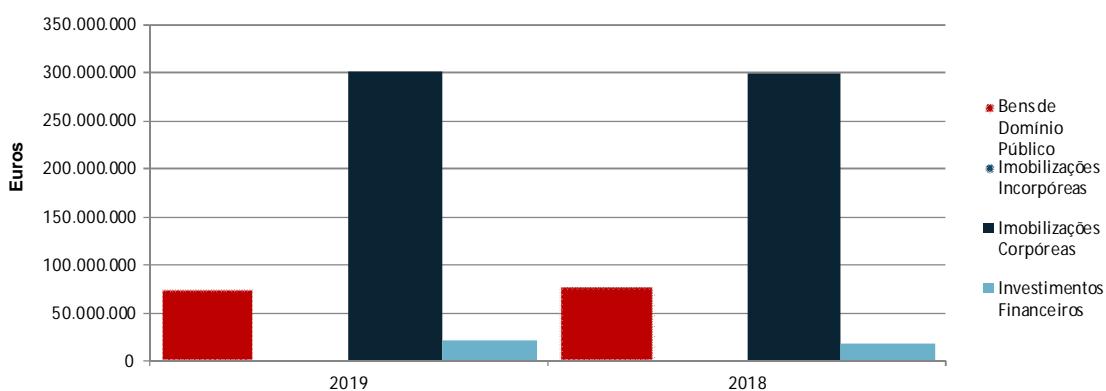


Gráfico 53

Ativo Líquido Imobilizado - Variação 2019/ 2018



Dedicando-nos primeiramente à apreciação das variações ocorridas no interior do Imobilizado Corpóreo, é possível dizer desde logo que, pese embora a sua ponderação no ativo imobilizado (e até no ativo total, se considerarmos que representa 69,4% deste último), a oscilação no exercício acaba por se aproximar significativamente da variação total do ativo imobilizado, praticamente se anulando entre si as variações ocorridas no seio das demais componentes. Aqui se consolidam variações de sinal contrário ocorridas ao nível do imobilizado firme (que diminui, em termos líquidos, (-) 815.520 €) e do imobilizado em curso (que regista um aumento assinalável de (+) 2.474.203 €). Diminuem as rubricas de Edifícios e outras construções (para 219.504.862 €), Equipamento Básico (para 2.618.579 €) e Equipamento de Transporte (311.320 €), refletindo tão só e genericamente o facto de as amortizações do exercício terem sido superiores às reposições de novos itens de idêntica natureza dos depreciados.

No que ao imobilizado em curso respeita, é possível numa análise mais fina verificar que o aumento ocorrido advém do crescimento da rubrica de Construções de Edifícios (que regista um importante aumento de (+) 4.502.474 €), uma vez que as Construções Diversas diminuem significativamente face ao valor observado em 2018, passando a representar cerca de 4% do imobilizado em curso total (em vez dos 30% registados anteriormente).

Relativamente à rubrica Terrenos e Recursos Naturais (que diminui (-) 124.825 € no exercício, para 63.556.745 €) cumpre dar nota que a variação de saldo ocorrida resulta de atividade dita normal no seio desta componente do ativo imobilizado, refletindo perda efetiva da propriedade (por venda ou acordos judiciais) ou meramente transferências de lotes entre os domínios privado e público.

Prosseguindo com a segunda componente que mais pondera na composição do Ativo Líquido Imobilizado, os Bens de Domínio Público, apresentam-se com uma ponderação próxima de 19% (ligeiramente inferior a que se verificou em 2018). Verifica-se que, em termos líquidos, a sua valoração diminui no exercício o que fica a dever-se ao facto de os investimentos realizados nesta área (3.667.031 € em firme e 2.210.368 € em imobilizado em curso) serem ainda assim superados pela variação nas amortizações acumuladas aos equipamentos existentes (10.014.389 €).

Um apontamento ainda para os investimentos em curso para informar ainda que os mesmos respeitam a Outras Construções e Infraestruturas, particularmente Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares, aqui se refletindo os trabalhos no âmbito da mobilidade urbana sustentável, implicando reabilitação e passeios e arruamentos em geral, executados no enquadramento do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da Maia, parcialmente financiáveis no âmbito do Programa Operacional Norte2020.

Em terceiro lugar na contribuição para os valores assumidos no exercício pelo Ativo Imobilizado Líquido, figuram os Investimentos Financeiros, que registam no exercício um crescendo de valor, em termos brutos, de (+) 4.176.683 € que, deduzidos dos 2.068 € de provisões constituídas até ao termo do exercício, para fazer face aos riscos que lhes estão associados, redundam no montante líquido identificado no quadro anteriormente inserido.

Para esta variação em muito contribui o aumento de capital de que foi alvo a empresa Espaço Municipal, que se quantifica em 3.450.000 €. Conforme se deu nota já no relatório às contas do primeiro semestre do exercício, ocorreu em 2019 o registo contabilístico do aumento de capital estatutário aprovado (em reunião de Câmara de 11 de junho de 2018 e posteriormente em sessão da Assembleia Municipal

decorrida em 28 de junho do mesmo ano) para a participada Espaço Municipal, no montante de 3.450.000 €, cuja consumação se concluiu no exercício corrente.

A estrutura de contribuições relativas para o valor global dos Investimentos Financeiros realizados ao fecho do exercício permanece razoavelmente inalterada, na medida que a Espaço Municipal permanece como participação dominante (reforçando até a sua contribuição, com o aumento de capital anteriormente aludido, para 56% das participações totais), seguida pela Maiambiente – que no período alcança o montante de 2.886.915 € (correspondendo a 13% de todas as participações).

O Fundo de Apoio Municipal encontra-se quase totalmente realizado ao fecho de 2019, restando apenas 106.797 € (cuja realização se concluirá em 2020).

Um apontamento ainda para o aumento de valor das Outras Aplicações Financeiras (Outros Títulos), de (+) 41.585 €, decorrente da atualização do valor da participação no Fundo de Investimento Imobiliário Fechado MAIA IMO.

Procurando sistematizar de forma mais estruturada a lista dos Investimentos Financeiros realizados pelo Município da Maia, insere-se seguidamente quadro ilustrativo das participações detidas mais relevantes, compreendendo, por um lado, as participações detidas em empresas cujo capital social é maioritariamente pertença do Município (mensuradas com recurso ao Método da Equivalência Patrimonial) e, por outro lado, Outras Aplicações Financeiras (no caso, apenas o Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maia IMO).

Quadro 60

INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
	% Detida	Custo de Aquisição	Capital próprio Ajustado	Investimentos Financeiros	Variação Provisões
Partes de capital					
EM EM - Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia	100%	124 699	476 711	409 931	66 780
Fundação Conservatório de Música da Maia	100%	22 938	-114 724	-115 936	-
Maiambiente - Empresa Municipal de Ambiente	100%	1496 394	2 886 915	3 089 442	-202 527
Espaço Municipal - Ren. Urbana e Gestão Patrimonio	100%	12 811 338	12 090 485	7 788 347	4 302 139
MACMAI	100%	0	0	0	0
TECM AIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia	5%	2 799 390	-2 578 083	-2 507 915	70 168
Outras Aplicações Financeiras					
Fundo de Investimento Imobiliário "MAIA IMO"					
Fundo de Investimento Imobiliário "MAIA IMO"	100%	6 000 000	1599 682	1558 097	41585

Un.: Euros

O único Fundo de Investimento Imobiliário que permanece detido pelo Município, ao longo de 2019, é o designado Maia IMO, recordando-se acerca da sua valoração que, desde 2014 (com a entrada em vigor do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais) o critério utilizado é o do custo, líquido de amortizações e de provisões associadas. Naturalmente que, por esta via, o valor atribuído a este ativo detido pelo Município é muito provavelmente distinto do que seria obtido se a determinação do valor desta participação se fizesse de modo semelhante ao de uma qualquer participada a 100% (a partir do montante registado no Capital Próprio inscrito no seu Balanço). Em 2019, esta imposição legal traduziu-se, na prática, no aumento do valor deste fundo pelo montante de (+) 41.585 €.

Por último, na análise do Ativo Imobilizado Líquido, uma nota final à parcela com menor contribuição, as Imobilizações Incorpóreas. Estas alcançam, no final de 2019, o montante de 1.052.194 €, (-) 46.522 € do que o alcançado no exercício antecedente em consequência de as novas entradas (para imobilizado firme e em curso) serem superadas pelas amortizações registadas no período, para o conjunto de ativos de idêntica natureza.

CIRCULANTE

Prosseguindo na análise aos elementos que compõem o primeiro membro do Balanço (o Ativo), avança-se seguidamente com a apreciação do Ativo Circulante que totaliza, no exercício de 2019, 31.005.989 € o equivalente a 7,1% do total do ativo líquido total.

Ao longo do exercício, aumentam com grande impacto as Disponibilidades, (+) 2.853.296 € e em montante inferior as Existências, (+) 22.714 € num efeito que é parcialmente esbatido por movimento de sinal contrário observado ao nível dos créditos detidos pelo Município sobre terceiros.

Além de serem, as Disponibilidades, responsáveis pela maior parcela do Ativo Circulante (89,6%) e a segunda maior do Ativo Líquido Total (6,4%), dá-se nota ainda a título de mera informação complementar que estas mais do que duplicam o montante das dívidas assumidas pelo Município, exigíveis no curto prazo, cuja apreciação se fará adiante aquando da análise do Passivo.

Uma vez mais e em linha como que se tem verificado em exercícios anteriores, de novo a dinâmica de Tesouraria se mostrou geradora de fluxos de caixa excedentários culminando no final do exercício num saldo apurado de 8.954 € em Caixa, acrescidos de 27.782.703 € depositados em instituições financeiras.

Relativamente às Dívidas de Terceiros – curto prazo, importa reter que estas cifrando-se em 2.572.191 € no momento a que nos reportamos nesta análise, diminuem (-) 1.519.170 € relativamente ao montante apurado reportado ao final do ano anterior.

Pela natureza dos valores implicados, e atenta ainda a sua materialidade, inclui-se seguidamente o Quadro 61 contendo em detalhe as diversas componentes que se agregam nas Dívidas de Terceiros – Curto Prazo.

Quadro 61

	DÍVIDAS DE TERCEIROS						Variação 2019/2018
	2019		2018				
	Ativo Bruto	Provisões	Ativo Líquido	Ativo Bruto	Provisões	Ativo Líquido	
Empréstimos Concedidos	60 806	0	60 806	60 806	0	60 806	0,00%
Clientes/ Contribuintes/ Utentes c/c (incluindo de cobrança duvidosa)	5 408 140	5 126 792	281 348	5 496 548	5 096 662	399 886	-29,64%
Estado	0	0	0	0	0	0	-
Outros Devedores (incluindo de cobrança duvidosa)	3 721 260	1 491 223	2 230 037	5 107 823	1 477 155	3 630 669	-38,58%
TOTAL	9 190 205	6 618 015	2 572 191	10 665 178	6 573 817	4 091 361	-37,13%

Un.: Euros

Da análise ao quadro precedente é possível concluir não só pela redução dos créditos detidos sobre terceiros (a que já nos referimos em momento anterior deste relatório), como pela redução ou, no pior dos casos manutenção, de todas as parcelas que o compõem.

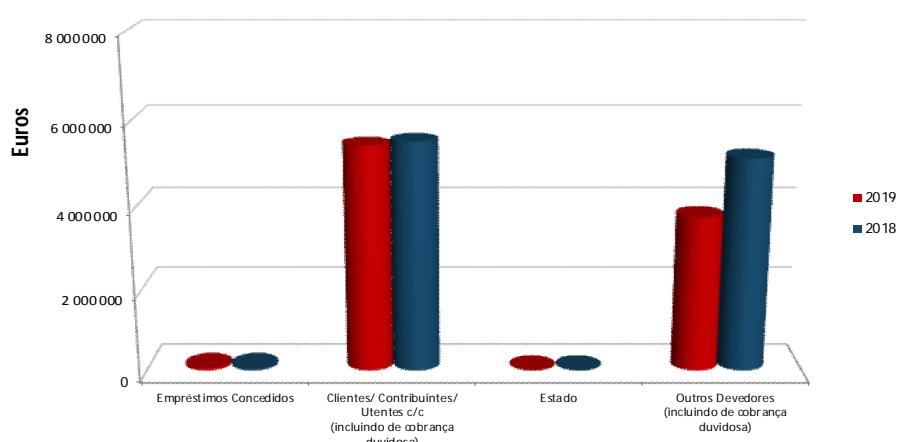
Diminuem com grande expressão os saldos de Outros Devedores (incluindo os que reuniam critérios para serem considerados de cobrança duvidosa), que caem entre o início e final do exercício (-) 38,6%, assim como diminuem também as dívidas de Clientes/ Contribuintes/ Utentes conta-corrente, (-) 29,6%.

Permanecem inalteradas as dívidas do Estado ao Município (nulas em ambos os momentos em comparação), assim como os créditos detidos sobre terceiros com origem em Empréstimos Concedidos (no âmbito do programa FINICIA).

Em devedores diversos encontra-se, tal como no exercício precedente, refletida contabilisticamente a dívida da Tecmaia, no âmbito do pagamento efetuado pelo Município à Autoridade Tributária em substituição desta empresa (entre 2016 e 2018) relativo às dívidas fiscais tituladas por ela e revertidas contra os seus administradores, por sua vez indigitados pela Câmara Municipal da Maia. No final do exercício, o montante correspondente a estas dívidas permanece inalterado relativamente ao apurado no início do exercício, ascendendo a 1.292.354 €. No momento da elaboração do presente relatório, são já conhecidas sentenças, totalmente procedentes, relativamente aos processos relativos a IVA referentes aos exercícios de 2012/2013 e 2013/2014, no valor de 146.219,30 € e 123.663,84 € respetivamente – e não obstante terem sido interpostos, pela Fazenda Pública, Recursos que aguardam acórdão do Supremo Tribunal Administrativo.

Para uma apreciação mais imediata das variações ocorridas no seio das Dívidas de Terceiros, no exercício de 2019, comparativamente com os respetivos saldos ao início do ano, prossegue-se com ilustração gráfica das mesmas.

Gráfico 54
Dívidas de Terceiros - Ativo Bruto



Conclui-se a apreciação do Ativo Circulante com uma nota apenas a dedicar às Existências que permanecem com uma representatividade residual no cômputo do Ativo Circulante (2%), ascendendo no fim de 2019 a 642.141 €

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS

De acordo com o que dispõe o normativo contabilístico ainda aplicável no exercício objeto do presente relato (o POCAL), foram especializados no exercício os custos e proveitos imputáveis ao ciclo produtivo a que respeitam as demonstrações financeiras, independentemente do facto de o documento que os suporta ter sido, ou vir a ser, emitido num exercício distinto deste.

Dedicando-nos nesta fase do relatório à análise das componentes do Ativo, inclui-se seguidamente quadro resumo dos Acréscimos e Diferimentos dessa índole calculados a 31 de dezembro de 2019.

Quadro 62

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS	
Acréscimos de Proveitos	4 304 581
Juros a Receber	7 722
Impostos e Taxas	3 090 486
Subsídios Correntes	732 772
Instalações Desportivas	0
Mercados e Feiras	0
Outros Acréscimos de Proveitos	473 600
Custos Diferidos	112 764
Prémios de Seguros	111 202
Rendas Antecipadas	540
Outros Custos Diferidos	1021
TOTAL	4 417 344

Un.: Euros

Os Acréscimos e Diferimentos Ativos, que no ano de 2018 ascendiam a 3.549.197 €, alcançam no final de 2019 o montante de 4.417.344 €, distribuídos entre Acréscimos de Proveitos (4.304.581 €) e Custos Diferidos (112.764 €).

Não só permanece, à semelhança do sucedido em exercícios anteriores, a parcela de Acréscimos de Proveitos como preponderante (97%), como dentro desta se mantém a rubrica de Impostos e Taxas com destacada contribuição, verificando-se ainda que esta ocorre com maior incidência ao nível dos Impostos Diretos, particularmente ao nível do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (com 1.800.872 €), seguido da Derrama (com 748.978 €, que é simultaneamente a rubrica que regista maior crescimento face ao valor especializado em 2018), e depois o Imposto Único de Circulação, com (+) 37.889 €. Em contracírculo, apresenta-se o Imposto Municipal sobre Imóveis, cujo acréscimo diminui (-) 156.266 € face ao período homólogo.

Também com elevada materialidade e quase duplicando o montante registado no exercício anterior, apresentam-se as Transferências / Subsídios Correntes, com particular ênfase para o reconhecimento de proveitos associados ao Programa de Expansão Pré-Escolar (que ascendem, em 2019, a 605.956 €).

Ainda com materialidade digna de uma análise de pormenor, apresentam-se os Outros Acréscimos de Proveitos, que alcançam no exercício 473.600 €. Encontra-se aqui refletido o reconhecimento dos proveitos associados aos recebimentos expectáveis, por parte dos encarregados de educação, relativos a consumo de refeições escolares, ao usufruto dos serviços de apoio à família designados Componente de Apoio à Família e Serviço de Apoio à Família, no último quadrimestre do exercício objeto do presente relatório.

Por último, e com contributo residual, figura o item Juros a Receber (Juros de Mora, designadamente) que no exercício totalizam, em especialização, 7.722 €

PASSIVO

Neste capítulo do Relatório à Gestão Municipal de 2019, orienta-se a presente análise para a apreciação do Passivo registado contabilisticamente, numa ótica patrimonial. Como habitualmente tem sido feito em relatórios de anos anteriores, tal não colide (pelo contrário, complementa) com o facto de, em momento anterior deste relatório, ter sido também dedicado outro capítulo à dívida do Município, desta feita orientado para os movimentos ocorridos no mesmo exercício de natureza orçamental (atento o impacto destes ao nível do posicionamento do Município perante os limites legais estabelecidos para o endividamento das autarquias locais).

No final do exercício de 2019, o Passivo do Município da Maia ascendeu ao montante de 90.144.089 €, registando nova redução face ao ano transato, no caso de (-) 6.805.507 € (em 2018 tinha já reduzido (-) 6.405.840 € face ao apurado no seu antecedente).

Diminuem, entre o início e o final do ano, as Dívidas a Terceiros (quer as de Médio e Longo Prazo, com (-) 3.760.415 €, quer as de Curto Prazo, (-) 3.114.637 €), alcançando as dívidas detidas por terceiros sobre o Município o montante de 32.417.439 €, sendo 40% destes exigíveis no Curto Prazo. Não ocorreu, no exercício, a assunção de nenhum novo empréstimo com reflexo patrimonial nas contas do Município, constatando-se que foram meramente objeto de amortização parte dos valores transitados de exercícios anteriores.

Conforme se aludiu já em momento anterior deste relatório (análise da dívida), pese embora o que se referiu no parágrafo anterior, é um facto que o município adjudicou a contratação de um empréstimo bancário de médio e longo prazo no montante de 10.254.645,79 € (ao Banco Português de Investimento e na sequência da operação de substituição da dívida do Município (SMEAS) à EDP Distribuição Energia, S.A., assumida no âmbito do Protocolo celebrado em 2005), sendo contudo os reflexos contabilísticos desta operação vertidos na esfera da prestação de contas individual dos SMEAS, não relevando, portanto, patrimonialmente na esfera individual do Município.

Idêntico comportamento ao observado nas Dívidas a Terceiros oferecem também as Provisões para riscos e encargos que, reduzindo (-) 25,6% face ao montante calculado no final de 2018, totalizam neste exercício 3.695.022 €. Fica este facto a dever-se à redução das provisões constituídas para Processos Judiciais em Curso, que no exercício diminui (-) 1.341.013 €, e que ainda são parcialmente anuladas pela variação de sinal contrário introduzida pela dinâmica dos Capitais Próprios das empresas e fundos participados pelo Município cujos Passivos excedem o valor dos Ativos em 2019, este risco aumenta num

montante próximo de 69.000 €, decorrente sobretudo do agravamento dos Capitais Próprios da participada Tecmaia, amenizado um pouco, pelo melhoramento dos Capitais Próprios do Conservatório de Música da Maia.

No segundo membro do Balanço, em último lugar de acordo com a apresentação no mapa, mas em primeiro se atendermos ao critério da materialidade da rubrica, os Acréscimos e Diferimentos (passivos) que, alcançando no fim de 2019 uma ponderação no Passivo total próxima de 60% exibem uma variação em contraciclo com as demais componentes analisadas, aumentando de valor face ao final de 2018, (+) 1.341.602 €, alcançam no final do exercício 54.031.628 €. A esta componente, será dedicada adiante uma análise de maior pormenor.

DÍVIDAS A TERCEIROS

Sendo matéria sempre geradora de interesse e, por vezes, de leituras e interpretações dissonantes, a parcela do Passivo correspondente a Dívidas a Terceiros é, via de regra, merecedora de uma análise de pormenor.

Partindo da classificação da Dívida imposta pelo Balanço (em que esta se encontra distribuída de acordo com o prazo para a sua exigibilidade, independentemente do período para o qual foi contratada), entende-se útil complementar essa informação com a que se procura sistematizar no quadro inserido infra, em que os valores são evidenciados desta feita tem em conta a natureza da dívida assumida pelo Município, independentemente do momento em que esta se torna exigível.

Quadro 63

DÍVIDAS A TERCEIROS - Operações Orçamentais e não Orçamentais			
	2019	2018	Variação
Divida de Médio e Longo Prazo	24 255 801	31401495	-22,76%
Divida de Curto Prazo	8 161638	7 890 997	3,43%
Total	32 417 439	39 292 492	-17,50%

Un:Euros

Nota: Informação evidenciada tendo em consideração a natureza da dívida, independentemente do grau de exigibilidade da mesma.

É possível verificar, desde logo, que a dívida de médio e longo prazo (atenta a sua natureza e independentemente do grau de exigibilidade da mesma), que já havia diminuído sucessivamente nos exercícios decorridos entre 2016 e 2018, diminui uma vez mais alcançando no final de 2019 o montante de 24.255.801 €, (-) 22,8% do que no período homólogo.

Conferindo-se os totais por exercício necessariamente com os valores apresentados no Balanço, a Dívida Total a Terceiros aqui apresenta-se igualmente diminuída, sendo porém visível que atenta a sua natureza apenas (e ignorada a sua exigibilidade) a Dívida de Curto Prazo aumenta em valor, (+) 270.642 €, totalizando no período 8.161.638 €, concluindo-se que a redução na componente de passivo exigível no curto prazo ficava necessariamente a dever-se à redução da componente exigível no curto prazo de dívidas cuja natureza era, de facto, de médio e longo prazo.

Mais é possível conferir-se, particularmente da análise de pormenor da informação que o quadro que seguidamente se insere procura evidenciar, que o aludido aumento da dívida de curto prazo (pela sua natureza) não traduz uma variação percentual expressiva, (+) 3,4%, refletindo sobretudo, no que respeita às operações de natureza orçamental, um aumento das dívidas a Fornecedores – conta-corrente e Fornecedores de imobilizado – conjuntamente representando 513.276 € a 31 de dezembro.

Quadro 64

DÍVIDAS A TERCEIROS DE CURTO PRAZO			
	2019	2018	Variação
Operações Orçamentais			
Curto Prazo	3 740 622	3 553 872	5,25%
Fornecedor c/c (incluindo facturas em receção e conferência)	396 344	262 589	50,94%
Fornecedor imobilizado c/c (incluindo facturas em receção e conferência)	16 932	18 201	542,45%
Adiantamento por conta de vendas	0	0	-
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	0	0	-
Estado e Outros Entes Públicos	17 788	14 872	-
Outros Credores	3 209 558	3 258 210	-1,49%
Sub-Total	3 740 622	3 553 872	5,25%
Operações Não Orçamentais			
Curto Prazo	4 421 016	4 337 125	1,93%
Clientes e Utentes c/ Cauções	2 568 257	2 270 230	13,13%
Fornecedores de Imobilizado c/ Cauções	962 700	937 949	2,64%
Estado e Outros Entes Públicos	1 005	185 424	-99,46%
Outros Credores	889 055	943 522	-5,77%
Sub-Total	4 421 016	4 337 125	1,93%
TOTAL	8 161 638	7 890 997	3,43%

Un: Euros

Nota: Informação evidenciada tendo em consideração a natureza da dívida, independentemente do grau de exigibilidade da mesma.

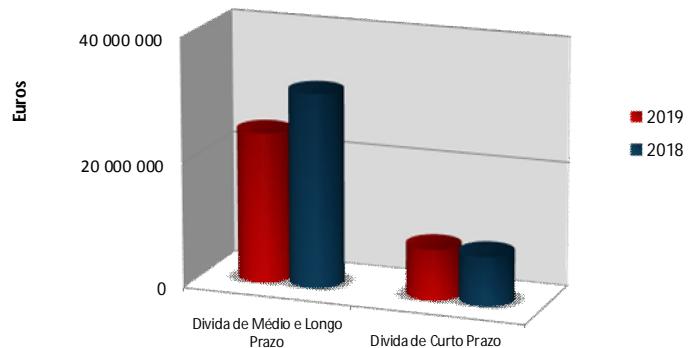
Concluindo a apreciação da dívida a terceiros de curto prazo (de acordo com a sua natureza), é conferível quer as operações orçamentais, quer as não orçamentais registam aumentos de valor, as primeiras de (+) 5,3% e as segundas (+) 1,9%.

As operações não orçamentais, em linha com o que reiteradamente se explicou em relatórios anteriores, não traduzem, pela natureza que lhes está intrinsecamente associada, despesa efetivamente suportada pelo Município: refletem operações de tesouraria e cauções em dinheiro, isto é, cobranças que os serviços autárquicos efetuam por conta de terceiros (de que são exemplo as retenções na fonte de impostos sobre os rendimentos dos funcionários municipais), traduzindo meros movimentos de entradas e saídas de verbas à margem do orçamento, não se lhes associando custos nem proveitos, mas apenas meros movimentos de tesouraria.

Procurando uma vez mais ilustrar graficamente o que se referiu, insere-se seguidamente gráfico facilitador da visualização do que anteriormente se explicou acerca da evolução da dívida municipal, atenta a sua natureza.

Gráfico 55

Dívidas a terceiros



ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS

Conforme se referiu na abordagem inicial à evolução do Passivo ocorrida no exercício, a componente de Acréscimos e Diferimentos Passivos é a única que regista aumentos, considerada a variação ocorrida entre o início e o final do exercício.

Em linha com os critérios estabelecidos no POCAL, a que nos referimos já em momento próprio deste relatório (a propósito dos Acréscimos e Diferimentos Ativos), foram também vertidos nas demonstrações financeiras do exercício os custos e proveitos imputáveis ao ciclo produtivo deste exercício, independentemente de se encontrarem titulados com documento emitido em período anterior ou posterior a este.

No caso do segundo membro do Balanço, composto de Passivo e Fundos Próprios, essa especialização está materializada nas rubricas de Acréscimos de Custos e de Proveitos Diferidos, que seguidamente se apresentam.

Quadro 65

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS	
Acréscimos de Custos	3 387 586
Remunerações a Liquidar - ano seguinte	2 406 504
Juros a Liquidar	25 894
Outros Acréscimos de Custos	955 188
Proveitos Diferidos	50 644 042
Rendas:	1265 765
Processo de antecipação de rendas	0
Outras rendas	8 422
Direito de Superfície	1257 344
Subsídios para Investimentos	46 295 510
Outros Proveitos Diferidos	3 082 767
TOTAL	54 031 628

Un:Euros

Da especialização de custos e de proveitos de natureza passiva, no exercício em apreço, é calculado um passivo (não exigível) de 54.031.628 €, mais (+) 1.341.602 € do que apurado no final de 2018; de novo os Proveitos Diferidos têm uma representatividade predominante, respondendo por cerca de 94% do valor total assim obtido, correspondendo o remanescente a Acréscimos de Custos.

Na parcela de Proveitos Diferidos destaca-se o montante dedicado a Subsídios para Investimentos, refletindo financiamentos obtidos no âmbito de projetos cofinanciados, cujo reconhecimento do direito é contabilizado simultaneamente com os pedidos de pagamento efetuados. No exercício, alcançam o montante de 46.295.510 €, mais (+) 1.561.173 € do que em 2018. Este valor será, na proporção em que são reconhecidas as amortizações dos equipamentos subjacentes ao próprio financiamento, reconhecido paralelamente com estes como proveitos do exercício.

Os Direitos de Superfície contabilizados traduzem, à semelhança de exercícios anteriores, aos direitos e obrigações assumidos com a Administração Regional de Saúde do Norte e a *IberKing*, que ascendem no final de 2019 respetivamente a 940.500 € e 316.843 €.

No que respeita aos Acréscimos de Custos, as remunerações a pagar em 2020 correspondentes a férias e subsídio de férias (a que o Município fica legalmente obrigado a 31 de dezembro e cujo tratamento contabilístico obedeceu, como deve, às disposições legais em vigor em matéria de despesas com pessoal), alcançam o montante de 2.406.504 €, menos (-) 82.406 € do que o registado no final de 2018.

Em Outros Acréscimos de Custos encontram-se refletidos, como tem vindo a fazer-se nos exercícios anteriores, outros custos gerais ainda imputáveis a 2019, relativos a consumos diversos (serviços externos de comunicações, eletricidade, gás, consumo de água e outros). Aqui se incluem ainda os montantes relativos às Obrigações de Serviço Público estabelecidas pelo Contrato Interadministrativo de delegação de competências celebrado com a STCP, agregando duas componentes distintas: a obrigação propriamente dita, na parte imputável ao período compreendido entre 2017 e 2019 cujo vencimento ocorrerá em 2020 (totalizando o montante de 242.276 €), a que se junta o IVA sobre a totalidade das obrigações especializadas a 31 de dezembro (68.323 €), este último aqui permanecendo até que seja conhecida conclusão para o diferendo instalado entre a STCP e a Autoridade Tributária acerca do enquadramento fiscal (em IVA, designadamente) das obrigações de serviço público em causa.

FUNDOS PRÓPRIOS

No final de 2019, os Fundos Próprios municipais alcançam o montante de 343.642.660 €, crescendo (+) 10.680.348 € face ao montante com o que se iniciou o exercício (correspondente a um incremento de (+) 3,2%).

É ainda possível aferir que, cifrando-se o resultado líquido do exercício em (+) 8.438.568 €, a restante variação (2.241.781 €) acomoda variações patrimoniais com outras origens.

Relativamente à parcela maior (os resultados líquidos do exercício), será, a mesma, objeto de uma apreciação de pormenor imediatamente a seguir à conclusão da análise do Balanço (que se terminará com a dos Fundos Próprios em presença), prosseguindo-se no presente relatório então para a análise detalhada da Demonstração de Resultados.

Quanto às demais variações podem sistematizar-se, por ordem de grandeza, referindo que o maior aumento se regista na rubrica de Ajustamentos de partes de capital em empresas, com (+) 3.340.042 €

esbatida por correção de sentido contrário relativa a exercícios anteriores, e por essa razão registada em Resultados Transitados, quantificada em (-) 1.695.094 €. A estas variações juntam-se, com menor materialidade, as ocorridas também em Correções ao Balanço Inicial, Doações e Subsídios, respetivamente com (+) 416.017€, (+) 179.816€ e (+) 1.000 €.

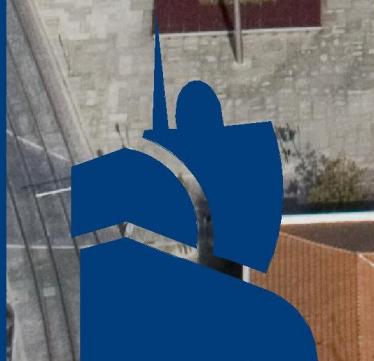
As variações ocorridas em Reservas Legais e Património Adquirido resultam tão só da aprovação pelo órgão deliberativo, mediante proposta de aplicação dos resultados de 2018 fundamentada do órgão executivo.

Para melhor compreensão dos movimentos ocorridos no seio dos Fundos Próprios em 2019, apresenta-se o quadro seguinte com maior detalhe do que aquele que é evidenciado no Balanço Sintético:

Quadro 66

FUNDO PATRIMONIAL				
2019				
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51 Património	307 097 864	11 423 912	78 881	318 442 895
51.1 Património Inicial	243 567 302	494 898	78 881	243 983 319
51.11 Saldo Abertura POCAL	189 891 029	0	0	189 891 029
51.12 Correcções ao Balanço Inicial	53 676 273	494 898	78 881	54 092 290
51.2 Património Adquirido	63 530 562	10 929 014	0	74 459 576
55 Ajustamentos de partes de capital em empresas	-10 087 773	3 340 042	0	- 6 747 732
56 Reservas de Reavaliação	0	0	0	-
57 Reservas	20 308 748	765 548	9 521	21 064 775
57.1 Reservas Legais	3 343 714	575 211	0	3 918 925
57.5 Subsídios	2 328 234	1 000	0	2 329 234
57.6 Doações	5 858 438	189 336	9 521	6 038 254
57.7 Reservas decorrentes da transferências ativos	2 123 267	0	0	2 123 267
57.8 Cedências	3 496 554	0	0	3 496 554
57.9 Outras	3 158 540	0	0	3 158 540
59 Resultados Transitados	4 139 248	11 504 225	13 199 319	2 444 154
88 Resultado Líquido do Exercício	11 504 225	0	3 065 657	8 438 568
Totais	332 962 312	27 033 726	16 353 378	343 642 660

Un: Euros



maia
CÂMARA MUNICIPAL

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A atividade municipal, sendo ela própria geradora de valor no âmbito do processo produtivo de bens e serviços públicos atribuíveis às autarquias locais, é também por essa via passível de ser quantificada - quer no que respeita aos custos incorridos na aquisição e consumo de inputs necessários a esse processo produtivo, quer no que respeita aos proveitos gerados a jusante no âmbito dessa produção.

A Demonstração de Resultados é o mapa que melhor apresenta, quantificados com exatidão, esses custos e proveitos que, balanceados, permitirão o apuramento do resultado do exercício. Atenta a sua importância, prossegue o presente relatório com a sua inclusão e análise, proporcionando seguidamente uma apreciação de pormenor à forma como decorreu a atividade municipal em 2019.

Quadro 67

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
	2019	2018	Variação
CUSTOS E PERDAS			
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	801893	699 221	14,68%
Fornecimento e Serviços Externos	15 978 988	15 166 039	5,36%
Custos com Pessoal	20 173 943	19 168 665	5,24%
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	5 867 569	5 589 075	4,98%
Amortizações do Exercício	18 967 609	18 173 338	4,37%
Provisões do Exercício	44 198	373 435	-88,16%
Outros Custos e Perdas Operacionais	122 973	92 690	32,67%
(A)	61 957 172	59 262 464	4,55%
Custos e Perdas Financeiras	1678 176	1287 446	30,35%
(C)	63 635 348	60 549 910	5,10%
Custos e Perdas Extraordinárias	3 045 793	3 039 549	0,21%
(E)	66 681 141	63 589 458	4,86%
Resultado Líquido do Exercício	8 438 568	11 504 225	-26,65%
	75 119 709	75 093 683	0,03%
PROVEITOS E GANHOS			
Vendas e Prestação de Serviços	7 719 823	7 632 170	1,15%
Impostos e Taxas	45 951 948	47 163 987	-2,57%
Trabalhos para a própria entidade	0	0	-
Proveitos Suplementares	33 061	41 775	-20,86%
Transferências e Subsídios Obtidos	16 544 439	15 089 620	9,64%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	1373	3 474	-60,49%
(B)	70 250 643	69 931 027	0,46%
Proveitos e Ganhos Financeiros	272 101	402 822	-32,45%
(D)	70 522 745	70 333 850	0,27%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	4 596 964	4 759 834	-3,42%
(F)	75 119 709	75 093 683	0,03%
RESUMO			
Resultados Operacionais antes de Amortizações e Provisões	27 305 279	29 215 337	-
Resultados Operacionais após Amortizações e Provisões: (B-A)	8 293 472	10 668 563	-
Resultados Financeiros: (D-B)-(C-A)	-1 406 075	-884 624	-
Resultados Correntes: (D-C)	6 887 397	9 783 940	-
Resultados Líquido do Exercício:	8 438 568	11 504 225	-

Un.:Euros

Desde logo a conclusão que parece ressaltar de modo mais imediato da análise à Demonstração dos Resultados prende-se com o resultado líquido: de novo, e conforme tem sido regularmente observado em anos anteriores, é positivo quantificando-se no exercício em (+) 8.438.568 €, diminuindo (-) 27% face ao período homólogo.

É também verificável que os diversos resultados parcelares obtidos pelas diversas óticas a partir das quais a atividade municipal é passível de ser medida – operacional, financeira e extraordinária – registaram uma deterioração na sua performance em todas as frentes, quando comparada com a alcançada no período homólogo, traduzindo variações relativas respetivamente de (-) 22%, (-) 59% e (-) 10%.

Em termos de proporção no contributo para o resultado apurado, verifica-se que novamente o Resultado Operacional é a parcela dominante na determinação do Resultado Líquido, apurando no período (+) 8.293.472 €, correspondentes a 98% deste último.

Observando a capacidade revelada pelos proveitos para cobrir os custos de idêntica natureza, verifica-se que a mesma foi conseguida ao nível da atividade operacional e extraordinária (em que os resultados obtidos se assinalam positivos), mas não financeira, cujo resultado se cifra em sinal negativo.

O resultado líquido ascende no exercício a (+) 8.438.568 €, obtido pela diferença entre a totalidades dos proveitos gerados no exercício (75.119.709 €) e os custos incorridos na sua obtenção (66.681.141 €). Verificando-se que no exercício anterior o resultado alcançado ascendia a 11.504.225 €, observou assim uma redução de (-) 27% conforme se referiu atrás.

Orientando a nossa análise primeiramente para a informação de cariz operacional, anota-se aqui em primeiro lugar o facto de terem registado aumentos quer os proveitos, quer os custos desta natureza, verificando-se ainda que estes últimos aumentam com maior expressão: enquanto os primeiros ascendem a 70.250.643 €, (+) 319.616 € do que no período homólogo, os segundos totalizam 61.957.172 €, (+) 2.694.708 € do que o valor registado em 2018. À semelhança do que se registou já no relatório semestral, a evolução dos custos é aqui determinante, uma vez que o seu aumento vai sempre além do que o aumento dos proveitos consegue alcançar.

Avançando na apreciação dos Proveitos Operacionais, novamente os Impostos e Taxas se assinalam como rubrica preponderante (65%), ascendendo no período os proveitos arrecadados por conta desta rubrica a 45.951.948, (-) 1.212.039 € do que em 2018, decrescendo assim (-) 2,57%.

Os Impostos Diretos prevalecem, dentre os Impostos e Taxas, como componente maior respondendo, após deduzidos os respetivos reembolsos e restituições, por 94% dos valores totais apurados (dos 45.951.948 € de Impostos e Taxas, 43.300.173 € foram atribuíveis a Impostos Diretos em 2019), dentre estes, o Imposto Municipal sobre Imóveis, com um total líquido apurado no exercício de 21.770.225 € justifica sozinho 50% dos Impostos Diretos recolhidos

A variação negativa registada ao nível dos Impostos e Taxas explica-se, assim, pela anormal materialidade dos reembolsos e restituições associadas ao Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis: este imposto, que se assume como a segunda maior parcela dos Impostos Diretos municipais, regista proveitos (brutos) no exercício que ascendem a 10.739.719 €, (+) 412.051 € do que

em 2018, reconhecendo no mesmo período reembolsos e restituições que crescem nada menos do que (+) 987% face ao período homólogo, passando de 166.107 € (em 2018) para 1.804.893 € (em 2019).

No espectro dos Impostos Diretos, destacam-se ainda os contributos da Derrama (8.824.582 €) e do Imposto Único de Circulação (3.728.937 €), anotando-se ainda que ambos observam crescimento face aos valores apurados no exercício anterior.

No que respeita aos Impostos Indiretos, é observável uma redução no exercício, contudo com expressão significativamente inferior à ocorrida ao nível dos Impostos Diretos (e por isso imperceptível na percepção da evolução global dos Impostos e Taxas), quantificando-se uma diminuição de (-) 375.938 € que fica a dever-se aos valores relativos a Loteamentos e Obras. No fim de 2019, ascendem os Impostos Indiretos totais a 2.326.755 €.

A rubrica de Taxas, por seu turno, revestindo-se de pouco materialidade no cômputo global dos Impostos e Taxas, alcançam em 2019 o montante de 424.498 € registando uma variação positiva, porém pouco expressiva em valor absoluto, face ao arrecadado em 2018, (+) 21.624 €.

No cômputo dos Proveitos e Ganhos Operacionais, destacam-se seguidamente as Transferências e Subsídios Obtidos que em 2019 totalizam 16.544.439 €, registando um crescimento assinalável face ao exercício anterior, (+) 9,64%, correspondentes a (+) 1.454.818. É, em rigor, o crescimento desta componente que permite garantir que os Proveitos e Ganhos Operacionais como um todo assegurem, no exercício, montantes superiores aos apurados em 2018, mais do que cobrindo a diminuição já assinalada ocorrida ao nível dos Impostos e Taxas. Com maior contributo para esta evolução, anota-se o aumento das Transferências de Capital, (+) 378.604 € mas sobretudo das Transferências Correntes, (+) 1.063.698 €, para que contribuem designadamente o aumento da participação comunitária em projetos cofinanciados, do Fundo de Equilíbrio Financeiro (componente corrente), da Participação no IRS e ainda de Outras (como sejam as verbas recebidas por via do Acordo de Cooperação do Pré Escolar celebrado com a atual DGEstE).

Aumentam ainda, com menor materialidade, as Vendas e Prestações de Serviços cujos valores registados variam no montante de (+) 87.653 €, alcançando no período o valor total conjunto de 7.719.823 €. Dentre estas, verifica-se que à semelhança do exercício anterior as Rendas representam a parcela predominante neste conjunto (totalizando, em 2019, 4.429.298 €), seguido das Prestações de Serviços (com 3.281.194 €) e, envolvendo montantes substancialmente inferiores, as Vendas no exercício ascendem a 9.331 €.

Prosseguindo no presente relatório com a análise dos Custos e Perdas Operacionais, é verificável desde logo o facto de, com exceção da rubrica de Provisões, todas as demais conhecerem aumentos no exercício face ao comparativo de 2018.

A rubrica de Custos com Pessoal, sendo o custo operacional que mais pondera no total, é simultaneamente a que conhece uma variação maior face aos valores registados em 2018, em valor absoluto (cresce (+) 1.005.277 €), mas também em termos relativos (aumentando (+) 5,24%). Tal facto resulta, conforme já se havia evocado no relatório de gestão semestral e com um impacto ligeiramente amplificado face ao que então se dava conta, com as atualizações salariais que, por força de lei, têm vindo a ser implementadas (atualização da retribuição mínima garantida, reposições salariais e alterações

de posicionamento remuneratório decorrentes da aplicação do processo de avaliação do desempenho do biénio 2017/ 2018), a que se associam encargos que lhes estão diretamente indexados (subsídios de férias e natal, encargos sociais e seguros de acidentes de trabalho e outros).

Para o valor total apurado de 20.173.943 € contribuem sobretudo as Remunerações do Pessoal (nomeadamente as Remunerações base do pessoal), sendo esta simultaneamente a rubrica que conhece maior variação face ao registado em 2018: alcança o montante de 13.543.628 €, (+) 539.495 € do que no exercício anterior. Arrastados por estes, aumentam também necessariamente os Encargos sobre Remunerações, (+) 5,84%.

A rubrica de Amortizações do Exercício apresenta-se como a segunda maior componente de custos operacionais (à semelhança do que sucedia já em 2018), totalizando no exercício 18.967.609 €, crescendo (+) 4,37 % face ao montante calculado em 2018. Este incremento fica a dever-se sobretudo ao aumento observado ao nível das Imobilizações Corpóreas (Edifícios, Outras Construções e Equipamento Básico) e dos Bens de Domínio Público (Outras construções e infraestruturas), que registam amortizações superiores às processadas no período homólogo respetivamente em (+) 569.285 € e (+) 201.937 €

Em terceiro lugar, verifica-se que também os Fornecimentos e Serviços Externos registam um aumento de consumos, incrementando o seu valor em (+) 812.948 €, (+) 5,36% sobre o valor contabilizado na mesma rubrica em 2018.

Consideradas as duas subcomponentes em que se desdobra, verifica-se que diminuem os Subcontratos celebrados (transversalmente ao nível do fornecimento de refeições escolares, manutenção de espaços verdes/ ajardinados e transportes escolares), numa variação que totaliza (-) 72.495 € num ano em que o total da rubrica ascende a 2.249.151 €

Pelo contrário, aumentam (+) 885.444 € os Fornecimentos e Serviços adquiridos a terceiros, que no exercício ascendem a 13.729.836 €. Fica, este crescimento, a dever-se ao aumento destacado dos montantes suportados a título de Trabalhos Especializados (crescem (+) 1.107.828 € face aos 1.493.944 € registados em 2018). Para esta variação concorrem a assunção de encargos vários relacionados com atividades que não conheceram comparativo no exercício anterior, como sejam, a Bienal da Maia, *MaiaFest Music Meeting*, Plano de Marketing Estratégico para reforçar a atratividade da Maia, 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal da Maia, Mês da Arquitetura, Fins-de-Semana Gastronómicos e por último, para citar apenas os mais emblemáticos, as próprias atividades promovidas no âmbito das festividades na quadra natalícia, que conheceram em 2019 uma dimensão e visibilidade também elas muito acima daquela que tem sido prática habitual nos exercícios anteriores.

Aumentam ainda as rubricas de Honorários, Artigos para Oferta e Publicidade e Propaganda, respetivamente (+) 283.946 €, (+) 167.444 € e (+) 117.066 €, traduzindo crescimentos relativos de (+) 68,85%, (+) 95,16% e (+) 70,71%.

Variação de sinal contrário, registam as rubricas de Contencioso, registo e notariado (que em rigor observou em 2018 um montante anormalmente elevado, em razão de terem conhecido desfecho, com encargos para o Município, três processos judiciais), os encargos com Eletricidade (que, em 2019, ascendem a 4.001.318 € (-) 204.842 do que em 2018) e os encargos com Conservação e reparação (que diminuem também (-) 118.040 €

Relativamente à Eletricidade, um apontamento apenas para a consolidação das poupanças que paulatinamente têm vindo a ser capitalizadas desde a renegociação de tarifários decorrida no segundo semestre de 2017, traduzida numa redução nos encargos, entre 2017 e 2018, de (-) 122.592 € e agora, entre 2018 e 2019, novamente (-) 204.842 €

Em termos de contributos em valor absoluto para os fornecimentos e serviços totais, as rubricas de Trabalhos Especializados e Eletricidade explicam, de per si, 48% dos custos totais suportados no exercício desta tipologia. Das restantes parcelas que acabam de compor os 13.729.836 € suportados no exercício, importa ainda assinalar os Encargos de Cobrança (864.044 €), Vigilância e Segurança (837.187 €) Outros fornecimentos e serviços (789.684 €), Honorários (696.338 €) e Rendas e alugueres (632.666 €).

Relativamente aos Encargos de Cobrança, conforme se referiu já em documentos anteriores, o comportamento desta rubrica está diretamente relacionado com a cobrança de Impostos levada a cabo pela Autoridade Tributária, donde não surpreende que os custos de cobrança que lhe são inerentes aumentem também.

Com a análise destas três grandes componentes dos custos e perdas operacionais – os Custos com Pessoal, as Amortizações do Exercício e os Fornecimentos e Serviços Externos - é possível concluir que não só permanece inalterada, entre os exercícios de 2018 e 2019, a hierarquia de contributos relativos das três (respetivamente com ponderações de 33%, 31% e 26%), como compreender e justificar desde logo 89% dos custos operacionais incorridos no período.

De regresso à análise da evolução das grandes rubricas que compõem os Custos e Perdas Operacionais, em quarto lugar (prosseguindo-se a presente análise pelo critério da materialidade dos valores arrecadados no exercício) figuram as Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais. Esta ascende, em 2019, ao montante de 5.867.569 €, crescendo pouco menos de (+) 5% face à prestação do exercício de 2018, isto é, (+) 278.494. A variação ocorrida entre os dois exercícios fica a dever-se ao aumento das Transferências correntes concedidas, sobretudo para instituições públicas e instituições particulares (que ascendem no exercício respetivamente a 1.132.065 € e 2.316.348 €), cujos aumentos mais do que compensam as reduções nos montantes atribuídos no âmbito da Ação social escolar, apoio às Famílias e Subsídios correntes concedidos em geral.

No seio dos subsídios correntes concedidos, assinala-se ainda o aumento do valor das compensações financeiras atribuídas à STCP no âmbito do contrato Interadministrativo de partilha de competências entre a Área Metropolitana do Porto e os seis municípios da rede STCP, que em 2019 se cifram em 545.617 € (que incluem sobretudo as obrigações de serviço público assumidas para o exercício de 2019, acrescido prudentemente do respetivo IVA).

Para concluir a apreciação às rubricas de Custos e Perdas Operacionais, um apontamento para o Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas, que no exercício ascendem a 801.893 €, e para os Outros Custos e Perdas Operacionais, que sendo de natureza residual totaliza ainda assim 122.973 € no exercício.

Por último, acerca das Provisões do Exercício que, conforme se referiu já são a única rubrica deste conjunto que reduz de valor no exercício, cumpre ainda acrescentar que o valor registado neste exercício é exclusivamente relacionado com dívidas de cobrança duvidosa.

Trilhando o caminho que conduz ao apuramento contabilístico do resultado líquido do período, seguem-se aos resultados operacionais os de natureza financeira, que conforme se aludiu já, se cifram negativos em (-) 1.406.075 €, deteriorando-se (-) 58,95% face ao apurado em 2018.

Tal como já havia sucedido em 2018 relativamente ao exercício de 2017, de novo é constatável a ocorrência de uma diminuição dos proveitos e ganhos financeiros, o equivalente a (-) 32,45%, enquanto simultaneamente aumentam os custos e perdas de idêntica natureza, (+) 30,35%.

Na componente de proveitos, regista-se uma redução distribuída de modo relativamente equitativo por todas as parcelas que para este apuro contribuem: diminuem os Rendimentos de participações de capital, os Ganhos em entidades participadas e os Juros obtidos, a que se junta ainda a rubrica de natureza residual de Outros proveitos e ganhos financeiros numa redução que conjuntamente ascende a (-) 130.977 € face aos montantes arrecadados em 2018. Se a estas quatro parcelas, se acrescentarem os Ganhos em entidades participadas e os Descontos pronto pagamento obtidos, ascendem os proveitos financeiros totais em 2019, a 272.101 €.

Relativamente aos Ganhos em entidades participadas, permanecendo esta como a maior componente na totalidade dos ganhos desta natureza, anota-se que maior parte do valor aqui considerado respeita à performance do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maia IMO (41.585 €), seguido de perto pela parte correspondente ao reconhecimento da porção (5%) dos proveitos operacionais obtidos pela Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, de acordo com o contrato programa celebrado com a Câmara para (31.206 €).

Do lado dos Custos e Perdas da mesma natureza, confere-se particular relevância à variação ocorrida nas Perdas em Entidades Participadas, que mais do que duplicam relativamente aos valores registados no período homólogo ascende, no exercício em presença, a rondar 1.005.000 €, para o qual contribui de modo determinante a deterioração do resultado líquido da Maiambiente.

Os Juros suportados, diminuindo o seu montante entre os dois exercícios em comparação, (-) 149.112 € permanecem ainda assim em montantes não despicientes, totalizando no exercício em apreço 644.010 €, correspondendo ainda a 38% dos custos e perdas de índole financeira totais (proporção que, no exercício anterior, ascendia a 62%).

Pese embora mantendo-se os custos suportados de índole financeira superiores aos rendimentos apurados de natureza semelhante, dá-se nota, contudo, do facto de os Resultados Financeiros alcançarem montantes significativamente inferiores, em valor absoluto, aos anteriormente apurados de natureza operacional. Possibilitando uma ideia precisa da ordem de grandeza entre ambos, pode dizer-se com exatidão que, ao somar as duas parcelas que formarão o Resultado Corrente, a atividade de natureza financeira consome uma proporção inferior a 17% dos resultados (positivos) alcançados a nível operacional. O Resultado Corrente alcança, em 2019, o montante de (+) 6.887.397 €, ainda assim inferiores ao obtido no exercício anterior (-) 29,61%.

No que respeita aos Resultados Extraordinários, verifica-se um trajeto semelhante ao já constatado na atividade financeira: entre os dois exercícios em comparação, aumentam os custos e diminuem os proveitos, porém, contrariamente ao que sucede ao nível financeiro a primeira variando em valor absoluto substancialmente inferior à segunda. Consolida-se, assim, um resultado desta feita positivo em 2019, totalizando (+) 1.551.171 €, ainda assim, menos (-) 9,83% do que o obtido em 2018.

Conforme o próprio nome indica, a atividade extraordinária assume um caráter extemporâneo e tendencialmente irrepetível.

Em suma, as Transferências de Capital Concedidas, assumem (à semelhança do que já sucedia no exercício anterior) a parcela predominante do lado dos Custos e Perdas, ascendendo em 2019 a 2.040.439€, seguidas em termos de materialidade pelas Correções relativas a exercícios anteriores (custos) que totalizam 830.021 €. Por seu turno, ao nível dos proveitos e ganhos permanecem também predominantes, alinhado com o que se viu acontecer também em 2018, os Outros Proveitos e Ganhos extraordinários e as Reduções de amortizações e provisões, respetivamente com 2.211.065 € e 1.235.060€.

E assim se conclui a análise de todas as componentes que, de algum modo, influenciam o resultado líquido apurado no exercício de 2019.

Para melhor ilustração, inserem-se seguidamente dois gráficos que rapidamente permitem perceber a evolução das diversas rubricas entre os dois exercícios.

Gráfico 56

Variação dos Custos e Perdas do Exercício

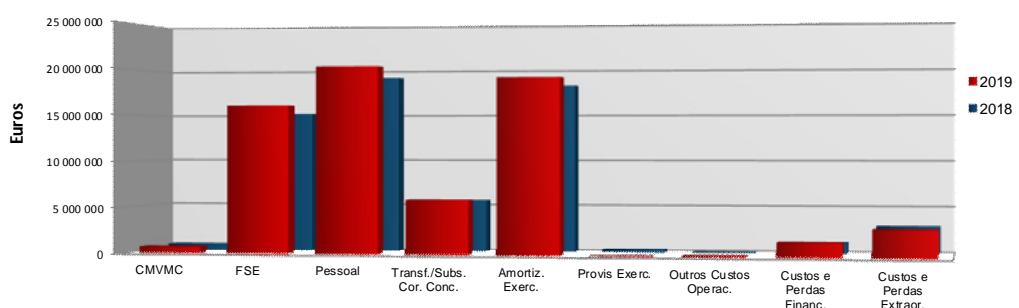
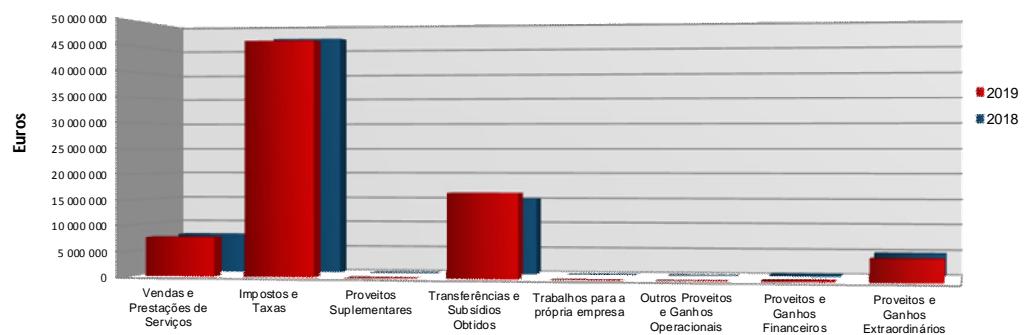


Gráfico 57

Variação dos Proveitos e Ganhos do Exercício





maia
CÂMARA MUNICIPAL

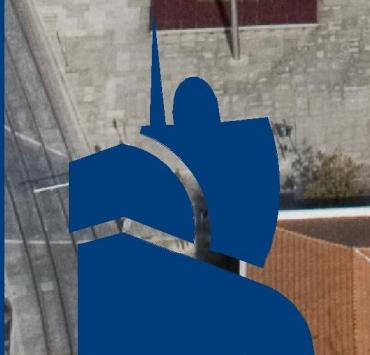
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS

De acordo com o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/3399, de 24 de fevereiro, a aplicação do Resultado Líquido do Exercício é aprovada pelo órgão deliberativo, mediante proposta fundamentada do órgão executivo.

Sendo constatável que, no exercício, o resultado líquido do exercício se cifra positivo no montante de (+) 8.438.568 €, deverá o mesmo ser, de acordo com o estabelecido no ponto 2.7.3.2 do mesmo diploma legal, transferido para a conta 59 – Resultados Transitados.

Constatando-se ainda que em 2019 os Resultados Transitados alcançam montante positivo, nos termos do preceituado nos pontos 2.7.3.3 e 2.7.3.5, propõe-se que o seu montante seja repartido da seguinte forma:

- Reforço de Reservas Legais, no montante correspondente a 5% do resultado líquido: 421.928 €
- Reforço do Património pelos restantes 95%: 8.016.639 €



INDICADORES ORÇAMENTAIS

INDICADORES ORÇAMENTAIS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	INDICADORES		2017		2018		2019		VARIAÇÃO	VARIAÇÃO	OBSERVAÇÕES
												2017/2018	2018/2019	2017	2018	2019	2017/2018	2018/2019	2017/2018	2018/2019		
COBERTURA GLOBAL DAS RECEITAS E DESPESAS	ESTRUTURA DA RECEITA	Cobertura das Despesas	Receita Total	66 779 702	98,66%	74 302 024	107,38%	75 365 902	103,81%	8,84%	-3,32%											
			Despesa Total	67 688 906		69 166 632		72 596 497														
		Cobertura da Despesa Corrente	Receita Corrente	65 095 370	151,34%	67 960 872	167,36%	70 355 525	147,55%	3,98%	-6,23%											
			Despesa Corrente	43 013 714		43 186 897		47 681 200														
		Cobertura da Despesa de Capital	Receita de Capital	1676 431	6,80%	6 311 000	34,67%	5 007 551	20,10%	409,74%	-42,03%											
			Despesa de Capital	24 675 92		16 201 423		24 915 297														
		Cobertura da Despesa por Empréstimos	Passivos Financeiros (Receita)	0,00	0,00%	3 988 440,24	5,76%	0,00	0,00%	100,00%	-100,00%											
			Despesa Total	67 688 906		69 166 632		72 596 497														
		Cobertura da Despesa por Transferências do O.E.	Fundo Municipal	12 554 518	18,55%	12 742 836	18,42%	13 730 870	18,91%	-0,71%	2,71%											
			Despesa Total	67 688 906		69 166 632		72 596 497														
		Cobertura da Despesa por Receitas Cobradas pelo Município	Receita Cobrada Localmente	10 552 989	15,59%	9 667 720	13,97%	10 670 206	14,70%	-0,38%	5,20%											
			Despesa Total	67 688 906		69 166 632		72 596 497														
		Cobertura da Despesa Líquida de Amortização de Empréstimos por Receitas Cobradas e Transferidas	(Receita Total - Passivo Financeiro)	66 779 702	107,48%	70 313 584	10,50%	75 365 902	114,48%	2,81%	3,59%											
			(Despesa Total - Amortizações de Empréstimos)	62 01547		63 629 573		65 835 629														
		Grau de Dependência Receita Total da Receita Própria	Receita Própria	50 025 773	74,91%	53 635 224	72,9%	55 259 145	73,32%	-3,64%	157%											
			Receita Total	66 779 702		74 302 024		75 365 902														
		Grau de Dependência Receita Total da Receita Corrente	Receita Corrente	65 095 370	97,48%	67 960 872	91,47%	70 355 525	93,35%	-6,7%	2,06%											
			Receita Total	66 779 702		74 302 024		75 365 902														
		Grau de Dependência Receita Total da Receita Cobrada Localmente	Receita Cobrada Localmente	10 552 989	15,80%	9 667 720	13,0%	10 670 206	11,16%	-7,56%	8,81%											
			Receita Total	66 779 702		74 302 024		75 365 902														
		Grau de Dependência Receita Total de Impostos Directos	Impostos Directos	39 469 454	59,10%	43 960 222	59,1%	44 588 939	59,16%	0,10%	0,00%											
			Receita Total	66 779 702		74 302 024		75 365 902														
		Grau de Dependência da Receita Total de Fundos Municipais	Fundo Municipal	12 554 518	18,80%	12 742 836	17,5%	13 730 870	18,22%	-8,78%	6,23%											
			Receita Total	66 779 702		74 302 024		75 365 902														

INDICADORES ORÇAMENTAIS

13	ESTRUTURA DA RECEITA	Independência da Receita Total - Passivos Financeiros	Passivos Financeiros	0,00	0,00%	3 988 440,24	5,37%	0,00	0,00%	100,00%	-100,00%	
14			Receita Total	66 779 702		74 302 024		75 365 902				
15		Grau de Dependência da Receita Total de Bens e Serviços Correntes e de Investimento	Venda de Bens e Serviços Correntes e de Investimento	3 973 768	4,75%	3 610 156	4,86%	4 227 063	5,61%	2,23%	15,44%	
16			Receita Total	66 779 702		74 302 024		75 365 902				
17		Grau de Dependência da Receita Corrente de Impostos, Taxas, Multas e Outras Penalidades	Impostos, Taxas, Multas e Outras Penalidades	43 426 503	66,71%	47 626 655	69,40%	47 326 279	67,27%	4,02%	-3,07%	
18			Receita Corrente	65 095 370		67 960 872		70 355 525				
19		Grau de Dependência da Receita Corrente de Transferências Correntes	Transferências Correntes	15 347 594	23,58%	14 379 075	21,6%	15 981 100	22,63%	-0,26%	6,94%	
20			Receitas Correntes	65 095 370		67 960 872		70 355 525				
21		Grau de Execução da Receita Corrente	Receitas Correntes Executadas	65 095 370	106,68%	67 960 872	106,45%	70 355 525	106,96%	-0,21%	0,47%	
22			Receitas Correntes Orçadas	61 020 032		63 840 258		65 779 632				
23		Evolução da Receita Corrente	Receita Total Corrente ano n	65 095 370	98,8%	67 960 872	104,40%	70 355 525	103,52%	6,33%	-0,84%	
24			Receita Total Corrente ano n-1	66 299 82		65 095 370		67 960 872				
25		Evolução da Receita - Impostos, Taxas, Multas e Outras Penalidades	(Impostos, Taxas, Multas e Outras Penalidades ano n)	43 426 503	96,63%	47 626 655	108,60%	47 326 279	100,35%	12,39%	-7,60%	
26			(Impostos, Taxas, Multas e Outras Penalidades ano n-1)	44 939 891		43 426 503		47 182 655				
27		Estrutura da Despesa - Capital/Total	Despesa de Capital	24 675 92		16 201 423		24 952 297				
28			Despesa Total	67 688 906	36,45%	69 966 632		72 596 497				
29		Estrutura da Despesa - Investimentos/Total	Investimentos	11 619 671		16 541 882		8 107 036				
30			Despesa Total	67 688 906	7,17%	69 966 632		72 596 497				
31		Estrutura da Despesa - Aquisição Bens Capital/Total	Aquisição de bens de capital (PPI)	16 231 956		16 201 423		13 528 893				
32			Despesa Total	67 688 906	23,98%	69 966 632		72 596 497				
33		Independência da Despesa - Transferências Capital/Total	Transferências de Capital (Despesa)	2 398 690	3,54%	1895 863	2,74%	2 056 943	2,83%	-22,68%	3,42%	
34			Despesa Total	67 688 906		69 966 632		72 596 497				
35		Estrutura da Despesa - Pessoal/Total	Pessoal	18 653 67	27,56%	19 154 529	27,68%	20 933 049	27,80%	0,45%	0,43%	
36			Despesa Total	67 688 906		69 966 632		72 596 497				

INDICADORES ORÇAMENTAIS

25	ESTRUTURA DA DESPESA	Strutura da Despesa - Remunerações Certas e Permanentes/Total	Remunerações Certas e Permanentes	19 923 779	20,57%	14 150 555	20,46%	14 724 140	20,28%	-0,52%	-0,89%	
26			Despesa Total	67 688 906		69 166 632		72 596 497				
27		Strutura da Despesa - Bens e Serviços Correntes/Total	Aquisição de bens e serviços correntes	15 896 612	23,48%	15 571 1594	22,50%	16 794 143	23,13%	-4,6%	2,80%	
28			Despesa Total	67 688 906		69 166 632		72 596 497				
29		Strutura da Despesa - Serviço da Dívida/Total	Serviço da Dívida	5 666 788	8,37%	5 713 229	8,28%	6 844 014	9,43%	-138%	1,18%	
30		Strutura da Despesa - Amortização Empréstimos/Total	Amortizações de Empréstimos	5 557 360	8,21%	5 567 059	8,05%	6 780 888	9,31%	-2,01%	5,76%	
31		Independência da Despesa - Transferências Correntes/Total	Transferências Correntes (Despesa)	3 811 98	7,40%	3 755 701	8,70%	4 058 478	8,51%	77,59%	-2,12%	
32			Despesas Correntes	43 013 714		43 166 897		47 681 200				
33		Strutura da Despesa - Pessoal/Despesas Correntes	Pessoal	18 653 157	43,37%	19 154 529	44,35%	20 183 049	42,33%	2,28%	-4,56%	
34		Grau de Execução da Despesa Corrente	Despesas Correntes Executadas	43 013 714	91,34%	43 166 897	84,00%	47 681 200	87,52%	-8,04%	4,1%	
35	RELACIONAMENTO DAS RECEITAS CORRENTES COM OS PRINCIPAIS COMPONENTES DA DESPESA CORRENTE	Evolução da Despesa Corrente	Despesa Corrente ano n	43 013 714	101,0%	43 166 897	100,40%	47 681 200	104,4%	-0,72%	9,96%	
36			Despesa Corrente ano n-1	42 531 259		43 016 714		43 166 897				
37	RELACIONAMENTO DAS RECEITAS CORRENTES LOCALMENTE COM OS PRINCIPAIS COMPONENTES DA DESPESA CORRENTE	Evolução da Despesa em Investimento	Investimento ano n (PP)	16 231 956	141,0%	16 201 423	112,13%	18 528 893	74,33%	-20,53%	-33,7%	
38			Investimento ano n-1(PP)	11 504 071		16 231 956		18 201 423				
39	RELACIONAMENTO DAS RECEITAS CORRENTES LOCALMENTE COM OS PRINCIPAIS COMPONENTES DA DESPESA CORRENTE	Relação da Despesa de Pessoal dos Fundos Municipais Correntes	Pessoal	18 653 157	53,23%	19 154 529	54,39%	20 183 049	55,06%	0,75%	0,44%	
40			Fundos Municipais Correntes	12 72 982		12 406 658		13 016 088				
41	RELACIONAMENTO DAS RECEITAS CORRENTES LOCALMENTE COM OS PRINCIPAIS COMPONENTES DA DESPESA CORRENTE	Relação da Aquisição de Bens e Serviços Correntes com os Fundos Municipais Correntes	Aquisição de Bens e Serviços Correntes	15 896 612	100,59%	15 571 1594	125,51%	16 794 143	129,03%	-3,89%	2,80%	
42			Fundos Municipais Correntes	12 72 982		12 406 658		13 016 088				
43	RELACIONAMENTO DAS RECEITAS CORRENTES LOCALMENTE COM OS PRINCIPAIS COMPONENTES DA DESPESA CORRENTE	Relação da Despesa com Pessoal com a Receita Cobrada Localmente	Pessoal	18 653 157	76,76%	19 154 529	198,13%	20 183 049	89,15%	2,09%	-4,53%	
44			Receita Cobrada Localmente	10 552 989		9 667 720		10 670 206				
45	RELACIONAMENTO DAS RECEITAS CORRENTES LOCALMENTE COM OS PRINCIPAIS COMPONENTES DA DESPESA CORRENTE	Relação dos Bens e Serviços Correntes com a Receita Cobrada Localmente	Aquisição de Bens e Serviços Correntes	15 896 612	100,64%	15 571 1594	161,07%	16 794 143	157,39%	6,93%	-2,28%	
46			Receita Cobrada Localmente	10 552 989		9 667 720		10 670 206				

INDICADORES ORÇAMENTAIS

38	GRAU DE FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTO	Grau de Financiamento do Investimento por Fundos Municipais de Capital	Fundos Municipais de Capital	381536	2,35%	336 98	185%	714 782	528%	-2142%	186,05%	
39			Investimento (PPI)	16231956		18201423		13 528 893				
40		Grau de Financiamento de Investimento por Venda de Bens de Investimento	Venda de bens de Investimento	1501	0,0%	46 145	0,25%	789 374	569%	2642,23%	2143,6%	
41	GRAU DE COBERTURA DA DESPESA		Investimento (PPI)	16231956		18201423		13 528 893				
42		Grau de Financiamento do Investimento por Passivos Financeiros	Passivos Financeiros (Receita)	0,00	0,00%	3 988 440,24	219%	0,00	0,00%	100,00%	-100,00%	
43			Investimento (PPI)	16231956		18201423		13 528 893				
44	SERVIÇO DE DÍVIDA M/F	Grau de Cobertura da Despesa de Funcionamento por Receita Corrente	Receita Corrente	65 095 370	184,55%	67 960 872	189,54%	70 355 525	180,02%	2,7%	-5,02%	
45			Despesa de Funcionamento	35 273 104		35 855 089		39 018 174				
46		Grau de Cobertura da Despesa de Investimento por Receita de Capital	Receita de Capital	1678 431	8,81%	6 311 000	30,87%	5 007 551	27,58%	250,53%	-10,65%	
47			Despesa de Investimento	19 057 832		20 442 676		18 154 429				
48		Relação dos Juros Pagos com a Receita Total	Juros	109 428	0,16%	146 169	0,20%	83 145	0,1%	20,05%	-43,92%	
49			Receita Total Cobrada	66 779 702		74 302 024		75 365 902				
50		Relação dos Juros Pagos com a Despesa Total	Juros	109 428	0,16%	146 169	0,2%	83 145	0,1%	30,67%	-45,78%	
51			Despesa Total Paga	67 688 906		69 166 632		72 596 497				
52		Relação do Serviço da Dívida com a Receita Total	Serviço Dívida	579 653,99	8,56%	5 782 28,65	7,69%	684 4014	9,08%	-10,22%	8,10%	
53			Receita Total Cobrada	66 779 702		74 302 024		75 365 902				
54		Relação do Serviço da Dívida com a Despesa Total	Serviço Dívida	579 654	8,45%	5 713 229	8,26%	684 4014	9,43%	-2,29%	11,6%	
55			Despesa Total Paga	67 688 906		69 166 632		72 596 497				

INDICADORES ECONOMICO PATRIMONIAIS

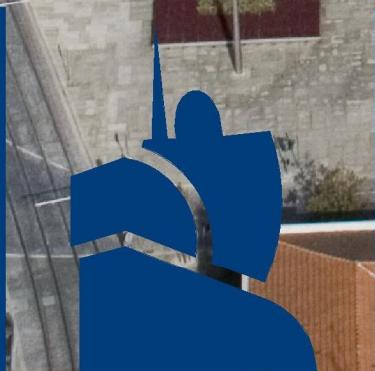
INDICADORES ECONOMICO PATRIMONIAIS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	INDICADORES		2017		2018		2019		2018/2019	OBSERVAÇÕES
										SUSTENTABILIDADE A MÉDIO E LONGO PRAZOS	SOLVABILIDADE	2017	2018	2019	2018/2019	2018/2019			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Solvabilidade I	Fundo Patrimonial	312 427 192	302,28%	332 962 312	343,44%	343 642 660	381,21%	11,00%	Os indicadores de solvabilidade medem a capacidade financeira global da entidade poder solver melhor ou pior a totalidade dos seus compromissos, isto é, evidencia se os capitais próprios são ou não suficientes para solver a dívida (de curto, médio ou longo prazos). Pode, assim, em destaque o grau de independência da entidade em relação aos seus credores.
										Passivo	103 355 436	96 949 596	90 144 089						
2	3	4	5	6	7	8	9	10	1	Solvabilidade II	Activo Líquido	415 782 629	402,28%	429 911 907	443,44%	433 786 749	481,21%	8,52%	Este indicador, em função do activo e do passivo, dá a solvabilidade em sentido estrito, devendo ser superior a 100%, pois caso seja inferior à unidade evidencia uma situação líquida negativa.
										Passivo	103 355 436	96 949 596	90 144 089						
3	4	5	6	7	8	9	10	1	2	Solvabilidade Adaptado	Activo Líquido Total-Bens do Domínio Público Líquidos	330 096 575	319,38%	350 974 549	362,02%	358 986 381	398,24%	10,00%	Trata-se de uma adaptação do indicador anterior, atendendo às características dos bens do domínio público (em especial, a sua intransmissibilidade) e a repercussão de tal situação em termos de falta de liquidez. A diferença entre o indicador anterior e o actual da-nos a cobertura do passivo total pelos bens do domínio público.
										Passivo	103 355 436	96 949 596	90 144 089						
4	5	6	7	8	9	10	1	2	3	Autonomia Financeira	Fundo Patrimonial	312 427 192	75,14%	332 962 312	77,45%	343 642 660	79,22%	2,29%	Este indicador evidencia a parte do activo coberto pelo fundo patrimonial, ou seja, compara o capital próprio com a aplicação de fundos. Quando o maior o valor do rácio, tanto menor será a dependência da entidade face a financiamentos externos, o que lhe dará maior autonomia, ou seja, maior solvabilidade. Um valor baixo indica grande dependência em relação aos credores. Deve ser superior a 33%.
										Activo Líquido	415 782 629	429 911 907		433 786 749					
5	6	7	8	9	10	1	2	3	4	Liquidex Geral	Activo Circulante	21830 146	14180%	29 649 199	183,44%	31005 989	237,63%	29,54%	O presente indicador mede o grau em que os débitos de curto prazo estão cobertos pelo activo circulante, ou seja, mede a capacidade da entidade para fazer face aos débitos ou compromissos a curto prazo utilizando os recursos de curto prazo. O resultado é sempre menor ou igual a 100% (Nota: não indica em ambos os casos, os montantes relativos a atrasos e devolvimentos). Deve ser superior a 100% - situação em que se verifica um equilíbrio financeiro mínimo. Se for inferior a 100% mostra a impossibilidade da entidade de cumprir os pagamentos referentes a débitos a liquidar no curto prazo (um ano). Quanto maior for o resultado do indicador, maior a certeza de que os débitos a curto prazo podem ser pagos nos prazos adequados.
										Passivo Circulante	15 395 264	15 162 438		13 047 801					
6	7	8	9	10	1	2	3	4	5	Liquidex Imediata	Disponibilidades	19 731 583	128,17%	24 938 361	154,30%	27 791 657	213,00%	38,04%	É idêntico ao anterior, mas considerando apenas o valor das disponibilidades. Deve ser > 90%
										Passivo Circulante	15 395 264	15 162 438		13 047 801					
7	8	9	10	1	2	3	4	5	6	Prazo Médio de Pagamento (DGA L)	Divida a Fornecedores	586 702	5	522 834	3	624 358	5	45,37%	Resolução Conselho Ministros 34/2008 e Despacho 9870/2009 do Min. Finanças
										Aquisições	42 064 293	55 082 609		45 250 044					
8	9	10	1	2	3	4	5	6	7	Prazo Médio de Recebimento	Clientes, Contribuintes e Utentes e Outros Devedores	8 384 176	62	10 280 297,27	68	8 828 625,94	60	-13,02%	Este indicador evidencia o número de dias que, em média, se demora para receber as dividas a clientes, contribuintes e outros devedores.
										Proveitos	49 520 603	54 841 418		54 146 677					
9	10	1	2	3	4	5	6	7	8	Prazo médio de Pagamento	Divida a terceiros em 3V12 (excepto Empréstimos+OT+Cauç, e gar. de fmec. em dinheiro).	17 731 57	145	14 731 732	117	14 533 658	131	116,1%	Este indicador evidencia o número de dias que, em média, se demora para pagar as dívidas a terceiros (resultantes da execução oitavamental, ou seja, excluindo OT e cauções prestadas em dinheiro).
										Aquisição de Bens e Serviços e Transferências e subsídios no ano	44 520 147	45 937 418		40 604 541					
10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Prazo médio de Pagamento - imobilizado	Divida a fornecedores de imobilizado em 3V12	1 58 520	25	938 724	16	10 16 378	25	55,8%	Este indicador evidencia o número de dias que, em média, se demora para pagar as dívidas a fornecedores de imobilizado.
										Aquisição de Imobilizado no ano	9 242 198	21 359 817		14 932 071					

INDICADORES ECONÔMICO PATRIMONIAIS

(Continuação)

11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	INDICADORES	2017	2018	2019	VARIAÇÃO	OBSERVAÇÕES	
													Indicador das imobilizações I	Capitais Permanentes	340 801 437	87,19%	356 092 366	89,76%	363 012 299
Indicador das imobilizações II	Imobilizado Líquido	391 925 850		396 703 562		398 363 416													
Indicador das imobilizações III	Indicador das imobilizações IV	Capitais Aheios de MLP	28 374 244	7,25%	23 130 054	5,83%	19 369 639	4,86%	-16,60%	Avalia a cobertura do imobilizado pelos capitais aheios de MLP. É um indicador destinado a analisar a segurança das imobilizações, evidenciando a utilização de financiamentos externos de MLP. Em conjunto com os fundos próprios devem corresponder a 100% do activo imobilizado.									
Indicador das imobilizações IV	Indicador das imobilizações V	Imobilizado Líquido	391 925 850		396 703 562		398 363 416												
Percentagem de imobilizado líquido total	Capitais Aheios de Curto Prazo	15 395 264	3,94%	16 962 438	4,07%	19 047 801	3,28%	-19,6%	Avalia a cobertura do imobilizado pelos capitais aheios de curto prazo (excluindo acréscimos e diferenças). É um indicador destinado a analisar a segurança das imobilizações, evidenciando a utilização de financiamentos externos de CP.										
Percentagem de imobilizado líquido total	Imobilizado Líquido	391 925 850		396 703 562		398 363 416													
Percentagem de imobilizado líquido de BDP	Activo Líquido	4 157 829	94,07%	429 919 07	92,28%	433 786 749	91,83%	-0,48%	Permite aferir a importância relativa do imobilizado no conjunto do activo líquido da autarquia. Quanto maior a % maior a riqueza e a falta de liquidez associada à estrutura do activo da entidade.										
Percentagem de imobilizado líquido de BDP	Imobilizado de Domínio Público Líquido	85 696 054	20,6%	78 937 359	18,36%	74 800 368	17,24%	-6,09%	Permite aferir a importância relativa dos bens de domínio público (que, por isso, são, em princípio, insuscetíveis de serem transmitidos) no conjunto do activo líquido da autarquia. Quanto maior a % maior a riqueza e a falta de liquidez associada à estrutura do activo da entidade.										
Percentagem de imobilizado líquido de BDP	Activo Líquido	4 157 829		429 919 07		433 786 749													
Endividamento	Passivo	103 355 436	24,85%	96 949 596	22,55%	90 944 089	20,78%	-7,85%	Mede o peso dos capitais aheios no financiamento das actividades da autarquia.										
Endividamento	Activo Líquido	4 157 829		429 919 07		433 786 749													
Endividamento de MLP	Dívidas de MLP	28 374 244	6,82%	23 130 054	5,38%	19 369 639	4,47%	-17,01%	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente ao capital aheio de MLP utilizado pela entidade.										
Endividamento de MLP	Activo Líquido	4 157 829		429 919 07		433 786 749													
Endividamento + Empréstimos de MLP	Empréstimos de MLP	16 235 216	3,90%	15 457 019	3,81%	11 819 16	2,58%	-7,65%	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente aos empréstimos de MLP controlados pela entidade.										
Endividamento + Empréstimos de MLP	Activo Líquido	4 157 829		429 919 07		433 786 749													
Endividamento de CP	Dívidas de Curto Prazo	15 395 264	3,70%	16 962 438	3,76%	19 047 801	3,01%	-8,99%	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente ao capital aheio de curto prazo utilizado pela entidade. As dívidas de curto prazo correspondem ao passivo circulante anteriormente referido, não incluindo, por isso, os acréscimos e diferenças.										
Endividamento de CP	Activo Líquido	4 157 829		429 919 07		433 786 749													
Endividamento + Empréstimos de CP	Empréstimos de Curto Prazo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente aos empréstimos de curto prazo controlados pela entidade.									
Endividamento + Empréstimos de CP	Activo Líquido	4 157 829		429 919 07		433 786 749													
Endividamento de Endividamento I	Dívidas de MLP	28 374 244	27,45%	23 130 054	23,86%	19 369 639	21,49%	-9,94%	Expressa a estrutura de endividamento, tendo em conta o passivo de MLP. O balanço maior for o rácio de médio e longo prazo menor será o peso das dívidas de curto prazo, incluindo os acréscimos e diferenças, na dívida total implicando, nesse caso, menores pressões sobre a tesouraria.										
Endividamento de Endividamento I	Passivo	103 355 436		96 949 596		90 944 089													
Estrutura de Endividamento II	Dívidas de Curto Prazo	15 395 264	1,99%	16 962 438	1,87%	19 047 801	1,47%	-11,6%	Expressa a estrutura de endividamento, tendo em conta apenas o passivo circulante, excluindo, por isso, os acréscimos e diferenças. Complementa o indicador anterior.										
Estrutura de Endividamento II	Passivo	103 355 436		96 949 596		90 944 089													



INTRODUÇÃO

Determina o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, e Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas, com as alterações introduzidas pela Resolução n.º 26/2013, do tribunal de Contas, como peça integrante dos documentos de prestação de contas os *Anexos às Demonstrações Financeiras*.

As anotações que se seguem encontram-se organizadas em conformidade com a numeração definida no ponto 8 do POCAL, para apresentação das contas, e visam facultar a informação necessária ao conhecimento da atividade autárquica, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo.

As notas que se encontram omissas não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a análise das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em harmonia com os princípios contabilísticos previstos no ponto 3.2 do POCAL, estabelecendo-se uma correlação entre o Balanço Final de 2018 e o Balanço Final de 2019 em obediência ao princípio da continuidade.

8.1 – CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE

8.1.1. IDENTIFICAÇÃO

Município da Maia

Praça do Doutor José Vieira de Carvalho

4474 - 006 MAIA

Número de identificação fiscal: 505 387 131

Regime financeiro: Autonomia administrativa e financeira

O concelho da Maia é composto por 10 freguesias e tem uma área de 83,7Km²

Nos termos do disposto no artigo 67.º da Lei n.º 13/99, de 22 de março, alterada e republicada pela Lei n.º 47/2018, de 13 de agosto, a administração eleitoral da Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna faz público o mapa com o número de eleitores inscritos no recenseamento eleitoral, apurados de acordo com as circunscrições de recenseamento definidas no artigo 8.º da mesma lei, com a data de referência de 31 de dezembro de 2019, sendo apresentados em três colunas com os seguintes resultados:

- 116 257 Eleitores – (Nacionais – cidadãos nacionais), que votam nas eleições das Autarquias Locais, Assembleia da República e Parlamento Europeu.
- 43 Eleitores EU, (Cidadãos da União Europeia, não nacionais), que votam nas eleições das Autarquias Locais e Parlamento Europeu.
- 29 Eleitores ER, (Outros cidadãos Estrangeiros residentes em Portugal), que votam apenas nas eleições das Autarquias Locais.

8.1.2. LEGISLAÇÃO

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas em harmonia com os critérios e princípios contabilísticos geralmente aceites e preconizados no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A / 99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 162/99, de 14 de setembro, 60-A/2005, de 30 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro.

8.1.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EFETIVA

A estrutura orgânica do Município da Maia, em vigor desde 1 de julho de 2018, publicada no Diário da República, n.º 139, 2.ª série, de 20 de julho de 2018, é constituída por Unidades Nucleares, sob a forma de uma Direção Municipal, seis Departamentos Municipais e um Serviço de Polícia Municipal e Fiscalização, equiparado a Departamento Municipal, e trinta e sete Unidades Flexíveis, distribuídas entre vinte e duas divisões e quinze unidades de 3.º grau, cujo teor corresponde na íntegra ao publicado.

Nos termos do disposto na Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, os mapas de pessoal são anuais, aprovados, mantidos ou alterados pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento. Assim, o mapa de pessoal para 2019 foi aprovado na reunião do Executivo Municipal realizada no dia 31 de outubro de 2018, e pela Assembleia Municipal em 19 de dezembro seguinte.

8.1.4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES

A Câmara Municipal da Maia é uma autarquia local cujas atividades são direcionadas à concretização das atribuições e competências que lhe estão legalmente conferidas, pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual.

8.1.5. RECURSOS HUMANOS

- O Órgão Executivo Municipal, é composto pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Engenheiro António Domingos da Silva Tiago e por dez Vereadores, nomeadamente:
 - Dr. José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
 - Dr.ª Emilia de Fátima Moreira dos Santos
 - Eng.ª Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras
 - Dr.ª Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
 - Dr. José António Andrade Ferreira
 - Doutor Mário Nuno Alves de Sousa Neves
 - Dr. Jaime Manuel da Silva Pinho
 - Dr. Paulo Fernando Sousa Ramalho
 - Doutora Paula Cristina Romão Pereira
 - Dr.ª Marta Moreira de Sá Peneda

Em regime de permanência estiveram os Senhores Vereadores:

- Dr.ª Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
- Doutor Mário Nuno Alves de Sousa Neves
- Dr. Paulo Fernando Sousa Ramalho

- Dr.ª Marta Moreira de Sá Peneda
- Dr.ª Emília de Fátima Moreira dos Santos (a partir do dia 25 de outubro por despacho do Exmo. Senhor Presidente da Câmara, n.º 57/2019, datado de 24 de outubro de 2019.)

8.1.6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

Todas as operações e registos contabilísticos são efetuados num único sistema de contabilidade que integra a Contabilidade Orçamental, a Contabilidade Patrimonial e a Contabilidade de Custos ou Analítica, não estando esta última, ainda, adequadamente implementada, em estrita obediência às determinações do POCAL.

Os serviços de contabilidade são únicos e organizados de forma centralizada, no Departamento de Finanças e Património. As atividades do Departamento foram asseguradas por três divisões:

- Divisão de Planeamento e Gestão Financeira;
- Divisão de Contabilidade;
- Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento;

O sistema informático que a autarquia utiliza, usualmente designado por SIGMA, é um sistema de informação centralizada assente numa base de dados relacional, constituído atualmente por 24 aplicações.

As diversas aplicações estão integradas entre si, contribuindo, de forma assinalável para garantir a fiabilidade da informação financeira produzida.

Em detrimento de um mais eficiente controlo da informação financeira produzida, refere-se que se encontram em funcionamento parcial as aplicações de "Obras Municipais", de "HST – Higiene e Segurança no Trabalho" e "ATAS".

Com previsão de implementação em 2020, está a aplicação FDU – "Faturação Diversa".

A gestão informática das Instalações Desportivas e Recreativas da Autarquia é garantida pelo Software C-GESP XXI, Gestão de Equipamentos Desportivos, da empresa CEDIS, Consultores em Sistemas de Informação e Informática, Lda.

Merce ainda referência a implementação da nova aplicação de Ensino, a cargo da empresa "Edubox" desde setembro de 2018, devidamente integrada com as aplicações SIGMA_Medidata.

8.1.7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

- Ações Inspetivas levadas a efeito por órgãos de controlo interno (IGF e IGAL) e externo, com incidência na gerência e nos 3 anos anteriores:

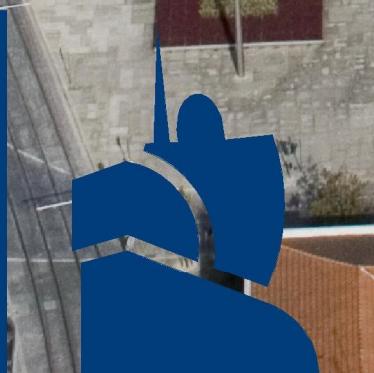
Data da ação: 14/08/2018 Período abrangido: Ano 2016 Entidade: A.T. – Autoridade Tributária Nº. Processo: NDO201967 - Inspeção Tributária orientada para o apuramento do Iva relativo ao exercício de 2016 - A Autoridade Tributária procedeu à notificação do resultado da Inspeção ao município em 7/2/2019, dando nota que não resultam quaisquer atos tributários ou em matéria tributária desfavoráveis ao município.

Data da ação: 08/02/2019 Período abrangido: Ano 2016 e 2018 Entidade: T.C. – Tribunal de Contas Nº. Processo: PEQD 42/2019 – ARF – 2^ªS – Auditoria Orientada para Apuramento de Responsabilidade

Financeira no âmbito do pagamento efetuado pelo Município à Autoridade Tributária em substituição da empresa Tecmaia, em consequência da reversão fiscal dos seus responsáveis subsidiários a exercer mandato em nome e por conta da autarquia - O Tribunal de Contas procedeu à notificação do relatório da auditoria ao município em 27/12/2019, sendo que até à presente data não se conhece que tenha sido desenvolvido qualquer procedimento adicional ao mesmo.

- Documentos de Gestão:

As Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019 foram aprovadas em 2018 pelos órgãos executivo e deliberativo, em 31 de outubro e 19 de dezembro, respetivamente.



8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

NOTA 8.2.1 – DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO POCAL

Com exceção dos procedimentos estabelecidos quanto à aplicação de uma contabilidade de custos, cuja estrutura implementada no Município da Maia, embora em prática, carece de aperfeiçoamento substancial, não foi derrogada qualquer disposição constante do POCAL, pelo que a informação contida nas demonstrações financeiras reflete a imagem verdadeira e apropriada da posição financeira (apresentada no Balanço) do desempenho (apresentado na demonstração dos resultados) e dos fluxos de caixa e das operações orçamentais.

NOTA 8.2.2 – VALORES COMPARATIVOS

A fim de se corrigir situações reportadas a exercícios económicos anteriores, efetuaram-se em 2019 os ajustamentos que a propósito se mostraram necessários, designadamente nas rubricas de imobilizado, amortizações acumuladas e amortizações do exercício, assegurando-se desta forma a comparabilidade com o exercício anterior.

NOTA 8.2.3 – CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Imobilizado

Os investimentos financeiros de entidades detidas maioritariamente pelo Município da Maia encontram-se, contabilizados nas demonstrações financeiras através do método de equivalência patrimonial.

Desde 2014, com a entrada em vigor do RFALEI, o Município deixou de apresentar o Fundo de Investimento Imobiliário Especial Fechado ao justo valor, passando a aplicar as políticas contabilísticas específicas do POCAL, que resulta na prática no cenário que aconteceria se a totalidade do Património desses fundos fosse inscrito no Ativo e do Passivo no Município. Deste modo, os Ativos dos Fundos são apresentados ao custo, líquido de amortizações e depreciações acumuladas e de Passivos. Para o caso em que os Passivos ultrapassem os Ativos valorizados ao Custo, serão constituídas provisões.

O demais imobilizado encontra-se valorizado ao custo de aquisição, sendo que para os ativos desta natureza obtidos a título gratuito foi considerado o valor resultante de avaliação ou o valor patrimonial definido nos termos legais ou, no caso de não existir disposição aplicável, o valor resultante da avaliação seguindo critérios técnicos que se adequam à natureza dos bens. Na impossibilidade de valorização dos bens, estes assumem o valor zero.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes duodecimais, tendo sido aplicadas as taxas previstas no CIBE (Classificador Geral Integrado no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril.

Existências

A valorização das existências é efetuada através do custo de aquisição, de acordo com os registos contabilísticos e respetiva documentação que os suporta. O custo médio ponderado é o método de custeio utilizado para as saídas de armazém.

Dívidas de e a Terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira. As dívidas de cobrança duvidosa correspondem a valores sobre os quais existe incerteza de cobrança efetiva e são provisionadas tendo em conta a probabilidade de perda que lhe está associada.

Disponibilidades

Os depósitos em instituições de crédito e as disponibilidades em caixa são expressas pelos saldos de todas as contas de depósitos e pelos montantes dos meios de pagamento, respetivamente, não existindo disponibilidades em moeda estrangeira.

NOTA 8.2.6 – COMENTÁRIO ÀS CONTAS 43.1 «DESPESAS DE INSTALAÇÃO» E 43.2 «DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO»

A conta 43.1 – *Despesas de Instalação*, abrange os registos inerentes à elaboração de planos de pormenor, e planos urbanísticos para diversas áreas do Concelho. Na conta 43.2 - *Despesas de Investigação e Desenvolvimento* não se registou em 2019 qualquer movimento.

NOTA 8.2.7 – MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ATIVO IMOBILIZADO E NAS RESPECTIVAS AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Por limitações impostas pelo software informático da aplicação do património, o tratamento de determinados factos patrimoniais (regularizações diversas, desafetações e outros) passa forçosamente pelo abate do bem, seguido de um novo registo. Todavia, e não obstante o constrangimento existente na aplicação de património, foram criadas referências de movimento específicas com vista a retratar no Mapa do Ativo Bruto a quantificação exata dos aumentos efetivamente verificados no Imobilizado. (páginas 17 a 19 dos Anexos Documentais - Volume I).

NOTA 8.2.8 – DESAGREGAÇÃO DE CADA UMA DAS RUBRICAS DOS MAPAS ANTECEDENTES

Cada uma das rubricas dos mapas antes citados encontra-se desagregada de modo a evidenciar a informação legalmente exigível (páginas 20 a 474 dos Anexos Documentais - Volume I).

NOTA 8.2.14 – RELAÇÃO DOS BENS DO IMOBILIZADO QUE NÃO FOI POSSÍVEL VALORIZAR, COM INDICAÇÃO DAS RAZÕES DESSA IMPOSSIBILIDADE

A relação de bens do imobilizado que não foi possível valorizar respeita essencialmente a bens que se encontram já nessa situação desde a implementação do POCAL, dada a inexistência de informação que possibilitasse a sua adequada valoração, conforme listagem integrada nos anexos às demonstrações financeiras (páginas 475 a 630 dos Anexos Documentais – Volume I).

NOTA 8.2.15 – IDENTIFICAÇÃO DOS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO QUE NÃO SÃO OBJETO DE AMORTIZAÇÃO E INDICAÇÃO DAS RESPECTIVAS RAZÕES

De acordo com as disposições legais constantes do CIBE, não são suscetíveis de amortização os terrenos, bem como alguns dos bens afetos ao domínio público. A relação discriminada destes bens consta em anexo (páginas 631 a 735 dos Anexos Documentais - Volume I).

NOTA 8.2.16 – IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES PARTICIPADAS

Quadro 68

Entidades Societárias Participadas								
Designação	Sede	2019			Resultados do Último Exercício			Obs
		Valor	%	Parcela Detida (1)	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Exerc.	
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.	Praça do Doutor José Vieira de Carvalho Torre Lidor, 14.º Piso 4470-202 Maia	124.699,47	100%	476.711	66.780	2019	-	
Maiaambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	Rua 5 de Outubro, 359 Milheirós 4475-302 Maia	2.000.000,00	100%	2.886.915	-999.765	2019	-	
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.	Rua Dr.º Carlos Felgueiras, 1814470-157 Maia	16.261.337,98	100%	12.090.485	2.944	2019	-	
Águas do Norte, S.A.(4)	Lugar de Gaído 4755-045 Barcelos Portugal	1.380.000,00	1.243%	264.604.411	5.208.557	2019	-	
Águas do Douro e Paiva S.A. (3) (4)	Rua de Vilar n.º 235, 4050-626 Porto	566.805,00	2,71%	30.587.927	903.856	2018	-	
Cooperzoo - Cooperativa Zoológica da Maia , CRL (3)	Rua da Igreja 4470-184 Maia	2.000,00	13,33%	-2.813	-83	2017	Entidade que se encontra em liquidação	
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A	Taguspark, Edifício Ciência II, n.º 11, 3.º B, 2740-120 Porto Salvo	150.199,00	4,64%	3.207.301	-103.647	2019	-	
Net - Novas Empresas e Tecnologias, S.A (2)	Rua de Salazares, 842 4149-002 Porto	2.500,00	0,22%	597.672	208.203	2019	Entidade que se encontra em liquidação	
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A. E.M. (2)	Rua Eng.º Frederico Ulrich, 2650 4470-605 Moreira da Maia	2.799.390,00	51%	-3.967.536	-137.014	2019	Entidade que se encontra em liquidação	
Metro do Porto, S.A. (3) (4)	Av. Fernão de Magalhães, 1862 – 7.º 4350-158 Porto	5,00	0,00007%	-2.776.823,200	-95.774.800	2018	-	

Un.: Euros

(1) Valor de Aquisição da Parcela detida.

(2) Relativamente a esta entidade, não havendo prestação de contas de 2019 aprovadas à data da elaboração do presente documento, os valores indicados têm carácter provisório.

(3) Relativamente a esta entidade, dada a ausência de reporte de informação à data de fecho de contas de 2019, os dados indicados reportam-se ao exercício anterior.

(4) Setor Empresarial do Estado

Quadro 69

Entidades não Societárias Participadas								
2019								
Designação	Sede	Contribuição		Resultados do Último Exercício			Exerc.	Obs
		Início	Exercício	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Exerc.		
Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	Apartado 1510 4435-996 Baguim do Monte	19 378,30	798 202,02	63 240 382	2 016 268	2019	-	
Área Metropolitana do Porto	Avenida dos Aliados, 236 1º 4000-065 Porto	19 917,00	61493,00	9 060 816	-1838 904	2019	-	
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses (2)	Avenida Marnoco e Sousa n.º 52 3004-511 Coimbra	4 340,00	6 07180	2 274 108	76 957	2018	-	
Fundação da Juventude (2)	Largo de S. Domingos, n.º 16-22, 4050-545 Porto	24 939,90	-	4 070 909	-87 209	2018	-	
Fundação do Desporto (2)	Rua Doutor Alfredo Magalhães Ramalho, n.º 11495-165 Algés	149 639,37	10 000,00	937 004	-167 124	2018	-	
Fundação de Serralves (2)	Rua D. João de Castro, 210 4150-417 Porto	100 000,00	25 000,00	73 926 807	68 853	2018	-	
Fundação Conservatório Música da Maia	Rua João Maia - Quinta da Gruta Santa Maria de Avioso 4475-643 Maia	25 000,00	-	-114 724	1212	2019	-	
Adeporto - Agência de Energia do Porto	Rua Gonçalo Cristóvão, 347 4000-270 Porto	15 125,00	25 074,00	327 304	927	2019	-	
Turismo do Porto e Norte Portugal, E.R.(2)	Castelo Santiago da Barra 4900-360 Viana do Castelo	1500,00	1500,00	11 129 367	2 020 490	2018	-	
AP CTP - Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto (2)	Rua Eng.º Frederico Ulrich, 2650 4470-605 Maia	10 000,00	-	8 441 769	-336 743	2018	-	
CD-ARICD Rede Intermunicipal Cooperação para o Desenvolvimento (3)	Paços do Concelho de Odivelas, Rua Guilherme Gomes Fernandes, 2675-372 Odivelas	-	-	-	-	2019	-	
Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	Av. Inferior à Ponte D. Luís, 55 4050-074 Porto	15 000,00	15 000,00	2 147 171	163 130	2019	-	
Litoralrural - Associação de Desenvolvimento Regional (2)	União de Freguesias de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo - Polo de Lavra, Rua Padre António Francisco Ramos, 4455-058 Matoinhos	10 000,00	-	113 960	39 773	2018	-	
Sevícios Municipalizados de Electricidade, Águas e Saneamento da Maia	Rua Dr.º Carlos Felgueiras Apartado 1010 4471-909 Maia	-	-	42 898 828	1295 986	2019	-	

Un.: Euros

(1) Relativamente a esta entidade, não havendo prestação de contas de 2019 aprovadas à data da elaboração do presente documento, os valores indicados têm caráter provisório.

(2) Relativamente a esta entidade, dada a ausência de reporte e de informação à data de fecho de contas de 2019, os dados indicados reportam-se ao exercício anterior.

(3) Entidade sem início de atividade.

NOTA 8.2.18 – DISCRIMINAÇÃO DA CONTA «OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS»

Quadro 70

INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
	% Detida	Custo de Aquisição	Capital próprio Ajustado	Investimentos Financeiros	Variação
Outras Aplicações Financeiras				2019	2018
Fundo de Investimento Imobiliário "MAIA IMO"	100%	6 000 000	1599 682	1558 097	41585
Un.: Euros					

De acordo com o Regime Financeiro das Autarquias Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro), os Fundos de Investimentos Imobiliários constituídos pelo Município passaram a integrar, desde 2014, o

perímetro de consolidação de contas (e o endividamento municipal), sendo-lhes aplicável as regras estabelecidas no POCAL. A partir desse ano, o município passou a refletir nas suas demonstrações financeiras todos os Ativos e Passivos dos Fundos, como se esses Ativos e passivos integrassem o património municipal de acordo com as regras estabelecidas no POCAL, procedimento que se mantém neste exercício.

Em 2019, o Município da Maia apenas detinha o Fundo de Investimento Imobiliário Fechado MAIA IMO, contabilizado pelo valor de 1.599.682€, traduzindo-se o ajustamento no montante de 41.585€ e cujos Capitais Próprios permanecem positivos.

NOTA 8.2.22 – VALOR GLOBAL DAS DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA INCLUÍDAS EM CADA UMA DAS RUBRICAS DE DÍVIDAS DE TERCEIROS CONSTANTES DO BALANÇO

O total das dívidas de cobrança duvidosa encontra-se registado nas contas 21.8 – *Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa* e 26.8.7.8 – *Devedores diversos de cobrança duvidosa*, e ascende em 2019 ao valor bruto de 8.192.000 €

NOTA 8.2.26 – DESCRIÇÃO DESAGREGADA DAS RESPONSABILIDADES, POR GARANTIAS E CAUÇÕES PRESTADAS E RECIBOS PARA COBRANÇA DE ACORDO COM O MAPA RESPECTIVO.

A informação aqui invocada consta em anexo inserido no volume II (página 173 e 171 dos Anexos Documentais – Volume II).

NOTA 8.2.27 – DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE PROVISÕES ACUMULADAS

Quadro 71

PROVISÕES				
2019				
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19 Provisões para aplicações de tesouraria	0	0	0	0
291 Provisões para cobranças duvidosas	6 573 817	44 198	0	6 618 015
292 Provisões para riscos e encargos	4 967 079	0	1272 057	3 695 022
39 Provisões para depreciação de existências	0	0	0	0
49 Provisões para investimentos financeiros	68	2 000	0	2 068
Total de Provisões	11 540 964	46 198	1 272 057	10 315 105

Un: Euros

O valor total das Provisões, no final do exercício de 2019, reduziu (-) 1.225.859 €, traduzindo-se numa variação de (-) 11%.

Tal variação advém, sobretudo, da reversão de provisões constituídas para Riscos e Encargos, especificamente, para processos judiciais em cursos em cerca de (-) 1.341.013 €, tendo em conta a diminuição do risco de assunção de encargos futuros desta natureza para o Município.

Em contraponto, verifica-se a existência de um ligeiro aumento das provisões para Outros Riscos e Encargos no montante próximo de 69.000 €, estes associados em grande parte ao agravamento dos

Capitais Próprios da participada Tecmaia, amenizado um pouco, pelo melhoramento dos Capitais Próprios do Conservatório de Música da Maia.

O crescimento das Provisões para Investimentos Financeiros, em cerca de 2 000 €, reflete a provável perda na participada CooperZoo, dado que no final de 2019, a mesma se encontrava em processo de liquidação.

Da observação do Quadro 71, verifica-se também, um acréscimo nas provisões para Cobrança Duvidosa no valor de 44.198 €, no âmbito do controlo da antiguidade das dívidas de terceiros e avaliação do inerente risco de incobrabilidade, €, traduzindo-se numa variação de apenas 1%.

Os montantes mais significativos respeitam à conta de Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa, e, dentro desta, às provisões constituídas:

- No âmbito do diferendo com a LIPOR, tendo em vista o recebimento das taxas provenientes do licenciamento da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos e do Aterro Sanitário, cujo assunto se encontra em curso em sede de Tribunal Arbitral – 2.835.286 €,
- Na sequência da cobrança adicional de valores a título de taxas urbanísticas e compensação pela não cedência de áreas, em cumprimento do que foi determinado pela IGF – Inspeção-Geral de Finanças em ação inspetiva – 1.360.720 €

À data de 31 de dezembro de 2019 mantêm-se os mesmos processos litigiosos em curso, já referenciados em anos anteriores, no entanto é conhecido já, à data da elaboração deste Relatório, decisão favorável relativamente ao processo de execução fiscal que opõe a Direção Geral de Finanças ao Município da Maia, tal como se previa, podendo esta contudo ainda ser objeto de recurso por parte da Direção Geral de Finanças.

Relativamente aos restantes processos desconhecem-se os desfechos e respetivos efeitos financeiros, configurando por isso **ativos e passivos contingentes**, caracterizados nos seguintes moldes:

- Compromisso Arbitral: LIPOR - Município da Maia

O objeto do litígio consiste nas divergências suscitadas entre as partes relativamente à obrigatoriedade de a LIPOR proceder ao licenciamento da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos (LIPOR II) e do Aterro Sanitário de apoio àquela Estação, havendo lugar ao pagamento das respetivas taxas municipais de construção, que em 2002 ascendiam a um valor total de 2.957.998 €. É entendimento da LIPOR que aquelas obras, por terem natureza de obra pública, não estão subordinadas ao regime jurídico do licenciamento de obras particulares e, por conseguinte, não estão sujeitas ao pagamento de taxas municipais. Tal posição não colhe a anuência do Município.

É também objeto do litígio ser, ou não, legítima a posição do Município ao recusar o pagamento a LIPOR de comparticipações para investimento, no montante de 3.171.281 €, com a invocação de que lhe são devidas aquelas taxas.

Quer o direito quer a obrigação encontram-se devidamente contabilizados pelo Município, apenas na ótica patrimonial.

Para a resolução do litígio foi constituído um Tribunal Arbitral, cujos trabalhos se encontram em curso, não tendo sido ainda proferida qualquer decisão final. Todavia, é expectativa do Município que a decisão a proferir determine o reconhecimento da obrigatoriedade do licenciamento municipal para as obras efetuadas pela LIPOR, com o consequente pagamento das taxas devidas, atualizadas à data em que for solicitado o competente alvará de construção.

- Processo de execução fiscal: Direcção-Geral dos Impostos – Município da Maia

Na sequência do contrato de cessão de créditos pela antecipação de rendas dos empreendimentos de habitação social, celebrado em 2004 pela empresa Espaço Municipal, foi o Município notificado em Setembro de 2006 pelos Serviços de Inspeção Tributária – Direção de Finanças do Porto, do Projeto de Relatório de Inspeção Tributária, no qual se encontra descrita e quantificada uma correção devida no ano de 2004, e que resultam em imposto a entregar ao Estado, no valor global de 3.800.000 €. Resulta a referida correção da não liquidação de imposto, no valor de 3.800.000 €, inerente à transferência efetuada pela Espaço Municipal a favor do Município, de 20.000.000 €.

Fundamenta a administração fiscal que, tratando-se de uma alienação de direitos, o Município da Maia deveria ter liquidado I.V.A. aquando da emissão do documento de débito subjacente à transferência de 20.000.000 €. Refira-se que, por ocasião da realização do processo de antecipação de rendas, resultou do enquadramento fiscal da respetiva operação financeira, em sede de I.V.A., a sua não sujeição.

A importância reclamada pela administração tem vindo a ser incrementada com os respetivos juros compensatórios e de mora, tendo sido identificada na última notificação uma dívida em cobrança coerciva de 7.237.356 €.

Para acompanhamento e resolução do correspondente processo, o Município da Maia recorreu a apoio jurídico externo, através da Sociedade de Advogados Nuno Cerejeira Namora, Pedro Marinho Falcão e Associados, sendo seu entendimento que estavam reunidas as condições jurídicas e factuais para que a Autarquia viesse a obter ganho de causa, circunstância que justifica a não constituição de provisão.

No âmbito deste processo foi apresentada como garantia a hipoteca sobre o Fórum no montante de 5.175.787 € registada a favor do Ministério das Finanças em 2007, tendo em vista a suspensão do processo de execução fiscal existente, em consequência do município ter contestado a decisão da cobrança do IVA associada ao processo de antecipação das rendas habitacionais realizado em 2004 a favor de terceiros.

Subsequentemente ao momento de reporte do presente relatório, e decorridos treze anos sobre a instauração deste processo judicial, no dia 13 de março de 2020, o Tribunal Administrativo e Fiscal Porto proferiu sentença Judicial que considerou improcedente a ação judicial interposta, pela Autoridade Tributária, contra o Município da Maia. Isto quer dizer que o valor reclamado não foi sufragado nem acolhido pelo Tribunal. Deste modo, o Município não foi condenado judicialmente, como era requerido, a pagar qualquer montante. Anota-se, contudo, que esta decisão é ainda suscetível de recurso jurisdicional.

- Processo judicial em curso em que é autora “Maria Beatriz Fonseca de Sousa Araújo”

Processo interposto contra o Município, relacionado com uma conduta de água que passa por baixo da habitação; há perda expectável mas impossível de ser, à data do relato, quantificada (por depender de perícia externa). O valor da petição cifra-se em 32.579 €.

NOTA 8.2.28 – EXPLICITAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DOS MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO DE CADA UMA DAS CONTAS DA CLASSE 5 – FUNDO PATRIMONIAL

Quadro 72

FUNDO PATRIMONIAL				
2019				
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51 Património	307 097 864	11 423 912	78 881	318 442 895
51.1 Património Inicial	243 567 302	494 898	78 881	243 983 319
51.11 Saldo Abertura POCAL	189 891 029	0	0	189 891 029
51.12 Correcções ao Balanço Inicial	53 676 273	494 898	78 881	54 092 290
51.2 Património Adquirido	63 530 562	10 929 014	0	74 459 576
55 Ajustamentos de partes de capital em empresas	-10 087 773	3 340 042	0	- 6 747 732
56 Reservas de Reavaliação	0	0	0	-
57 Reservas	20 308 748	765 548	9 521	21 064 775
57.1 Reservas Legais	3 343 714	575 211	0	3 918 925
57.5 Subsídios	2 328 234	1 000	0	2 329 234
57.6 Doações	5 858 438	189 336	9 521	6 038 254
57.7 Reservas decorrentes da transferências ativos	2 123 267	0	0	2 123 267
57.8 Cedências	3 496 554	0	0	3 496 554
57.9 Outras	3 158 540	0	0	3 158 540
59 Resultados Transitados	4 139 248	11 504 225	13 199 319	2 444 154
88 Resultado Líquido do Exercício	11 504 225	0	3 065 657	8 438 568
Totais	332 962 312	27 033 726	16 353 378	343 642 660

Un: Eur os

No final de 2019, os Fundos Próprios municipais alcançam o montante de 343.642.660 €, crescendo (+) 10.680.348 € face ao montante com o que se iniciou o exercício (correspondente a um incremento de (+) 3,2%).

É ainda possível aferir que, cifrando-se o resultado líquido do exercício em (+) 8.438.568 €, a restante variação (2.241.781 €) acomoda variações patrimoniais com outras origens.

Relativamente à parcela maior (os resultados líquidos do exercício), foi, a mesma, objeto de uma apreciação de pormenor na componente de análise detalhada da Demonstração de Resultados.

Quanto às demais variações podem sistematizar-se, por ordem de grandeza, referindo que o maior aumento se regista na rubrica de Ajustamentos de partes de capital em empresas, com (+) 3.340.042 € esbatida por correção de sentido contrário relativa a exercícios anteriores, e por essa razão registada em Resultados Transitados, quantificada em (-) 1.695.094 €. A estas variações juntam-se, com menor materialidade, as ocorridas também em Correcções ao Balanço Inicial, Doações e Subsídios, respetivamente com (+) 416.017€, (+) 179.816€ e (+) 1.000 €.

As variações ocorridas em Reservas Legais e Património Adquirido resultam tão só da aprovação pelo órgão deliberativo, mediante proposta de aplicação dos resultados de 2018 fundamentada do órgão executivo.

NOTA 8.2.29 – DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Quadro 73

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS		2019
Movimentos	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo
Existências Iniciais	29 597	589 830
Compras	12 584	810 957
Regularização de Existências	-146	1212
Existências Finais	39 326	602 815
Custos no Exercício	2 709	799 184

Un.: Euros

Os valores respeitantes às existências finais foram apurados através da realização de inventários físicos.

NOTA 8.2.31 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Quadro 74

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS							
Custos e Perdas		2019	2018	Proveitos e Ganhos		2019	2018
681	Juros suportados	644 010	793 122	781	Juros obtidos	56 765	71 128
682	Perdas em entidades participadas	1005 018	476 784	782	Ganhos em entidades participadas	74 048	120 215
683	Amortizações invest. em imóveis	0	0	783	Rendimentos de imoveis	72 761	72 629
684	Provisões p/ aplicações financ.	2 000	0	784	Rendimentos participações capital	49 523	104 193
685	Diferenças câmbio desfavor.	0	0	785	Diferenças de cambio favoráveis	0	0
687	Perdas na alienação aplic. tesour.	0	0	786	Descontos pronto pagat. obtidos	160	36
688	Outros custos e perdas financ.	27 148	17 540	787	Ganhos na alienação aplic. tesour	0	0
Total de Custos Financeiros		1 678 176	1 287 446	788	Outros proveitos e ganhos financ.	18 844	34 621
Resultados Financeiros		-1 406 075	-884 624	Total de Proveitos Financeiros		272 101	402 822
Total		272 101	402 822				

Un: Euros

Tal como já havia sucedido em 2018 relativamente ao exercício de 2017, de novo é constatável a ocorrência de uma diminuição dos proveitos e ganhos financeiros, o equivalente a (-) 32,45%, enquanto simultaneamente aumentam os custos e perdas de idêntica natureza, (+) 30,35%.

Na componente de proveitos, regista-se uma redução distribuída de modo relativamente equitativo por todas as parcelas que para este apuro contribuem: diminuem os Rendimentos de participações de capital, os Ganhos em entidades participadas e os Juros obtidos, a que se junta ainda a rubrica de natureza residual de Outros proveitos e ganhos financeiros numa redução que conjuntamente ascende a (-) 130.977 € face aos montantes arrecadados em 2018. Se a estas quatro parcelas, se acrescentarem os

Ganhos em entidades participadas e os Descontos pronto pagamento obtidos, ascendem os proveitos financeiros totais em 2019, a 272.101 €

Relativamente aos Ganhos em entidades participadas, permanecendo esta como a maior componente na totalidade dos ganhos desta natureza, anota-se que maior parte do valor aqui considerado respeita à performance do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maia IMO (41.585 €), seguido de perto pela parte correspondente ao reconhecimento da porção (5%) dos proveitos operacionais obtidos pela Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, de acordo com o contrato programa celebrado com a Câmara para (31.206 €)

Do lado dos Custos e Perdas da mesma natureza, confere-se particular relevância à variação ocorrida nas Perdas em Entidades Participadas, que mais do que duplicam relativamente aos valores registados no período homólogo, ascende, no exercício em presença, a um montante que ronda 1.005.000 €, para o qual contribui de modo determinante a deterioração do resultado líquido da Maiambiente.

Os Juros suportados, diminuindo o seu montante entre os dois exercícios em comparação em (-) 149.112€, permanecem ainda assim em montantes não despicantes, totalizando no exercício em apreço 644.010€, correspondendo ainda a 38% dos custos e perdas de índole financeira totais (proporção que, no exercício anterior, ascendia a 62%).

Pese embora mantendo-se os custos suportados de índole financeira superiores aos rendimentos apurados de natureza semelhante, dá-se nota, contudo, do facto de os Resultados Financeiros alcançarem montantes significativamente inferiores, em valor absoluto, aos anteriormente apurados de natureza operacional. Possibilitando uma ideia precisa da ordem de grandeza entre ambos, pode dizer-se com exatidão que, ao somar as duas parcelas que formarão o Resultado Corrente, a atividade de natureza financeira consome uma proporção inferior a 17% dos resultados (positivos) alcançados a nível operacional. O Resultado Corrente alcança, em 2019, o montante de (+) 6.887.397 €, ainda assim inferiores ao obtido no exercício anterior (-) 29,61%.

NOTA 8.2.32 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Quadro 75

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS							
Custos e Perdas		2019	2018	Proveitos e Ganhos		2019	2018
691	Transferências capital concedidas	2 040 439	1910 406	791	Restituição de impostos	0	0
692	Dividas incobráveis	0	0	792	Recuperação de dívidas	0	0
693	Perdas em existências	1 486	5 575	793	Ganhos em existências	854	323
694	Perdas em imobilizações	128 905	38 206	794	Ganhos em imobilizações	614 001	5 265
695	Multas e penalidades	938	464	795	Benefícios de penalidades contr	171829	335 224
696	Aumento de amortiza. Provisões	0	206 554	796	Reduções de amort. e provisões	1235 060	1933 599
697	Correções relativas exerc. anteriores	830 021	842 564	797	Correções relativas exerc. anteriores	364 155	295 512
698	Outros custos e perdas extraor.	44 005	35 779	798	Outros proveitos e ganhos extraor.	2 211 065	2 189 911
Total de Custos Extraordinários		3 045 793	3 039 549	Total de Proveitos Extraordinários		4 596 964	4 759 834
Resultados Extraordinários		1 551 171	1 720 285				
Total		4 596 964	4 759 834				

Un: Euros

No que respeita aos Resultados Extraordinários, verifica-se um trajeto semelhante ao já constatado na atividade financeira: entre os dois exercícios em comparação, aumentam os custos e diminuem os proveitos, porém, contrariamente ao que sucede ao nível financeiro a primeira variando em valor absoluto substancialmente inferior à segunda. Consolida-se, assim, um resultado desta feita positivo em 2019, totalizando (+) 1.551.171 €, ainda assim, menos (-) 9,83% do que o obtido em 2018.

Conforme o próprio nome indica, a atividade extraordinária assume um caráter extemporâneo e tendencialmente irrepetível.

Em suma, as Transferências de Capital Concedidas, assumem (à semelhança do que já sucedia no exercício anterior) a parcela predominante do lado dos Custos e Perdas, ascendendo em 2019 a 2.040.439€, seguidas em termos de materialidade pelas Correções relativas a exercícios anteriores (custos) que totalizam 830.021 €. Por seu turno, ao nível dos proveitos e ganhos permanecem também predominantes, alinhado com o que se viu acontecer também em 2018, os Outros Proveitos e Ganhos extraordinários e as Reduções de amortizações e provisões.

E assim se conclui a análise de todas as componentes que, de algum modo, influenciam o resultado líquido apurado no exercício de 2019.

NOTA 8.2.33 – OUTRA INFORMAÇÃO RELEVANTE

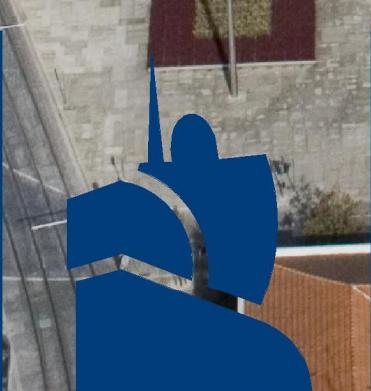
No que diz respeito aos investimentos financeiros detidos por conta do Fundo de Investimento Imobiliário Maia Imo, importa salientar que continuam em curso negociações tendo como objetivo a sua reversão, que significará o retorno ao património municipal dos bens que o compõem.

Sobre esta matéria reiteram-se as considerações enunciadas nos sucessivos relatos dos exercícios de 2014 e seguintes, designadamente no que reporta à valorização destes ativos no balanço das contas individuais do Município.

Dá-se nota ainda, atento o impacto na produção de informação contabilística posterior ao momento a que reporta este relatório, que desde 1 de janeiro de 2020, e após sucessivos adiamentos, entrou em vigor o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aplicável às Autarquias Locais, sendo que o ano de 2019 será o último ano em que o relato financeiro teve por base o POCAL.

Após o encerramento de contas, a sociedade em geral foi confrontada com um problema de saúde pública mundial, denominado COVID-19, com impactos completamente desconhecidos, seja na sociedade em geral, seja nas Empresas, Instituições Públicas, Associações e/ou IPSS (Instituições Particularidade de Solidariedade Social).

Não sendo ainda possível estimar com o rigor que se impõe o impacto daqui resultante, estamos conscientes que os efeitos serão sentidos no Município, quer através da necessidade de maior apoio à população mais carenciada, quer ao nível das disponibilidades financeiras para o conseguir realizar. Apesar disso, e acreditando que a situação será resolvida no curto prazo, estamos convictos que será possível continuar a desenvolver as nossas atividades e a cumprir os compromissos assumidos com as entidades com as quais o Município se relaciona.



8.3 – NOTAS AO PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO

NOTA 8.3.1 – MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO

Ao longo do exercício económico de 2019 foram executadas trinta e quatro modificações (trinta e uma alterações e três Revisões), cujos documentos se anexam, as quais se resumiram em:

- Trinta e uma alterações ao Orçamento da Despesa;
- Vinte e nove alterações ao Plano Plurianual de Investimentos;
- Trinta e uma alterações ao Plano de Actividades Mais Relevantes;
- Quatro alterações ao Orçamento da Receita;
- Três Revisões ao Orçamento da Despesa e ao Plano de Atividades Mais Relevantes;
- Duas Revisões ao Plano Plurianual de Investimentos;
- Uma Revisão ao Orçamento da Receita;

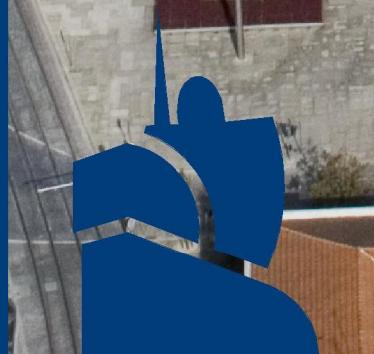
NOTA 8.3.2 – MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

No que respeita ao Plano Plurianual de Investimentos, assim, como ao Plano de Atividades Mais Relevantes, as alterações na gerência em análise, foram efetuadas da seguinte forma:

- Plano Plurianual de Investimentos 29 alterações e duas Revisões.
- Plano de Atividades Mais Relevantes 31 alterações e três Revisões.

NOTA 8.3.6 – ENDIVIDAMENTO

(páginas 362 e 363 dos Anexos Documentais – Volume II).



maia
CÂMARA MUNICIPAL

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS INDIVIDUAIS

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Opinião

Auditámos as Demonstrações Financeiras anexas do **Município da Maia** (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2019 (que evidencia um total de 433.786.749 euros e um total de Fundos Próprios de 343.642.660 euros, incluindo um Resultado Líquido do exercício de 8.438.568 euros), a Demonstração de Resultados e os Mapas de Execução Orçamental, que evidenciam um total de 72.596.497 euros de Despesa Paga e um total de 75.365.902 euros de Receita Cobrada, relativos ao ano findo naquela data, e os Anexos às Demonstrações Financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do **Município da Maia** em 31 de Dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Bases para a Opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *"Responsabilidades do Auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras"* abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa Opinião.

Ênfases

- 
i) Apesar de previsto no POCAL e conforme referido no ponto 8.2.1 das Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, não se encontra ainda implementada uma Contabilidade de Custos. No entanto, à semelhança dos anos anteriores, os encargos com as funções exercidas e os custos das tarifas e preços dos bens e serviços estão a ser apurados através doutros meios;

Município da Maia

- ii) O Município detém no final de 2019 um Fundo de Investimento Imobiliário Fechado, designado por Maia IMO, o qual, conforme referido no ponto 8.2.18 das Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, integra o Endividamento Municipal, os seus Activos e Passivos integram o património Municipal de acordo com as regras do POCAL, e será considerado no Grupo Municipal para efeitos de Contas Consolidadas. O Relatório de Auditoria do Exercício de 2019, emitido por outros auditores, não inclui qualquer reserva, ênfase ou incerteza material;
- iii) Relativamente à questão associada à reversão das dívidas fiscais dos ex-administradores da participada em 51% denominada TECMAIA – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M. (Em Liquidação), no montante de 2.107.211 euros e liquidadas pelo Município, conforme referido nas Considerações ao Balanço foram devolvidos pela Autoridade Tributária 814.857 euros, encontrando-se pendentes 1.292.354 euros no final do Exercício de 2019. No entanto, são já conhecidas sentenças totalmente procedentes relativamente a alguns processos no montante de 269.883 euros, as quais e em virtude de terem sido interpostos recursos se encontram a aguardar acórdão do Supremo Tribunal Administrativo. Ainda relativamente a esta matéria (pagamento pelo Município da reversão das dívidas fiscais), conforme igualmente referido no ponto 8.1.7 dos Anexos às Demonstrações Financeiras, o Tribunal de Contas procedeu à notificação do Relatório de Auditoria em 27-12-2019, desconhecendo-se à data qualquer procedimento adicional;
- iv) Conforme referido no ponto 8.2.27 das Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, existem Passivos Contingentes que poderão vir a materializar-se nos exercícios futuros. No entanto, dada a sua natureza e incerteza quanto à sua efectiva concretização e à semelhança do procedimento adoptado em exercícios anteriores, foram apenas objecto de divulgação;
- v) Conforme referido no ponto 8.2.33 das Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, após o encerramento de contas a sociedade em geral foi confrontada com um problema de saúde pública mundial, denominado Covid-19, com impactos ainda desconhecidos e transversal a todas as entidades, sejam elas públicas e/ou privadas. Pese o facto de não ser possível quantificar, à data, os potenciais impactos daqui resultantes, é convicção do Órgão Executivo que o desenvolvimento das actividades do Município e o cumprimento dos compromissos assumidos com as diversas entidades não estarão em causa. Idêntica referência ao Covid-19 é efectuada nos Relatórios e Contas das participadas e dos Serviços Municipalizados de Electricidade, Águas e Saneamento (SMEAS).

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.



Município da Maia

Outras Matérias

- a) Os documentos de prestação de contas, com referência ao final do Exercício de 2019, dos SMEAS, organismo detido pelo Município e dotado de autonomia administrativa e financeira, evidenciam um Activo no montante de 68.774.496 euros, Fundos Próprios de 42.898.828 euros e um Passivo de 25.875.668 euros, incluindo neste último Proveitos Diferidos relacionados com Subsídios ao Investimento no montante de 12.138.595 euros. Estes Serviços não se encontram evidenciados contabilisticamente nas contas individuais do Município da Maia, integrando as contas consolidadas nos termos legalmente previstos;
- b) Quanto à participada TECMAIA, S.A., E.M. (Em Liquidação), relativamente à qual se encontra reconhecida uma provisão nas contas do Município de aproximadamente 2.578.000 euros para fazer face às eventuais perdas daqui resultantes, auditada por outros colegas, a Certificação Legal das Contas (CLC) do Exercício de 2019, datada de 05-05-2020, contém reservas por limitação de âmbito, relacionadas com:
 - b.1) a falta de elementos que permitam aferir sobre a concretização do plano de liquidação da sociedade aprovado pelos accionistas em 04-11-2016, bem como sobre a existência de eventuais contingências legais, societárias ou outras;
 - b.2) a falta de obtenção de prova de auditoria suficiente e apropriada sobre a necessidade de constituição de ajustamentos para o montante de 22.000 euros registado em Outros Créditos a Receber; e
 - b.3) a inexistência de resposta das entidades bancárias ao pedido de circularização e consequente limitação na validação de activos, passivos e garantias com essas entidades, bem como sobre a eventual necessidade de constituição de ajustamentos às Demonstrações Financeiras do Exercício de 2019.

A CLC contém ainda uma ênfase relacionada com a existência de Activos e Passivos Contingentes que poderão vir a materializar-se nos períodos seguintes, os quais, dada a sua natureza e incerteza quanto à efectiva concretização, foram apenas objecto de divulgação.

Quanto ao Relatório e Parecer do Fiscal Único, igualmente datado de 05-05-2020, faz referência à não aprovação, pela Assembleia Geral de Accionistas, dos Relatórios e Contas dos Exercícios de 2016, 2017 e 2018, bem como sobre a necessidade de conclusão do processo de liquidação da sociedade o mais breve possível, e



Município da Maia

- c) As Demonstrações Financeiras apresentadas relacionam-se com a actividade do Município da Maia a nível individual, tendo sido preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Pese o facto de os Investimentos Financeiros terem sido registados pelo Método da Equivalência Patrimonial, estas Demonstrações Financeiras não incluem o efeito da consolidação integral ao nível dos Activos, Passivos, Custos e Proveitos totais, o que será efectuado em Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Responsabilidades do Órgão Executivo pelas Demonstrações Financeiras

O Órgão Executivo é responsável pela:

- preparação de Demonstrações Financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com o POCAL;
- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de Demonstrações Financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

Responsabilidades do Auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as Demonstrações Financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas Demonstrações Financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos scepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das Demonstrações Financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

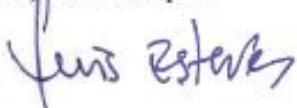
Município da Maia

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Órgão Executivo;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão Executivo, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas Demonstrações Financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das Demonstrações Financeiras, incluindo as divulgações, e se essas Demonstrações Financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os Encarregados da Governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

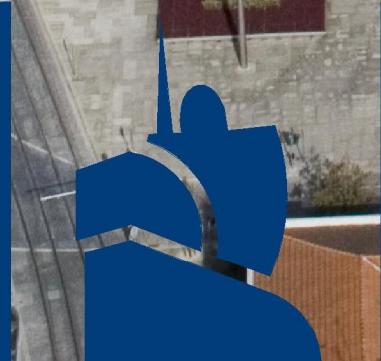
Maia, 15 de Maio de 2020

Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda.

Representada por:



Luís Manuel Moura Esteves, ROC



maia
CÂMARA MUNICIPAL